



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

THIAGO WERNECK GONÇALVES

**PERIODISMO MAÇÔNICO E CULTURA POLÍTICA NA CORTE
IMPERIAL BRASILEIRA (1871-1874)**

NITERÓI

2012

THIAGO WERNECK GONÇALVES

PERIODISMO MAÇÔNICO E CULTURA POLÍTICA NA CORTE IMPERIAL
BRASILEIRA (1871-1874)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.
Área de Concentração: História Social.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a GIZLENE NEDER

Niterói

2012

THIAGO WERNECK GONÇALVES

PERIODISMO MAÇÔNICO E CULTURA POLÍTICA NA CORTE IMPERIAL
BRASILEIRA (1871-1874)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.
Área de Concentração: História Social.

Aprovada em: __ / __ / 2012

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Gizlene Neder (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Jessie Jane Vieira de Sousa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói
2012

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Estrategista da Criação seja entregue toda a minha gratidão inicial. Este, que independente de qualquer manifestação ou crença religiosa, sempre se fará presente em todos os momentos de minha vida, figurando como precursor e sustentáculo de toda e qualquer vitória.

À professora Gizlene Neder, pela confiança, compreensão e presença segura, competente e estimulante, sem a qual não seria possível concluir esta pesquisa.

Aos professores Humberto Fernandes Machado e Giselle Martins Venâncio, pelas suas participações e inestimáveis considerações apresentadas durante o exame de qualificação.

Ao mestre Francisco dos Santos Lourenço, pela criteriosa leitura deste trabalho e pelas valiosas sugestões.

À minha família, pelo afeto, compreensão, respeito e carinho.

Aos meus amigos, próximos ou distantes, pelo apoio nos momentos mais difíceis desta trajetória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que permaneceram ao meu lado e torceram pelo meu sucesso.

“Nada mais difícil de manejar, mais perigoso de conduzir, ou de mais incerto sucesso, do que liderar a introdução de uma nova ordem de coisas. Pois o inovador tem contra si todos os que se beneficiam das antigas condições e apoio apenas tívio dos que se beneficiarão com a nova ordem”.

Nicolau Maquiavel

“A história mostra que a política é o lugar das contradições que mais tem desafiado a argúcia intelectual, o senso prático e a capacidade de adaptação da Igreja. Em todos os planos, transparecem elas, no curso do processo histórico eclesiástico civil, ora sob formas moderadas, ora sob formas violentas”.

Oscar Figueiredo Lustosa

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS, p. 4.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, p. 8.

RESUMO, p. 9.

ABSTRACT, p. 10.

RÉSUMÉ, p. 11.

RESUMEN, p. 12.

INTRODUÇÃO, p. 13.

CAPÍTULO I – MAÇONARIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA, p. 18.

1.1 – Discussão historiográfica acerca do tema, p. 18.

1.2 – A historiografia sobre as origens das maçonarias, p. 26.

1.3 – Breve histórico das relações institucionais entre Estados Nacionais, Igreja católica e maçonarias nos séculos XVIII e XIX, p. 41.

1.4 – O “hábito” e o “avental”: a Igreja católica e as maçonarias na “Questão Religiosa” (1872-1875), p. 49.

CAPÍTULO II – AS MAÇONARIAS E A IMPRENSA BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, p. 65.

2.1 – O periodismo maçônico oitocentista, p. 65.

2.2 – *O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião e da sociedade* (1872-1874), p. 69.

2.3 – Análise do conteúdo temático d’ *O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião e da sociedade* (1872-1874), p. 72.

2.4 – *O Boletim do Grande Oriente do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira – “Círculo maçônico do Lavradio”* (1871-1874), p. 84.

2.5 – Análise do conteúdo temático do *Boletim do Grande Oriente do Brasil – “Círculo maçônico do Lavradio”* (1871-1874), p. 90.

2.6 – *O Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira – “Círculo maçônico dos Beneditinos”* (1873-1874), p. 106.

2.7 – Análise do conteúdo temático do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira* – “Círculo maçônico dos Beneditinos” (1873-1874), p. 109.

CAPÍTULO III – LEITORES EM CENA: ASPECTOS DO PERIODISMO MAÇÔNICO OITOCENTISTA, p. 133.

3.1 – Escrita e leitura na Corte imperial brasileira: periodismo e sociedade analfabeta, p. 133.

3.2 – Imprensa maçônica: uma “comunidade interpretativa”, p. 143.

CONCLUSÃO, p. 162.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, p. 166.

ANEXOS, p. 178.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Compilação resumida das evidências que apontam para o surgimento da maçonaria moderna na Escócia (século XVII), p. 32.

QUADRO 2 – Cronologia dos primórdios da maçonaria brasileira, p. 38.

QUADRO 3 – Número de maçons por atuação profissional, p. 89.

QUADRO 4 – Índice de analfabetismo no Brasil em 1872, p. 133.

TABELA 1 – Remessa e recepção de periódicos (“Círculo maçônico do Lavradio”), p. 147.

TABELA 2 – Remessa e recepção de periódicos (“Círculo maçônico dos Beneditinos”), p. 153.

FIGURA 1 – Os graus maçônicos do Rito Escocês Antigo e Aceito, p. 178.

FIGURA 2 – Capa do livro *Le Diable au XIXe siècle* (“O Diabo no Século XIX”, 1892), escrito pelo “Dr. Bataille” (na verdade Leo Taxil, um dos maiores provedores de boatos antimaçônicos no século XIX), p. 179.

FIGURA 3 – Editorial do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Ano II, edição de fevereiro e março de 1873, p. 180.

FIGURA 4 – Capa do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*, Ano II, edição de fevereiro e março de 1873, p. 181.

RESUMO

A pesquisa intitulada *Periodismo maçônico e cultura política na Corte imperial brasileira (1871-1874)*, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Investigou-se a presença da imprensa maçônica difundida na Corte imperial brasileira, especialmente no período compreendido entre 1871 e 1874, buscando analisar o seu papel tanto na difusão da cultura impressa quanto na construção dos espaços públicos modernos. Foram analisados os jornais oficiais das maçonarias brasileiras, sob a guarda da seção de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, instituição localizada na cidade do Rio de Janeiro. Tomamos o periodismo maçônico tanto como fonte quanto objeto de pesquisa. Trata-se de uma importante ferramenta para a análise da história da imprensa, entre o final do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro, período no qual a ação da instituição maçônica ligou-se ao campo liberal, especialmente em torno da luta pelo estabelecimento de uma sociedade secular. Assim, os posicionamentos anunciados pela imprensa maçônica eram contrários à visão de mundo preconizada pela Igreja católica. Durante o movimento ultramontano as autoridades católicas intensificaram as críticas em relação à maçonaria, deixando transparecer sua insatisfação com a emergência de uma nova sociedade. Ao mesmo tempo, os maçons travaram na imprensa uma luta com o clero ultramontano, o qual, em função de seu discurso conservador, foi considerado o maior inimigo do progresso e da civilização.

Palavras-chave: maçonaria, periodismo maçônico, cultura política

ABSTRACT

This study entitled *Periodismo maçônico e cultura política na Corte imperial brasileira (1871-1874)* [Masonic Journalism and Political Culture in the Brazilian Imperial Court] was developed as part of the Post-Graduate History Programme at Fluminense Federal University (PPGH-UFF) with the financial support of the Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES). It investigates the presence of the Masonic press spread through the Brazilian Imperial Court, particularly during the period of 1871-1874. It seeks to analyse its role both in the spread of print culture and in the construction of modern public spaces. The official newspapers of the different branches of Brazilian Freemasonry were analysed where they are kept in the Periodicals Section of the National Library Foundation, an institution located in the city of Rio de Janeiro. We considered Masonic journalism both as source and object of the research. It serves as an important tool for analysing the history of the press between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century in the city of Rio de Janeiro. This was a period in which the Masons became involved in the Liberal movement, especially regarding the fight for the establishment of a secular society. This meant that positions announced by the Masonic press went against the world vision established by the Catholic Church. During the Ultramontane Movement Catholic authorities intensified criticisms of Freemasonry, revealing their discontent at the emergence of a new society. The Masons meanwhile waged a war in the press against the Ultramontane clergy, which, due to its conservative discourse, was considered the greatest enemy of progress and civilisation.

Keywords: Freemasonry, Masonic journalism, political culture

RÉSUMÉ

La recherche intitulée *Presse maçonnique et Culture politique à la Cour impériale brésilienne (1871-1874)* a été menée dans le cadre du Programme de 2ème et 3ème cycle en Histoire de l'Université fédérale Fluminense (PPGH-UFF) avec le soutien de la Coordination de perfectionnement des personnels de niveau supérieur (CAPES). L'on y a étudié la présence de la presse maçonnique au sein de la Cour impériale brésilienne, particulièrement pendant la période allant de 1871 à 1874, dans le but d'analyser son rôle, aussi bien dans la diffusion de la culture de la presse que dans la construction des espaces publics modernes. Ont été analysés les journaux officiels des différentes loges brésiennes, conservés par la Section des périodiques de la Bibliothèque nationale de Rio de Janeiro. L'on a considéré la presse maçonnique tant comme source que comme objet de recherche. Il s'agit d'un outil important pour l'analyse de l'histoire de la presse entre la fin du XIXème et le début du XXème siècle dans la ville de Rio de Janeiro, une période à laquelle l'action des institutions maçonniques a rejoint celle du camp libéral, principalement autour du combat pour l'établissement d'une société séculaire. Ainsi, les positions assumées par la presse maçonnique allaient à l'encontre de la vision du monde défendue par l'Église catholique. Pendant le mouvement ultramontain, les autorités catholiques intensifièrent leurs critiques envers la franc-maçonnerie, laissant clairement apparaître leur refus de l'émergence d'une nouvelle société. En contrepartie, les francs-maçons menèrent dans la presse un combat contre le clergé ultramontain, qui en raison de son discours conservateur était considéré comme le plus grand ennemi du progrès et de la civilisation.

Mots-clés: franc-maçonnerie, presse maçonnique, culture politique

RESUMEN

La investigación denominada *Periodismo masónico y cultura política en la Corte imperial brasileña (1871-1874)*, se desarrolló en el ámbito del Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal Fluminense (PPGH-UFF), con el apoyo financiero de la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior (CAPES). Se investigó la presencia de la prensa masónica difundida en la Corte imperial brasileña, especialmente en el período comprendido entre los años 1871 y 1874, con el intento de analizar su papel tanto en la difusión de la cultura de prensa, como en la construcción de los espacios públicos modernos. Se llevó a cabo el análisis de periódicos oficiales de las masonerías brasileñas, con base en la sección de Periódicos de la Fundación Biblioteca Nacional, institución ubicada en la ciudad de Río de Janeiro. Tomamos el periodismo masónico tanto como fuente como objeto de investigación. Se trata de una importante herramienta para el análisis de la historia de la prensa, entre los fines del siglo XIX y el principio del siglo XX, en la ciudad de Río de Janeiro, período en el que la acción de la institución masónica estaba relacionada al campo liberal, sobre todo respecto a la lucha por el establecimiento de una sociedad secular. De ese modo, los posicionamientos anunciados por la prensa masónica eran contrarios a la comprensión de mundo defendida por la Iglesia católica. Durante el movimiento ultramontano, las autoridades católicas intensificaron las críticas relacionadas con la masonería, mostrando su insatisfacción con la emergencia de una nueva sociedad. Los masones, a la vez, entablaron en la prensa una batalla con el clero ultramontano, el que, debido a la función de su discurso conservador, fue considerado como el más grande enemigo del progreso y de la civilización.

Palabras-clave: masonería, periodismo masónico, cultura política

INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa a continuação de uma pesquisa desenvolvida ao longo da Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, e que foi apresentada sob a forma de monografia de conclusão de curso.¹ Nela analisamos, a partir do uso de periódicos maçônicos e católicos, a “Questão Religiosa” (1872-1875) ocorrida durante a fase final do Segundo Reinado, sendo abordados os seus antecedentes dentro do contexto do avanço do iluminismo e dos confrontos entre a Igreja católica e as maçonarias na Europa, além de seus reflexos no cenário político-religioso brasileiro.

No decorrer desse estudo monográfico, tivemos contato com os jornais *O Apóstolo* (ligado à Igreja católica) e *A Família* (associado às instituições maçônicas), o que aumentou o nosso interesse sobre o papel desempenhado pela imprensa na História. Dentro dessa lógica, e visando problematizar a atuação do periodismo maçônico no processo de difusão da cultura impressa brasileira na década de 1870, tomamos os seus boletins oficiais como fontes e objetos históricos.

O estudo do periodismo (no caso maçônico), seguindo um movimento de renovação no campo da História, foi eleito o principal foco de nossa investigação. Assim, o “redimensionamento da imprensa como fonte (...) possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos”.²

Nesse sentido, abandona-se o ponto de vista que entendia os meios de comunicação como transmissores imparciais de acontecimentos, já que os impressos não possuem informações neutras e não devem ser lidos de forma acrítica. Para o historiador Ciro F. Cardoso:

Um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente (...). O historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação,

¹ Monografia intitulada *O hábito e o avental: a Igreja católica e a maçonaria na “Questão Religiosa” (1872-1875)*, sob a orientação da Profa. Dra. Gizlene Neder, Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Para uma versão resumida deste trabalho, consultar GONÇALVES, Thiago Werneck. *O hábito e o avental: a Igreja católica e a maçonaria na “Questão Religiosa” (1872-1875)*. In: SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, 5. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA E CULTURA & POLÍTICA E SOCIEDADE, 2. 2010. Rio de Janeiro. *Anais da V Semana de História Política - II Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p. 750-758.

² FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A editora, 2006, p. 10.

quer se trate de idéias (...). A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que somente através da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu trabalho.³

Mais do que simples discursos, verificamos nas páginas dos boletins maçônicos oficiais a existência de verdadeiros projetos de poder, indicando as diferentes visões de mundo e os mais variados ideais difundidos, bem como as lutas travadas no interior das próprias maçonarias no sentido de angariar o apoio de amplos setores da sociedade brasileira.

Foram abordados os impressos das duas correntes maçônicas que rivalizavam na década de 1870. O *Boletim do Grande Oriente do Brazil* encontra-se relacionado ao “Vale do Lavradio” e o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* liga-se ao “Vale dos Beneditinos”.

Ambos podem ser consultados no acervo da Fundação Biblioteca Nacional (seção de Periódicos). Portanto, esta pesquisa foi viabilizada em função da existência e da disponibilidade, em arquivos públicos, de uma documentação adequada ao seu propósito.

Para além da circulação e da divulgação de idéias, os jornais maçônicos representaram espaços privilegiados para as disputas políticas e ideológicas existentes no seio da Corte imperial brasileira. De fato, a imprensa no século XIX atuou como propagandista de diversos posicionamentos políticos.⁴

O historiador Robert Darnton assinalou que os textos jornalísticos não são meros transmissores de informações, mas divulgadores de uma narrativa de “segunda mão” sobre os fatos ocorridos, pois “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu”.⁵

Em seu livro sobre São Luís, Jacques Le Goff nos forneceu importantes indicações sobre as questões relacionadas às pesquisas no campo histórico. Para o autor, a modalidade biográfica faz com que o historiador se depare com “os problemas essenciais – porém clássicos – de seu ofício”, a saber:

³ CARDOSO, Ciro Flamarion. História e análise de textos. In: _____; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 377-378.

⁴ CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. *Revista Eletrônica Cadernos de História* - Publicação do Corpo Discente do DEHIS/UFOP, Ouro Preto, MG, ano II, n. 1, p. 7, mar. 2007. Disponível em: <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-03-15-Dossie.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

⁵ DARNTON, Robert. Introdução. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18.

(...) posição de um problema, busca e crítica das fontes, tratamento num tempo suficiente para determinar a dialética da continuidade e da troca, redação adequada para valorizar um esforço de explicação, consciência do risco atual – ou seja, antes de tudo, da distância que nos separa – da questão tratada.⁶

Tendo em vista esses pressupostos, nossa pesquisa tomou os impressos maçônicos oficiais como o principal fenômeno histórico a ser problematizado e investigado. Do ponto de vista metodológico, desenvolvemos uma abordagem que enfatizou a fonte documental primária, ressaltando que embora não representem fontes inéditas, os boletins maçônicos permanecem pouco explorados.

Foram levados em consideração tanto os seus aspectos materiais (aparência física, diagramação e estruturação, relações com o mercado e a publicidade), quanto os seus conteúdos (ordenação dos temas, títulos das matérias, linha editorial, público alvo e colaboradores), conforme as sugestões da pesquisadora Tania Regina de Luca.⁷

Partimos das seguintes perguntas: Quais eram as fontes de financiamento e o custo de impressão desses periódicos? Eles circulavam através de vendas em pontos fixos ou apenas por assinaturas? Quais eram as relações existentes entre os seus redatores e as redes de comunicações da cidade, ou seja, como se articulavam com os demais produtores de informação, tanto os de menor porte, quanto àqueles de maior estrutura? Quais eram os seus principais interlocutores?

Durante a fase de coleta e classificação dos dados, utilizamos o modelo de ficha que foi proposto pelo historiador Marco Morel para a abordagem e o levantamento da imprensa do século XIX.⁸

Mesmo com a existência de alguns folhetos que faziam propaganda das maçonarias desde a primeira metade do século XIX, foi somente no início da década de 1870 que surgiram as publicações maçônicas com edições mais regulares, e de propriedade dos *Grandes Orientes*.

⁶ LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 20.

⁷ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 123-126.

Por conseguinte, o recorte temporal desta pesquisa foi estabelecido com base nessa questão prática, já que a disponibilidade de jornais maçônicos oficiais coincide com o ano inicial proposto neste trabalho (1871).

A data-limite, em 1874, foi estabelecida a partir da percepção de que esse ano representa o auge da crise relacionada à também denominada “Questão Episcopomaçônica”, conforme observado pela historiadora Renata Batista Brotto.⁹

Para o *Boletim do Grande Oriente do Brazil* (“Círculo maçônico do Lavradio”) foram estudados os anos de 1871 a 1874. No que diz respeito ao *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* (“Círculo maçônico dos Beneditinos”), devido à sua indisponibilidade na coletânea de microfilmes da Fundação Biblioteca Nacional, não foi possível realizar a pesquisa para o seu ano I (1872). Por esta razão, sua análise ficou restrita ao biênio de 1873-1874.

Quanto ao recorte espacial, a escolha pelo Rio de Janeiro foi motivada pelo fato de a cidade ter sido a sede do Império e, conseqüentemente, palco das disputas políticas nacionais, além de abrigar os poderes centrais das maçonarias no país.

É oportuno apontar ainda que a nossa abordagem incluiu a fonte católica *O Apóstolo* (1872-1874), posto que este periódico se transformou em um dos principais interlocutores dos boletins maçônicos oitocentistas. Seu estudo foi importante para a visualização dos conflitos entre a Igreja católica, o Estado imperial e as maçonarias, os quais assumiram uma proporção extraordinária durante a década de 1870.

O semanário católico foi entendido como fonte/objeto auxiliar e, por isso, optou-se metodologicamente pelo estudo completo apenas de seu ano inicial (1872). Para o biênio de 1873-1874 foram eleitos os meses de maio (quando é comemorada a “Coroação de Nossa Senhora”), junho (período de introdução do “Apostolado da Oração”) e dezembro (por oferecer um panorama dos meses do ano).

Em virtude de *Maçonaria* ser um tema controverso, realizarmos, em primeiro lugar, uma introdução acerca dos principais aspectos dessa temática. Assim, nossa dissertação foi dividida em três capítulos.

O primeiro versa sobre a história da maçonaria no Ocidente, tendo sido exploradas as questões relativas ao seu surgimento. Foram estudadas as suas características político-culturais e as suas relações com os Estados Nacionais e a Igreja católica. O texto foi

⁹ BROTTTO, Renata Batista. *Médicos e padres: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2009, p. 19.

desenvolvido a partir de um debate bibliográfico, cujo objetivo foi pensar tanto com as literaturas maçônicas e antimaçônicas disponíveis, quanto com a historiografia de origem acadêmica.

Ainda no capítulo introdutório, levamos em consideração um episódio específico do século XIX brasileiro – a “Questão Religiosa” –, visto que as literaturas disponíveis apontam para o papel relevante que teria sido desempenhado pelas maçônicas no curso desses acontecimentos históricos. Esse embate representou o ponto culminante das divergências entre a Igreja católica, as maçônicas e o Estado imperial, que vinham se acumulando ao longo de todo o Segundo Reinado.

O segundo capítulo contém os “achados da pesquisa” e apresenta a análise dos periódicos estudados. Trata-se da parte mais extensa de nosso trabalho, onde traçamos uma visão geral acerca da imprensa no Brasil oitocentista e abordamos criticamente o amplo quadro comparativo dos ideários maçônicos e católicos, o qual foi estruturado a partir de um inventário temático.

O terceiro e último capítulo reflete sobre a problemática da imprensa, sua escrita e leitura em meio a uma sociedade cujo índice de analfabetismo era elevado. Foram discutidos os aspectos permanentes da oralidade nos primórdios da cultura impressa brasileira.

De forma análoga, investigamos a recepção e a circulação dos boletins maçônicos na imprensa expondo os seus principais leitores e interlocutores. Partimos da análise das fontes primárias para a discussão bibliográfica sobre o tema, entendendo o periodismo maçônico enquanto parte de uma *comunidade interpretativa*, de acordo com a concepção do crítico literário Stanley Fish.¹⁰

Por fim, salientamos que as chamadas numéricas para as citações foram organizadas por seções, e que com o intuito de facilitar a leitura das fontes primárias, suas ortografias foram atualizadas para o português considerado “moderno”, com exceção dos títulos dos periódicos, os quais foram mantidos com suas grafias originais.

¹⁰ FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press, 1980.

CAPÍTULO 1 – MAÇONARIA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

1.1 – Discussão historiográfica acerca do tema

Ao estabelecermos a maçonaria como objeto de análise, nos deparamos diante do seguinte panorama: a diminuta presença do tema no meio acadêmico e o parcial acesso às fontes documentais a seu respeito, em função dos obstáculos inerentes à própria estrutura fechada ou secreta da instituição. Embora o tópico tenha sido muito citado – especialmente em alguns momentos da história brasileira do século XIX – a pesquisa sobre essa ordem secreta permaneceu ausente durante um longo tempo da historiografia desenvolvida em âmbito nacional.

Ao contrário do que vem ocorrendo em alguns países europeus, a exemplo da França, onde os maçons doaram seus acervos anteriores ao século XX para a *Bibliothèque Nationale* (Paris),¹ no Brasil os arquivos maçônicos conservam-se fechados aos chamados *profanos*,² ou seja, continuam inacessíveis aos não maçons. Ademais, as monografias a respeito dessa temática têm recebido no “Velho Continente” um acréscimo substancial nas últimas décadas, inclusive com a criação de cadeiras e centros universitários para o estudo exclusivo das maçonarias.³

Em nosso país, ainda que lentamente, observamos uma expansão significativa de produções acadêmicas que abordam as organizações maçônicas considerando as suas particularidades.⁴ Mesmo com o incremento das últimas décadas, ainda existe uma verdadeira carência se a compararmos com outros temas de nossa história.

¹ MOREL, Marco. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 4, 2001.

² Em linguagem maçônica, *profano* designa todo indivíduo que não foi iniciado na ordem.

³ Centros de pesquisa para o estudo das maçonarias estão associados a diversas universidades européias, a exemplo de Sheffield: *The Centre for Research into Freemasonry* (Inglaterra) e Leiden (Holanda). O endereço eletrônico do primeiro é: <<http://freemasonry.dept.shef.ac.uk/index.php?lang=0>>. Acesso em: jan. 2012. Informações acerca da *Chair for Freemasonry as an Intellectual Current and Socio-cultural European Phenomenon* (Universidade de Leiden) podem ser obtidas através do seguinte endereço eletrônico: <<http://freemasonry.weblog.leidenuniv.nl/>>. Acesso em: jan. 2012.

⁴ Entre os trabalhos mais recentes podem ser citados, entre outros: BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp – Centro de Memória da Unicamp, 1999; VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: maçonaria e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria (RS): editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001; COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002; BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006; MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Diante disso, os estudos acerca das sociabilidades modernas em geral, e da maçonaria em particular, ainda se encontram limitados, apesar da qualidade dos trabalhos de que dispomos. Para o historiador Alexandre Mansur Barata: “apesar dos avanços notáveis ocorridos nos últimos anos, a história da maçonaria continua praticamente desconhecida, tanto no Brasil quanto fora dele”.⁵

Para além da área de história, o tema de nossa pesquisa está despertando o interesse do mercado editorial e, até mesmo, do ramo cinematográfico. Nos últimos anos cresceram as circulações de revistas, documentários em formato de DVD e folhetos que discutem as sociedades secretas como um todo.⁶

Exemplo ilustrativo dessa nova onda de curiosidade em torno da aura de mistério que cerca tais organizações é *O símbolo perdido*, livro que mergulhou nos segredos da maçonaria norte-americana e foi lançado pelo escritor Dan Brown, famoso pelo seu “best-seller” *O código da Vinci*.⁷

Além disso, é necessário levarmos em consideração que apesar do relativo silêncio estabelecido na historiografia acadêmica em torno da atuação da maçonaria, fora desse universo existe uma ampla literatura maçônica e antimaçônica disponíveis, que podem ser caracterizadas como apologéticas, no caso da primeira, e condenatórias, no caso da segunda.

A historiografia de vertente maçônica é quantitativamente superior à de seus opositores,⁸ sendo os seus principais objetivos a propaganda da ordem e a exaltação de seus membros. A obra *História do Grande Oriente do Brasil*, de José Castellani, constitui-se em um exemplo dessa marca apologética, visto que se trata de um texto com vigor

⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência* (Brasil, 1790-1822). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 13.

⁶ Podemos mencionar as seguintes matérias que foram capas de publicações: Os maçons. *Revista História Viva*. São Paulo, ano II, n. 24, 2005; Os segredos da maçonaria. *Revista Super Interessante*. São Paulo, edição 217, ano IX, n. 9, set. 2005; Ação entre irmãos. *Revista O Globo*. Rio de Janeiro, ano V, n. 221, out. 2008; A radiografia da maçonaria. *Revista História em Foco – Sociedades Secretas*. São Paulo, ano I, n. 1, 2009; Maçonaria nas sombras do poder. *Revista História Viva*. São Paulo, ano VI, n. 71, 2009.

⁷ BROWN, Dan. *O símbolo perdido*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2012. Id., *O código da Vinci*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2012.

⁸ De acordo com o levantamento bibliográfico realizado pela historiadora Eliane Lucia Colussi. COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramas de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998a, p. 57.

ideológico e que, em diversas passagens, exalta a grandeza e os feitos da maçonaria no Brasil.⁹

Por outro lado, a literatura antimaçônica é oriunda, sobretudo, de autores religiosos e, por isso, manteve-se vinculada aos históricos conflitos entre a maçonaria e a Igreja católica. O clérigo Boaventura Kloppenburg foi identificado pelos próprios maçons como um de seus principais inimigos,¹⁰ já que em seus escritos buscou demonstrar a incompatibilidade existente entre ser católico e maçom ao mesmo tempo. Convém ressaltar que, em suas obras, o sacerdote demonstrou um bom nível de conhecimento sobre as questões inerentes à maçonaria.¹¹

Entendemos que as literaturas “partidárias” não devem ser descartadas de nossa análise, pois apesar de seu caráter tendencioso e parcial, elas podem nos oferecer uma leitura baseada em duas versões opostas de um mesmo tema relevante para a história da maçonaria. A perspectiva de cunho maçônico, por exemplo, reproduziu uma documentação que ainda encontra-se inacessível aos historiadores não ligados à sua organização, expandindo, dessa forma, o seu acesso, tal como apontado pela historiadora Eliane Lucia Colussi.¹²

Não obstante, o objetivo principal deste trabalho é abordar os mais recentes estudos desenvolvidos no âmbito acadêmico, especialmente aqueles que buscam compreender o papel da instituição maçônica na formação histórica de nosso país. Dentro dessa lógica, podemos apontar o artigo de Célia Maria Marinho de Azevedo como a primeira revisão historiográfica acerca de nossa temática.¹³

A historiadora iniciou o texto indicando a falta de visibilidade do assunto nos textos acadêmicos de seu tempo e, posteriormente, percorreu as origens da instituição maçônica. Por fim, ela analisou comparativamente as abordagens de Francisco Adolfo de Varnhagen, Manuel de Oliveira Lima e Caio Prado Júnior a respeito da maçonaria no Brasil.

⁹ CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. Brasília: Gráfica do Grande Oriente do Brasil, 1993. Cabe ressaltar que José Castellani é um dos historiadores maçônicos mais respeitados no Brasil. De sua autoria foram consultados também: *A maçonaria e o movimento republicano brasileiro*. São Paulo: Traço Editora, 1989; *Análise da Constituição de Anderson*. (Co-autor: Raimundo Rodrigues). Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1995; *As origens históricas da mística maçonaria*. São Paulo: Landmark, 2003; *A ação secreta da maçonaria na política mundial*. 2ed. revisada. São Paulo: Landmark, 2007.

¹⁰ COLUSSI, op. cit., 1998a, p. 63.

¹¹ Foram consultadas as obras: *A maçonaria no Brasil: orientação para católicos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1956; *O ser do padre*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972; *Igreja e maçonaria: conciliação possível?* Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.

¹² COLUSSI, op. cit., 1998a, p. 57.

¹³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez. 1996-fev. 1997.

Um balanço bibliográfico mais detalhado e criteriosamente esquematizado foi estabelecido por Eliane Lucia Colussi em sua tese de doutorado, defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.¹⁴ Este trabalho refletiu criticamente tanto sobre a escrita da história maçônica, quanto sobre as etapas dessa história. Em sua segunda parte, a autora observou uma aproximação entre os monarquistas liberais e a maçonaria no Sul do Império brasileiro, situando esta última como um dos grupos da elite intelectual que fomentou a defesa e a divulgação do pensamento liberal na segunda metade do século XIX.

Eliane Lucia Colussi demonstrou ainda que a atuação dos maçons deu-se, sobretudo, no campo político-cultural, orientando-se a partir de posições anticlericais. Sua tese de doutorado foi posteriormente transformada em um livro esclarecedor.¹⁵

O trabalho pioneiro, entretanto, é o de Alexandre Mansur Barata, que em sua dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, investigou a ação dos grupos maçônicos brasileiros no período de 1870-1910.¹⁶

O autor examinou a atuação dos maçons no contexto do movimento liberal ilustrado, considerando a especificidade de suas relações de sociabilidade, inclusive com a montagem de quadros quantitativos bastante explicativos a esse respeito. Ele revelou ainda que as organizações maçônicas desempenharam uma atuação expressiva, engajando-se nos variados debates intelectuais daquela época, deixando claro que a instituição não se constituiu em uma ordem homogênea ou monolítica. Trata-se de uma leitura indispensável, que disponibiliza informações precisas sobre o período compreendido entre 1870 e 1910.

Outra importante publicação é a do historiador David Gueiros Vieira. Mesmo abordando com menor especificidade a maçonaria, pois destacou a inserção do protestantismo no Brasil, seu estudo trouxe como contribuição a revelação de um possível vínculo de cooperação entre protestantes e maçons durante os embates relativos à “Questão Religiosa” ocorrida na década de 1870.¹⁷

¹⁴ COLUSSI, op. cit., 1998a, passim.

¹⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998b.

¹⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

¹⁷ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1980.

As interpretações de David Gueiros Vieira e Alexandre Mansur Barata convergem no que diz respeito à cisão ocorrida no interior do *Grande Oriente do Brasil*,¹⁸ em 1863, quando uma importante divisão atingiu o seu quadro de dirigentes. Alegando a ocorrência de irregularidades durante o processo eleitoral para a escolha dos postos de comando do *Grande Oriente*, Joaquim Saldanha Marinho decidiu fundar o *Grande Oriente do Vale dos Beneditinos*. O núcleo original, por sua vez, ficou conhecido como *Grande Oriente do Vale do Lavradio*, tendo como *grão-mestres*, inicialmente o barão de Cairu e, posteriormente, o visconde do Rio Branco.

Tal divisão durou até o ano de 1883, com um pequeno intervalo em 1872, quando em meio à “Questão Religiosa” deu-se uma união provisória, através da formação do *Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*. Alexandre Mansur Barata e David Gueiros Vieira indicaram uma correspondência na divisão entre os *Grandes Orientes* concorrentes e a fragmentação entre monarquistas e republicanos.

Cabe ressaltar que os nomes “Vale do Lavradio” e “Vale dos Beneditinos” tiveram origem a partir dos espaços geográficos situados na Corte imperial brasileira, onde as sedes dos grupos maçônicos dissidentes passaram a funcionar.

No ano de 2006, Alexandre Mansur Barata estabeleceu novamente a maçonaria enquanto matéria de estudo, buscando elucidar a trajetória dessa instituição no cenário de preparação para o processo brasileiro de independência. O pesquisador sugeriu que a sociabilidade das *lojas*¹⁹ contribuiu para a criação de uma nova *cultura política*, “marcada pela prática do debate, da representação, da elaboração de leis, da substituição do nascimento pelo mérito”.²⁰

Outro livro, de autoria de Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira, traça, em uma linguagem acessível a todos os públicos, a história da maçonaria no Brasil, desde o estabelecimento dos primeiros maçons até a sua atuação nos dias atuais. Os autores reforçaram a idéia de que não existe uma maçonaria única, ou seja, a instituição não deve ser compreendida enquanto um “centro possante, aglutinador e atemporal”, mas inserida no jogo político de diversas associações que, ao longo do tempo, apoiaram as mais diversas ideologias.

¹⁸ Os *Grandes Orientes* e/ou *Supremos Conselhos* formavam as “instâncias que abrigam diversas lojas maçônicas, que constituem, por sua vez, a aglomeração de base nas maçonarias”. MOREL, op. cit., 2001, p. 19.

¹⁹ A *loja* é a unidade básica da maçonaria – local onde os seus membros se reúnem para realizar as mais variadas atividades relacionadas às práticas maçônicas.

²⁰ BARATA, op. cit., 2006, p. 30.

Trata-se, enfim, de uma obra síntese da história maçônica, mas que não se limitou à inserção tradicional da ordem no quadro excludente dos ditos eventos políticos mais marcantes e relevantes do país.²¹

No âmbito da produção acadêmica nacional sobre a maçonaria, o trabalho mais atual que identificamos em nossa pesquisa é o de Célia Maria Marinho de Azevedo.²² Nele, a autora buscou relacionar a história transnacional da maçonaria com as trajetórias intelectuais de maçons negros que se destacaram no mundo das elites brancas, em uma época marcada pela escravidão.

A autora destacou o papel desempenhado por três personagens negras na circulação de idéias em prol da cidadania e da igualdade das pessoas ditas “de cor”. O primeiro, Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma – também conhecido como visconde de Jequitinhonha – foi um indivíduo muito ativo no cenário de luta pela independência do Brasil tanto inicialmente como redator do jornal *O Constitucional*, quanto posteriormente em sua atuante carreira política.

Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “Montezuma foi o primeiro homem público que se empenhou pela emancipação dos cativos, apresentando no Senado projetos para a abolição sem indenização e a curto prazo”.²³

O segundo maçom de origem mestiça estudado pela professora Célia Maria Marinho de Azevedo foi Francisco de Paula Brito, um dos principais editores no Brasil dos Oitocentos, tendo sido também o fundador da sociedade literária conhecida como “Petalógica”.

De acordo com Martha Abreu e Larissa Moreira Viana, os textos oriundos da tipografia fundada por Paula Brito possuíam uma forte conotação social, “como demonstra a publicação de *O homem de cor*, impresso em 1833, e tido como um dos primeiros jornais brasileiros a discutir o preconceito racial”.²⁴

Por fim, Célia Maria Marinho de Azevedo se debruçou sobre a atuação de um político que, a julgar pelo universo maçônico, dispensa maiores comentários. Trata-se de

²¹ MOREL; SOUZA, op. cit., passim.

²² AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

²³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma (Visconde de Jequitinhonha). In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 292.

²⁴ ABREU, Martha; VIANA, Larissa Moreira. Francisco de Paula Brito. In: *ibid.*, p. 288.

Joaquim Saldanha Marinho, líder republicano e *grão-mestre*²⁵ do *Grande Oriente dos Beneditinos*.

Visando ampliar os limites das fronteiras de nossa análise, é necessário mencionar dois autores que, embora situados fora da historiografia acadêmica nacional, influenciaram, sobremaneira, os estudos a respeito das instituições maçônicas no Brasil e ao redor do mundo.

O primeiro é Maurice Agulhon, que com sua clássica obra – escrita originalmente como tese de doutorado em 1968 – reintroduziu no campo histórico o estudo das sociabilidades e, por extensão, das maçônicas.²⁶ O historiador francês forneceu uma contribuição teórica fundamental para o enfoque da vida associativa em um quadro cronológico-espacial delimitado.

Para ele, no século XVIII, as diversas formas de associação emergentes revelavam o surgimento de uma *esfera pública*²⁷ marcada pela crítica ao Antigo Regime, sob a influência do movimento iluminista:

Todo bar, se além da bebida consumida, oferece passatempos e prazeres de convívio, torna-se naturalmente um local de freqüência regular e conhecimento mútuo: todo café vive com seus fregueses habituais. Daí a que esses fregueses habituais monopolizem uma sala dos fundos e se constituam uma “sociedade” (*club* à inglesa, *cercle* à suíça), é apenas um passo.²⁸ (grifos do autor).

Essas sociedades foram sendo fundadas seguindo o princípio da adesão voluntária de seus membros. Além disso, “a nova sociabilidade que então se instituía (...) pode ser considerada liberal, em primeiro lugar porque veiculava, entre outras, as idéias das Luzes, e a seguir porque sua própria existência tinha um princípio liberal”.²⁹

Dentro dessa complexidade histórica, as *lojas* maçônicas se constituíram em um local favorável para o exercício dessa nova forma de sociabilidade, pois protegidos pelo

²⁵ O título *grão-mestre* refere-se à “chefia suprema inexistindo, dentro da Maçonaria Simbólica, outra autoridade que lhe seja superior. A escolha de um Grão-Mestre está na dependência do que determinam as Constituições maçônicas, as quais variam de país a país”. CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. 3ed. São Paulo: Madras, 2010, p. 190.

²⁶ AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 3ed. Paris: Fayard, 1984.

²⁷ Para o conceito de *esfera pública de poder* ver: HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere. An inquiry into a category of bourgeois society*. Massachusetts: The Mit Press, 1991.

²⁸ AGULHON, Maurice. As sociedades de pensamento. In: VOLVELLE, Michel (Org.). *França revolucionária (1789-1799)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 55.

²⁹ *Ibid.*, p. 56.

segredo, os maçons debatiam as idéias oriundas da Ilustração, além de terem instituído um sistema próprio de votação para eleger os seus dirigentes.

As *lojas* eram espaços “de circulação de idéias” e uma “instância de aprendizagem de práticas modernas”, como a escolha dos associados e o livre debate entre os seus pares.³⁰ Assim, a maçonaria pode ser vista como uma entidade portadora de uma forma inovadora de *cultura política*,³¹ visto que os maçons surgiam como construtores e sujeitos de um *espaço público* moderno, contribuindo para a inauguração de um novo tipo de comportamento político.

Ainda que os maçons não conspirassem contra os reis absolutistas, suas instituições exerciam um *poder simbólico*³² perigoso, porque no interior das *lojas*, os *irmãos* viviam como se o governo do Estado Nacional não existisse. Conforme indicado pela historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves:

A historiografia tem buscado identificar a maçonaria, a partir de 1750, como o embrião de um “reino da crítica”, ou de um espaço público moderno, que teria viabilizado as primeiras discussões da sociedade civil conduzidas de forma independente do círculo privado de poder constituído pela Corte.³³

Nesse sentido, apontamos o segundo autor estrangeiro, o alemão Reinhart Koselleck, para quem as ordens maçônicas significavam um verdadeiro poder paralelo, que era exercido de forma indireta pela ascendente burguesia no interior do regime absolutista. Ao funcionarem enquanto organizações portadoras de um sistema autônomo, cuja soberania escapava à autoridade política do “Leviatã”, as *lojas* formaram o “embrião do reino da crítica”.³⁴

De fato, dentro dos cafés, clubes e salões formava-se uma *opinião pública* não autorizada pelo Estado, que, gradativamente, ultrapassava os espaços reservados e

³⁰ Ibid., p. 57.

³¹ Busca-se estudar a *cultura política* como instrumento para a compreensão das motivações que orientam o comportamento político individual ou coletivo, além do papel desempenhado pelos diferentes espaços de sociabilidade para a emergência, difusão e recepção das culturas políticas. De acordo com Serge Berstein, a *cultura política* constitui-se como “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. Cf. BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.

³² Entendido na concepção de Pierre Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

³³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Maçonaria. In: VAINFAS, op. cit., p. 506.

³⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999, passim.

expandia-se pela *esfera pública*. Alexandre Mansur Barata estudou a maçonaria baseado nas concepções dos autores estrangeiros supracitados. Para ele:

Pensar os novos espaços públicos surgidos no século XVIII (clubes, sociedades literárias, lojas maçônicas), é compreender, (...) a emergência de uma nova cultura política, marcada pela progressiva politização desses espaços intelectuais e pelo deslocamento da crítica em direção a domínios tradicionalmente interditos: a Igreja e o Estado.³⁵

Partindo dessa linha de raciocínio, o historiador brasileiro chamou atenção para a edificação de uma forma particular de *cultura política*, determinada pelo gradual processo de politização do espaço intelectual organizado pela instituição maçônica. Portanto, “resgatar a maçonaria como uma instituição formadora de opinião implica a necessidade de pensá-la, como uma forma específica de sociabilidade que possui no caráter secreto-fechado um elemento definidor”.³⁶

1.2 – A historiografia sobre as origens das maçonarias

Maçonaria é um assunto invariavelmente controverso, cercado por polêmicas que, não raro, se relacionam com aspectos lendários e míticos. A seu respeito, existe uma quantidade indefinida de idéias, teorias e histórias, que parecem surgir em cada direção para atender e respaldar interesses individuais ou coletivos.

Por exemplo: devido à existência de uma multiplicidade de significados presentes no imaginário social, o simples exercício de buscarmos uma definição para essa associação se constitui em uma tarefa árdua. Todavia, podemos entendê-la como uma sociedade que apresenta um

(...) caráter fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados e a promoção da ação filantrópica interna e externa.³⁷

³⁵ BARATA, Alexandre Mansur. Discutindo a sociabilidade moderna: o caso da maçonaria. In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 222.

³⁶ BARATA, op. cit., 1999, p. 116.

³⁷ COLUSSI, op. cit., 1998b, p. 33.

Outro traço delicado é a própria origem da maçonaria, pois existem tantas hipóteses sobre a sua formação quanto existem curiosos em torno do tema. Diversas obras assinalam que a mesma tem origens remotas, perdidas na Antiguidade, entre os outrora famosos mistérios egípcios, judaicos, gregos e persas.

Assim, “grande parte de sua história oculta é como a de um meteoro que, nascido no Oriente, se encaminhou para o Ocidente, traçando uma trajetória sempre luminosa através dos séculos”.³⁸ É oportuno mencionar a opinião da historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo a respeito desse assunto:

Seria uma tarefa vã querer precisar o momento de fundação da maçonaria, uma vez que suas origens se perdem em um passado povoado de mitos e lendas, remontado ao rei Salomão e outros personagens do Velho Testamento, a começar de Adão, apontado em algumas versões como o primeiro maçom.³⁹

As interpretações que buscam apresentar a maçonaria como uma ordem fundada em “épocas imemoriais” são oriundas, sobretudo, da própria literatura produzida pelos seus membros. Abordando esse tema, o historiador e jesuíta José Antonio Ferrer Benimeli criticou as “versões lendárias”, argumentando o seguinte sobre os seus autores:

Cegos pela vaidade e pela ambição de remontar a gênese da instituição a uma alta antiguidade, (...) se deixaram induzir em erro pela analogia existente entre os símbolos e os costumes das Lojas e os dos antigos mistérios. Em vez de procurar a maneira como essas práticas foram introduzidas na Franco-Maçonaria, eles se apoiaram em hipóteses para convertê-las na própria origem da instituição, considerando-as como indicação certa de filiação direta.⁴⁰

De fato, o arcabouço simbólico maçônico⁴¹ é tributário de diversos povos e tradições antigas, a exemplo dos egípcios, dos druidas, dos herméticos e da cabala. Há ainda elementos dos universos greco-romanos, judaico-cristãos e medievais. Todo esse conjunto de signos e sinais apropriados pelos maçons contribuiu para reforçar as

³⁸ LEADBEATER, C. W. *Pequena história da maçonaria*. São Paulo: Ed. Pensamento, 2000, Prólogo.

³⁹ AZEVEDO, op. cit., 1996-1997, p. 180.

⁴⁰ BENIMELI, José Antonio Ferrer. *Arquivos secretos do Vaticano e a franco-maçonaria*. São Paulo: Madras, 2007, p. 25.

⁴¹ Sobre os conceitos maçônicos e sua linguagem simbólica, ver: MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. São Paulo: Martins Fontes, 1989; MACNULTY, W. Kirki. *A maçonaria: símbolos, segredos, significado*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

interpretações que conferiam à sua ordem uma origem remota, gloriosa e distante no tempo.

Na verdade, ressaltando a sua antiguidade, quase todas essas narrativas buscaram cobrir a maçonaria com um véu de “nobreza” e legitimidade. Conforme sugerido por Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

Mais do que desacreditar as lendas, vale assinalar o chão de onde se sonha. A ponte imaginária que uma narrativa lendária constrói entre o passado e o presente pode servir como “sal” da vida, uma vez que ajuda a dar sentido maior para um cotidiano muitas vezes sem graça.⁴²

Embora o foco de nossa análise seja a dimensão histórica do fenômeno maçônico, não devemos simplesmente criticar e descartar os seus mitos, visto que em alguns casos eles podem se confundir com tradições históricas concretas. Vejamos, por exemplo, uma das mais difundidas narrativas maçônicas: a lenda de Hiram Abiff.

Hiram Abiff, arquiteto fenício oriundo de Tiro, foi convocado pelo rei Salomão, durante o terceiro ano de seu reinado, para liderar a construção do templo de Jerusalém. Para realizar este feito, o distinto obreiro – detentor de um refinado conhecimento arquitetônico e matemático para o seu tempo – chefiou um grande número de pedreiros que foram divididos por ele em três categorias: “Aprendiz”, “Companheiro” e “Mestre”. Cada um desses graus hierárquicos possuía os seus símbolos, códigos e técnicas específicas, além de uma remuneração própria e condizente com o nível de habilidade de cada grupo.

Reza a lenda que três maus “Companheiros” cercaram Abiff exigindo a palavra secreta com o objetivo de atingir o grau mais elevado de “Mestre”. No entanto, o arquiteto fenício teria respondido que revelaria o segredo no momento oportuno. Inconformados com a recusa de Hiram, os ávidos discípulos o teriam assassinado. Conta-se ainda que, posteriormente, foi descoberta uma acácia plantada no local em que o corpo do Mestre havia sido enterrado e, por fim, que ele teria ressuscitado.

De acordo com Rizzardo da Camino, “Hiram o arquiteto existiu realmente, e era citado nas histórias dos hebreus, contudo o seu assassinato é que foi posto em dúvida. Não existem elementos seguros para se afirmar como e por que ocorreu esse assassinato”.⁴³

Mesmo sem comprovação histórica, esse mito de fundação é portador de um conjunto de ensinamentos éticos, morais e filosóficos muito importantes para a liturgia

⁴² MOREL; SOUZA, op. cit., p. 15.

⁴³ CAMINO, op. cit., p. 202.

maçônica. Por seu intermédio, *irmãos* de todos os *ritos* são encorajados a seguir os exemplos de coragem, dignidade e fidelidade descritos nessa lenda, que é muito utilizada nas cerimônias maçônicas, especialmente em seus rituais de iniciação. Segundo Marco Morel e Françoise Jean de Oliveira Souza:

Os rituais de passagem baseiam-se em um esquema que comporta o sofrimento, a morte e a ressurreição. Em geral, morre-se para a vida profana, sendo a morte a suprema *iniciação*, o começo de uma nova existência espiritual (...). A ressurreição é representada pelo desvendamento dos olhos, quando o neófito recebe a *luz*, ou seja, renasce como Hiram, transformado e experimentando uma nova existência de sabedoria.⁴⁴ (grifos dos autores).

Seja do ponto de vista histórico ou lendário, é preciso considerar que a memória maçônica foi exaustivamente trabalhada pelos seus autores. Apesar de toda a polêmica envolvendo a origem da maçonaria, é praticamente um consenso entre os estudiosos acadêmicos que a mesma remonta às corporações de ofício das décadas finais da Idade Média, quando os pedreiros e suas técnicas especializadas erguiam as grandes igrejas e preparavam o terreno para o posterior surgimento de um moderno grupo secreto.

Entre as múltiplas associações medievais, a dos construtores de catedrais se destacava por ser detentora de algumas especificidades, a exemplo do simbolismo esotérico e do conteúdo cristão. A respeito desse seletivo grupo de talhadores de pedra, José Antonio Ferrer Benimeli nos indicou que:

O esquadro, o nível e o compasso converteram-se em seus atributos e símbolos característicos. Decididos a formar um corpo independente da massa de obreiros, imaginaram senhas entre si e toques para se reconhecer. Chamavam isso de instrução verbal, saudação e senha manual. Os Aprendizes, os Companheiros e os Mestres eram recebidos com cerimônias particulares e secretas. O Aprendiz elevado ao grau de Companheiro jurava jamais divulgar, em palavras ou por escrito, os dizeres secretos de saudação. Era proibido aos Mestres, e também aos Companheiros, ensinar aos estranhos os estatutos constitutivos da Maçonaria.⁴⁵

A passagem acima descreveu os primórdios do que foi chamado de maçonaria *operativa*. Não foi sem motivo, portanto, que alguns dos seus principais símbolos tiveram origem na arte de construção de alvenaria, a exemplo do esquadro, do compasso, do malhete, entre outros.

⁴⁴ MOREL; SOUZA, op. cit., p. 25.

⁴⁵ BENIMELI, op. cit., p. 32.

A utilização desses símbolos, à primeira vista, pode parecer difícil de ser concebida para os indivíduos letrados da contemporaneidade. No entanto, não devemos perder de vista o fato de que a maior parte dos pedreiros medievais era formada por indivíduos desprovidos de instrução formal.

Por esta razão, o uso de elementos simbólicos possibilitou o melhor aprendizado das técnicas e, paulatinamente, promoveu um escalonamento hierárquico de sinais e signos, sendo considerados mais elevados aqueles que os entendiam e os empregavam de forma correta nos trabalhos de edificação.

O sigilo sobre o que era aprendido no interior de cada um dos graus hierárquicos é outro aspecto de fundamental importância para a manutenção das especificidades de seus membros. O tão propalado “segredo maçônico” moderno é, afinal, herdeiro direto dessas tradições medievais. Para Eliane Lucia Colussi, este grupo oculto de noções

(...) estava relacionado a um juramento que implicava a não revelação do conjunto dos conhecimentos técnicos (especialmente matemáticos) da arte da construção (...). O segredo da arte de construção foi cercado de rituais e símbolos, religiosos ou não, que garantiriam legitimidade e maior permanência do monopólio.⁴⁶

O juramento referido na transcrição anterior foi mais uma das características provenientes do período medieval, sendo sua violação punida com o corte da garganta e/ou língua do traidor, ou seja, supostamente com a pena de morte.

Contudo, segundo José Antonio Ferrer Benimeli, essa ameaça se tratava apenas de uma alegoria, “uma promessa revestida de formalidades, que não a tornam nem mais terrível, nem mais sólida, mas solenizam sua emissão, por meio de uma encenação teatral destinada a gravar uma lembrança durável que impeça seu descumprimento”.⁴⁷

Sobre a origem do vocábulo *franco-maçom*, o autor afirmou que existem versões diferentes para o seu aparecimento. Seu uso mais antigo teria ocorrido na Inglaterra, em 1350, quando foi utilizado para distinguir os pedreiros que trabalhavam a pedra ornamental e os trabalhadores rudes – *rough-mason* –, termo aplicado aos escavadores ingleses. Uma segunda explicação se prende à questão da independência desses maçons em relação aos membros de outras corporações de ofício, uma espécie de “autonomia sindical”.

⁴⁶ COLUSSI, op. cit., 2002, p. 5.

⁴⁷ BENIMELI, op. cit., p. 53.

No entanto, a interpretação mais aceita relaciona tal expressão aos privilégios inerentes aos construtores de catedrais, pois contando com o apoio e a proteção da Igreja católica, os *franco-maçons* estavam isentos de cumprir os estatutos ou éditos locais. Os também chamados *pedreiros livres* foram agraciados com as “franquias”: espécies de “salvo-condutos”, isto é, autorizações para ultrapassar livremente as fronteiras dos países, tanto em períodos de paz como nos de guerra.⁴⁸

Com o advento dos séculos XVI-XVII, quando o florescimento do antropocentrismo, a expansão comercial e o surgimento do Renascimento desestruturaram o universo medieval, a maçonaria também se modificou.

As construções de catedrais chegavam ao seu final e os maçons ocuparam-se de preferência à construção de edifícios profanos. Quando cessou a construção de grandes catedrais, as fraternidades e Lojas maçônicas passaram pouco a pouco para as mãos dos membros adotivos, ou os franco-maçons aceitos.⁴⁹

Os *maçons-aceitos*, tal como ficaram conhecidos, eram os neófitos originariamente estranhos ao exercício da profissão de construtores. Suas incorporações visavam a “manutenção de privilégios adquiridos pela associação. Foram assim sendo incorporados às lojas arquitetos, príncipes e bispos”.⁵⁰ Ademais, a instituição maçônica se tornou “um espaço de especulação no sentido de debate e discussão sobre ciência e política (por isso o termo maçonaria especulativa)”.⁵¹

No entendimento de Célia Maria Marinho de Azevedo, a associação de *pedreiros livres* “pode ser considerada como a continuação por um lado, e a transformação por outro, da organização de ofício da Idade Medieval e da Renascença, quando o elemento especulativo se sobrepõe ao elemento operativo”.⁵²

Os detalhes da transformação de uma organização medieval de artesãos habilidosos em uma espécie de clube filosófico de cavalheiros permanecem desconhecidos, mas é prudente relacioná-la à emergência do movimento iluminista, quando a ruptura com a tradição, a emergência da idéia de progresso e a valorização do indivíduo – algumas das principais marcas da Ilustração – foram incorporadas ao ideário maçônico.

⁴⁸ Ibid, p. 36-37.

⁴⁹ Ibid., p. 41.

⁵⁰ COLUSSI, op. cit., 1998a, p. 26.

⁵¹ Id., 2002, p. 5.

⁵² AZEVEDO, op. cit., 1996-1997, p. 180.

Na verdade, “influências medievais, renascentistas e iluministas, haviam se fundido para criar uma instituição que parecia refletir o espírito progressivo da época, com ideais de irmandade, igualdade, tolerância e razão”.⁵³ O ano de 1717 – momento de fundação da *Grande Loja de Londres*, a partir da união de quatro *lojas* inglesas pré-existentes – é normalmente apontado como marco inicial da maçonaria *especulativa ou moderna*. Na opinião de David Stevenson:

A data é quase irrelevante no longo processo de avanço do movimento [de transformação da maçonaria], pois embora a Grande Loja Inglesa tenha tido um importante papel na organização da Maçonaria, quando fundada ela apenas reuniu quatro Lojas de Londres (...). Entretanto, o fato de a Inglaterra ter dado o primeiro passo em direção à organização nacional por meio de Grandes Lojas, e de tal gesto ser imitado subseqüentemente na Irlanda (1725) e na Escócia (1736), levou muitos historiadores maçônicos ingleses a concluir levianamente que a Maçonaria se originou na Inglaterra, que depois a teria passado para o resto do mundo.⁵⁴

O historiador apontou evidências que indicam a Escócia do século XVII, durante a fase final da Renascença, como a gênese da maçonaria *especulativa*. Nesse sentido, os elementos maçônicos modernos essenciais seriam de origem escocesa e não inglesa, conforme os dados presentes no quadro abaixo.

Compilação resumida das evidências que apontam para o surgimento da maçonaria moderna na Escócia (século XVII)
Atas e registros mais antigos já localizados de <i>lojas</i> maçônicas
Uso primordial da palavra <i>loja</i> no sentido maçônico moderno
Primeiras tentativas de organização maçônica em âmbito nacional
Inclusão original de elementos “não operativos” nos quadros maçônicos
Primeiras referências à “Palavra do Maçom” – a senha maçônica secreta
Primeiras evidências indicativas de que a maçonaria era considerada “sinistra” ou conspirativa
Descrições inéditas de cerimônias de iniciação e o uso singular de símbolos associados a idéias éticas e morais específicas
Primeiras evidências concretas da utilização de dois graus na maçonaria e a indicação primordial dos termos “Aprendiz” e “Companheiro” para os mesmos
Fonte: STEVENSON, David. <i>As origens da maçonaria: o século da Escócia (1590-1710)</i> . São Paulo: Madras, 2009, passim

⁵³ STEVENSON, David. *As origens da maçonaria: o século da Escócia (1590-1710)*. São Paulo: Madras, 2009, p. 23.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 20.

Se por um lado o processo histórico de transição da maçonaria se deu, primeiramente, na Escócia (onde as minutas mais antigas com a participação de membros *aceitos* datam do alvorecer do século XVII), por outro, o próprio David Stevenson reconheceu que no século XVIII, os “ingleses começaram a inovar e adaptar o movimento embora a influência escocesa permanecesse forte; nesse ponto, a Inglaterra assumiu a liderança no desenvolvimento da Maçonaria”.⁵⁵

O século XVIII inglês marcou a emergência do ambiente maçônico secreto, baseado nos princípios de uma fraternidade que se colocava acima das religiões e das confissões. Para além do segredo e dos rituais, o que estava presente era uma organização diretamente associada às questões da Ilustração e influenciada pelos acontecimentos que o mundo vivenciou naquele contexto, como o desenvolvimento das denominadas “Revoluções Burguesas”.

Na Inglaterra reinava um espírito maior de liberdade, através da existência de uma Constituição, de um Parlamento e de uma imprensa atuante. Assim, os maçons obtiveram o espaço necessário para crescer, inclusive com a atração de membros da aristocracia e da própria realeza para o interior das suas instituições.

A historiadora Margaret C. Jacob resumiu as transformações inglesas do século XVIII por meio da “ênfase nas práticas representativas e constitucionais, que Londres simbolizava como centro do debate parlamentar e dos partidos políticos”.⁵⁶ Mesmo tendo iniciado sua expansão em um cenário favorável, as maçonarias inglesas não abriram mão da discrição e do segredo.

Em que pese a liberalidade sempre reinante na Inglaterra, onde jamais maçons sofreram as perseguições e humilhações sofridas em outras partes do mundo, a necessidade de reserva nas referências à instituição era mais no sentido de autopreservação, numa época de instabilidade política, com um rei devasso e inoperante, ocupando o trono inglês desde 1714.⁵⁷

A fundação da *Grande Loja de Londres*, em 1717, foi um episódio supervalorizado, nos devidos termos de David Stevenson, mas pode ser utilizada como uma referência para o contexto de surgimento da maçonaria *moderna*, uma vez que:

⁵⁵ STEVENSON, loc. cit.

⁵⁶ JACOB, Margaret C. *Living the Enlightenment: freemasonry and politics in eighteenth-century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991, p. 36-37 apud BARATA, op. cit., 2002, p. 21.

⁵⁷ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson de 1723: texto básico. In: _____; RODRIGUES, Raimundo. *Análise da Constituição de Anderson*. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1995, cap. 2, p. 47.

A partir desse momento, realiza-se a mudança na orientação da fraternidade maçônica, pois, mesmo conservando escrupulosamente o espírito da antiga confraria, com seus princípios e usos tradicionais, abandonar-se-ia a arte da construção para os trabalhadores profissionais, mas se manteriam todos os termos técnicos e os sinais usuais que simbolizavam a arquitetura dos templos, embora para tais expressões se lhes tenha dado um sentido simbólico. A partir desse período, a Maçonaria transformou-se em uma instituição cuja característica era a obtenção de uma finalidade ética, suscetível de se propagar em todos os povos civilizados. Do ponto de vista jurídico, essa foi a vitória do direito escrito sobre o costume e o nascimento de um novo conceito, o da *obediência* ou federação de Lojas. No futuro, é aí que residirá a soberania, pois somente a Grande Loja terá autoridade para criar novas Lojas. E com isso, de fato, surgiu uma legitimidade maçônica chamada Maçonaria Regular.⁵⁸ (grifo do autor).

Segundo José Castellani, antes da inauguração do templo maçônico, tal como ele é conhecido atualmente, os *irmãos* realizavam as suas reuniões em “tabernas e cervejarias, ou nos adros das igrejas, numa prática herdada das organizações de ofício, pois as tabernas européias serviam como local de concentração e reunião de obreiros do mesmo ofício”.⁵⁹

As *lojas* que originaram o organismo maçônico central em 1717 tinham os nomes ligados às cervejarias *The Goose and Gridiron* (“O Ganso e a Grelha”) e *The Crown* (“A Coroa”), como também às tabernas *The Apple Tree* (“A Macieira”) e *The Rummer and Grapes* (“O Copázio e Uvas”).

Desde o nascimento da *Grande Loja de Londres* surgiram descontentamentos em relação à sua autoridade. Esse movimento questionador provocou, em 1751, a fundação de uma nova entidade que se autodenominava *Grande Loja dos Antigos*. As principais críticas dirigidas aos “modernos” estavam relacionadas à “descristianização dos rituais” e à omissão das orações e comemorações dos dias santos.

De acordo com José Castellani, os obreiros “antigos”, ou seja, aqueles que não se subordinaram à *Grande Loja de Londres* buscavam “reviver a Antiga Arte Real, segundo os verdadeiros princípios maçônicos”.⁶⁰ Liderados por seu *grande secretário* – o irlandês Laurence Dermott – que publicou um livro intitulado *Ahiman Rezon*,⁶¹ a *Grande Loja dos*

⁵⁸ BENIMELI, op. cit., p. 43.

⁵⁹ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson de 1723: texto básico. In: _____; RODRIGUES, op. cit., p. 52.

⁶⁰ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson e a dos Antigos. In: _____; RODRIGUES, op. cit., cap. 1, p. 28.

⁶¹ Este livro tornou-se a Constituição da *Grande Loja dos Antigos*. O nome “Ahiman Rezon” é oriundo do hebraico **ahim** = irmãos; **manah** = escolher e **ratzon** = lei. A frase significa “Conselho dado a um irmão”. Ibid., p. 35. (grifos do autor).

Antigos logo atingiu um número significativo de adeptos e passou a rivalizar com a *Grande Loja de Londres* até o ano de 1813, ocasião em que as duas *Potências maçônicas* se uniram para formar a *Grande Loja Unida da Inglaterra*.

Percebemos que as rivalidades no interior da maçonaria *moderna* estão presentes desde o seu aparecimento, o que nos autoriza a utilizar o termo “maçonarias”, no plural. Dentro dessa lógica:

Ainda que surgida e difundida como um movimento mundial, a Maçonaria se diversificava de forma mais espantosa. A Instituição parecia um Proteu, mudando de forma e conteúdo de acordo com as circunstâncias e filiação. Era capaz de proporcionar uma estrutura institucional para quase todas as religiões e crenças políticas.⁶²

Após o movimento de organização e expansão no século XVIII, coube à *Grande Loja de Londres* a tarefa de reunir as antigas regras e normas maçônicas. Essa compilação foi iniciada em 1721 e finalizada apenas no ano de 1723, durante o *grão-mestrado* do duque Wharton.

Trata-se do *Livro das Constituições* – carta magna da maçonaria *especulativa* – contendo a história lendária da instituição, além de seus preceitos e regulamentos básicos. Escrito por dois pastores protestantes, James Anderson (1684-1739), cujo nome aparece representado no frontispício das *Constituições* e John Théophile Desaguliers (1683-1744), esse trabalho se tornou o instrumento jurídico básico das maçonarias *modernas*.

Para José Castellani, os capítulos mais importantes são os que se referem às “Antigas Leis Fundamentais” (*Old Charges*), sendo o trecho seguinte um dos mais citados e comentados em todo o mundo:

DEVERES DE UM MAÇOM

1º. – CONCERNENTE A DEUS E À RELIGIÃO

O Maçom está obrigado, por seu título, a praticar a moral; e, se compreender seus deveres, jamais se converterá em um estúpido ateu nem em irreligioso libertino. Apesar de, nos tempos antigos, os Maçons estarem obrigados a praticar, em cada país, a religião local, *tem-se como mais apropriado, hoje, não lhes impor senão a religião sobre a qual todos os homens estão de acordo*, dando-lhes total liberdade com referência às suas próprias opiniões particulares. Esta consiste em serem homens bons e sinceros, homens honrados e justos, seja qual for a denominação ou crença particular que eles possam ter. Donde se conclui que a Maçonaria é um Centro de União e o

⁶² STEVENSON, op. cit., p. 23.

meio de conciliar uma verdadeira amizade entre pessoas que, de outra maneira, ficariam perpetuamente separadas.⁶³ (grifos nosso).

É importante destacar os ideais de tolerância religiosa presentes no texto fundador da maçonaria *especulativa*. O extrato acima menciona uma “religião sobre a qual todos os homens estão de acordo”. Devemos levar em consideração que os seus autores foram influenciados pelo terror das guerras de religião, as quais provocaram muito sofrimento e destruição na Europa.

Assim sendo, os pastores compiladores dessas *Constituições* buscaram criar um clima de tolerância e uma atmosfera de fraternidade. O historiador José Antonio Ferrer Benimeli, prudentemente, nos chamou atenção para o seguinte aspecto relacionado a essa temática:

Quanto à essa religião a respeito da qual todos os homens estão de acordo, não nos enganemos, a mesma não pode ser outra senão a religião cristã. Nenhuma outra tem relevância na Inglaterra, nem mesmo na Europa. Mas essa religião cristã, em sua diversidade, é aquilo que Roma não podia admitir, e por essa razão o papado vai combater a Maçonaria. No fundo, pelo artigo primeiro, retirou-se do catolicismo o privilégio de ser a religião tradicional da Maçonaria.⁶⁴

A fé sempre ocupou uma posição de destaque na doutrina maçônica. Em 1813, após a fusão da *Grande Loja dos Antigos* com a dos *Modernos*, o corpo original da *Constituição Andersoniana* sofreu alterações para acomodar as concepções das duas *Obediências*. Em 1815 foi publicada a nova redação das “Antigas Leis Fundamentais”, cujas diretrizes básicas foram expostas da seguinte forma:

Um Maçom é obrigado, por seu título, a obedecer à lei moral e, se compreender bem a Arte, nunca será ateu estúpido, nem libertino irreligioso. De todos os homens, deve ser o que melhor compreende que Deus enxerga de maneira diferente do homem, pois o homem vê a aparência externa ao passo que Deus vê o coração. *Seja qual for a religião de um homem, ou forma de adorar, ele não será excluído da Ordem, se acreditar no glorioso Arquiteto do Céu e da Terra e se praticar os sagrados deveres da moral.*⁶⁵ (grifos nosso).

⁶³ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson de 1723: texto básico. In: _____; RODRIGUES, op. cit., p. 38.

⁶⁴ BENIMELI, op. cit., p. 49.

⁶⁵ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson de 1815: modificada em seu texto metafísico básico. In: _____; RODRIGUES, op. cit., cap. 3, p. 53.

Pela passagem destacada, notamos que um dos deveres mais importantes dos *pedreiros livres* é o de serem fiéis a Deus. Conforme evidenciado por José Castellani, “ao liberalismo e à tolerância religiosa da original compilação de Anderson, sucedia uma crença impositiva e (...) marcadamente teísta”.⁶⁶ Essa modificação, porém, provocou descontentamentos e algumas *Potências maçônicas* optaram pela manutenção do texto original elaborado em 1721.

Com efeito, a exigência da crença em uma divindade provocou sérias rupturas no relacionamento entre os maçons. Em 1867, por exemplo, o *Grande Oriente da Bélgica* excluiu as referências ao *Grande Arquiteto do Universo* de seus rituais. Dez anos depois, o *Grande Oriente da França* seguiu o caminho belga e provocou uma cisão que permanece até os dias de hoje.

A *Grande Loja Unida da Inglaterra* declarou irregular o *Grande Oriente da França* e os demais que suprimiram a fé religiosa no *Arquiteto do Céu e da Terra*. Segundo Alexandre Mansur Barata:

Aprofundou-se a cisão no seio da comunidade maçônica. Os ideais de cada Obediência tornaram-se cada vez mais divergentes, consolidando, basicamente, duas correntes de pensamento: a francesa, nitidamente mais racionalista, defensora da liberdade de consciência e republicana; e a inglesa, mais conservadora e religiosa.⁶⁷

De forma análoga, a maçonaria se fragmentou no que diz respeito aos seus *ritos*. Rizzardo da Camino definiu *rito* como “o conjunto de regras e preceitos com os quais se praticam as cerimônias, comunicam-se os sinais, toques, palavras e todas as instruções ‘secretas’ necessárias ao bom desempenho dos ‘trabalhos’. É a literatura maçônica”.⁶⁸ O autor identificou e descreveu 117 *ritos* em seu *Dicionário maçônico*.

Outra divisão existente é a que classifica a maçonaria em *simbólica* ou *filosófica*. A primeira utiliza apenas os três graus obrigatórios (“Aprendiz”, “Companheiro” e “Mestre”), estabelecidos desde a *Constituição de Anderson* e comum a todos os *ritos*. A segunda funciona com quatro ou mais graus, dependendo do *rito* adotado. Os graus posteriores aos três primeiros são conhecidos como de *aperfeiçoamento* ou *filosóficos*.

Apesar das múltiplas divergências, a difusão das maçonarias ocorreu rapidamente ao redor do mundo, porém de maneira irregular. Em países onde o poder da Igreja católica

⁶⁶ Ibid., p. 54.

⁶⁷ BARATA, op. cit., 1999, p. 41.

⁶⁸ CAMINO, op. cit, p. 338.

ainda permanecia forte, a exemplo de Portugal e Espanha, esse processo foi prejudicado. No que se refere ao nosso território, o surgimento das instituições maçônicas permanece envolto em uma questão obscura, pois da mesma forma que alguns relatos sobre as origens da maçonaria internacional são totalmente fantasiosos, existem textos fundacionais brasileiros que carecem de comprovação histórica.

É o caso de uma difundida versão que aponta a *loja* intitulada “Cavaleiros da Luz” como a primeira organização maçônica do Brasil. De acordo com algumas narrativas, mesmo antes de sua instalação física, ocorrida em 1797, no povoado da Barra, Bahia; as sessões iniciais desta suposta *loja* já teriam ocorrido a bordo da fragata francesa *La Preneuse*, que se encontrava ancorada nas águas de Salvador, sob o comando de *monsieur* Larcher.

No entanto, “até o final do século XVIII, não existia no Brasil a Maçonaria, entendendo-se como uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais”.⁶⁹ Na mesma linha de raciocínio, David Gueiros Vieira argumentou que “a primeira notícia escrita que se teve no estrangeiro sobre o estabelecimento da maçonaria no Brasil, foi o manifesto de 1832, publicado no *Masonic World Wide-Register*, redigido por José Bonifácio”.⁷⁰

Neste documento, José Bonifácio indicou que as primeiras *lojas* no país foram fundadas em 1801 e 1802, no Rio de Janeiro e na Bahia, respectivamente, e se filiaram a *Grande Loja Francesa*.

Em virtude da falta de documentos comprobatórios, não foi possível precisar uma data oficial para a instalação maçônica no Brasil. Por esta razão, é recomendável registrar os principais fatos iniciais da maçonaria brasileira.

O quadro abaixo, baseado em dados compilados pelo historiador maçônico José Castellani, resume os principais aspectos da história dessa sociedade secreta em nosso país, desde os seus primórdios até a fundação do primeiro *Grande Oriente* nacional.

Cronologia dos primórdios da maçonaria brasileira	
DATA	FATO
1796	Fundação, em Pernambuco, do “Areópago de Itambé”, sociedade criada sob inspiração maçônica
1797	Instalação da <i>loja</i> “Cavaleiros da Luz” na Bahia
1800	Criação, em Niterói, da <i>loja</i> “União”

⁶⁹ BARATA, op. cit., 1999, p. 59.

⁷⁰ VIEIRA, op. cit., p. 41.

1801	Inauguração da <i>loja</i> “Reunião”, sucessora direta da “União”
1802	Estabelecimento da <i>loja</i> “Virtude e Razão” na Bahia
1804	Fundação das <i>lojas</i> “Constância” e “Filantropia” no Rio de Janeiro
1806	Fechamento, pela ação do conde dos Arcos, das <i>lojas</i> “Constância” e “Filantropia”
1807	Instalação da <i>loja</i> “Virtude e Razão Restaurada”, sucessora da “Virtude e Razão”
1809	Criação, em Pernambuco, da <i>loja</i> “Regeneração”
1812	Inauguração da <i>loja</i> “Distintiva”, em São Gonçalo da Praia Grande (Niterói)
1813	Estabelecimento, na Bahia, da <i>loja</i> “União”
1815	Fundação, no Rio de Janeiro, da <i>loja</i> “Comércio e Artes”
1818	Expedição de Alvará proibindo o funcionamento das sociedades secretas
1821	Reinstalação da <i>loja</i> “Comércio e Artes”
1822	17 de junho: fundação do <i>Grande Oriente</i>
Fonte: CASTELLANI, José. Os primórdios da maçonaria no Brasil. In: _____; CARVALHO, William Almeida de. <i>História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil</i> . São Paulo: Madras, 2009, cap. 2, p. 31	

A partir da fundação do *Grande Oriente do Brasil*, a recém nascida maçonaria brasileira se transformou em uma célula do *sistema obediencial* internacional e, durante todo o século XIX,

(...) recebeu forte influência especialmente da [maçonaria] francesa que, no transcorrer daquele século, foi assumindo gradativamente posicionamentos políticos liberais, anticlericais, laicistas e racionalistas. Exemplo disso foi o Grande Oriente da França, que (...) excluiu de seus estatutos a obrigação (...) da crença em Deus, na imortalidade da alma e do juramento sobre a Bíblia (...). As maçonarias da Inglaterra e dos Estados Unidos reagiram a isso de forma radical e, juntamente com outros países, romperam relações com a da França e demais países sob a sua influência. Assim, consolidaram-se duas principais vertentes maçônicas que já há muitas décadas atuavam com perspectivas diferentes: a considerada por alguns historiadores como maçonaria *regular*, ou *ortodoxa*, e a outra, a maçonaria *irregular*, *heterodoxa*.⁷¹ (grifos da autora).

Mais uma vez, a rivalidade acima descrita ilustra a ausência de homogeneidade no interior das instituições maçônicas. Em um debate organizado recentemente pela Fundação Biblioteca Nacional, a historiadora Isabel Lustosa chamou atenção para as contradições das

⁷¹ COLUSSI, op. cit., 1998a, p. 31.

maçonarias brasileiras durante a primeira metade do século XIX, afirmando que não havia concordância no pensamento político dos grupos que atuaram no “Movimento de 1822”.

Dentro dessa lógica, foram percebidos diversos conflitos internos entre os partidários que defendiam a forma republicana de governo para o Brasil independente, a exemplo de Joaquim Gonçalves Ledo, e os seus concorrentes, entre os quais se destacavam Hipólito da Costa e José Bonifácio, que visavam a manutenção do regime monárquico.

Portanto, apesar de uma aparente união interna, a oposição entre republicanos e monarquistas indicou as divergências no seio dos maçons brasileiros. Isabel Lustosa concluiu sua exposição afirmando que “Gonçalves Ledo foi um dos maiores idealistas do Brasil, ao lado do Hipólito da Costa, que era o oposto dele. Os dois dão a dimensão do que era o papel da maçonaria no momento de nossa independência”.⁷²

Além de toda essa competição interna, a maneira pela qual se processou a expansão maçônica pelo mundo abriu caminho para o estabelecimento de particularidades nacionais. Em nosso país, os testemunhos maçônicos conferiram à sua organização um papel destacado durante o processo de independência em relação a Portugal.

Esse fato foi atestado por vários historiadores acadêmicos brasileiros, que identificaram os *pedreiros livres* como um dos principais grupos formadores da emancipação política do Brasil. No entendimento de Marco Morel, por exemplo, as atividades maçônicas se constituíram em um importante espaço de debate e coordenação de forças políticas que atuaram no “Movimento de 1822”.⁷³

O primeiro *Grande Oriente do Brasil* foi fundado em 1822, dentro do contexto da efervescência de idéias advindas do(s) projeto(s) de independência brasileira. Sua composição inicial – oriunda da *loja* “Comércio e Artes” – contava com personalidades conhecidas da história brasileira, a exemplo de José Bonifácio, Gonçalves Ledo e do próprio dom Pedro I, que rapidamente se tornou *grão-mestre* da instituição.

Ainda assim, pouco tempo depois, o imperador vetou por escrito as atividades maçônicas. Como consequência, durante o Primeiro Reinado, as maçonarias atuaram a maior parte do tempo na clandestinidade. Para além dessa intervenção governamental, o

⁷² LUSTOSA, Isabel. A influência das sociedades secretas na política. In: BIBLIOTECA FAZENDO HISTÓRIA, 2011, Rio de Janeiro: Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional. *Palestra Sociedades Secretas: mais mentiras do que mistérios*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <<http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/a-influencia-das-sociedades-secretas-na-politica-brasileira>>. Acesso em: jan. 2012.

⁷³ MOREL; SOUZA, op. cit., passim.

enfraquecimento do *Grande Oriente do Brasil* foi motivado pelas disputas internas entre José Bonifácio e Gonçalves Ledo em torno do poder.

Com a abdicação de dom Pedro I, os maçons retomaram regularmente as suas atividades, mas a expansão iniciada a partir da década de 1830 coincidiu com uma grande disputa entre *irmãos*:

Em 1835 a maçonaria no Brasil dividia-se em quatro Supremos Conselhos e dois Grandes Orientes, a saber: o Grande Oriente do Brasil, criado em 1822 e depois reconstituído em 1831 sob a direção (...) de José Bonifácio; o Grande Oriente Brasileiro, instituído também em 1831 (...); o Supremo Conselho Brasileiro, fundado em 1832 por Francisco Gê Acaiba de Montezuma, visconde de Jequitinhonha (...); em reação a esse último, cada um dos dois Grandes Orientes mencionados constituíram os seus Supremos Conselhos e, por fim, um quarto Supremo Conselho surge de uma cisão de um dos Grandes Orientes.⁷⁴

O ano de 1863, entretanto, é o principal marco das divisões no interior das maçonarias brasileiras, uma vez que após se fortalecer diante de seus concorrentes, uma nova e importante cisão, que já foi abordada neste trabalho, se estabeleceu no seio do *Grande Oriente do Brasil*.

A despeito das disputas e das rupturas maçônicas internas, a década de 1870 foi apontada como um período de crescimento e consolidação da(s) maçonaria(s) brasileira(s). Conforme Alexandre Mansur Barata, “pressionada, sobretudo com os confrontos com a Igreja católica, ela se transformou em palco de debates entre as diversas concepções sobre o propósito de sua atividade na sociedade brasileira”.⁷⁵

1.3 – Breve histórico das relações institucionais entre Estados Nacionais, Igreja católica e maçonarias nos séculos XVIII e XIX

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, diversas condenações foram direcionadas às instituições maçônicas, tendo as primeiras reprovações partido de governos nacionais, a exemplo da Holanda (1735) e da França (1737). O caráter secreto típico das maçonarias era entendido como uma ameaça para a segurança de diversos países, levando-os a censurar de maneira sistemática todas as formas de sociedades secretas.⁷⁶

⁷⁴ AZEVEDO, op. cit., 1996-1997, p. 181-182.

⁷⁵ BARATA, op. cit., 1999, p. 68.

⁷⁶ Para uma análise detalhada das condenações governamentais à maçonaria, consultar: BENIMELI, op. cit., p. 67-101.

Dentro dessa conjuntura histórica, alguns setores intitulados modernos ou ilustrados, munidos pelos ideais iluministas, passaram a questionar a visão de mundo preconizada pela Igreja católica, que buscou se reformar em uma verdadeira reação aos acontecimentos políticos, sociais e econômicos que abalaram a sua hegemonia desde a Revolução Francesa. Na opinião de Eliane Lucia Colussi:

A Igreja Católica estava muito enfraquecida, especialmente desde o início da Reforma. O surgimento de novas religiões cristãs lhe fazia frente. A sua fragilização política crescia com a vitória do liberalismo em diversos países. Enfim, os Estados secularizavam-se, ou seja, a Igreja era afastada da influência política.⁷⁷

A ruptura com a tradição, a idéia de progresso e a valorização do indivíduo em oposição ao divino, ao sagrado e aos dogmas foram algumas das principais marcas do século XVIII que, gradativamente, substituiu o teocentrismo medieval por um crescente processo de *secularização*.⁷⁸ No entanto, José Antonio Ferrer Benimeli salienta o seguinte:

O século XVIII não aboliu o sobrenatural, limitou-se a racionalizá-lo. Não foi sequer irreligioso. Foi um século que, apesar de ter sido por essência o “século do espírito”, do “livre pensamento”, ao mesmo tempo teve uma forte inclinação para o extraordinário, o maravilhoso, o misterioso e o secreto. O que não representou nenhum obstáculo para que de todas as partes surgisse um vasto movimento rumo ao ideal de liberdade, igualdade e, de uma certa maneira, de fraternidade.⁷⁹

A compreensão das origens dos conflitos entre Estados Nacionais, Igreja católica e maçonarias se verifica tanto através da articulação entre culturas políticas e religiosas, quanto pelo processo de circulação de idéias e apropriação cultural.

Muito embora tenha tido sua autoridade questionada, a Igreja católica via-se como portadora de uma tradição originária do início da Cristandade, que constituía o seu próprio alicerce ideológico.

⁷⁷ COLUSSI, op. cit., 2002, p. 13.

⁷⁸ Segundo Cláudia Rodrigues, “o processo de secularização estaria mais relacionado ao fato de a Igreja não deter, como antes, o controle da estruturação do espaço sócio-cultural. Sua hegemonia sobre a sociedade teria se rompido a partir da concorrência de outras correntes ideológicas e, inclusive, de outras religiões, perdendo, assim, grande parte do poder de intervenção social que anteriormente possuía (...). Por outro lado, entretanto, isto não teria significado, necessariamente, a perda/eliminação da religiosidade (vívda), mas sim a redefinição do seu papel e dos seus espaços”. RODRIGUES, Cláudia. Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise do processo de secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ: HISTÓRIA E RELIGIÃO, 8. 1998, Vassouras. *Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ: história e religião*. Vassouras, 1998, p. 5-6.

⁷⁹ BENIMELI, op. cit., p. 18.

Em última instância, suas posições eram legitimadas pelo próprio “Espírito Santo”, pois Deus representava a origem de toda a sua doutrina eclesial. No entendimento de Roma, os seus ditames éticos, filosóficos e morais não poderiam se submeter à quaisquer que fossem as orientações temporais.

Devemos chamar atenção, em nossa análise, para a década de 1860, a qual fortemente marcada pelo movimento reformador católico, assistiu ao “auge da luta do papa Pio IX contra o liberalismo” e a busca pela reafirmação dos valores tradicionais do catolicismo, tendo o pontífice sido declarado infalível em todas as matérias relacionadas à fé e à ética (dogma da “infalibilidade papal”).⁸⁰

Segundo Edgar da Silva Gomes, o Vaticano estava preocupado com “a ortodoxia em matéria religiosa e a centralização do poder na autoridade papal”.⁸¹ Esse pensamento foi lentamente envolvendo o clero, alinhando-o ao movimento antiliberal, o qual significou para os católicos um período

(...) de profunda fermentação em que se desenvolvia progressivamente, sobretudo no episcopado, a consciência da missão específica de Igreja bem como de sua autonomia face ao governo temporal (...). A idéia de um governo forte e centralizante, envolvia necessariamente um domínio exorbitante dentro do setor espiritual. Contra isso reage a Igreja. Mas reage igualmente contra a idéia antagônica que então assumia grande expressão: o liberalismo.⁸²

Esse anseio reformador logo colocaria em oposição o espírito liberal – entendido de forma genérica – e o espírito clerical. Corrente de pensamento que traduzia o conservadorismo dos círculos de poder da “Santa Sé”, o denominado movimento ultramontano⁸³ recorria à supremacia do poder espiritual sobre o temporal, o que significava a preponderância das opiniões papais nas questões da ética, da fé e da moral.

⁸⁰ VIEIRA, op. cit., p. 372.

⁸¹ GOMES, Edgar da Silva. *A separação Estado-igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao marechal Deodoro da Fonseca*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2006, p. 84.

⁸² BEOZZO, José Oscar. *História geral da igreja na América Latina: história da igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, Edições Paulinas, 1992, p 151, Tomo II/2.

⁸³ O termo ultramontano remete aos “cristãos que buscavam a liderança de Roma (do outro lado da montanha), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos”. VIEIRA, op. cit., p. 32. Ultramontanismo e Romanização podem ser vistos como sinônimos, referindo-se ao “movimento reformador da prática católica no século XIX (...) que buscava retomar as determinações do Concílio de Trento, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados em irmandades”. Cf. ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 312.

Por meio dessa lógica, os romanizadores defendiam a primazia do ensino religioso católico, a administração exclusiva dos cemitérios, a proibição de atividades públicas de outros credos religiosos e, em última instância, a própria cidadania vinculada à profissão do catolicismo.

Inseridas nesse cenário histórico e atuando na divulgação dos pressupostos iluministas, as maçonarias passaram a representar um obstáculo real para as forças políticas comprometidas com a conservação das estruturas que as sustentavam no poder. Fomentando atitudes de tolerância religiosa e concepções liberais, as *lojas* se tornaram ponto de encontro de ideais “revolucionários”. Os *irmãos* se organizavam em sociedades secretas, mas suas relações interpessoais eram pautadas pelo respeito às diferenças religiosas, contrastando com a opressão característica dos regimes absolutistas.

Em pesquisa realizada com o objetivo de estudar as relações entre a Igreja católica e as maçonarias européias e latino-americanas no século XVIII, José Antonio Ferrer Benimeli indicou que, apesar de ter conhecimento a respeito das atividades maçônicas desde 1736, o “Santo Ofício” ignorava a finalidade e o funcionamento das *lojas*, o que aumentava a suspeição que girava em torno de suas atividades ocultas.⁸⁴

Nesse sentido, “o século XVIII foi para a maçonaria um período de inquietude e perseguição. Existiam poucos governos ou Estados que não se preocupavam com os franco-maçons e não proibiam suas reuniões”.⁸⁵

Como reflexo desse comportamento, as condenações religiosas não tardariam em aparecer. Em 28 de abril de 1738, foi publicada a primeira de uma série de sentenças contra as sociedades secretas e, mais especificamente, em relação às maçonarias: a bula papal *In Eminentis Apostolatus Specula*. Conforme ressaltado por José Antonio Ferrer Benimeli:

No fundo, Clemente XII não fez mais que seguir o exemplo de outros governos incomodados e inquietos diante do clima de segredo e de juramento de que era cercada a maçonaria. Dentro dessa ordem de idéias, é interessante observar como assinala o Dicionário Apologético da Fé Católica, que medidas de repressão contra a maçonaria foram tomadas até mesmo pelos magistrados protestantes da Holanda (em 1735), pelos de Hamburgo, da Suécia e de Genebra em 1738, pelos de Zurique em 1740 e pelos de Berna em 1743.⁸⁶

⁸⁴ BENIMELI, op. cit., p. 67.

⁸⁵ Ibid., p. 103.

⁸⁶ Ibid., p. 131-132.

Escrito pelo papa Clemente XII, que se colocou como um guia dos católicos, o documento denunciava o perigo causado por uma associação misteriosa, além de apontar a tolerância religiosa como uma forma de “contaminação” da verdadeira fé católica. No livro *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, os autores resumiram as justificativas do papa para condenar as organizações secretas:

A prática de estados não italianos; a promiscuidade de religiões e de seitas que no seu grêmio se verifica; a inviolabilidade do segredo que envolve as suas atividades; as perversões que brotam dela e o perigo que constituem para a segurança dos Estados e a salvação das almas; outras razões, enfim, que o papa acha dever calar.⁸⁷

Após o pontificado de Clemente XII, diversos papas se opuseram às maçonarias, dentre os quais podemos citar Bento XIV, Pio VII, Leão XII, Pio VIII, Gregório XVI, Pio IX e Leão XIII.⁸⁸

A segunda e principal condenação às maçonarias, a bula papal *Providas*, publicada em 18 de maio de 1751, estipulava, em seu cabeçalho, que “certas sociedades, ou conventículos (...) dos franco-maçons (...) ficam novamente condenadas e proibidas, com a invocação e o recurso ao braço secular dos príncipes e das autoridades”.⁸⁹

Neste documento, Bento XIV reiterava sua responsabilidade em ratificar as posições tomadas pelo seu predecessor, apresentando seis justificativas principais para reprovar o culto maçônico:

A primeira delas é o fato de que, nessa espécie de sociedade, se reuniam homens de todas as religiões e seitas. Era evidente que podiam sair dali graves danos à pureza da religião católica. A segunda é o pacto fechado e impenetrável do segredo, em virtude do qual se esconde tudo o que se faz nesses conventículos (...). A terceira é o juramento que eles fazem de guardar inviolavelmente esse segredo, como se fosse permitido a qualquer um se entrixeirar através do pretexto de uma promessa ou de um juramento, para aludir a obrigação de responder às questões da autoridade legítima (...). A quarta é uma coisa evidente: tais sociedades são tão contrárias à lei civil como a lei canônica (...). A quinta é que já em muitos países as ditas sociedades e reuniões foram proscritas e exiladas pelas leis dos príncipes seculares. Finalmente, essas sociedades gozavam de má reputação junto às

⁸⁷ DIAS, Graça da Silva; DIAS, José Sebastião da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Lisboa: Inst. Nac. de Investigação Científica, v. 1, 1980, p. 20-21 apud COLUSSI, op. cit., 1998a, p. 29.

⁸⁸ Para a leitura dos diversos documentos católicos que condenam a maçonaria, consultar: CAMINO, Rizzardo da. Encíclicas, bulas e recomendações à maçonaria. In: _____. *Introdução à maçonaria*. História Universal. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972, p. 103-151.

⁸⁹ BENIMELI, op. cit., p. 388.

peessoas prudentes e honradas. Afiliar-se a elas era marcar-se com mancha de perversão e malignidade.⁹⁰

Notamos que os argumentos de Bento XIV não foram distintos daqueles presentes na Constituição de Clemente XII. Tratava-se de uma repetição um pouco mais elaborada dos motivos alegados anteriormente. Excluindo-se a primeira e a última justificativas, as demais abordaram alguns aspectos de um mesmo preceito: o secreto maçônico, o qual criava suspeitas e fomentava idéias de complô tanto contra os governos civis, quanto contra a “pureza” da Igreja católica.

É oportuno lembrar que a ilegalidade no campo político-jurídico serviu para tornar as maçonarias ilícitas também sob o prisma da ética e da moral. Em 1872, os editores do jornal católico *O Apóstolo* se alinhavam às condenações políticas e morais lançadas sobre as instituições maçônicas. Para eles:

Em outro ponto de vista, menos exclusivamente cristão, a franco-maçonaria não somente é secreta (...). É uma instituição perigosa, perversa, imoral, contrária às leis mais elementares da justiça humana e da boa ordem das sociedades. Não quero senão uma prova: é o juramento maçônico e a pena de morte que pune a sua violação (...). Portanto, condenável do duplicado ponto de vista da razão e da fé, a franco-maçonaria foi justamente condenada pela Santa Sé.⁹¹

Em trabalho sobre as relações entre a Igreja católica e as maçonarias, os autores José Antonio Ferrer Benimeli, Giovanni Caprile e Valério Alberton, formularam o seguinte quadro geral que resume os conflitos entre as referidas instituições:

A trajetória da perseguição contra a maçonaria no séc. XVIII pode ser assim esquematicamente traçada: 1) Alguns estados católicos ou protestantes proibiram a organização por motivos puramente políticos; 2) Clemente XII e Bento XIV acrescentaram uma condenação espiritual, baseada em grande parte também – ainda que não exclusivamente – sobre as mesmas razões políticas de segurança de Estado; 3) os católicos, impelidos pelas bulas e pelos desejos dos papas, perseguem o delito eclesiástico e o castigam como se fosse de natureza política.⁹²

No século XIX, a Igreja católica prosequia em sua cruzada contra os diversos movimentos políticos de caráter liberal que questionavam sua preponderância nos assuntos

⁹⁰ Ibid., p. 390.

⁹¹ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 3, p. 4.

⁹² BENIMELI, J. A. F; CAPRILE, G; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 30-31.

políticos, fazendo despertar no mundo um sentimento anticlerical. Para o autor católico Boaventura Kloppenburg, a crise no seio de sua instituição religiosa foi consequência imediata da crise da sociedade, posto que a primeira não estava pronta para enfrentar as necessidades do homem da nova “era secularizada”.⁹³

A postura do alto clero católico no contexto do avanço liberal deve ser interpretada como parte de uma estratégia de sobrevivência do próprio catolicismo, que foi ampliada e fortalecida durante os pontificados de Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), tendo o primeiro enfrentado a interferência das sociedades secretas em seu governo, quando do episódio que culminou com o seu “aprisionamento” durante a “Unificação Italiana”.⁹⁴

As encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus Errorum*,⁹⁵ estabelecidas por Pio IX, refletiram o aprofundamento da crise entre liberais-iluministas e conservadores-católicos. O papa fez referências às condenações realizadas anteriormente e assinalou os motivos que levaram os pontífices a condenarem as maçonarias e outras sociedades secretas.

Esses documentos lançaram verdadeiros ataques ao liberalismo, às maçonarias, ao protestantismo, ao racionalismo e às diversas outras expressões de “modernização” da sociedade. Todo esse conjunto de textos contribuiu para a construção de visões negativas acerca das maçonarias, que ainda hoje continuam muito presentes em nosso imaginário social. De acordo com Eliane Lucia Colussi:

Em termos históricos, divulgou-se uma imagem negativa e obscura da maçonaria, que não estava relacionada aos verdadeiros objetivos dos maçons (...), a que ganhou mais força foi a que vinculou maçonaria e satanismo. A origem da imagem negativa da maçonaria deve-se principalmente a duas razões: primeira, o caráter discreto e fechado da instituição e o juramento de seus membros de jamais revelarem um segredo; segunda, os conflitos entre a maçonaria e a Igreja católica nos séculos XVIII e XIX, os quais reforçaram a idéia de que ser maçom e católico era contraditório.⁹⁶

⁹³ KLOPPENBURG, op. cit., 1972, p. 12.

⁹⁴ Na visão católica daquele período, a Unificação “foi um complô organizado pela maçonaria e pelos judeus com o objetivo de destruir a Igreja Católica (...). Pio IX não aceitou a perda de Roma e, refugiando-se no Vaticano, considerou-se prisioneiro de guerra”. POSSAMAI, Paulo César. Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945). *Revista de História*, FFLCH-USP, São Paulo, n. 141, p. 76-77, 1999. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/paulo/artigos_pdfs/REVISTA%20DE%20HIST>. Acesso em: dez. 2011.

⁹⁵ *Quanta Cura*. Promulgada em dezembro de 1864. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura&lang=bra>>. Acesso em: jan. 2012. *Syllabus Errorum*. Publicada em 1864. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo&lang=bra>> Acesso em: jan. 2012.

⁹⁶ COLUSSI, op. cit., 2002, p. 5.

Seguindo o caminho aberto por seus antecessores, o pontífice Leão XIII – imortalizado por sua encíclica *Rerum Novarum*,⁹⁷ que denotou o início da preocupação católica em torno da “questão social” – desempenhou papel fundamental para o revigoramento da doutrina católica e para a sua sobrevivência no mundo moderno.

No que diz respeito aos embates com as associações de *pedreiros livres*, durante os 25 anos de seu pontificado, “saíram do Vaticano nada menos do que 226 documentos para condenar e pôr em guarda o mundo inteiro contra a maçonaria (...) e as sociedades secretas”.⁹⁸

Apesar da proibição oficial da Igreja católica sobre as práticas maçônicas, cabe ressaltar a significativa existência de padres maçons nos séculos XVIII e XIX. Este fato era comum na maioria dos países europeus e latino-americanos. No Império brasileiro, a opção pelo sacerdócio estava associada a uma vocação profissional, mas também à carreira pública, visto que o Estado financiava a Igreja.

Conforme destacado por Eliane Lucia Colussi, “esse aspecto parece uma contradição. As instituições [Igreja católica e maçonaria], como tal, eram inimigas, porém seus integrantes muitas vezes desconsideravam as rivalidades”.⁹⁹ Os padres buscavam prestígio, influência e respeito às tradições familiares e religiosas. Segundo os historiadores Fernanda Santos e José Eduardo Franco:

O culto do sagrado (...), as cerimônias complexas, o gosto pelo simbólico e pelo litúrgico dotavam-na [a maçonaria] de um lado místico que exercia um poderoso atrativo numa época profundamente religiosa. Essa seria uma das razões que explicava a afluência massiva de católicos e eclesiásticos na lojas, já que essas respeitavam por princípio a religião e as autoridades constituídas.¹⁰⁰

Todavia, para combater os maçons e outros elementos considerados perigosos, o catolicismo iniciou um processo de renovação baseado na política ultramontana. A maçonaria, por sua vez, ao se tornar um dos principais alvos do clero conservador, assumiu

⁹⁷ A carta encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII está disponível no endereço eletrônico do Vaticano: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum_novarum_po.html>. Acesso em: jan. 2012.

⁹⁸ BENIMELI; CAPRILE; ALBERTON, op. cit., p. 40.

⁹⁹ COLUSSI, op. cit., 2002, p. 13.

¹⁰⁰ SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo. A insustentável leveza das fronteiras: clero católico na maçonaria e a questão do anticlericalismo e do antimacônismo em Portugal. *REHMLAC* – Revista de estudios históricos de la masonería latinoamericana y caribeña, San José, v. 2, n. 2, p. 62, dez. 2010-abr. 2011. Disponível em: <<http://rehmlac.com/index/vol2n2>>. Acesso em: jan. 2012.

uma postura cada vez mais anticlerical no século XIX, especialmente em relação aos jesuítas. Esse novo traço maçônico caracterizou uma diferença fundamental no que se refere à sua atuação pública durante o século XVIII.

José Antonio Ferrer Benimeli atribuiu como principais características maçônicas no século XVIII a solidariedade – verdadeiro sentimento humanitário –, a liberdade de pensamento e a tolerância religiosa. No século seguinte, entretanto, elementos como a crença e a religiosidade estavam em vias de desaparecimento do conjunto das concepções maçônicas européias e latino-americanas.¹⁰¹

1.4 – O “hábito” e o “aventil”: a Igreja católica e as maçonarias na “Questão Religiosa” (1872-1875)

O clima internacional – como assinalado no item anterior – abriu caminho para o florescimento de inúmeras discordâncias entre os poderes civis e religiosos no Brasil. Ao mesmo tempo, as circunstâncias do quadro interno se tornaram, gradativamente, verdadeiros condicionantes para a instalação de um radicalismo de ambos os lados, que chegou ao seu paroxismo na década de 1870 com a denominação de “Questão Religiosa”, nos devidos termos da Igreja católica, ou “Questão dos Bispos”, conforme o discurso do governo imperial.

De acordo com Gizlene Neder e Gabriel Souza Cerqueira, as denominações “Questão Religiosa”, “Questão dos Bispos” e “Questão Epíscopo-Maçônica” foram oriundas das perspectivas de interpretação dos próprios agentes históricos implicados no episódio ocorrido entre os anos de 1872 e 1875.

A primeira foi fruto da influência da Igreja católica e de suas deliberações no Concílio Vaticano I, permanecendo muito presente no âmbito da historiografia brasileira até os dias atuais. A segunda e a terceira foram designações que partiram do governo imperial em uma tentativa de dirimir os aspectos religiosos envolvidos na questão e situá-la exclusivamente no plano jurídico.¹⁰²

O estopim deste episódio foi a festa maçônica realizada em março de 1872 com o intuito de exaltar a aprovação da “lei Visconde do Rio Branco”. Segundo o historiador

¹⁰¹ BENIMELI, op. cit., p. 17.

¹⁰² NEDER, Gizlene; CERQUEIRA, Gabriel Souza. Sentir e julgar: a psicologia histórica das criminalizações e punições. *Revista EPOS – Genealogias, Subjetivações e Violências*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, passim, out. 2010. Disponível em: <<http://revistaepos.org/arquivos/02/gizlenegabriel.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.

Guilherme Pereira das Neves, este fato pode ser apontado como o marco que deflagrou a questão.

O *Grande Oriente do Lavradio*, loja do Rio de Janeiro, escolheu o padre Almeida Martins como um dos oradores da sessão de homenagem ao *grão-mestre* visconde do Rio Branco, para celebrar a assinatura da Lei do Ventre Livre. Publicado o discurso na imprensa, criou-se um enorme escândalo, o que levou o bispo D. Pedro de Lacerda a suspender o eclesiástico das ordens, provocando protestos dos maçons, que viram na punição uma interferência de Roma nos assuntos internos do país.¹⁰³ (grifos do autor).

A polêmica teve início quando o padre Almeida Martins proferiu um *sermão* – em termos da linguagem maçônica – para saudar a aprovação da “lei do Ventre Livre”, que fora proposta pelo visconde do Rio Branco, presidente do Conselho dos Ministros e *grão-mestre* da maçonaria.

Ao suspender o sacerdote-maçom de suas funções “espirituais”, o bispo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ofendeu os *pedreiros livres* da capital do Império. Esses maçons, por sua vez, conclamaram a união de seus membros para o combate ao alto clero, publicando alguns documentos que norteavam a luta dos seus adeptos.¹⁰⁴

Surgiram, então, inúmeras provocações entre as partes envolvidas, muitas vezes com fortes doses de intolerância, fazendo com que uma violenta disputa explodisse na imprensa brasileira. Por conseguinte, o que seria um mero exercício canônico de autoridade religiosa tornou-se uma séria questão nacional e, posteriormente, internacional:

O episódio, em si mesmo, não passou deste ponto, mas abriu caminho para que dois outros bispos ultramontanos investissem de forma mais enérgica contra os padres maçons. O primeiro foi dom Vital Maria, bispo de Olinda, que (...) determinou à irmandade do Santíssimo Sacramento (e às outras da localidade), que expulsasse seus membros maçons, e não sendo atendido, lançou um interdito sobre a mesma ameaçando os maçons de excomunhão.¹⁰⁵

Além de punir dois sacerdotes que não abriram mão de continuar participando das atividades maçônicas, dom Vital impediu que fosse celebrado o casamento de um maçom. É oportuno recordar que naquele contexto vigorava no Brasil a união entre a Igreja católica

¹⁰³ NEVES, Guilherme Pereira das. Questão Religiosa. In: VAINFAS, op. cit., p. 608-609.

¹⁰⁴ Entre outros escritos, a maçonaria publicou um opúsculo intitulado *O ponto negro*, o qual continha uma lista de prelados católicos que deveriam ser os alvos dos ataques maçônicos.

¹⁰⁵ BASILE, Marcello Otávio N. de. O império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 278.

e o Estado, consagrada pela Constituição de 1824, que estabeleceu o catolicismo como religião oficial do Império, submetendo-a a autoridade do imperador através do “Padroado” e do “Beneplácito”.

O primeiro era uma espécie de privilégio que o soberano tinha de intervir na nomeação de sacerdotes, no preenchimento dos cargos eclesiásticos e no direito de criação de igrejas.¹⁰⁶ O segundo representava o direito que ele possuía de examinar os atos do Vaticano, que só entrariam em vigor no país após o *placet*, isto é, o consentimento imperial. O governo ainda pagava o salário dos sacerdotes, entendidos como funcionários públicos.

Podemos perceber que a controvérsia em torno da jurisdição entre os poderes temporais e “espirituais” foi uma das causas mais fervorosas, senão a principal, do embate que, na década de 1870, também envolveu as maçonarias.

O direito de Padroado já havia produzido algumas discórdias que colocaram em oposição os interesses do Estado português, e mais tarde brasileiro, e os anseios da Igreja católica. No entanto, a insatisfação não era uma regra nos quadros da alta hierarquia católica, que em termos gerais, se mantinha alinhada ao governo.¹⁰⁷

Durante o século XIX, com a cada vez mais intensa circulação de idéias liberais, o cenário religioso foi alterado, passando a emergir uma fronteira entre o catolicismo ortodoxo e aquele praticado pelas classes subalternas. As classes dominantes ficaram marcadas por um posicionamento mais liberal, ao passo que as subalternas “viviam no mais profundo politeísmo primitivo e os escravos eram fetichistas apesar do rótulo de católicos”.¹⁰⁸

Segundo o historiador Roque Spencer Maciel de Barros, foi justamente essa característica do catolicismo brasileiro que possibilitou uma relação amistosa entre a Igreja católica e o poder estatal. Este fato se tornou possível porque, dentro daquele contexto, o

¹⁰⁶ Para uma análise mais profunda acerca do regime do Padroado, consultar: AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰⁷ Existiram, de fato, momentos de contendas entre as autoridades civis e eclesiásticas no Brasil. Tais divergências se relacionavam, sobretudo, à intromissão de tribunais seculares em questões eclesiásticas disciplinares. A historiadora Patrícia dos Santos pesquisou o universo conflituoso que envolveu o governo episcopal de frei Manoel da Cruz nas Minas setecentistas e relatou o “enorme debate, entre as diferentes instâncias, em torno à implementação de medidas de controle e administração eclesiástica nas Minas”. SANTOS, P. F. Igreja, Estado e o direito de padroado nas Minas setecentistas através das cartas pastorais. *Revista Eletrônica Cadernos de História* - Publicação do Corpo Discente do DEHIS/UFOP, Ouro Preto, MG, v. 2, p. 4, 2006.

¹⁰⁸ BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História geral da civilização brasileira: Brasil Monárquico-declínio e queda do império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 331.

segundo ampliava o seu domínio sobre o alto clero sem ocasionar grandes conflitos. Ao contrário, o Estado contava com a concordância dos setores ilustrados da própria Igreja católica e da sociedade como um todo.

Esse clima de relativa paz, sem a ocorrência de contendas relevantes, foi desfeito a partir do século XIX. A Igreja nacional, seguindo o caminho do catolicismo romano, buscou se reformar em uma verdadeira reação aos acontecimentos que questionavam sua hegemonia desde o período revolucionário francês. Em nosso país, à medida que o clero de orientação ultramontana criticava a prerrogativa imperial do “Beneplácito”, o embate se tornava cada vez mais acirrado. Vejamos, em duas passagens distintas, o que os editores do jornal católico *O Apóstolo*, publicaram acerca dessa temática.

Por aqui se vê [citando a opinião de dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo] que não é nova no Brasil a opinião contrária ao placet como quer a maçonaria, o regalismo e a política (...). É regra de consciência que as bulas e decisões conciliares versando sobre matéria espiritual, da única competência da Igreja, obrigam sem o placet régio.¹⁰⁹

A doutrina do placet é tão repugnante, tão oposta à razão, tão sem fundamento jurídico, que só o invocam os inimigos da Igreja, os servidores de César, aqueles que desconhecendo ou fingindo desconhecer a instituição divina da Igreja, a querem subordinar ao poder civil.¹¹⁰

Aguçando ainda mais os ânimos já exaltados entre católicos e maçons, o Conselho de Estado foi convocado para formular sua apreciação “técnica” sobre o desenrolar desses fatos. No que diz respeito à primeira consulta, realizada em 12 de fevereiro de 1873, o historiador José Honório Rodrigues afirmou o seguinte:

É decisiva, porque nela se firma a doutrina oficial, o regalismo. Foi exatamente a primeira, (...) cujos quesitos Joaquim Nabuco publicou, que levou o governo a enviar ao bispo de Olinda, em nome do imperador, a ordem de levantar, no prazo de um mês, a suspensão das confrarias e o interdito das capelas, declarando que a maçonaria era uma sociedade beneficente, permitida pelo Estado e que as bulas papais que a condenavam não haviam recebido o placet imperial; que as confrarias eram matéria mista, e, por conseguinte, o bispo não podia suspendê-las sem a permissão do governo. Desde então vigorou, sem variação esta doutrina, que era a suma do sistema regalista constitucional.¹¹¹

¹⁰⁹ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1873. Ano VIII, n. 18, p. 2.

¹¹⁰ *Ibid.*, 14 de junho de 1874. Ano IX, n. 68, p. 1.

¹¹¹ RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: SENADO FEDERAL. *Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado 1875-1880*. Brasília, 1973, p. 8-9. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conselho_de_Estado_1875-1880.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

O Conselho de Estado declarou, em parecer de 23 de maio de 1873, que ao punir uma irmandade, cuja constituição orgânica era de competência do poder civil, dom Vital havia exorbitado de suas atribuições. Logo, o bispo deveria suspender o interdito. Porém, o clérigo não apenas ignorou essa ordem como continuou censurando outras irmandades.

Em solidariedade ao prelado de Olinda, o bispo do Pará – dom Antônio de Macedo Costa – por meio da “Carta pastoral, de 2 de dezembro de 1871,” e da “Instrução pastoral, de 25 de março de 1873”, também se engajou na guerra contra as maçonarias, promovendo críticas do ponto de vista doutrinário, moral, religioso e social.

Dom Macedo Costa proibiu a participação de maçons no interior das irmandades e confrarias religiosas. Assim, o problema novamente ganhou foros de Estado:

A reação foi a mesma que a verificada em Olinda, com o presidente de província encaminhando ao governo imperial o recurso à Coroa impetrado pelas irmandades (...). Foi também o mesmo o parecer emitido, em 9 de agosto, pelo Conselho de Estado, condenando a conduta arbitrária do bispo e determinando a suspensão dos interditos. Mas a resposta de dom Macedo foi ainda mais incisiva que a de dom Vital, simplesmente não reconhecendo no governo autoridade alguma para interferir nos assuntos religiosos, e recusando-se, então a cumprir as ordens que lhe foram dadas.¹¹²

O resumo desses eventos foi muito bem sinalizado por José Honório Rodrigues:

O governo, que era maçônico, a princípio evitou intervir diretamente, e o ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira escreveu a dom Vital uma carta, datada de 15 de fevereiro de 1873, procurando evitar o agravamento da questão. “Como filho obediente e amigo dedicado” vinha rogar-lhe que moderasse a oposição, até que, com o tempo e a reflexão, cessasse para o governo a obrigação de conjurar os perigos da ordem pública, e ele, Vital, pudesse conseguir pacificamente que seus conselhos e determinações fossem aceitos. Dom Vital responde com firmeza, dizendo que a maçonaria lhe oferecera o dilema de negar ou aceitar a luta, cumprindo seus deveres, ou passar por imprudente, precipitado e temerário, ou fechar os olhos a tudo (...). Para ele a maçonaria era condenada pela Igreja, e claramente diz ao ministro que antes de ser desautorizado prefere a prisão e o ostracismo. Desde então a questão se limitará ao bispo e às confrarias maçônicas, mas desde quando o ministro do Império sugere às confrarias interditadas que interponham recurso ao imperador, ela se transforma num problema de Estado (...). Com o recurso à Coroa começa a denúncia contra os bispos de Olinda e do Pará, seguida pela pronúncia, a prisão, o julgamento. D. Vital foi condenado pelo Supremo Tribunal de Justiça, aos 21 de fevereiro de 1874, a quatro anos de prisão com trabalhos, e às custas, sendo a pena comutada para prisão simples em 12 de março de 1874. D.

¹¹² BASILE, loc. cit.

Antônio foi condenado a 1º de julho de 1874 à mesma pena, igualmente comutada.¹¹³

De fato, sustentar a versão de que parte significativa dos conselheiros do Império seguia uma orientação regalista¹¹⁴ é bastante plausível. A própria posição do governo imperial, que em nenhum momento recuou de sua decisão, favoreceu o endurecimento dos ânimos em torno da questão, pois “acima de todos está o imperador. Ele é o chefe do regalismo. É ele quem sugere, (...) a defesa do Beneplácito, do recurso à Coroa”.¹¹⁵

Diante do agravamento dessa problemática, a discussão ganhou foro internacional. No final do ano de 1873, uma missão diplomática chefiada pelo barão de Penedo foi enviada ao Vaticano. Contudo, o governo imperial não pretendia recuar com o intuito de estabelecer um acordo, pois como relatado por Joaquim Nabuco, as instruções passadas ao missionário indicavam que:

O governo ordenou o processo do bispo de Pernambuco, e, se for necessário, empregará outros meios legais de que pode usar, embora sejam mais enérgicos, e sem esperar pelo resultado da missão. Encarregando-o desta missão, não pensa ele suspender a ação das leis.¹¹⁶

Ainda de acordo com José Honório Rodrigues, no memorando apresentado ao Vaticano, o barão de Penedo se manifestou duramente em relação aos religiosos rebelados:

Acentuou sempre que o grave conflito fora provocado pelo bispo de Olinda, pela sua ação violenta contra os maçons, pela negativa da legitimidade do Beneplácito e do recurso à Coroa, usando de doutrinas subversivas e condenando a maçonaria com a invocação de bulas que nunca haviam tido o Beneplácito do Brasil. O bispo excedera sua jurisdição e usurpara o poder temporal, e com esses exemplos outros o haviam seguido, do que resultaram grandes males, templos fechados, cultos suprimidos.¹¹⁷

Pela passagem acima notamos que o governo imperial responsabilizou, exclusivamente, a pessoa de dom Vital pelo clima de confronto estabelecido no país entre a

¹¹³ RODRIGUES, J., op. cit., p. 2.

¹¹⁴ Entende-se por *regalismo* “a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico, decorrente da alteração de uma prática jurisdicional comumente seguida, ou de princípios geralmente aceitos, sem que haja uma uniformidade na argumentação com que se pretende legitimá-lo”. CASTRO, Zília Osório de. Antecedentes do regalismo pombalino: o padre José Clemente. In: RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia (Coords.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. I, 2001, p. 323.

¹¹⁵ RODRIGUES, J., op. cit., p. 4-5.

¹¹⁶ RODRIGUES, J., loc. cit.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 2-3.

Igreja católica, a maçonaria e o Estado imperial. Os jornalistas d'*O Apóstolo*, porém, tinham uma opinião diametralmente oposta. Segundo eles:

Essa questão em si tão simples é hoje das mais graves, porque o governo deu-lhe uma péssima direção (...). Se o governo imperial, único responsável por todas as conseqüências realizadas tivesse, antes de qualquer ato, procurado entender-se com a Santa Sé, esta questão estaria terminada. Preferiu, porém, decidi-la por si (...). E assim procedeu unicamente porque os interesses da maçonaria estavam entregues ao presidente do Conselho de Ministros: porque o ministério era composto quase em sua totalidade por maçons.¹¹⁸

Por ocasião da “Missão Penedo”, a imprensa da Corte imperial brasileira noticiou que um “acordo satisfatório” entre as partes estava próximo de ser assinado. No entanto, o periódico oficial do bispado rechaçou a possibilidade de um real entendimento entre as partes:

Quanta razão não tínhamos quando negamos formalmente o célebre telegrama de 29 de dezembro anunciando o “honroso e satisfatório” acordo obtido pela missão Penedo? Qual não era a nossa convicção na coerência da Santa Sé, quando afirmamos que não chegaria ela a um acordo “honroso e satisfatório” com o governo imperial, se o Sr. barão de Penedo lhe houvesse declarado que o governo imperial mandou processar os Srs. bispos de Olinda e do Pará? (...). A astúcia pôde enganar por momentos, mas desfeita a ilusão, brilhou a verdade.¹¹⁹

O impasse só foi resolvido com o arranjo político decorrente da queda do gabinete de Rio Branco e da instalação de um novo, encabeçado pelo duque de Caxias, que havia se apresentado à Câmara dos Deputados com um discurso conciliatório.

Seis meses após assumir o poder, o Presidente do Conselho concedeu anistia aos bispos e aos outros eclesiásticos que se envolveram no embate, ordenando que ficassem “em perpétuo silêncio os processos que por esse motivo tenham sido instaurados”.¹²⁰

Essa tolerância implícita era resultante de certa acomodação prática dos interesses entre as duas instituições, inclusive com a participação de padres na maçonaria e de maçons nas irmandades religiosas.

O fato mesmo de estarem todos convencidos de que a maçonaria no Brasil não professava intuítos anticatólicos, de que, se a sua natureza de sociedade

¹¹⁸ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1874. Ano IX, n. 66, p. 1.

¹¹⁹ *Ibid.*, 29 de maio de 1874. Ano IX, n. 62, p. 1.

¹²⁰ DECRETO n° 5.933 de 17 de dezembro de 1875.

secreta, as suas tradições políticas, o espírito de sua fundação, implicavam tal antagonismo, os maçons brasileiros não tinham conhecimento dessa tendência e viviam inteiramente isolados da maçonaria revolucionária e internacional denunciada pelas bulas dos papas; todas essas circunstâncias especiais explicavam a condescendência, a tolerância dos nossos bispos perante a participação dos maçons nas coisas dos cultos e a sua presença nas irmandades.¹²¹

A partir da eclosão da também denominada “Questão dos Bispos”, ocorreu uma significativa alteração no que diz respeito às posturas e aos posicionamentos políticos das entidades, em virtude do esgotamento da convivência pacífica que existia anteriormente. Porém, mesmo antes desses acontecimentos, um confronto silencioso entre o *regalismo* governamental e os religiosos ultramontanos havia sido verificado no Brasil.

O pesquisador Nilo Pereira indicou que as contendas iniciadas no ano de 1872 não eram peças isoladas de um quebra-cabeça entre a maçonaria e a Igreja católica, mas sim parte de um jogo de interesses políticos mais amplos entre esta última instituição e os dirigentes do Estado imperial.¹²²

Uma forma preliminar de compreender esses turbulentos eventos é perceber de que forma eles foram influenciados pelo cenário internacional, onde os embates entre Igreja católica e maçons europeus se tornavam cada vez mais intensos. Foi justamente para o contexto externo que o historiador David Gueiros Viera olhou ao iniciar sua pesquisa sobre a “Questão Religiosa”, chamando atenção para esses fatores:

As dificuldades do papado com a unificação da Itália, a perda dos Estados papais e da própria cidade de Roma, a perseguição da Igreja católica na Alemanha e na Suíça e seus problemas com o liberalismo em outros países europeus, assim como na América Latina em geral, todos estes elementos extrínsecos, acrescidos pelo intransigente *regalismo* de dom Pedro II, contribuíram fortemente para o clima de conflito entre a Igreja e o Estado, principalmente entre os anos de 1872 a 1875.¹²³

O panorama externo também foi apontado como um importante fator para o surgimento dos conflitos no Brasil por Valeriano Altoé:

O clima internacional também ajudou muito a aumentar e ampliar a possibilidade de conflitos entre os dois poderes: o eclesiástico e o civil. As posições radicais do papa, o crescente anticlericalismo e a secularização da

¹²¹ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. São Paulo: Topbooks, v. II, 1998, p. 946.

¹²² PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2ed. Recife: Editora Massangana-Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

¹²³ VIEIRA, op. cit., p. 13.

população, especialmente a urbana foram fatores condicionantes e importantes no relacionamento pouco amistoso entre o governo e alguns bispos.¹²⁴

Durante o Segundo Reinado, a situação inicial de uma religião católica doméstica e apaziguada lentamente se modificava. O relacionamento do alto clero brasileiro com a sede romana começava a se estreitar. Ao mesmo tempo, a partir da década de 1870, o Brasil testemunhou o surgimento de acirradas discussões que, através da indicação de novas bases político-filosóficas, objetivavam o planejamento e a reorganização do país.

Roque Spencer Maciel de Barros, enveredando por uma interpretação liberal, analisou este contexto partindo da concepção da existência de uma “Ilustração brasileira”. Para ele, esta era caracterizada pela “confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, para ilustrar o país”.¹²⁵

Cabia ao movimento ilustrado brasileiro um esforço de universalização, o aperfeiçoamento da instrução, fazendo eclodir uma mentalidade nova, integrada a exigência do seu tempo. O autor argumentou ainda que a “Ilustração brasileira” estruturase do confronto entre três matrizes de pensamento, consideradas por ele como mentalidades específicas que marcaram a produção intelectual no final do século XIX: a católico-conservadora, a liberal e a cientificista.¹²⁶

Por essa perspectiva, a roupagem ideológica com a qual maçons, liberais, republicanos, protestantes e conservadores se apresentaram pode ser entendida, *grosso modo*, em um cenário de oposição entre ilustração,¹²⁷ “progresso” e “civilização” – ideários propagados pela maçonaria e pelo liberalismo desde o século XVIII –, e o obscurantismo, o fanatismo e a intolerância religiosa.

Podemos apontar ainda o aparecimento de outras divergências a respeito de temáticas diversas, a exemplo do casamento civil e da secularização dos cemitérios. O

¹²⁴ ALTOÉ, Valeriano. *O altar e o trono: um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos entre Igreja e Estado 1840/1889*. 1993. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993, p. 346.

¹²⁵ BARROS, Roque S. Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio, Edusp, 1986, p. 9.

¹²⁶ Apud BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 78, jul.-out. 1994.

¹²⁷ Sobre as influências do movimento iluminista no Brasil, ver: NEDER, Gizlene. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000. Nesta obra abordou-se a história da circulação das idéias e apropriação da cultura política iluminista em Portugal e no Brasil. A influência de Verney na reforma do ensino jurídico foi analisada, destacando-se as permanências de matizes da cultura política tomista hegemônica em Coimbra.

primeiro assunto foi objeto de reflexão por parte de Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho. Articulando estudos entre culturas políticas e culturas religiosas, os autores esmiuçaram os posicionamentos políticos de dois juristas, verificando que as suas posições refletiam as disputas ideológicas tanto no âmbito do catolicismo, quanto no universo das legislações de Direito Familiar.¹²⁸

Não foi sem motivo, portanto, que as discussões acerca do casamento civil dividiram as posições políticas no Brasil do século XIX. Esses dilemas, oriundos especialmente do Código Napoleônico – que eliminou o casamento religioso e instituiu o civil, bem como o controle do registro de nascimento e de morte pela Igreja católica –, colocaram em desacordo Augusto Teixeira de Freitas, adepto do ultramontanismo, e José Tomás Nabuco de Araújo, que enveredou pelo catolicismo ilustrado.

José Tomás Nabuco de Araújo tentara levar adiante um projeto cujo objetivo era instituir a união civil no país. No entanto, Augusto Teixeira de Freitas demonstrou uma consideração ultramontana a respeito do casamento, assegurando que esta aliança religiosa, nos termos do Direito Canônico, representava um verdadeiro sacramento. Assim, “secularizar os casamentos mistos religiosos, era, para Teixeira de Freitas, plantar a desigualdade entre católicos e não católicos, pois que só aqueles viam aceita pela legislação do país a santidade de seus casamentos”.¹²⁹

Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho destacaram a influência do catolicismo romano no projeto de Código Civil que fora solicitado por dom Pedro II ao jurisconsulto Augusto Teixeira de Freitas. Este, conforme verificamos, colocou-se contrário à ruptura do vínculo do casamento civil, ou seja, fez oposição ao mecanismo do divórcio, tal como fora proposto por Nabuco de Araújo para os não católicos e estrangeiros residentes no Brasil. Estava colocada, uma vez mais, a controvérsia em torno do casamento como contrato (Código Napoleônico) ou como sacramento (Código Canônico).¹³⁰

As opiniões de Augusto Teixeira de Freitas foram marcadas pela defesa da indissolubilidade do casamento, tão cara aos católicos e tão necessária à conservação do

¹²⁸ NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Idéias jurídicas e pensamento político no Brasil entre dois catolicismos: ultramontanismo *versus* catolicismo ilustrado. In: ENCONTRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2. Agosto de 2006, Niterói. *Anais do II Encontro do Instituto Brasileiro de História do Direito*, Niterói, Agosto de 2006. Ver também: NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 8-9.

¹³⁰ NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sinfonia inacabada: Augusto Teixeira de Freitas, a “consolidação da legislação” e o “esboço de Código Civil” para o Brasil. In: NEDER, Gizlene (Org.). *História e direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2007, p. 95-109.

patrimônio familiar e à submissão da mulher ao pátrio poder. Todavia, esta problemática afetava diretamente a vida de estrangeiros protestantes residentes no Brasil. De acordo com Gizlene Neder:

A questão do casamento, e sua dissolução, não constituiu o único ponto de tensão relativamente aos direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil. O casamento indissolúvel, tal como constava do direito régio português (Ordenações Filipinas) que repetia o direito eclesiástico, era, entretanto, o pomo da discórdia face à modernização da legislação civil nos oitocentos. Contudo, a ausência de uma definição legal sobre esses direitos implicou sérios prejuízos em termos da tramitação de heranças, que motivaram várias reclamações das legações estrangeiras junto ao governo brasileiro.¹³¹

Nesse contexto histórico, observamos a existência de um número significativo de imigrantes que professavam a fé cristã sob a perspectiva de diferentes grupos protestantes. Fazendo parte das discussões político-econômicas da época, o projeto imigracionista de parte da elite monárquica brasileira encontrava oposição especialmente devido à intolerância de parte das autoridades católicas. No entanto, esse mesmo plano era apoiado pelas maçonarias e pelos liberais, sendo muitos destes aliados políticos dos protestantes.

Mesmo antes da também denominada “Questão Epíscopo-Maçônica”, algumas propostas para facilitar a vida de imigrantes não católicos, a exemplo do casamento civil, já haviam sido apresentadas por Nabuco de Araújo. Essas idéias encontraram uma forte resistência e acabaram se inviabilizando, principalmente pela barreira imposta pela oficialidade católica, movida pelos valores ultramontanos.

A força do grupo católico residia exatamente no caráter oficial do catolicismo e dos monopólios exercidos pela Igreja sobre os diversos aspectos da vida social. Logo, o registro de nascimentos e óbitos, o controle dos cemitérios, a inexistência da união civil e o não reconhecimento do casamento religioso de outros credos, além da diminuição dos direitos políticos dos não católicos foram instrumentos explorados pelo clero ultramontano.

A historiadora Raquel de Souza Galante analisou as idéias políticas em torno dos debates a respeito do casamento civil, salientando o posicionamento ideológico do conservadorismo clerical. A autora enfatizou a atuação do sacerdote e deputado Joaquim Pinto de Campos, cuja participação nessa polêmica foi central para fortalecer a oposição à união civil.

¹³¹ NEDER, Gizlene. O Daguerreotipista e os direitos: debate sobre os direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil em meados do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 168, p. 10, 2007.

O parlamentar católico condenou os casamentos mistos entre católicos e acatólicos, além de recusar a proposta de secularização dos casamentos de não católicos.

O estudo da trajetória de Joaquim de Pinto Campos, além de nos encaminhar às lutas políticas e ideológicas sobre a questão do casamento civil, no Parlamento, aponta para uma questão sutil, que permeia esses embates: a presença do ultramontanismo naqueles que consideravam que o casamento não pode ser desvinculado do sacramento, contra o catolicismo ilustrado de Nabuco de Araújo e seu filho Joaquim Nabuco.¹³²

No entendimento de David Gueiros Vieira, entretanto, a consequência mais perceptível da “Questão Religiosa” foi o impacto que ela exerceu no processo de imigração:

Se o Brasil teria progredido mais rápido ou vagarosamente com o auxílio de um maior número de imigrantes germânicos e anglo-saxões é uma questão de pura especulação. Não obstante, deve-se reafirmar que aquele tipo de imigração, que até então provara ser de grande valor para o Império, chegou a uma virtual paralisação por causa da Questão Religiosa.¹³³

Os debates ideológicos daquela época também atingiram os cemitérios, fazendo parte de um processo mais amplo de secularização e desritualização da morte. A historiadora Cláudia Rodrigues buscou identificar os mecanismos de controle da morte e do morrer por parte da Igreja católica, bem como o gradual desmonte desse controle na cidade do Rio de Janeiro.

Pedimos licença aos nossos leitores para a indicação de um extenso trecho que, no entanto, ilustra de maneira esclarecedora o tema ora abordado. Vejamos:

A discussão a respeito do enterramento civil surgiu entre 1875-1876, a partir de um regulamento provincial que determinava que, para o sepultamento nos cemitérios públicos, bastaria o simples atestado do médico para liberar/autorizar o enterramento, dispensando-se, com isso, a ingerência sacerdotal. Até então, os enterramentos eram registrados e oficiados pela Igreja, sendo o sacerdote o responsável pela liberação dos sepultamentos, após o registro paroquial do óbito e a realização da encomendação dos

¹³² GALANTE, Raquel de Souza. O punhal da fé: as idéias políticas, jurídicas e religiosas em torno do casamento civil no Segundo Reinado. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ: USOS DO PASSADO, 12. 2006, Niterói. *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ: usos do passado*. Niterói, 2006, p. 3.

Disponível em:

<<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Raquel%20de%20Souza%20Galante.pdf>>.

Acesso em: fev. 2012.

¹³³ VIEIRA, op. cit., p. 377.

cadáveres. O debate sobre a secularização dos cemitérios públicos, que esteve bastante presente nos jornais da época, surgiu a partir de 1869, em torno da recusa do pároco de Sapucaia de dar sepultura, em local sagrado, ao suicida e protestante David Thompson. O caso deu origem a uma discussão entre o Ministério dos Negócios do Império e a hierarquia eclesiástica a respeito da jurisdição eclesiástica sobre os cemitérios da cidade. O debate chegou ao Parlamento, com a apresentação de um projeto de secularização dos cemitérios públicos, a fim de que fosse permitido o sepultamento, naqueles locais, independente da religião seguida, em vida, pelo morto. Nesse momento, a questão da imigração era bastante discutida e, sendo a maioria dos imigrantes protestantes, acreditava-se ser preciso resolver o problema da discriminação religiosa no país, haja vista que, na Corte, apesar de os cemitérios terem se tornado públicos, a partir de 1850, eram destinados apenas ao público católico; tanto que uma das pré-condições para o seu funcionamento era a bênção do terreno. Somente os fiéis católicos em dia com as normas eclesiásticas poderiam lá ser sepultados, excluindo-se os suicidas e protestantes, como foi, por exemplo, o caso de David Thompson.¹³⁴

Frente à eclosão de inúmeros movimentos que questionavam sua autoridade, a Igreja católica buscou se reformular. No plano externo, essa mudança foi ditada pelo avanço do ultramontanismo e se caracterizou pela reafirmação do escolasticismo, o restabelecimento da “Sociedade de Jesus” (1814) e por uma série de *bulas*, *encíclicas* e *alocuções* lançadas contra o que a Igreja considerava elementos errôneos e perigosos dentro da religião e da sociedade civil.

Pode-se dizer que o ultramontanismo do século XIX colocou-se, não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja. Entre esses perigos estavam o galicanismo, o jansenismo, todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais.¹³⁵

A luta entre os adeptos do ultramontanismo e os políticos maçons, protestantes, racionalistas e liberais, ou seja, representantes do poder temporal e, em última instância, do Estado imperial, foi o motor da “Questão Religiosa”. Com esta linha de raciocínio concorda o historiador Valeriano Altoé, pois “à medida que o episcopado brasileiro ia se vinculando mais profundamente à Santa Sé, as contradições entre Igreja e estados brasileiros tornaram-se cada vez mais agudas”.¹³⁶

¹³⁴ RODRIGUES, C., op. cit., p. 3.

¹³⁵ VIEIRA, op. cit., p. 33.

¹³⁶ ALTOÉ, op. cit., p. 344.

No Brasil, a década de 1870 testemunhou o alto clero ser dominado pelos ultramontanos,¹³⁷ tendo sido implantada uma verdadeira perseguição aos padres maçons, fato que logo desencadeou a “Questão dos Bispos”. Não foi por acaso, portanto, que todos os sacerdotes envolvidos nesta problemática eram de orientação ultramontana.

Quando o ultramontanismo brasileiro começa a eclipsar o catolicismo liberal (1860-1875) é que se encontra a maçonaria brasileira fazendo causa comum com os liberais, republicanos, protestantes e espíritas (...). A maçonaria brasileira, por causa de sua posição privilegiada, controlando tanto o partido conservador como o liberal, saiu à luta contra o ultramontanismo, no que veio a ser conhecido como a Questão Religiosa. Obviamente, essa luta não foi entre Igreja católica e protestantismo. No entanto, este foi o elemento catalítico da mesma.¹³⁸

A nova face do modelo de catolicismo empregado no Brasil estabeleceu uma atitude em relação às maçonarias diferente daquela vista até então no país, o que originou um violento clima de confronto, sobretudo na imprensa. Alexandre Mansur Barata chamou atenção para a importância desses acontecimentos indicando que:

A eclosão da Questão Religiosa, em 1872, contribuiu sobremaneira para mobilizar toda a organização maçônica que, através do Parlamento e da imprensa, desencadeou uma verdadeira luta contra os adversários da liberdade de pensamento, do racionalismo, da liberdade religiosa, enfim, do liberalismo.¹³⁹

No que diz respeito às repercussões desses eventos e suas influências na crise do Império brasileiro, podemos afirmar que o episódio representou o ponto culminante das divergências entre a Igreja católica e o Estado imperial, que vinham se acumulando ao longo de todo o Segundo Reinado.

O conflito foi solucionado judicialmente através da anistia dos prelados, mediante comum acordo entre o governo brasileiro e o Vaticano. Contudo, esta resolução não foi suficiente para evitar o abalo de uma união histórica. É oportuno destacar as palavras de advertência enviadas pelo papa Pio IX ao imperador Pedro II: “Vossa Majestade (...)”

¹³⁷ Deve-se destacar que existem duas perspectivas sobre as reformas romanizadoras: “Embora não haja uma homogeneidade entre os autores no tocante à romanização, observa-se duas tendências historiográficas, que podem estar associadas e não se excluem totalmente: a de que a romanização teria sido vitoriosa e de abrangência nacional e outra que procura ressaltar os elementos heterogêneos, descontínuos e díspares desse processo, resultantes das múltiplas diferenças entre as regiões onde a Igreja se insere”. MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, SC, n. 30, p. 32, 2001.

¹³⁸ VIEIRA, op. cit., p. 49.

¹³⁹ BARATA, op. cit., 1994, p. 84.

descarregou o primeiro golpe na Igreja, sem pensar que ele abala ao mesmo tempo os alicerces do seu trono”.¹⁴⁰

Como uma das conseqüências imediatas desse *imbróglio*, o movimento republicano recebeu adesões – mesmo que de forma indireta – visto que defendia a separação entre o Estado e a Igreja católica. Para Valeriano Altoé, “nenhum bispo, por qualquer pretexto, levantou-se em defesa da Monarquia, isso não significou que os bispos fossem republicanos, ao contrário, a maioria deles continuava monarquista”.¹⁴¹

No entendimento do historiador Guilherme Pereira das Neves, a “Questão dos Bispos” serviu para “quebrar o encanto da função monárquica” no Império brasileiro:

Apesar de encerrada com a comutação da pena pelo imperador e anistia concedida aos bispos em 1875, a Questão Religiosa, de um lado, acirrou a intransigência da alta hierarquia da Igreja, levando-a a assumir uma atitude ambígua em relação ao Estado, que implicava, ao mesmo tempo, a oposição a certas medidas de caráter secular e a reivindicação de conservar o lugar privilegiado, no plano espiritual, que sempre detivera junto ao poder. De outro lado, porém, quebrou o encanto da função monárquica. Para as mentalidades secularizadas que defendiam o progresso, a atuação do governo revelou-se fraca e movida unicamente pelos interesses políticos do gabinete conservador. Para os fiéis tocados pelo ultramontanismo, majoritariamente urbanos e alfabetizados, a prisão dos bispos indicou o caráter arbitrário do regime distanciando-os do regime. Para a grande massa da população, ainda presa à religiosidade antiga, tudo aquilo não passara de uma impiedade. De todos os espíritos, retirava-se do cetro de D. Pedro II a aura mágica, que lhe tinha assegurado até então o exercício do poder.¹⁴²

Em termos mais objetivos, podemos argumentar que o desenrolar posterior dessa crise ilustrou a delicada situação política em que se encontrava o Império brasileiro. Todo esse embate trouxe outras conseqüências, pois com a morte de dom Vital, em 1878, os ultramontanos ganharam um verdadeiro mártir, cujo nome foi alçado como uma bandeira da reforma da Igreja brasileira.

Na opinião de David Gueiros Vieira, o *status quo* foi mantido e os religiosos continuaram em sua cruzada contra as irmandades maçônicas. Além disso, o autor apontou o surgimento de uma nova tradição católica, marcada pela intolerância, a qual perdurou mesmo após a proclamação da República.¹⁴³

¹⁴⁰ BASILE, op. cit., p. 279.

¹⁴¹ ALTOÉ, op. cit., p. 352.

¹⁴² NEVES, G., op. cit., p. 610-611.

¹⁴³ VIEIRA, op. cit., passim.

A historiadora Magali Engel discutiu a importância da “Questão Religiosa” para a posterior queda da monarquia, indicando que a controvérsia deve ser entendida como um elemento conjuntural de desgaste do regime monárquico.¹⁴⁴

Em vista do que foi exposto, acreditamos que o abalo na aliança entre o Estado imperial e a Igreja católica deve ser levado em consideração nas análises historiográficas sobre a crise do Império brasileiro. Na luta travada entre o “trono” e o “altar”, o primeiro saiu abalado e logo cairia, após a eclosão de novas crises internas.

O segundo, ao contrário, se conserva de pé até os dias de hoje, envolvido em novas questões a fim de manter intocável o seu poder espiritual, traduzido como sinônimo do verdadeiro caminho para a redenção dos pecados terrenos.

Este ainda apresenta-se no dia-a-dia das nações, com a capacidade de invocar para si assuntos que, tecnicamente, estão fora do alcance de sua competência, porém com interferências decisivas nas discussões contemporâneas sobre a liberalização do aborto, a eutanásia e as pesquisas com células-tronco, por exemplo.

Simultaneamente, as maçonarias vêm buscando resgatar as suas facetas políticas através de deliberações públicas sobre os mais diversos temas em voga em nossa atual sociedade.

¹⁴⁴ ENGEL, Magali. Republicanismo. In: VAINFAS, op. cit., p. 633.

Capítulo 2 – AS MAÇONARIAS E A IMPRENSA BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

2.1 – O periodismo maçônico oitocentista

A trajetória do periodismo maçônico oitocentista deve ser compreendida a partir de sua inscrição em um fenômeno histórico de maior amplitude, que diz respeito ao desenvolvimento, à valorização e à consolidação das funções e atividades da imprensa no Brasil.¹

O surgimento dos impressos no país está vinculado ao processo de transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Mudanças significativas ocorreram no rastro do estabelecimento da sede do reino no território de sua colônia americana, a exemplo da implantação da tipografia oficial, cujo objetivo era publicar os atos governamentais e divulgar informações convenientes à Coroa.

O primeiro jornal impresso no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançado em setembro de 1808 pela Impressão Régia. No entanto, diversos autores atribuem a Hipólito da Costa e ao seu *Correio Brasiliense* o marco de fundação da imprensa brasileira.² De fato, o seu periódico foi direcionado, sobremaneira, aos assuntos relacionados a Portugal e suas colônias. De acordo com as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca:

Oposicionista e crítico, o periódico era feito na Inglaterra, mas discutia os problemas da Colônia e atravessava o oceano Atlântico para circular por aqui. Assim, no mesmo ano em que a Corte portuguesa transferiu-se para o Rio de Janeiro fugindo de Napoleão, o jornal idealizado e realizado por Hipólito da Costa, disponível a nobres e plebeus do Novo Mundo, estava longe de ser um beija-mão dos poderosos.³

Em virtude de suas características, o *Correio Brasiliense* sofreu diversas perseguições das autoridades portuguesas, visto que desde o decreto de 13 de maio de 1808, o qual instituiu a Impressão Régia, vigorava no país a “censura prévia”.

¹ GONÇALVES, Thiago Werneck. O periodismo maçônico oitocentista da Corte imperial brasileira: notas de pesquisa. In: *REHMLAC* – Revista de estudos históricos de la masonería latinoamericana y caribeña, San José, v. 3, n. 1, p. 142-156, mai.-nov. 2011. Disponível em: <<http://rehmlac.com/index/vol3n1>>. Acesso em: jan. 2012.

² Ver, por exemplo, LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 e RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S.A. IMESP, 1988.

³ DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 7.

Ela era responsável por “examinar os papéis e livros que se mandaram publicar, e de vigiar que nada se imprimisse contra a religião, governo e bons costumes”.⁴ De 1808 a 1821, apenas os jornais oficiais ou aqueles que eram considerados inócuos pelo crivo da censura governamental circularam livremente no Brasil.

A partir do contexto da “Revolução Liberal do Porto”⁵ – que teve como efeito significativo a publicação do decreto da liberdade de imprensa das Cortes de Lisboa – a cena impressa brasileira foi alterada: em 1821 dom João VI dissolveu a censura prévia no país. Assim, notamos um verdadeiro aumento da circulação de impressos no Brasil, especialmente no calor dos dilemas e dos debates que fomentaram o processo de separação política definitiva de Portugal.⁶

A imprensa atuou como um importante canal para a divulgação e legitimação dos diferentes projetos formulados para o Brasil independente. Os impressos eram, enquanto instrumentos das práticas culturais e políticas, típicos representantes das modificações ocorridas em meados do século XIX. Robert Darnton argumentou que em um mundo “sem telefone, rádio e televisão (...) a única maneira de comover a opinião pública numa escala nacional é o tipo móvel”.⁷

Em relação aos jornais maçônicos, apesar da existência de alguns folhetos panfletários a partir da primeira metade do século XIX, foi somente na década de 1870 que surgiram os primeiros órgãos de imprensa de propriedade dos *Grandes Orientes*, e voltados para um público mais amplo, embora específico.

Os seus principais interlocutores eram os maçons e os seus simpatizantes, apesar dos seus inimigos, especialmente os católicos de orientação ultramontana, também contarem com um espaço privilegiado nessas publicações.

⁴ ARAÚJO, José P. F. *Legislação brasileira [...] de 1808 até 1831*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & Comp., 1836, p. 28-30 apud FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: *O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira. Bibliotecas, imprensa e censura*. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=456&sid=62&tpl=p_rinterview>. Acesso em: jan. 2012.

⁵ A chamada “Revolução Liberal do Porto”, de 1820, entre seus desdobramentos, contribuiu para a declaração da independência do Brasil, já que entre as reivindicações do movimento estava o imediato retorno de D. João VI a Portugal e a recondução do Brasil à condição de colônia.

⁶ Para o resumo dos primeiros jornais independentes da censura régia, consultar LUSTOSA, op. cit., p. 20-43. Para o panorama da imprensa brasileira entre o processo de independência e o Primeiro Reinado, ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. *Pauta Geral* – Revista de jornalismo, Florianópolis, SC, v. 1, n. 9, p. 17-32, 2007.

⁷ DARNTON, Robert. Introdução. In: _____; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 15.

Durante esse período, no qual os debates oriundos da imprensa passaram a repercutir de maneira significativa na sociedade – posto que a palavra impressa, registrada, concorria como um forte instrumento para a delimitação de identidades políticas e culturais⁸ – uma fase de crescimento e consolidação das maçonarias brasileiras deve ser assinalada como vital para as suas futuras pretensões.

Partilhamos, assim, da premissa de que o periodismo maçônico representou o principal meio de ação dessas instituições no que tange às suas estratégias de penetração e intervenção na *esfera pública* (no sentido de Habermas).⁹

O advento desse tipo de jornalismo foi preponderante para o estabelecimento desse processo, mesmo que sua organização e difusão estivessem limitadas a participação de parcelas diminutas da população brasileira. Através de um inventário temático, realizado na Seção de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, foi possível observar que as obras selecionadas como objeto de nosso estudo devem ser entendidas como um dos pilares da divulgação de um projeto “modernizador” para o Brasil.¹⁰

Segundo os ideais maçônicos, para trilhar o caminho rumo à modernidade era necessário instruir e “civilizar” a nação. Jean Starobinski investigou o surgimento do vocábulo “civilização” e destacou que o mesmo adquiriu sentidos diferenciados desde o seu surgimento na história do pensamento ocidental.¹¹

Apenas de forma paulatina é que o termo passou a aludir ao significado de “levar à civilidade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos”.¹² Nos boletins maçônicos oficiais, as concepções de “civilização” e “progresso” se ergueram vinculadas à racionalidade moderna e foram reciprocamente associadas pela filosofia iluminista, com reflexos permanentes no vocabulário político da imprensa do século XIX.

⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 8.

⁹ Para o conceito de *esfera pública de poder*, ver: HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere. An inquiry into a category of bourgeois society*. Massachusetts: The Mit Press, 1991; CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Massachusetts: The Mit Press, 1997; GOODMAN, Dena. *Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regime. History and Theory*, Middletown: Wesleyan University, n. 1, p. 1-20, 1992.

¹⁰ O conceito de *processo modernizador* remete às “transformações das sociedades consideradas tradicionais – em outra terminologia, subdesenvolvidas – em direção ao modelo urbano-industrial (...). O termo é amplamente empregado pelos historiadores para indicar as tentativas de incorporar as inovações do capitalismo industrial europeu”. FARIA, Sheila de Castro. *Modernização*. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 537-539.

¹¹ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.11.

¹² *Ibid.*

Para superar a ignorância, a sociedade brasileira deveria ser guiada pela razão, a qual daria acesso ao conhecimento e conduziria o país ao “progresso”. O conceito de “progresso” é polissêmico e foi usado “para referir-se a toda uma galáxia de idéias, nem todas coerentes entre si, e apresentadas em combinações variadas”.¹³ Essa enorme gama de concepções encerra uma imagem de “mudança social e cultural que pode, por motivos históricos, ser mais comodamente designada como a idéia de progresso”.¹⁴

A década de 1870 caracterizou-se pela influência das correntes positivistas e cientificistas, as quais valorizavam as invenções tecnológicas e o desenvolvimento material das sociedades. No Império brasileiro, as idéias de “civilização” e “progresso” foram construídas a partir de um conjunto de valores e conceitos que estabeleciam o aprimoramento da ciência como uma das condições necessárias para o aperfeiçoamento da nação.

O CABO TELEGRÁFICO SUBMARINO entre a Europa e a capital deste Império. – À praia de Copacabana, um dos arrabaldes do Rio de Janeiro, ao sul da barra deste porto, aportou, felizmente, o cabo conduzido pelo *Hooper*, desde o Pará, pela costa do Brasil, até esta cidade. É com imenso júbilo que saudamos este novo motor de civilização e riqueza. A Europa pode falar ao Brasil rapidamente; pode saudá-lo pelas conquistas de sua civilização e pela sua incessante generosidade.¹⁵ (grifos do autor).

Por essa exposição, vê-se a apreensão maçônica das noções de “civilização” e “progresso” em seu sentido moderno, ou seja, associada às novas descobertas científicas e referidas nas propagandas industriais que se tornaram comuns com o advento da “Revolução Industrial”.

Para Kenneth Bock, essa compreensão da realidade foi, em grande medida, fruto da “querela” surgida na segunda metade do século XVII entre o antigo e o novo, quando os “modernos procuraram mostrar logo que não só as produções mais recentes eram superiores às mais antigas, mas também que deveriam ser”.¹⁶

Nos impressos maçônicos oficiais, o “antigo” aparecia relacionado à idéia de “atraso”, situação que fomentou inúmeras críticas ao tradicionalismo de muitas instituições, especialmente ao da Igreja católica em sua versão ultramontana. Em

¹³ BOCK, Kenneth. Teorias do progresso, desenvolvimento e evolução. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (Orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p. 66.

¹⁴ *Ibid.*, p. 65.

¹⁵ *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, dezembro de 1873. Ano II, n. 12, p. 900.

¹⁶ BOCK, op. cit., p. 75.

contrapartida, o “novo” era representado pelo trinômio “ciência, civilização e progresso”.

Vejam os:

Os princípios sustentados pelo bispo de Pernambuco acham-se consagrados no *Syllabus*, e encarnados na doutrina dos ultramontanos. Segundo estes princípios, a educação da mocidade pertence ao clero, a ciência das coisas filosóficas e morais está sujeita à influência da autoridade eclesiástica; os meios temporais diretos e indiretos cabem à Igreja; a soberania popular é um erro. Destes princípios o que resulta? Resulta por certo o desaparecimento da liberdade do ensino, da liberdade de consciência e da liberdade política, surgindo o monopólio da ciência, o encadeamento da razão e a supressão dos governos populares. Assim o mundo retrogradaria cinco séculos em vantagem da teocracia, hoje fatalmente impossível ao gênero humano. O que seria da civilização moderna e das grandes conquistas do pensamento? Tudo desapareceria; porque lá está escrito no *Syllabus*, que essa civilização e o progresso da humanidade são males com que o Pontífice romano não transige. Prevalecendo a doutrina ultramontana, o homem despojar-se-ia da liberdade civil e religiosa, aniquilar-se-iam os grandes inventos modernos, e o vapor e o telégrafo não realizariam mais os prodígios da velocidade na comunicação entre as cidades e os povos. A ciência seria escrava das leis ferrenhas que o poder clerical quisesse promulgar, e todas as nobres conquistas do pensamento seriam condenadas, porque o domínio teocrático só pode subsistir ante a ignorância, que debilita a razão e entrega o homem ao alheio arbítrio. O cidadão desaparecia para existir apenas o servo do clero. Mas esse regresso do mundo é impossível, portanto, o ultramontanismo, travando luta contra as idéias de civilização em nome da religião cristã, arrisca a nobre causa do catolicismo.¹⁷ (grifos do autor).

Para melhor compreender esse antagonismo, estudaremos, inicialmente, um dos principais interlocutores da imprensa maçônica: o veículo católico oficial da Corte imperial brasileira.

2.2 – O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião e da sociedade (1872-1874)

Publicado entre os anos de 1866 e 1901, *O Apóstolo* foi o impresso católico mais importante do Brasil no século XIX, na visão do pesquisador Alceste Pinheiro.¹⁸ Nossa

¹⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, setembro e outubro de 1873. Ano II, n. 9 e 10, p. 716-717.

¹⁸ PINHEIRO, Alceste. *O Apóstolo*, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 14. 2009, Rio de Janeiro. *Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0018-1.pdf>>. Acesso em: dez. 2011.

pesquisa tomou o triênio de 1872-1874 como objeto de estudo. O jornal circulou semanalmente durante o ano de 1872 e boa parte de 1873 (sempre aos domingos), quando a partir da edição de número 45 (quinta-feira, 6 de novembro) passou a ser editado duas vezes por semana, permanecendo desta forma até o final de 1874.

Além de um editorial disposto na primeira página, *O Apóstolo* possuía as seguintes seções: “Comunicados” (onde eram publicados os artigos de colaboradores); “Folhetim do Apóstolo” (continha a prescrição de normas doutrinárias); “Negócios Eclesiásticos” (disponibilizava informações sobre o Ministério do Império, tais como a concessão de beneplácitos, decretos e licenças); “Transcrição” (onde eram transcritos textos de outras publicações); “Variedade” (funcionava como apêndice do editorial, publicando artigos de cunho político-ideológicos); “Noticiário” (listava anúncios de eventos, informações sobre festas católicas e doações recebidas pela Igreja) e “Obituário”.

Todo esse conjunto textual foi organizado em um sistema de paginação bastante carregado, mas que contava com uma disposição de tópicos bem elaborada em todas as suas quatro páginas fixas, as quais possuíam cinco colunas retas cada uma.

A publicação transcrevia inúmeros documentos católicos oficiais, trechos de artigos ou livros e até discursos parlamentares, o que demandava um espaço considerável e fazia com que alguns de seus textos ocupassem várias edições seqüenciais, a exemplo do livro *Os Franc-Maçons – O que são, o que fazem, o que querem*.

Traduzido para o português e publicado com grande periodicidade na seção “Transcrição”, esse extenso escrito foi obra do sacerdote francês Louis Gaston de Segur, o monsenhor de Segur (1820-1881), importante figura do oitocentismo europeu. Porém, a tarefa de identificar os colaboradores desse periódico não foi simples, porque a maior parte dos seus textos não indicava os nomes de seus redatores.

De igual característica, as colunas editoriais não faziam qualquer tipo de referência direta aos seus autores, contendo apenas a impressão de suas iniciais ou o uso de pseudônimos e termos genéricos. O primeiro modelo pode ser ilustrado pela leitura do artigo “Literatura corruptora propagada por alguns periódicos do Rio de Janeiro”, cujo autor é designado apenas por “A.P.”.¹⁹

Foram inúmeros os casos da utilização de expressões genéricas para determinar a autoria de textos publicados n’*O Apóstolo*. Na edição de 19 de maio de 1872 (ano VII, n.

¹⁹ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1872. Ano VII, n. 18. Seção: Comunicado. “A.P.” parece ser um importante colaborador (a) do periódico, visto que a autoria de diversos escritos, publicados durante o período de nossa pesquisa, é apontada para essas iniciais.

20), o título “O ensino religioso” foi assinado por “Um Padre Cearense”. No tópico “Publicações a pedidos”, do número 24 (ano VII), o artigo “A Maçonaria e o Senhor Ignácio de Loyola” foi escrito por um “Anti-Maçom”. Além desses, apareceram os termos “Um Padre de Minas Gerais” (ano VII, n. 33); “O Leigo” (Ano VII, n. 41); entre outros.

De fato, a ausência de identificação autoral foi uma característica recorrente do jornal católico entre os anos de 1872 e 1874. Ainda assim, foi possível reconhecer em suas páginas os nomes de diversos bispos (especialmente os protagonistas dos conflitos oriundos da “Questão Epíscopo-Maçônica”), padres, parlamentares (a exemplo dos senadores Candido Mendes de Almeida, do Maranhão, e Zacarias de Góes e Vasconcelos, da Bahia) e leigos que atuaram nos embates relacionados à “Questão Religiosa”.

Para o intervalo de tempo analisado, os endereços de impressão e redação permaneceram inalterados. Ambos se encontravam na “Typographia do Apóstolo, rua Nova do Ouvidor, ns. 16 e 18”. Em 1874, entretanto, ocorreu uma ligeira modificação no espaço físico de sua sede, que passou a ser estabelecido na “rua Nova do Ouvidor, ns. 14 e 16”.

O impresso fazia uso de uma tipografia própria, que segundo um de seus anúncios estava “convenientemente montada com dois prelos mecânicos e grande variedade de tipos (...) e por isso habilitada a fazer todo e qualquer trabalho de impressão que se possa desejar”.²⁰

Na seção “Anúncios” foram divulgados muitos títulos cristãos (o preço normalmente variava entre 1\$000 e 3\$000) e listagens com “livros [religiosos] à venda na livraria Luso-Brasileira – Rua da Quitanda 30”.²¹ Os anúncios de assinatura de outros jornais católicos, os quais se repetiram em diversos exemplares, também são dados interessantes de se mencionar.²²

Apesar da veiculação de anúncios, é provável que a maior parte da arrecadação d’*O Apóstolo* fosse proveniente de sua taxa de assinatura, pela qual foi cobrada, entre 1872 e 1873, 6\$000, por ano, e 3\$000, por semestre, para a Corte e Niterói, bem como 7\$000, por ano, e 3\$500, por semestre, para as províncias do Império.

Em 1874, porém, houve a unificação dos seus valores, os quais foram reajustados para 10\$000, por ano, e 5\$000, por semestre. Assim, o jornal contava com o auxílio dos

²⁰ Ibid., 7 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 1, p. 4.

²¹ Ibid., 13 de outubro de 1872. Ano VII, n. 41, p. 4.

²² Ver, por exemplo, o exemplar número 28 do ano VIII – 1873.

seus assinantes para se manter circulando, como pode ser evidenciado pelo apelo dirigido aos seus subscritores:

Sendo fácil calcular as despesas avultadas da ordem da nossa, e para evitar as extraordinárias que causam as grandes edições e não sermos obrigados a suspender a remessa do Apóstolo aos assinantes que se acham em atraso, rogamos-lhes de mandarem satisfazer seus débitos, dirigindo sua importância em carta registrada ao gerente, único encarregado da parte material da folha.²³

Não foi possível identificar a tiragem d' *O Apóstolo*. Não obstante, pela influência do catolicismo na época, pelo número de igrejas existentes no país e pelo tamanho da tipografia do periódico, a qual em 1873 encontrava-se “completamente montada e encarrega-se da impressão de todo e qualquer trabalho tipográfico por mais volumoso que seja, garantindo brevidade e nitidez”,²⁴ é possível sugerir que o quantitativo de exemplares católicos impressos naquele período não foi diminuto.

Conforme observado por Alceste Pinheiro, através desse importante veículo católico de comunicação foi possível obter uma noção acurada sobre as

(...) estratégias da Igreja católica, o jogo dos confrontos internos, a ação dos bispos reformadores, o diálogo com possíveis aliados, o debate intelectual com os “inimigos da Igreja”. Por ele, também foi possível ter acesso aos vestígios da ação e das estratégias dos liberais, que buscavam neutralizar a presença do Catolicismo no Brasil, e dos protestantes, na luta por espaço na consciência religiosa dos brasileiros.²⁵

2.3 – Análise do conteúdo temático d' *O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião e da sociedade (1872-1874)*

Uma visão genérica do diversificado conteúdo do jornal foi suficiente para verificarmos a difusão do discurso e dos ditames éticos e morais da Igreja romanizada. Porta-voz da oficialidade católica, o periódico se estruturava a partir de variadas seções, as quais alternavam textos de cunho estritamente doutrinários – a exemplo dos “Catecismo do Concílio de Trento”, “Mandamentos da Lei de Deus” e “Constituições Dogmáticas” – e

²³ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1872. Ano VII, n. 52, p. 4.

²⁴ *Ibid.*, 12 de outubro de 1873. Ano VIII, n. 41, p. 4.

²⁵ PINHEIRO, op. cit., p. 2.

outros voltados para a crítica de situações cotidianas, além da normatização e divulgação de eventos religiosos.

Definido pelos seus próprios articulistas como “órgão autorizado do catolicismo (...) vigilante, indefeso defensor da religião católica apostólica romana”,²⁶ o impresso se tornou um instrumento da alta hierarquia católica para a propagação de sua luta contra os “inimigos da fé”, estabelecendo, sobretudo, em seus editoriais, uma verdadeira campanha contra as maçonarias, o liberalismo, o socialismo e o protestantismo.

De modo geral, foi possível dividir o seu conteúdo informativo em três eixos temáticos. O primeiro deu conta daquilo que os católicos entendiam como um movimento de perseguição à sua religião, que supostamente foi estabelecido pelas *lojas* maçônicas com o suporte de “órgãos liberais” da imprensa.

O segundo unificou, por um lado, as críticas dirigidas ao protestantismo e, por outro, os benefícios que, no entendimento do veículo cristão, a ordem católica oferecia ao país. O terceiro e último conjunto de textos, tratou dos ataques e das censuras voltadas especificamente para as associações maçônicas.

A temática da perseguição ao catolicismo foi lugar comum em diversas passagens d’*O Apóstolo*, sobretudo nos primeiros meses de 1872. De acordo com um de seus exemplares, a imprensa “sacrílega e herética”, fomentava essa perseguição com calúnias, injúrias e as mais diversas mentiras.²⁷

Em um Império como o nosso, e em cuja magna carta se reconheceu e mandou continuar a religião católica apostólica romana como a religião dos brasileiros, é triste observa-se o movimento anticatólico que se opera em pleno dia. Lamentável e desastroso, porque outro não pode ser o futuro de um povo, que despreza a crença em que foi criado e vê com olhos indiferentes, os estragos que o jornalismo profano vai fazendo no seio da família, na sociedade, com a propagação de falsos e perniciosos princípios, que se fascinam o espírito e lisonjeiam as paixões, cavam inevitavelmente a ruína dos povos e atiram-nos em um abismo de desgraças.²⁸

A citação acima definiu o jornalismo *profano* como propagador de “perniciosos princípios”, os quais seriam diretamente associados ao pensamento liberal. Em outros de seus fragmentos, as maçonarias apareceram de mãos dadas com os liberais,²⁹ a exemplo do

²⁶ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 12 de maio de 1872. Ano VII, n. 19, p. 3.

²⁷ *Ibid.*, 28 de abril de 1872. Ano VII, n. 17, p. 1.

²⁸ *Ibid.*, 7 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 1, p.1.

²⁹ *Ibid.*, 8 de junho de 1873. Ano VIII, n. 23, p. 3.

número 4 de janeiro de 1872, o qual destacou que alguns parlamentares votaram “sem escrúpulos”, a favor do casamento civil e da liberdade religiosa.³⁰

Na verdade, a própria colocação desses “assuntos maléficos” em pauta foi apontada como uma estratégia dos opositores para “introduzir a desordem na crença da nação”.³¹ No entendimento dos católicos, os seus adversários “atacam a família, destruindo-a pela base e estabelecendo sua formação pelo casamento civil. Para banirem melhor a crença, indicam a liberdade religiosa (...) e proclamam a salvadora liberdade de consciência”.³²

A igualdade entre as religiões e o casamento civil foram os princípios liberais considerados mais nocivos pelos católicos. Essas propostas faziam parte de uma gama maior de proposições liberais, as quais eram apontadas pelo catolicismo como equivocadas e perigosas para o futuro da nação brasileira.

Para a folha oficial do bispado, o “reformismo” não oferecia benefícios reais para o país, sendo parte constitutiva de um espírito de hostilidade oriundo da Europa e que “com suas modas passou para o Brasil, onde exercita-se com aquela impavidez natural a sua origem”.³³ Esse “espírito reformista” teria sido importado por “moços inexperientes” e parcos conhecedores da realidade nacional.

O espírito reformador invadiu por tal modo nossos homens, que lhes não permite refletir no estado a que tem sido reduzido os Estados que as têm adotado (...). Os que querem a reforma social, ou não observam as reformas pelas quais temos passado ou agem de má-fé. Pouco ou nada temos lucrado com essas reformas (...). Nem ao menos lhes aproveitam os exemplos desastrosos das nações que têm adotado os princípios dos publicistas modernos, que têm estragado a Europa e a reduzido ao estado lastimável que a vemos (...). Que vantagens, pois, podem vir ao Brasil de reformas pouco estudadas e concebidas pelo espírito sectário da atualidade?³⁴

Além dos liberais, outros reformadores e/ou revolucionários se tornaram alvo de críticas dos ultramontanos, a exemplo dos comunistas e dos socialistas, os quais “para sustentarem seus princípios, têm ensangüentado nações e feito centenas de milhares de vítimas inocentes”.³⁵

³⁰ Ibid., 28 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 4, p. 2.

³¹ Ibid., 15 de junho de 1873. Ano VIII, n. 24, p. 1.

³² Ibid., 3 de março de 1872. Ano VII, n. 9, p. 1.

³³ Ibid., 21 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 3, p. 1.

³⁴ Ibid., 3 de março de 1872. Ano VII, n. 9, p. 1.

³⁵ Ibid., 17 de março de 1872. Ano VII, n. 11, p. 1.

Os seguidores brasileiros do papa Pio IX acusavam os livres pensadores, a imprensa e os reformadores de pregarem “a mais pernicioso propaganda de doutrinas comunistas e socialistas que estão barbarizando a França”.³⁶

Para encerrar o primeiro bloco temático, selecionamos uma ocasião na qual a diocese do Rio de Janeiro se colocou na posição de vítima de uma suposta perseguição maçônica. Em agosto de 1872, algumas exposições teatrais foram canceladas pelo poder público. Naquela conjuntura, foram espalhados rumores que responsabilizavam o bispo dom Pedro Maria de Lacerda pela interdição daqueles eventos culturais.

Em resposta, o bispo declarou que não proibiu aquelas peças teatrais e afirmou que tais boatos visavam tornar a sua imagem odiosa perante os olhos da população da Corte imperial brasileira. Para *O Apóstolo*, “o jornal entre nós diz tudo e quando não sabe o que dizer mente. É um grande laboratório onde fabricam-se todas as drogas e a todo preço”.³⁷

No entanto, é interessante notar que o dignitário eclesiástico não descartou alterar ou retirar de cena qualquer atividade que fosse considerada indecente ou imoral, pois esse ato seria um “louvável exercício de um direito para o bem de suas ovelhas”.³⁸

Na visão da Igreja, por trás da atitude “agressiva e desonesta” dos jornalistas em relação ao bispo, encontra-se a ação manipuladora dos *pedreiros livres*. Assim, a “perseguição que a maçonaria impôs ao seu grão-mestre e primeiro ministro do imperador, contra a Igreja é uma questão muito séria, e que não pode ser sujeita aos gracejos dos que em nada crêm”.³⁹

O eixo temático seguinte reuniu dois assuntos contraditórios entre si, mas complementares na concepção da Igreja: os discursos católicos que exaltavam as vantagens advindas de sua religião para a sociedade brasileira, e as críticas endereçadas ao protestantismo. Segundo o publicado em agosto de 1872:

Não esperemos, pois nada do governo e dos parlamentos em bem da Igreja e do clero. Nem ao clero convém uma influência que lhe venha do governo, porque emprestada como é a importância por outrem promovida, permanecerá em maior grau sua dependência e escravidão. Do governo apenas devemos exigir consideração aos nossos direitos: e esta consideração devemos nós impô-la e não pedi-la.⁴⁰

³⁶ Ibid., 19 de maio de 1872. Ano VII, n. 20, p. 2.

³⁷ Ibid., 12 de maio de 1872. Ano VII, n. 19, p. 1.

³⁸ Ibid., 4 de agosto de 1872. Ano VII, n. 31, p. 2.

³⁹ Ibid., 6 de maio de 1874. Ano IX, n. 53, p. 1.

⁴⁰ Ibid., 28 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 4, p. 2.

Por essa narrativa, percebemos que o papel dos adeptos da Igreja foi descrito como de fundamental importância para a manutenção dos seus direitos e deveres, os quais seriam independentes da própria vontade do governo imperial.

Na visão dos bispos, sua instituição era essencial para a formação da “civilização” e, por extensão, para moldar o caráter do povo brasileiro. Nesse sentido, era imperioso educar a população através de uma instrução “fecunda e eminentemente cristã”,⁴¹ pois o progresso da nação dependia do ensino católico.

Nos artigos que abordaram a interpretação católica das propostas liberais, a principal crítica se dava em torno da implantação de mudanças que não estariam levando em consideração a índole, a educação e os costumes dos brasileiros. Ou seja, as reformas liberais estariam implodindo a ordem social cujo catolicismo havia ajudado a fundar e consolidar no país.

Na segunda metade do século XIX era essencial que os católicos estivessem unidos em sua luta contra os “perigos da modernidade”. Por esta razão, notamos um verdadeiro clamor pela unificação política da Igreja brasileira, a qual se daria por intermédio da criação de uma entidade protetora da “Santa Sé” no Brasil.⁴²

A uniformidade do pensamento católico era visto como fundamental para a execução das diretrizes romanas. Em uma das edições d’*O Apóstolo* em 1872, evidenciou-se essa idéia unificadora do clero: “hoje, para honra da Igreja católica, não há um só bispo contrário à doutrina da infalibilidade papal”.⁴³

Contudo, nosso país se encontrava “entre dois catolicismos”, existindo uma escola mais “moderna, ilustrada e liberal” em contraposição àquela de orientação ultramontana. O estudo histórico de Gizlene Neder e Ana Paula Barcelos reforçou a idéia de que durante a “Questão Religiosa” interesses contraditórios abalaram internamente a estrutura da Igreja católica brasileira:

Estas fissuras marcaram a oposição entre aqueles que defendiam uma teologia-política conservadora e ultramontana (papista e identificada com o jesuitismo) e aqueles outros, que defendiam posições em favor de uma maior autonomia da Igreja nacional e do regalismo. Este campo do catolicismo

⁴¹ *Ibid.*, 12 de Maio de 1872. Ano VII, n. 19, p. 1.

⁴² Consultar especialmente as edições n. 26; 53 e 63 do ano VIII – 1873.

⁴³ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1872. Ano VII, n. 5, p. 2.

ilustrado adotava uma perspectiva liberal e moderna inspirada – mesmo que num alinhamento formal e livresco – no jansenismo.⁴⁴

Essa versão pode ser confirmada por intermédio do próprio instrumento jornalístico do episcopado, pois em abril de 1872 o editor chefe do jornal católico ordenou que o padre Almeida Martins desmentisse um texto que havia sido veiculado pelas folhas diárias da Corte imperial brasileira.

Nele, o católico maçom teria apontado a existência de duas escolas de pensamento no seio do catolicismo, e afirmado que estaria sendo perseguido em virtude de seu pertencimento a uma linha ideológica diferente da diocese do Rio de Janeiro.⁴⁵

É oportuno recordar que o padre Almeida Martins foi o pivô da “Questão Religiosa”, tendo o seu embate com dom Pedro Maria de Lacerda se tornado um tema muito presente nas páginas da imprensa carioca.

A dimensão da crise advinda com a suspensão do referido padre pode ser percebida pelo seguinte comentário, estampado no próprio periódico católico: “Por quase 20 dias que a imprensa diária desta Corte se arremessa furiosa e implacável contra um ato legal da primeira autoridade eclesiástica”.⁴⁶

Antes disso, um editorial bastante incisivo já havia sido publicado, quando da realização da festa maçônica para exaltar a aprovação da “lei do Ventre Livre”, que fora proposta por um *grão-mestre*, o visconde do Rio Branco. Naquela ocasião, o redator d’*O Apóstolo* comentou indignado que “o grande orador interino que do Grande Oriente saudou ao Grão-Mestre (...) foi um Padre!”.⁴⁷

Mesmo negando a dissidência no interior de sua religião, a própria folha católica oficial já havia mencionado uma divisão no interior de sua hierarquia, salientando que o clero brasileiro vivia desunido e negligenciava as suas atribuições básicas perante a fé.⁴⁸

Ademais, podemos inferir a existência de uma fragmentação institucional da Igreja a partir do próprio anseio por uma associação que representasse a união católica. Ainda que enfrentando dificuldades de todas as ordens, o semanário católico parecia convencido de que sua doutrina era motivo de “progresso” e de “adiantamento cultural”.

⁴⁴ NEDER, Gizlene; BARCELOS, Ana Paula Barcelos. Intelectuais, circulação de idéias e apropriação cultural. Anotações para uma discussão metodológica. *Passagens* – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 40, jan-jun. 2009.

⁴⁵ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1872. Ano VII, n. 16, p. 1.

⁴⁶ *Ibid.*, 28 de abril de 1872. Ano VII, n. 17, p. 2.

⁴⁷ *Ibid.*, 10 de março de 1872. Ano VII, n. 10, p. 1.

⁴⁸ *Ibid.*, 28 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 4, p. 2.

Declarar a Igreja católica adversa à liberdade e ao progresso é desconhecer a história do cristianismo, é desconhecer a doutrina que Jesus Cristo ensinou e deu em depósito à sua Igreja para a conquista do mundo (...). Se não fosse a Igreja, o que seria da sociedade moderna; que civilização seria a nossa?⁴⁹

Seguindo essa lógica, os seus redatores buscaram combater a oposição através da introdução de um conjunto de idéias típicas do projeto de romanização. Em um texto intitulado “A Igreja no Brasil” os inúmeros “benefícios” que o catolicismo havia operado no Segundo Reinado foram relatados, sendo a construção de um edifício religioso apontada como a sua mais importante obra social.

O artigo criticou severamente a ingratidão dos “inimigos da fé”, inclusive daqueles pertencentes ao alto escalão político do Império e de alguns “infelizes intérpretes da literatura”, que se juntaram no jornalismo para atacar a religião de Cristo.⁵⁰

Outra maneira utilizada para engrandecer a superioridade católica foi a exaltação do comportamento moral dos seus membros. Um exemplo desse orgulho pode ser ilustrado no texto “Grande e Esplêndido Triunfo”, do qual retiramos o seguinte excerto:

O catolicismo sofrendo com resignação e coragem as injúrias e blasfêmias que a maçonaria pôs nas penas de seus assalariados escritores (...) não quiseram os católicos torná-la responsável, perante a lei, preferindo perdoá-la (...), mas que diferença no proceder dos católicos e de seus adversários.⁵¹

A convicção na preeminência da fé católica produziu julgamentos hostis no que diz respeito às demais crenças religiosas. Durante praticamente todo o ano de 1872, foi transcrito n’*O Apóstolo* um longo trabalho intitulado “Palestras familiares sobre o protestantismo de hoje”, cujo original pertencia ao monsenhor de Segur, que, como vimos, foi uma eminente figura do oitocentismo europeu.

A despeito de cada parte do escrito ter recebido um subtítulo diferente, variando de acordo com o assunto abordado, o seu principal objetivo era demonstrar os “defeitos” e os “erros” praticados pelos protestantes: “É certo que o protestantismo é profundamente antipático ao nosso país, e é igualmente incontestável, que do protestantismo religioso só restam ruínas”.⁵²

⁴⁹ Ibid., 4 de fevereiro de 1872. Ano VII, n. 5, p.2.

⁵⁰ Ibid., 10 de março de 1872. Ano VII, n. 10, passim.

⁵¹ Ibid., 12 de maio de 1872. Ano VII, n. 19, p. 1.

⁵² Ibid., 7 de abril de 1872. Ano VII, n. 14, p. 3.

Ou ainda: “Em socorro do protestantismo, interessado sempre em desfigurar a história, para melhor insinuar-se no espírito dos incautos, veio o racionalismo confirmar sua obra destruidora”.⁵³

Em relação ao terceiro e último eixo temático, analisamos as notas, notícias e críticas voltadas especificamente para as maçonarias. Esse conjunto de informações pode ser dividido, de modo geral, em escritos investidos para refutar os preceitos maçônicos (chamando atenção para o seu suposto caráter anticristão); a construção de um imaginário de medo (enfatizando o que estaria encoberto pelo segredo maçônico) e as réplicas direcionadas aos artigos divulgados na “imprensa liberal”, como o “Manifesto maçônico perante a verdade”. A esse respeito foi publicado o seguinte:

E quem será tão insensato e temerário que não ouça a voz do chefe da Igreja, que é a voz de Jesus Cristo, para ouvir da impostura, da hipocrisia, que é a voz da maçonaria? O caminho direto para a salvação é o que aponta a Igreja, não há outro. Abandonai-o para seguir atalhos é ir direto à perdição eterna.⁵⁴

Os editores do jornal católico retomaram, mais uma vez, a figura de monsenhor de Segur, através da tradução do seu já mencionado livro, apresentando a seguinte idéia acerca da associação maçônica: “é anticatólica, anticristã, ateísta, logo, é condenável, e quando foi condenada pela Santa Sé, foi-o justa e justissimamente. Todo e qualquer franco-maçom está, pois excomungado e justamente excomungado”.⁵⁵

Dentro desse cenário de defesa radical dos pressupostos norteadores da doutrina católica, logo surgiriam outras críticas mais agressivas em relação aos maçons. No editorial do número 17, por exemplo, a maçonaria foi considerada “uma associação imbecil e como tal, só é digna de desprezo”.⁵⁶

Os *pedreiros livres* foram condenados por supostamente praticar diversas heresias e serem adeptos do deísmo, o qual era “resultado imediato da liberdade religiosa” que propagavam.⁵⁷ Além disso, o seu caráter materialista, viés que seria expresso na adoção de um “Deus arquiteto”, foi duramente censurado: “Só o título com que a maçonaria honra seu Deus, resume toda a doutrina maçônica, que é o materialismo”.⁵⁸

⁵³ Ibid., 25 de fevereiro de 1872. Ano VII, n. 8, p. 1.

⁵⁴ Ibid., 4 de maio de 1873. Ano VIII, n. 18, p. 2.

⁵⁵ Ibid., 21 de janeiro de 1872. Ano VII, n. 3, p. 4.

⁵⁶ Ibid., 28 de abril de 1872. Ano VII, n. 17, p. 2.

⁵⁷ Ibid., 10 de março de 1872. Ano VII, n. 10, passim.

⁵⁸ Ibid., 5 de maio de 1872. Ano VII, n. 18, p. 1. Na edição de 19 de maio deste mesmo ano, novas críticas em relação ao “Deus Arquiteto” foram anotadas. Neste número, aliás, a maçonaria foi apontada como um mal pior do que o paganismo.

Nem mesmo as atividades maçônicas de caridade e ajuda ao próximo escaparam do crivo de orientação ultramontana, afinal se a maçonaria “enxuga as lágrimas da viúva e do órfão, quantas vezes não serve para propagandas revolucionárias, para espalhar emissários, secretos executores de seus decretos homicidas?”⁵⁹

Nesse sentido, a filantropia maçônica foi descrita enquanto um mero atrativo material, ou seja, ela não representava um verdadeiro bem espiritual.

Não há necessidade alguma que leve os homens a reunirem-se em sociedades secretas para o exercício da beneficência, muito menos a sujeitarem-se a um juramento temerário (...). A um fim oculto, às vistas sinistras, serve a beneficência de pretexto para a maçonaria.⁶⁰

Na verdade, existia uma espécie de fixação na denúncia e no desmascaramento de maçons, cujo objetivo era trazer à tona a faceta “maligna” de suas instituições:

Nos corre o dever de publicar o que ela é realmente, manifestando ao público essas “virtudes maçônicas” (...). Nós temos cumprido o nosso dever: arrostando iras maçônicas, temos mostrado evidência que a maçonaria pode fazer maiores males do que bens, que seu caráter de sociedade secreta a torna suspeita, e que a Igreja, zelosa pelo bem da sociedade civil e religiosa, a condenou justamente.⁶¹

A ênfase dada à denunciada existência de um complô internacional, abriu caminho para o surgimento de rumores sobre a infiltração maçônica nas variadas esferas do governo imperial. Assim, os *irmãos* teriam exercido o poder político para influenciar nas discussões “contrárias à fé”, especialmente em relação às propostas que defendiam o casamento civil, a liberdade religiosa e o ensino laico.

Instituição que segue princípios inconfessáveis e que só nas trevas se realizam (...). Inspirada e dirigida pelo ódio e pela vingança dos templários, de quem tira origem, a maçonaria tem constantemente, ainda que o negue, conspirado contra a autoridade civil e religiosa (...), através de um juramento terrível para a realização de seus tenebrosos fins. A maçonaria se denuncia, mandando pôr seus membros nos parlamentos, criação sua incluir na legislação seus princípios reformadores, mandando despertar no espírito do povo a idéia da revolta contra a autoridade legítima (...), na imprensa e até na tribuna sagrada, proclamando uma religião nova, que eles baseiam só no

⁵⁹ Ibid., 16 de junho de 1872. Ano VII, n. 24, p. 1.

⁶⁰ Ibid., 2 de junho de 1872. Ano VII, n. 22, p. 1.

⁶¹ Ibid., 16 de junho de 1872. Ano VII, n. 24, p. 1-2.

amor de Deus, na prática do bem pelo bem, na tolerância absoluta religiosa, no casamento civil etc.⁶²

A instituição maçônica foi acusada também de submeter políticos e ministros às suas ideologias e, quando não conseguia atingir os seus “obscuros objetivos”, ela promovia diversas “revoluções como 1817, 1831, 1841 e 1849 que são as filhas legítimas da maçonaria política”.⁶³

Outras graves denúncias foram divulgadas nos impressos católicos, a exemplo da inculpação de “influentes” maçons, os quais teriam incitado a impunidade e a corrupção, visto que trabalharam secretamente para inocentar *irmãos* acusados de crimes.

O “Anti-Maçom” assegurou que os *grão-mestres* protegiam criminosos de qualquer natureza, até mesmo aqueles de terceira reincidência. Igualmente, apareceram imputações de saque, assassinatos e ameaças a prelados: “Temos deles [acontecimentos] conhecimento público, pelo modo porque se espalharam. Esses boatos são desgraçadamente verdadeiros”.⁶⁴

A Igreja católica colocava-se como vítima de todas essas “tramóias”, associando os maçons até mesmo à figura do diabo. Esse fato contribuiu ainda mais para a formação de uma imagem negativa da maçonaria, a qual deveria ser temida, avalizando a reunião de todos os esforços possíveis para o combate a essa sociedade secreta.

Dentro dessa lógica, a maçonaria seria divulgadora de princípios “que se bem estudados e compreendidos, (...) só manifestam sua ambição de dominar, espreitando o momento fácil de sair das trevas para apossar-se publicamente dos Estados”.⁶⁵ Com a finalidade de destruir as autoridades eclesiásticas e governamentais, a ordem secreta teria se juntado a outras agremiações, a exemplo da Carbonária – sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França, Portugal e Espanha entre os séculos XIX e XX.

No Brasil, os maçons teriam se aliado “com a maçonaria das repúblicas platinas e com a União Americana: as propagandas que estas fizeram contra o princípio monárquico todos conhecem”.⁶⁶

O tema da ilegalidade maçônica foi recorrente em diferentes escritos d’*O Apóstolo*, pois o alto clero argumentava que as *oficinas* – embora não tivessem os seus regulamentos

⁶² Ibid., 28 de abril de 1872. Ano VII, n. 17, p. 2.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid., 16 de junho de 1872. Ano VII, n. 24, p. 1.

⁶⁵ Ibid., 28 de abril de 1872. Ano VII, n. 17, p. 2.

⁶⁶ Ibid., 11 de maio de 1873. Ano VIII, n. 19, p. 1.

aprovados pelos poderes competentes – contavam com o apoio daqueles que deveriam fazer cumprir a lei, fato que representava um autêntico “escândalo”.⁶⁷

As designadas articulações de campanhas contra o trono e o destaque para o envolvimento maçônico em movimentos políticos conspiratórios visavam chamar atenção para o mal que seria causado pelos maçons à sociedade.

Com o intuito de difundir esses males, foram utilizadas as mais variadas estratégias, como a divulgação de denúncias, a publicação de documentos condenatórios e orientadores da fé, e a proliferação de “cartas apócrifas”. A respeito dessa última temática, o jornal católico publicou, em uma de suas edições de 1872, o seguinte:

Dois instrumentos da imprensa revolucionária, que arrastam uma vida inglória nessa corte, deram a notícia de ter sido requerida a apresentação do autógrafo de um artigo, que com a assinatura de (na opinião deles) “Continuaremos” fora publicado no Jornal do Comércio por conter injúrias à Maçonaria. Não satisfeitos com a notícia editorial, espalharam pelas colunas das próprias folhas a declaração de que o artigo aludido era do senhor Padre João Esberard (...). Não haverá nisso uma verdadeira capadoçagem?⁶⁸

Aderindo à perspectiva dos textos condenatórios às maçonarias, a arquidiocese da cidade Mariana lançou a sua “Ligeira manifestação contra a maçonaria”.⁶⁹ Na verdade, o folheto significava um reforço no combate às seitas secretas instituídas oficialmente por outros religiosos, bem como do próprio clérigo Antonio Ferreira Viçoso, que já havia publicado um opúsculo intitulado “Juízo sobre a maçonaria por alguns homens célebres e escritores notáveis”.⁷⁰

Todos esses escritos seguiam a linha da “Carta Pastoral do bispo do Pará – dom Antonio Macedo Costa – premunindo seus diocesanos contra erros de um papel espalhado ultimamente na Diocese sob o título de Protesto do Partido Liberal”.⁷¹ Sobre esse documento, a redação do semanário católico comentou:

É um trabalho cheio de erudição, e onde a par do conselho, da exortação, pôs o Ilustre Prelado do Pará a verdadeira doutrina e com aquele espírito analítico que tanto o distingue, deixa ver o que é a maçonaria – CONSIDERADA SOB O ASPECTO MORAL, RELIGIOSO E SOCIAL. Sob estes três pontos de vista, o digno Prelado, com o escalpelo da lógica sobre o cadáver maçônico, depois de um trabalho anatômico completo, deixa

⁶⁷ Consultar, entre outras, as edições n. 3; 10 e 19 do ano VII – 1872.

⁶⁸ *O Apóstolo*, Rio de Janeiro, 11 de maio de 1873. Ano VIII, n. 19, p. 1.

⁶⁹ *Ibid.*, 30 de junho de 1872. Ano VII, n. 26, Seção: Publicações a pedido.

⁷⁰ *Ibid.*, 23 de junho de 1872. Ano VII, n. 25, Seção: Comunicados.

⁷¹ *Ibid.*, 14 de abril de 1872. Ano VII, n. 15, *passim*.

patente todos os vícios de um organismo, que mata pelo contato.⁷² (grifos do autor).

Para os redatores cristãos, dom Antonio Macedo Costa “refutou a paradoxal e herética doutrina de diversas gazetas (...) proibiu seus diocesanos a leitura dessas folhas ímpias e anticatólicas, ato este que lhe atraiu a ira de um partido inteiro”.⁷³ Além disso, a província do Pará foi “vítima da pernicioso influência maçônica. Lá, como aqui, a maçonaria encarregou-se de desvirtuar tudo o que há de santo (...) ridicularizando o culto, as instituições religiosas e os mais puros atos do catolicismo”.⁷⁴

Em dezembro de 1872, o arcebispado de Olinda divulgou uma circular de frei Vital Gonçalves de Oliveira, que visava demonstrar o malefício causado pela maçonaria ao Brasil. Essa carta foi escrita em um tom belicoso, exaltando os riscos que a Igreja católica e o país estavam correndo em virtude do expansionismo maçônico.⁷⁵

Do mesmo modo, o periódico católico enalteceu a manifestação pública de algumas autoridades da Igreja “que não trepidaram em condenar tão perversa instituição. São os Exms e Revms. arcebispo da Bahia e bispos do Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Mariana, Diamantina e Ceará”.⁷⁶

O episcopado também se ocupou da tarefa de desmoralizar vários textos maçônicos, a exemplo do chamado “Manifesto maçônico perante a verdade”, o qual foi rebatido com ironia e sarcasmo, pois se tratava de “um frouxo tecido de falsas apreciações, de mentiras históricas, e até de erros das coisas pátrias, tendo sempre em mira o fantástico e não a realidade (...) melhor fora que seu autor não fosse nascido”.⁷⁷

Para o encerramento da presente seção, selecionamos um extrato que resume, com justa medida, o sentimento presente em quase todas as páginas d’*O Apóstolo*: “Não há e nem pode haver termo de comparação entre o princípio do catolicismo e o princípio da maçonaria”.⁷⁸ Por conseguinte: “Não é possível ser ao mesmo tempo católico e maçom”.⁷⁹

⁷² Ibid., 27 de abril de 1873. Ano VIII, n. 17, p. 1.

⁷³ Ibid., 12 de maio de 1872. Ano VII, n. 19, p. 3.

⁷⁴ Ibid., 20 de outubro de 1872. Ano VII, n. 42, p. 1.

⁷⁵ Ibid., 15 de dezembro de 1872. Ano VII, n. 50, passim.

⁷⁶ Ibid., 10 de maio de 1874. Ano IX, n. 55, p. 1.

⁷⁷ Ibid., 26 de maio de 1872. Ano VII, n. 21, p. 2.

⁷⁸ Ibid., 21 de abril de 1872. Ano VII, n. 16, p. 3.

⁷⁹ Ibid., 19 de maio de 1872. Ano VII, n. 20, p. 2.

2.4 – O *Boletim do Grande Oriente do Brazil: jornal oficial da maçonaria brasileira* – “Círculo maçônico do Lavradio” (1871-1874)

Surgido em dezembro de 1871 e com periodicidade mensal, foi um dos meios de comunicação maçônicos mais importantes do século XIX. No ano seguinte, quando da fusão temporária dos dois *Orientes*, teve o seu título modificado para *Boletim do Grande Oriente Unido do Brazil* (números 7 e 8, junho a julho de 1872). Porém, a partir de agosto as *Potências* se separaram novamente, publicando cada uma o seu próprio boletim.

Por esta razão, o periódico regressou à sua denominação original, mas sofreu uma nova alteração em dezembro de 1872, ocasião em que recebeu o título de *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Vale do Lavradio*, o qual manteve nos anos seguintes.

Os conturbados conflitos maçônicos internos ocasionaram alguns atrasos em sua impressão, fazendo com que ele fosse editado bimestralmente entre os meses de agosto a dezembro de 1872, à exceção de outubro. Esses obstáculos se repetiram em 1873, durante o bimestre de setembro-outubro.

Após uma série de dificuldades, sua circulação chegou a ser interrompida durante o primeiro semestre de 1874, reaparecendo somente no mês de junho, quando o conjunto dos seus exemplares atrasados foi publicado em um volume único (números 1 a 6).

Além de um editorial, publicado com destaque na primeira página, o jornal possuía outros setores que tiveram os seus conteúdos regulamentados por uma comissão. A “Resolução n. 4, de 18 de outubro de 1871”, instituiu o órgão de imprensa oficial do “Círculo do Lavradio” e esclareceu as funções de suas colunas:

A *seção dogmática* conterà artigos dogmáticos originais que tratem de questões de ordem filosófica e social, e traduções de trechos escolhidos das revistas e jornais maçônicos estrangeiros sobre a história contemporânea da Maçonaria na Europa e na América.

A *seção oficial* conterà os decretos e atos oficiais do Grande Oriente bem como o extrato de sessões do mesmo e das altas Oficinas.

A *seção de correspondência* será destinada a correspondência interna e estrangeira (...).

A *seção noticiosa* conterà os anúncios que interessam à Ordem e as informações sobre o que de mais importante ocorrer entre os membros da Grande Família disseminada por ambos os hemisférios.

O *Boletim* conterà um resumo em francês das notícias de cada número para a inteligência dos maçons estrangeiros.⁸⁰ (grifos nosso).

⁸⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brazil: jornal oficial da maçonaria brasileira*, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 17.

Tendo em vista esses e outros informes, investigamos os indícios materiais que nortearam o boletim privilegiando os elementos que possibilitaram o reconhecimento dos sujeitos e das experiências, muitas vezes pouco visíveis à produção e difusão de textos jornalísticos no século XIX.

O impresso se estruturava em “folhetos in oitavo”, tendo paginação variável: em 1872 somou 520 páginas, valor que foi praticamente dobrado no ano seguinte: 904. Em 1874 totalizou 622 páginas. Suas edições ofereciam uma gama extraordinária de matérias, a exemplo de transcrições de documentos oficiais, correspondência entre *lojas*, textos políticos, discursos de maçons e parlamentares, entre outros.

Um aspecto interessante de ser mencionado é a enorme quantidade de notícias publicadas a respeito das maçonarias no Brasil e ao redor do mundo. Em um contexto histórico em que a imprensa ainda não privilegiava a “informação”, o jornal fornecia diversas novidades sobre as atividades de suas instituições.

Alexandrino Freire do Amaral, que exercia o cargo de *grande secretário geral* do *Grande Oriente do Lavradio*, foi identificado como redator-chefe durante os seis primeiros meses da publicação. A partir de agosto de 1872, com o acirramento das disputas entre os *Orientes*, o articulista passou a chefiar a redação do boletim dissidente, sendo o seu posto assumido por Luiz Corrêa de Azevedo, que permaneceu no cargo até dezembro de 1873.

Luiz Corrêa de Azevedo — Filho de Luiz Corrêa de Azevedo, e português por nascimento, mas brasileiro por naturalização, faleceu no Rio de Janeiro a 3 de janeiro de 1879. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi médico do Hospital Marítimo de Jujuruba, membro titular da Imperial Academia de Medicina e de outras associações de letras, cavaleiro da Ordem da Rosa, e da de Cristo, tanto do Brasil, como de Portugal. Colaborou em várias revistas e escreveu: (...) — Relatório da Comissão nomeada pela Imperial Academia de Medicina para analisar o Relatório apresentado ao governo pelo engenheiro fiscal junto à Companhia City-Improvements acerca do estado dos esgotos e sua influência sobre a saúde publica desta corte, etc. Rio de Janeiro, 1874, 86 pags (...). Com o Barão de Lavradio e o dr. Nicolau J. Moreira.⁸¹

Através da edição de agosto/setembro de 1872, foi possível conhecer os demais membros da comissão de redação. Eram eles: Manoel Alves da Costa Brancante (*grau 33* e *grande orador*), Joaquim Pedro da Silva (*grau 33*), Franklim de Alencar Lima, (*Cruz de*

⁸¹ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro (GB): Edição do Conselho Federal de Cultura, 1970, v. 5, p. 384. A primeira edição dessa obra (v. 5) é de 1889. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00295750#page/1/mode/1up>>. Acesso em: jan. 2012.

Cristo e grande secretário adjunto), Francisco Leão Cohn (*grau 33*) e Thomaz Deschamps de Montmorency (*grau 33*).⁸²

Parte dessa comissão permaneceu até o último mês de 1873, quando enfrentando dificuldades financeiras e demonstrando um verdadeiro esgotamento intelectual, a equipe responsável pela redação do boletim requisitou o auxílio dos seus assinantes.

PEDIDO A TODOS OS NOSSOS LEITORES. – É lícito pedir quando nisso não vai vaidade ou interesse individual. Este nosso *Boletim* é do nosso Círculo, e grande é a despesa que faz a sua impressão. Sem advogarmos a causa de sua redação, como maçons nos empenhamos, e muito, na sua propagação. Nisto vai interesse de nossa sublime ordem. Ora, se jornais das dimensões de *moscas* e *mosquitos* têm aceitação, apesar da microscopia jornalística que os distingue, pedimos nós, com maior razão, coadjuvação e subscritores. Cada um dos irmãos do nosso Círculo deve compenetrar-se do dever que lhe corre de proteger esta publicação toda local, tanto mais que nem sempre a nossa inferioridade se encarregará da nobre missão de redação principal. Cansados, não porém vencidos, encostamo-nos à estacada da luta e queremos aplaudir outros melhores e mais ilustres que têm de encarregar-se da pena já fatigada. Já se vê que esta última razão nos autoriza a pedirmos com empenho assinantes para este *Boletim*, cujo futuro corresponderá melhor ao fim a que se propõe do que até aqui há feito. Em nosso Círculo, felizmente, há em demasia irmãos que se podem dedicar à redação deste *Boletim* com brilho e grande proveito para o nosso Círculo.⁸³ (grifos do autor).

Não sabemos se esse pedido de ajuda surtiu o efeito desejado, haja vista que o boletim teve a sua circulação interrompida durante os seis primeiros meses do ano seguinte. O desligamento de seu redator chefe, Luiz Corrêa de Azevedo, foi um dos principais motivos alegados:

Longo sono de seis meses acaba de dormir esta publicação. A partida imprevista do redator chefe para a província de São Paulo, onde parece que sua presença era urgentemente reclamada por pessoa que carecia de seus serviços médicos, deixando quase acéfala a Comissão de Redação, foi a primeira e principal causa de sua interrupção. Além disto, a Comissão de Redação achava-se como desmembrada; pois se alguns de seus membros, por motivos imperiosos depunham as penas, entregues como se achavam a trabalho que lhes tomavam o tempo todo; outros jamais as haviam empunhado para obsequiar essas páginas, descansando no trabalho assíduo

⁸² *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 353.

⁸³ *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, dezembro de 1873. Ano II, n. 12, p. 897.

daqueles que sempre a elas se haviam dedicado e que agora assim se achavam impossibilitados de o fazer.⁸⁴

Ainda no texto da citação anterior, intitulado “Ao leitor”, tivemos a informação de que para revigorar o periódico em questão, o *grão-mestre* reorganizou a comissão de redatores. No entanto, não foi possível identificar todos os seus novos componentes, embora a chefia da redação tenha sido assumida por Luiz Antonio da Silva Nazareth, *grande secretário geral* do “Lavradio” em 1874.

No que concerne ao endereço de sua redação, houve uma pequena variação, já que no biênio de 1872-1873 as correspondências eram enviadas para a “Rua do Lavradio, n. 53 K”.⁸⁵ Para o ano de 1874, “toda a correspondência (...) e remessa do importe das assinaturas serão dirigidas ao Redator em Chefe, Grande Secretário Geral da Ordem, à Rua do Lavradio, n. 83 K”.⁸⁶

Foram várias as tipografias utilizadas durante o período de nossa pesquisa. No dia 22 de setembro de 1871, por meio da “Resolução de n. 2”, foi estabelecido que um comitê indicaria a empresa “que mais economicamente se encarregasse” da tarefa de impressão.⁸⁷ Após um curto período de tempo, o *grão-mestre* incumbiu o serviço à “Typographia de Gomes & Oliveira pelo preço de 28\$000 a folha tipográfica, sendo a tiragem de mil exemplares, ou a que maiores vantagens oferecer”.⁸⁸

Todavia, a responsável pela primeira edição do boletim foi a de propriedade do “GRANDE ORIENTE de Pinheiro & C., à Rua Sete de Setembro, n. 159” (grifos do autor). Não sabemos por que razão houve essa modificação, mas observamos um importante aspecto acerca do quantitativo de impressos maçônicos oriundos do “Lavradio” que, no final de 1871, passou a circular na Corte imperial brasileira.⁸⁹

⁸⁴ Ibid., janeiro a junho de 1874. Ano III, n. 1 a 6, p. 3.

⁸⁵ *Boletim do Grande Oriente do Brazil*: jornal official da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1872. Ano I, n. 2, apêndice.

⁸⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, janeiro a junho de 1874. Ano III, n. 1 a 6, p. 144.

⁸⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brazil*: jornal official da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 13.

⁸⁸ Ibid., p. 18.

⁸⁹ Uma tiragem de mil exemplares pode, à primeira vista, parecer diminuta, especialmente quando comparada aos jornais de grande circulação da época, a exemplo do *Jornal do Comércio*, cuja tiragem era de 15 mil exemplares em 1871.* Contudo, é prudente levar em consideração a especificidade do público leitor maçônico, conforme será abordado no próximo capítulo da presente dissertação.

*Apud: FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 83.

Outra informação interessante pôde ser percebida na edição unificada de agosto-setembro de 1872, pois embora exibindo o carimbo da “Typographia do Grande Oriente do Brazil”, a verdadeira impressora foi a “Typ. de Quirino F. do Espírito Santo, (Largo da Carioca, n. 2)”, conforme os créditos exibidos no rodapé de sua última página.⁹⁰

Posteriormente, o jornal chegou a ser produzido em três tipografias diferentes, todas, porém, pertencentes a grupos maçônicos: a “Typographia do Grande Oriente e da Luz (Rua da Assembléia, n. 50)”; a “Typographia do Grande Oriente do Brazil (Rua do Lavradio, n. 53 K)” e a “Typographia do Grande Oriente Unido do Brazil” (sem endereço).

A esse respeito, podemos sugerir que as constantes mudanças se relacionavam aos percalços enfrentados para financiar o seu projeto jornalístico. Na edição de janeiro a junho de 1874 foi publicado o seguinte:

A receita dessa publicação sendo de há muito inferior a sua despesa, torna por demais lamentável o estado de suas finanças e leva-a a onerar o cofre geral da Ordem para poder ver regularmente a luz. Cõnscios da necessidade e da vantagem dessa publicação, que tanto interessa a Ordem Maçônica, no país e fora dela, devem todos os verdadeiros obreiros procurar fornece-lhe a seiva de que carece, para mais eficazmente poder desenvolver-se e propagar-se; assim a Comissão de Redação espera de seus amados irmãos de todas as lojas a valiosa coadjuvação que lhe pode prestar, já continuando a conceder-lhe o favor de sua assinatura, já procurando por todos os meios ao seu alcance obter-lhe o maior número possível de outras; o que lhes não é penoso.⁹¹

De forma análoga, podemos inferir que as cisões internas dos corpos maçônicos, as quais em 1873 motivaram a “deserção” de seu primeiro redator-chefe, exerceram influência na trajetória de publicação do boletim do “Lavradio”.

Não foi possível estabelecer se o periódico foi comercializado em pontos fixos, além das próprias *lojas* maçônicas, mas é prudente assinalar que não foram encontrados anúncios comerciais nas edições pesquisadas.

Por isso, é plausível sugerir que a maior fonte de seu financiamento fosse procedente de sua taxa de assinatura, a qual era “obrigatória por um ano, e paga em uma só prestação adiantada, sendo de 6\$000 para o Corte e Niterói, e 7\$000 para as províncias”.⁹²

⁹⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brazil*: jornal official da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 378.

⁹¹ *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, janeiro a junho de 1874. Ano III, n. 1 a 6, p. 4.

⁹² *Ibid.*, p. 17-18.

Além disso, o exemplar avulso era vendido por 1\$000 e “para os países estrangeiros a assinatura variará conforme a importância dos portes do correio”.⁹³

Os preços permaneceram inalterados durante todo o intervalo de tempo estudado, sendo idênticos aos valores que *O Apóstolo* exigia de seus assinantes, ainda que o espaço físico do jornal católico fosse muito inferior ao do boletim maçônico. Outro traço comum entre ambos foi a constante presença de pedidos de auxílio, que representavam uma estratégia para custear as suas impressões. O apelo publicado abaixo tinha esse propósito.

Lembramos aos nossos ilustres que fazem parte atualmente do Grande Oriente Unido a conveniência do seu auxílio eficaz para esse *desideratum*, já atendendo ao amor da ordem e a necessidade de se conhecerem as leis que emanam dos Corpos Superiores, já a extrema modicidade do preço da assinatura.⁹⁴ (grifos do autor).

O custeio desse empreendimento jornalístico se baseava, aparentemente, em um terreno sólido, posto que durante todo o Segundo Reinado, grande parte dos maçons era integrante da elite política e econômica do Império brasileiro.⁹⁵ O quadro a seguir traça a divisão por ocupação profissional dos *pedreiros livres* pertencentes ao *Grande Oriente do Lavradio*.

Número de maçons por atuação profissional*	
Comerciantes	2.602
Fazendeiros e lavradores	208
Proprietários e capitalistas	319
Empregados públicos	524
Artistas	454
Militares	156
Médicos	128
Advogados e magistrados	111
Nautas	132
Clérigos	19
Estudantes	54
Total	4.807
*Estatística maçônica realizada no ano de 1875. Os dados são parciais e referem-se ao número de 4.807 maçons inscritos em lojas do Grande Oriente do Brasil. Fonte: COLUSSI, Eliane Lucia. <i>A maçonaria brasileira no século XIX</i> . São Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p. 31	

⁹³ Ibid.

⁹⁴ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, julho de 1872. Ano I, n. 8, p. 325.

⁹⁵ COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002, p. 30.

O esforço para reunir uma quantidade suficiente de colaboradores tornou a assinatura do boletim obrigatória para todos os membros do *Grande Oriente*, fazendo com que sua importância aumentasse no universo maçônico.⁹⁶

O jornal passou a ser enviado a cada uma das *lojas* associadas, “a fim de que, tendo reconhecimento de suas resoluções, lhes dêem execução, sem dependência de qualquer outra comunicação da Grande Secretaria Geral da Ordem”.⁹⁷ Em outro expressivo apelo, o redator-chefe do “Lavradio” explicitou uma das principais funções de seu órgão:

Pedimos a todos os nossos irmãos o seu auxílio poderoso assinando por si e por seus amigos este nosso jornal maçônico, publicação necessária, sentinela e arauto de nossos direitos e da regularidade de nossa Ordem. Conservando-nos firmes em nosso propósito e empenhando todas as forças para debelarmos a anarquia que os dissidentes imprimem à maçonaria no Brasil, temos direito a ser protegidos na imprensa, para que, à falta de meios, não nos vejamos coagidos a guardar só para a caridade tudo quanto a imprensa nos leva, e que afinal também caridade é, porque consiste em ensinar os que erram.⁹⁸

2.5 – Análise do conteúdo temático do *Boletim do Grande Oriente do Brasil* – “Círculo maçônico do Lavradio” (1871-1874)

Em conformidade com o conteúdo apresentado no capítulo inicial, os editores do “Lavradio” buscaram dotar a maçonaria com um passado místico, tendo ela sido fundada da mesma maneira que

(...) as associações misteriosas da Antiguidade no Egito e na Grécia, para a perfeição moral do homem. Na época primitiva os seus símbolos falavam principalmente a linguagem da religião e as portas do sagrado recinto em que se ensinavam as grandes verdades morais não eram abertas a todos. No meio dos extravios da superstição e da apatia da ignorância, conservou ela sempre intacto o conhecimento do verdadeiro Deus.⁹⁹

⁹⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, maio de 1872. Ano I, n. 6, p. 201.

⁹⁷ *Ibid.*, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 17.

⁹⁸ *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 92.

⁹⁹ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 5-6.

A crença no *Grande Arquiteto do Universo* era vista por alguns *pedreiros livres* como um dos mais antigos costumes de sua ordem, sendo uma lei consuetudinária, isto é, um *Landmark* – nos termos da linguagem maçônica. Segundo José Castellani, para que uma regra possa ser considerada um *Landmark*, é imperioso que ela seja “imemorial, espontânea e universalmente aceita”.¹⁰⁰

O autor interpretou as seguintes normas como autênticos *landmarks*: o sigilo sobre os rituais, a fé em uma divindade superior, a necessidade dos maçons se reunirem em *lojas*, a igualdade entre os *irmãos* e a exigência do iniciado ser do sexo masculino e livre. Essa última imposição deve ser compreendida levando-se em conta o seu contexto histórico, uma “época que era comum o trabalho escravo e em que as mulheres não possuíam nenhum dos direitos civis conquistados posteriormente”.¹⁰¹

No entanto, indo na contramão das “antigas leis maçônicas”, alguns *Grandes Orientes* aboliram a convicção obrigatória na existência de Deus. Igualmente, surgiram no mundo maçônicas formadas exclusivamente por mulheres – as denominadas “*lojas de adoção*”. Ambas as atitudes foram contrárias aos “antigos costumes”, mas as opiniões do “Vale do Lavradio” sobre elas foram contraditórias.

Nós queremos adorar a Deus em Nosso Senhor Jesus Cristo, nosso Divino Mestre e Redentor de nossos erros. Nós queremos ser perfeitos, tanto quanto é permitido à fragilidade da humana essência. Nós queremos justiça no mundo, na igreja e no tribunal, porque somos livres e temos bons costumes (...). Somos, sim, somos de convicção, católicos e maçons ao mesmo tempo, e alguns homens deste império que não pensarem como nós; não têm o poder de arrancar-nos nenhuma de nossas convicções. Nossos pais, nossas mulheres, nossas irmãs, nossos filhos são católicos.¹⁰²

Mais do que reverenciar um “Criador do Universo”, respeitando, nesse sentido, um item regulador de suas atividades, o veículo maçônico declarou seguir os preceitos da religião católica. Em sua visão, não havia qualquer incompatibilidade entre a profissão do catolicismo e os princípios da maçonaria.

Quanto à inclusão do sexo feminino no interior das *lojas*:

Não encontramos razão naqueles que advogam a exclusão das mulheres dos nossos templos em Lojas de Adoção. Essas Lojas que tiveram sua origem

¹⁰⁰ CASTELLANI, José. Os landmarks da Ordem: história e análise crítica. In: _____; RODRIGUES, Raimundo. *Análise da Constituição de Anderson*. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1995, cap. 4, p. 58.

¹⁰¹ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson de 1723: texto básico. In: *Ibid.*, cap. 2, p. 41.

¹⁰² *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, novembro de 1873. Ano II, n. 11, p. 823.

desde a mais remota antiguidade, e que só por algum tempo foram suspensas pela ignorância e fanatismo, pelas guerreiras de religião mal entendida, e por esses anátemas fulminados pela intolerância religiosa e pelas fogueiras da inquisição se tem estendido por toda Europa.¹⁰³

Considerada ilegal do ponto de vista dos “antigos preceitos”, essa tão benevolente consideração acerca do segmento feminino foi, na verdade, uma tentativa de angariar a sua simpatia, visto que o movimento ultramontano – inimigo maçônico – conservava um prestígio considerável entre as mulheres, deixando nítida a preocupação dos *irmãos* a esse respeito:

De todas as máquinas, de todos os instrumentos de que se servem os negros propugnadores do obscurantismo social, e, aliás, em nome do Sagrado Autor da Criação, merecem especial menção as mulheres, cuja índole e sensibilidade são exploradas por aqueles que tomarão a seu cargo o aniquilamento da razão e o achatamento da dignidade humana. Estas vítimas incautas, estas crianças pelo sexo, não compreendem, não pressentem a perigosa carreira que lhes traça a escura mente do ultramontanismo, que só pretende levá-las ao idiotismo e à vassalagem nulificadora da consciência, apoderando-se de seus escrúpulos e tomando-as um jogo miserável de sua cobiça e de sua hedionda ignorância.¹⁰⁴

Visando manter o seu poder social e a sua ação de “recristianizar” a sociedade, a Igreja católica adotou estratégias específicas para atingir a “consciência” dos leigos. Assim, a ação ultramontana, por meio da valorização materna como instituidora da educação moral, pretendia recrutar as mulheres para o embate contra as “idéias modernizadoras”. Exaltando o público feminino, o movimento conservador desejava penetrar no interior das famílias brasileiras.¹⁰⁵ Para os maçons:

A mulher é para eles [romanizadores] objeto caro e precioso de exploração no sentido ultramontano. Ela não argumenta, submete-se facilmente. Ela não desconfia da sotaina, respeita-a, cegamente. Ela não crê que seja possível que haja um homem tão perverso que faça mal em nome da Igreja! Coitada! Inocente e incauta em um século onde todos os sacrilégios tem sua possibilidade, não mede o perigo que tem diante de si, não prevê o aniquilamento e a confusão da família no seu próprio aniquilamento de consciência. Se uma mão amiga tem este novo século de prestar à humanidade cheia de fé, seja esta que levante as nossas mulheres do jazigo

¹⁰³ Ibid., julho de 1874. Ano III, n. 7, p. 161.

¹⁰⁴ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, outubro de 1872. Ano I, n. 11, p. 381.

¹⁰⁵ Sobre o assunto, consultar: GUARIZA, Nadia Maria. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ultramontano em que se intoxicam, falando-lhes em nome de Deus e nelas despertando ardente o amor da família, que o ultramontanismo amortece. Cumpra a verdadeira maçonaria o seu dever.¹⁰⁶

Durante a década de 1870, as maçonarias assumiram uma postura crítica em relação ao edifício doutrinário pautado pelo catolicismo. Desse modo, o semanário *O Apóstolo* se tornou um dos principais interlocutores da folha maçônica. As visões maçônicas eram contrárias às concepções defendidas pelos ultramontanos, que naquele contexto encontravam-se vinculados ao poder estatal. No entendimento dos maçons, as bandeiras ideológicas levantadas pelos romanizadores representavam retrocessos sociais. Para eles:

Os filhos espúrios do Cristianismo, disciplinados e cheios de recursos, dispendo dos estabelecimentos de instrução, do púlpito e do confessionário, estabelecem como princípio que o progresso consiste em retroceder, pretendendo implantar entre nós esse dogma do Vaticano, que tantas tempestades têm provocado na Alemanha, Espanha e repúblicas sul-americanas.¹⁰⁷

O autor dessa citação estava se referindo ao dogma da “infallibilidade papal”, que teria ocasionado uma cisão entre os próprios católicos, gerando uma enorme perda de fiéis. Chamando atenção para o caráter intolerante desse preceito católico, o editor maçônico argumentou que os romanizadores atuavam de forma análoga aos jesuítas, e que o ultramontanismo era uma

(...) associação perigosíssima, na qual a ignorância, a calúnia, o ódio, a injúria, e a satânica propaganda andam como armas, de envolta com o punhal, o bacamarte, o veneno, a miséria e a excomunhão (...). Blasfema e horrenda, pôs em prática tudo que muda e calculadamente a desonesta cabala é capaz de engendrar. Apoderou-se da instrução pública. A criança formada à sua feição prometeria um futuro ultramontano. Apoderou-se da credulidade da mulher, de seus escrúpulos de consciência, e insinuou-lhe o desrespeito ao pai, o desamor ao marido, o desapego ao filho, insuflando-a de vaidade e de fúteis desejos de agradar pelo sexo. Apoderando-se desses caros entes, entendeu que era chegada o momento de aniquilar a potência que se lhe opôs sempre – a maçonaria.¹⁰⁸

Ao final de nossa análise sobre *O Apóstolo*, notamos que os membros de sua hierarquia não admitiam qualquer possibilidade de acordo entre a sua fé e as doutrinas

¹⁰⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, outubro de 1872. Ano I, n. 11, p. 384.

¹⁰⁷ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 226.

¹⁰⁸ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, outubro de 1872. Ano I, n. 11, p. 386.

maçônicas. Os representantes dessas últimas, entretanto, buscaram demonstrar que em seus primórdios a Igreja e a maçonaria gozavam de uma perfeita compatibilidade.

Para os que estudam a história da maçonaria, a hostilidade atual dos sectários da igreja romana contra a ordem causa de certo modo admiração, porquanto os construtores do templo místico se associaram secretamente na Idade Média aos eclesiásticos para erguerem o magnífico edifício que permanece até hoje como monumento de sabedoria, força e beleza. Considerável importância tem sido dada a esse assunto, em consequência da recente publicação de certos manuscritos antigos, que provam que nossos irmãos da Idade Média juraram fidelidade a *Deus* e à *Santa Igreja*.¹⁰⁹ (grifos do autor).

Os maçons se esforçaram para enaltecer o caráter “ecumênico” de sua associação, ressaltando que a convivência e o diálogo com outras confissões religiosas poderiam reforçar o sentimento cristão dos católicos.

A liberdade de cultos não ataca, como falsamente se diz, a doutrina católica; ao contrário, ela é uma garantia de crédito de glória para essa doutrina. É o culto externo um testemunho de homenagem em relação a um ser que reconhecemos superior a nós. Esse culto deve, pois, traduzir sinceras convicções do espírito, e se a manifestação pública de nossas convicções não ofender a santidade das leis naturais e a moralidade que delas procede, é claro que nenhum poder tem legítima razão para opor-se a esse direito que o Criador conferiu ao homem (...). Credo os ultramontanos que a religião católica é a verdadeira e a que oferece ao coração e à inteligência os lances mais afetuosos e mais belos, porque receiam que ela apareça entre outras em nossa sociedade? O empenho com que se combate a liberdade de cultos serve apenas para demonstrar que é fraca a religião e produz entre os povos a desconfiança de que ela se teme da concorrência.¹¹⁰

A tolerância religiosa maçônica foi uma abertura fora do comum para a Igreja centralizada em Roma. Utilizando o periodismo como objeto e fonte de pesquisa, foi possível associar os maçons, apesar de suas divergências e contradições internas, aos projetos liberais, além de perceber os seus confrontos com o poder formal da Igreja no Brasil.

Na segunda metade do século XIX, os *pedreiros livres* brasileiros defendiam as “liberdades”, especialmente a autonomia da consciência humana e a livre escolha dos credos religiosos. Essa visão foi explicitada nos seguintes termos:

¹⁰⁹ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 261.

¹¹⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1872. Ano I, n. 2, p. 47-50.

O Cristo foi, pois, o primeiro, o mais santo e mais generoso mártir da liberdade de consciência. Cristo (...) pregando uma doutrina que não era autorizada pela lei, foi de encontro às instituições do país e que por isso com justa razão foi punido. Eis as conseqüências que resultam da doutrina dos ultramontanos; querem em nome de Deus combater a liberdade de culto, e, entretanto, se esquecem de que por ela se pugnou e sofreu o imortal fundador do Cristianismo.¹¹¹

Com efeito, a liberdade religiosa foi descrita como a ferramenta mais importante para o avanço da “civilização” e das religiões: “É que esta liberdade é necessária ao homem e sem ela todas as outras liberdades podem dizer-se fictícias”.¹¹² Além disso, os maçons acreditavam que

(...) a liberdade religiosa, que é a mais importante das liberdades sociais, deve merecer especial solícitude da associação maçônica, porque um de seus fins grandiosos é fraternizar os homens, procurando firmar a igualdade, sem se envolver em matéria de fé. Todos sentem que a consciência e a fé (...) não podem ser subordinadas à vigilância do Estado; como o exercício das outras liberdades não pode ter a dependência mínima com o clero.¹¹³

No texto intitulado “Liberdade de cultos”, o autor chamou atenção para o desenvolvimento percebido nas sociedades que estabeleceram a tolerância religiosa enquanto uma norma social, a exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Nos países onde a religião é oficial e em que não se admite outro culto, o catolicismo, quase que o podemos asseverar, é apenas uma fórmula (...). Em nações em que não há liberdade de cultos, como acontece em Portugal e no Brasil, a religião católica não alcança um único triunfo sobre as outras religiões; os sacerdotes não procuram mostrar a excelência de suas crenças pela prática e pelo exemplo porque lhes falta o estímulo, o qual não pode existir sem permitir-se o exercício da liberdade moral. Na Inglaterra, porém e nos Estados Unidos, a religião católica floresce de dia em dia; as conversões se reproduzem de uma maneira admirável, numerosos e magníficos templos se erguem ao lado das escolas católicas, grandes mosteiros se fundam; e o catolicismo falando em nome de Cristo, adquire nesses grandes países, segundo a frase do prelado da diocese do Rio de Janeiro por ocasião do sermão de despedida quando partiu para Roma, crédito, força, vigor e glória. O porquê não o disse S. Ex., mas nós vamos dizê-lo aqui. É que na Inglaterra e nos Estados Unidos, os católicos são católicos por convicção e não porque a lei o determina; é porque ali os corações e as almas escolhem livremente os altares para oferecerem a Deus suas preces (...); é porque finalmente a liberdade de cultos não permite que

¹¹¹ Ibid., p. 49.

¹¹² Ibid., p. 47.

¹¹³ Ibid., maio de 1872. Ano I, n. 6, p. 186.

hipócritas se ajoelhem diante do estandarte da cruz, nem que apareçam, como diz o padre Antonio Vieira, católicos do credo e hereges dos mandamentos.¹¹⁴

As referências aos Estados Unidos da América e à Inglaterra não foram meras divagações, visto que naquele momento os intelectuais brasileiros tinham em mente a idéia de que o Império deveria atingir o “elevado patamar das nações civilizadas”.

Além desses dois países, os modelos civilizatórios das elites nacionais também envolviam a França e, mais especificamente, o modelo educacional francês, apontado como sinal de distinção e civilidade. Para o historiador Humberto Fernandes Machado:

A partir de 1870, os periódicos começaram a priorizar temas que abalasses a estrutura escravista. “Progresso”, “civilização” e “ciência”, palavras até então desconhecidas, começaram não só a penetrar no círculo restrito das elites intelectuais brasileiras, como também a freqüentar as páginas dos jornais. Com os olhos e ouvidos voltados para a Europa, essas camadas ilustradas podiam deliciar-se no manancial das “novas” idéias, algumas aparentemente desconectadas da realidade do país. O momento era propício para a absorção da idéia de progresso (...). Além do processo de urbanização, intensificou-se a melhoria nas comunicações através da criação das primeiras ferrovias, que facilitaram também o contato da população do interior com os jornais publicados nos centros urbanos, em especial os da Corte (...). A introdução do telégrafo, já em 1852, e a interligação do Império com a Europa através do cabo submarino, em 1874, permitiram que as informações chegassem às redações de forma mais rápida, facilitando a divulgação dos acontecimentos diários. Enfim, uma verdadeira “revolução” estava sendo gestada no “século do progresso”, através das novas descobertas da “ciência”.¹¹⁵

Nos impressos maçônicos, as noções de “progresso” e “civilização” foram diretamente vinculadas ao cientificismo e ao iluminismo. Desse modo, o “século das luzes” teria despertado a filosofia da história e, a partir de então,

(...) a energia acumulada por tantos séculos cede a sua potência a essa locomotiva que devora o espaço social e que faz os povos atravessarem em um dia distâncias que sem ela levariam milhões de anos a percorrer; a essa locomotiva chama-se revolução das idéias. Os cérebros da Enciclopédia operaram esse prodígio. As suas idéias derramaram-se pelos caracteres dos

¹¹⁴ Ibid., janeiro de 1872. Ano I, n. 2, p. 50-51.

¹¹⁵ MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, p. 47-48, jul.-set. 2010. Disponível em: <www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb2010numero0448.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

livros e infiltraram a Europa. Um dia a locomotiva marchou, os trilhos foram assentados em França, mas em seu bojo ela trazia a humanidade inteira.¹¹⁶

Contudo, a ilustração não havia atingido plenamente o país. No dizer da maçonaria, a intolerância tolhia o despertar do povo, já que no Brasil a liberdade era uma simples palavra, “um som que nada exprime”.¹¹⁷ Conseqüentemente:

Propagar ou reanimar as luzes da filosofia no espírito dos homens, que não as possuem, as desconhecem ou desprezam; inspirar a todas as classes de cidadãos os verdadeiros princípios da liberdade, que não pactua, da liberdade legal, porque não conhecemos outra; recordar sempre aos poderosos as leis da igualdade natural, consagradas também pelas leis civis: eis as doutrinas maçônicas que devem continuar a ser desenvolvidas.¹¹⁸

Para alcançar a “civilização” era imperioso difundir as “luzes”. A maçonaria se colocava como cumpridora dessa missão, já que seus boletins oficiais enfatizavam o dever maçônico de promover o “progresso” e aprimorar a cultura brasileira.

Cabia aos *irmãos* a árdua tarefa de combater os “arautos do obscurantismo”, através da propagação das idéias liberais e da filosofia. Mas, para alcançar esse fim, era imperioso definir de onde se fala, afinal:

Temos de um lado o justo e razoável positivismo instigando o homem a compreender-se, compreendendo Deus e a humanidade. As ciências devassam os arcanos. A investigação pertinaz preocupa a inteligência. O cálculo reduz o possível a proporções claras e definidas. A teoria nasce da comparação e do estudo complexo de todos os conhecimentos humanos aplicados à alma e à natureza. Temos do outro lado o utopismo, desvendando as doutrinas, apropriando-as a usos individuais, comentando a história, confundindo verdades com erros, predestinação com a matéria, satisfações generosas da alma com a sensualidade. E este utopismo, que, as mais das vezes, é o orgulho, é a vaidade, é o egoísmo legislando para si estranhas sentenças e arrancando as fantasmagorias conclusões absurdas, falsas marcas de um filosofismo incompatível com Deus, com o homem e com a natureza.¹¹⁹

Na segunda metade do século XIX, o movimento de circulação de idéias e de apropriação cultural foi vigoroso e permanente. Segundo José Murilo de Carvalho,

¹¹⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, fevereiro de 1872. Ano I, n. 3, p. 77.

¹¹⁷ *Ibid.*

¹¹⁸ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 227.

¹¹⁹ *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1872. Ano I, n. 12, p. 450.

“liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas”.¹²⁰ Embora tenha se referido aos derradeiros anos do Império brasileiro, essa afirmativa poderia ser facilmente relacionada à década de 1870.

A preocupação do “Lavradio” com um tipo evasivo e pouco esclarecedor de “utopismo”, logo se completaria com a imputação desqualificadora dos adjetivos *socialista* e *ultramontano* aos dissidentes de seu grupo maçônico:

A maçonaria, verdadeira, e única competente no Brasil, luta, pois, neste momento contra duas espécies de ultramontanos. Os primeiros são os dissidentes dela que se passaram para o lado dos beneditinos, levando a sua bandeira socialista e não sei que doutrinas extravagantes de uma liberdade que degenera sempre em autocracia de mau humor. Esses se encarregarão de por próprias mãos aniquilarem-se, porque não estão no domínio da verdade, nem da retidão. Os segundos são os que juraram o extermínio a todas as virtudes sociais e domésticas de nossas mulheres, apoderando-se de seu espírito, e fazendo delas infalíveis espectadoras de todas as festas que suas profanas ambições dão em profusão, com o fim de esgaldar-lhes a fantasia, e persuadi-las a pagar generosamente esses *santos* entretenimentos.¹²¹ (grifo do autor).

Apesar de ter sofrido uma grande influência da corrente maçônica francesa e, nesse sentido, ter assumido uma postura mais politizada, não é prudente sustentar o rótulo de *socialista* para o “Círculo dos Beneditinos”. Na verdade, seu *grão-mestre*, Joaquim Saldanha Marinho, em suas atitudes em prol das liberdades e do racionalismo, estava mais próximo das idéias do liberalismo clássico.

Alvo dos maçons do “Lavradio”, o socialismo surgiu dentro do contexto da “Revolução Industrial”, na trilha dos movimentos “luditas”, “cartistas” e sindicalistas, quando o agravamento das “questões sociais” levou a busca por novas idéias e alternativas para a superação da realidade capitalista hegemônica.

Ao contrário do liberalismo e da democracia, os socialistas colocaram em questão o próprio capitalismo, e propuseram em seu lugar uma sociedade essencialmente igualitária. No entanto, a igualdade socialista era diferente daquela difundida pelo fenômeno maçônico, o qual é tributário de um cenário eminentemente burguês, ainda que maçons

¹²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 42.

¹²¹ *Boletim do Grande Oriente do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira*, Rio de Janeiro, outubro de 1872. Ano I, n. 11, p. 383-384.

possam assumir individualmente diferentes posições políticas e ideológicas, inclusive as de matizes socialistas.¹²²

Assim, nas folhas maçônicas, a noção de igualdade não estava associada ao quesito econômico, mas ao necessário “despertar” das “classes mais numerosas” para a evolução da nação, pois anteriormente, a

(...) ciência e a civilização eram distribuídas apenas aos filhos dos nobres e aos favoritos da fortuna. A aristocracia, para tornar-se o centro de todas as luzes, condenava a humanidade a viver nas trevas da superstição e da ignorância. No 18º século, a filosofia foi pouco a pouco aparecendo, e rompendo o véu dos preconceitos, destruiu o fanatismo com o seu cortejo de crimes.¹²³

Um dos principais objetivos da maçonaria era inserir as classes subalternas no rol dos benefícios relacionados à prática da “inteligência” e da razão, fortalecendo, desse modo, “a marcha ascendente do progresso e da civilização”.¹²⁴

Nesse sentido, a defesa pela universalização do ensino primário e a crença na renovação da humanidade através da expansão das ciências – base de sustentação da filosofia positivista – estiveram muito presentes no periodismo maçônico oitocentista.

No presente século, será a ciência ainda o direito de todos nos países civilizados? (...). Não exigirá a civilização moderna, com os mesmos direitos que tinha a Antiguidade para os membros privilegiados da sociedade, uma educação nacional e livre, que não pode ser dada senão gratuita? O privilégio nos campos da inteligência parece ser o maior obstáculo que se opõe ao desenvolvimento dos destinos da sociedade e uma causa poderosa da ignorância dos espíritos e da inferioridade moral das classes menos abastadas (...). A propagação da instrução pelo povo é uma idéia que a instituição maçônica, que abraça a causa da humanidade, deve sempre sustentar e executar com o intuito de auxiliar a administração da sociedade na realização de medidas de que depende o seu progresso. A civilização que o 18º século legou-nos escrevia em suas bandeiras a paz e a liberdade.¹²⁵

Dentro dessa lógica, os *pedreiros livres* brasileiros revestiam a profissão docente com uma “missão civilizatória” de grande importância social, com a condição de que ela

¹²² Para a análise das relações entre maçons, positivistas e socialistas no final do século XIX brasileiro, ver: LEONÍDIO, Adalmir. Carbonários, maçons, positivistas e a questão social no Brasil na virada do século XIX. *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, MG, v. 5, n. 3, p. 1-18, jul.-ago.-set. 2008.

¹²³ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 7.

¹²⁴ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 225.

¹²⁵ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 7-8.

estivesse isenta das “nefandas” influências jesuíticas. Naquele período, a educação brasileira estava muito ligada ao catolicismo, já que “das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam a Igreja”, apresentando o ensino uma feição “centrada na manutenção do modelo familiar cristão tradicional”.¹²⁶ Os argumentos maçônicos foram em prol do ensino laico, conforme observado a seguir:

[Defendemos] as escolas elementares entregues à direção de homens livres, que, munidos de seu diploma, possuam o amor da família e da sociedade; sejam por parte dos maçons os meios poderosos empregados para realizar a sua missão humanitária e patriótica: a salvação da sociedade brasileira do influxo pernicioso do lazarismo, da devoção boçal e dos desregramentos da superstição e do fanatismo.¹²⁷

A generalização do ensino laico era vista como um dos recursos necessários para sustentar o combate aos adversários do “progresso”. A maçonaria atuou na construção de uma ampla rede de escolas “libertadoras da consciência dos homens e suas fiéis escudeiras no combate às trevas, representadas pelo fanatismo da Igreja Católica”.¹²⁸ Por esta razão, a instrução seria concedida a todos como

(...) um dos meios mais profícuos de fazer penetrar a civilização nos lugares afastados, de tornar os homens mais justos e tolerantes e de conquistar o triunfo da santa causa da liberdade, traída e insultada pelo charlatanismo e a hipocrisia (...). Façamos votos para que a pátria progrida na senda das nações civilizadas, tornando obrigatória a instrução primária e livre o ensino, sem a dependência das congregações denominadas religiosas. O estado de ignorância que nos oprime, reclama a necessidade da obrigação do ensino como único remédio eficaz ao desfalecimento moral em que jaz a sociedade; e não devendo tal princípio ser considerado como bandeira de partido político e sim como idéia de ilustração e de progresso do século atual.¹²⁹

A instituição maçônica se considerava portadora de uma missão institucional, tanto através da conquista das liberdades quanto por intermédio da universalização do ensino e da divulgação das ciências. Em suma:

¹²⁶ NUNES, Maria José Rosado. Freiras do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 494-495.

¹²⁷ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 228.

¹²⁸ BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 95, jul.-out. 1994.

¹²⁹ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 227.

A Maçonaria (...) reassume de hoje em diante o seu posto de honra; ela será a guarda avançada do progresso da humanidade. Educando o filho, emancipando o escravo, amparando a viúva, protegendo as classes desvalidas e libertando a consciência do homem do ferro do jugo do despotismo clerical, ela se recomendará à posteridade pelos relevantes serviços em prol da civilização.¹³⁰

Outra barreira que representava o “atraso” e impedia o real desenvolvimento do Brasil era a “questão servil”. Para os maçons, “nenhum erro é mais antigo, nenhuma instituição é mais hedionda do que a escravidão”.¹³¹ Como demonstração do interesse coletivo para a resolução dos dilemas nacionais, o boletim fez propaganda da contribuição institucional maçônica para a aprovação da “Lei do Ventre Livre”.

A maçonaria, sem política, nem partidos, dirigiu também a resolução do problema. Estabelecido um dos meios da abolição do cancro que destrói infelizmente a nossa sociedade, era preciso mais um complemento à obra tão dignamente encetada, e ei-lo sustentado vigorosamente no Parlamento pelo nosso Grão-mestre e a presente administração, tornando-se criadora das bênçãos da humanidade e do país por levar a efeito a lei geral que concedeu, desde 28 de setembro, a liberdade a milhares de infelizes que nasceram no Brasil.¹³²

Quanto à solenidade comemorativa da sanção desta lei, o periódico informou que mais de dois mil maçons estiveram presentes nos templos e nas salas adjacentes ao edifício do “Lavrado”, tendo este sido pela primeira vez iluminado a gás. Naquela ocasião, foi realizada uma cerimônia para a entrega de doze cartas de liberdade a menores libertas: “No ato da entrega, uma orquestra, composta por hábeis professores, executou o hino da emancipação”.¹³³

Todo esse conjunto de referentes, compartilhados pelos maçons, formaram as suas concepções de mundo e foram utilizadas como armas para forjar uma “nova” sociedade. De acordo com Berenice Abreu Neves, esse movimento assinalou na imprensa

(...) um instigante sistema de representações sobre a sociedade, sobre a época em que viviam, sobre as reformas sociais necessárias para o progresso do

¹³⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, maio de 1872. Ano I, n. 6, p. 187.

¹³¹ *Ibid.*

¹³² *Ibid.*, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 9.

¹³³ *Ibid.*, março de 1872. Ano I, n. 4, p. 97-98.

país e, particularmente, sobre o lugar que cabia à instituição maçônica para a sociedade brasileira.¹³⁴

Na autocompreensão¹³⁵ dos seus membros, a maçonaria estava na vanguarda dos debates filosóficos, intelectuais, culturais e político-sociais da sociedade brasileira. Sua ação deveria estar unificada e baseada no comprometimento com a difusão das “luzes”, sendo a sua missão

(...) honrar a Deus em um culto simples e puro, pregando e praticando a moral, segundo o voto dos três graus simbólicos, e combater, conforme a doutrina de um grau superior, a ignorância, o fanatismo e a superstição, esclarecendo os espíritos, destruindo os preconceitos, já na sociedade, já no próprio lar doméstico, eis qual deve ser a missão da Instituição Maçônica.¹³⁶

Nunca é demais lembrar que a despeito de compartilhamento de um conjunto de valores e de uma *cultura política*, a instituição maçônica sofreu inúmeras dissensões, permanecendo dividida na década de 1870 entre dois *Orientes* rivais.

Na realidade, a existência de duas obediências no seio da comunidade maçônica brasileira, mesmo diante de uma oposição radical do ultramontanismo católico, revela a distância entre as posições de Saldanha Marinho e do visconde do Rio Branco e, conseqüentemente, dos dois grupos maçônicos.¹³⁷

Nos boletins concorrentes se evidenciaram os conflitos entre as duas correntes maçônicas rivais, os quais se prolongaram até o ano de 1883. Para averiguar essas disputas em detalhe, vamos conhecer alguns itens da “Resolução de n. 3”, aprovada pelo *grão-mestre* do “Lavradio”, no dia 29 de setembro de 1871.

4. O Grande Oriente resolve protestar contra o direito que a si arrogou o Grande Oriente de França de pregar reformas violentas, arvorando-se em Potência Superior a todos os Poderes Maçônicos do mundo (...).

¹³⁴ NEVES, Berenice Abreu de Castro. Intrépidos romeiros do progresso: os maçons cearenses do império. In: NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone de (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 100-101.

¹³⁵ Tomando a Igreja católica como objeto de pesquisa, Augustin Wernet definiu o conceito de *autocompreensão* a partir de “tipos ideais, ou seja, construções mentais ou imagens mentais para cuja elaboração se faz necessário, exagerando elementos específicos da realidade, selecionar características e as ligar entre si num quadro mental relativamente homogêneo”. WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987, p. 12.

¹³⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 10.

¹³⁷ BARATA, op. cit., p. 85.

8. O Grande Oriente resolve comunicar as oficinas de seu seio que os seus Templos ficam fechados a todos os maçons do Grande Oriente de França e todos os maçons da jurisdição do Círculo do Lavradio inibidos de visitar os corpos de sua obediência e considerar como maçons aqueles que reconhecem a supremacia desse Grande Oriente.¹³⁸

Por esse documento normativo, percebemos que o visconde do Rio Branco se insurgiu contra o *Grande Oriente de França*, que era marcado por um viés mais politizado e dotado de fortes tendências anticlericais. O “Círculo do Lavradio”, ao contrário, seguia a corrente inglesa, que defendia uma maçonaria distante dos debates políticos e religiosos.

Assim, em diversas edições do boletim do “Lavradio”, notamos a orientação para que os *irmãos* lutassem pelas concepções maçônicas “sem ingerir-se em discussões de nacionalidades, de crenças religiosas ou políticas”.¹³⁹

Visando somar forças diante de um inimigo externo comum, as maçonarias iniciaram um processo de reaproximação, tendo sido firmada uma união que, no entanto, durou apenas entre os meses de maio e agosto de 1872.

As divergências entre os dois grupos ficaram patentes desde o momento inicial da fracassada tentativa de fusão, “não só para a confecção da reclamada nova Constituição, como para a escolha das altas dignidades e mais funcionários do Grande Oriente”.¹⁴⁰

O estopim para a crise foram as discordâncias durante o pleito. Os acontecimentos em torno desse processo foram contraditórios e confusos, visto que ocorreram três eleições, mas todas foram suspensas. José Castellani resumiu o resultado das duas primeiras:

A 7 de agosto (...) ocorria a eleição para o Grão-Mestrado (...) sendo sufragados três nomes: Joaquim Saldanha Marinho, com 182 votos; visconde do Rio Branco, com 181 votos; e Caxias, com três votos (...). Como a Constituição Provisória exigia que o eleito tivesse a maioria absoluta dos votos, houve uma nova eleição a 17 de agosto, ocasião em que Rio Branco recebeu 165 votos (...) contra apenas 14 contrários, entre votos para Saldanha, brancos e nulos.¹⁴¹

Contudo, a votação do dia 17 também foi anulada. Vejamos a versão do “Lavradio” sobre esse episódio:

¹³⁸ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 15-16.

¹³⁹ *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, junho de 1872. Ano I, n. 7, p. 227.

¹⁴⁰ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 338.

¹⁴¹ CASTELLANI, José. Um período agitado: cisão, abolicionismo e Questão Religiosa – 1871-1880. In: _____; CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil*: a maçonaria na história do Brasil. São Paulo: Madras, 2009, cap. 12, p. 136.

Preparamo-nos, mas com maior boa fé para a seguinte nova eleição [de 17 de agosto]. No ato de ser aberta essa sessão, convocados para ela todos os membros, apresentou-se estranha renúncia (...). Havia nela uns ares de antagonismo ao nosso proposto candidato para Grão-mestre, que, aliás, o mundo inteiro e o povo maçônico admiravam, tais e tão eminentes haviam sido os seus serviços públicos (...). Em assembléia maçônica, guardadas mesmo todas as leis da cortesia, não foi aceita essa renúncia. Entregava-se a sorte da urna a vitória de um dos dois nomes.¹⁴²

Embora não tenha ficado totalmente explícito de onde partiu a renúncia, pela contagem dos votos e pelo desenrolar da situação, inferimos que o grupo de Saldanha Marinho sabotou a segunda deliberação, pois “em 26 de agosto, dois Irmãos do G. O. Beneditinos apresentaram protesto à eleição de Rio Branco, sendo realizada uma nova eleição em 4 de setembro”.¹⁴³

O jornal maçônico *A Família* noticiou o resultado do terceiro e último sufrágio: “Dr. Saldanha Marinho, com 222 votos; Visconde do Rio Branco, com 190 votos; Conselheiro Liberato Barroso, com 1 voto e Barão do Rio Branco, com 1 voto”.¹⁴⁴

As divergências foram novamente intensas acerca do escrutínio realizado, o que provocou uma grande repercussão na imprensa católica, conforme comprovado em um editorial do periódico supracitado:

Os inimigos da Maçonaria folgam com os acontecimentos lamentáveis que se deram no Oriente do Lavradio, por ocasião de proclamar-se o resultado da eleição do grão-mestre da ordem; mas não se lembram esses homens dos conflitos que têm havido na própria Roma entre papas e anti-papas por ocasião das eleições dos pontífices.¹⁴⁵

Após a proclamação do resultado final, os redatores do “Lavradio” fizeram publicar, com grande destaque, o texto a seguir:

Quarta-feira, 4 de setembro, os corpos maçônicos unidos, mas na mais completa desunião (...). Começou a chamada, e perfilados alguns beneditinos, de lápis e lista *impressa* em punho iam lançando ao lado dos nomes uns arabescos indecifráveis. Eram sinais provavelmente de uma gíria estranha à maçonaria (...). Dava-se o fato, era preciso que o bom senso o

¹⁴² *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 339-340.

¹⁴³ DURÃO, João Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil - 1720-1882*. São Paulo: Madras, 2008, p. 246.

¹⁴⁴ *A Família*: jornal dos interesses maçônicos, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1872. Ano I, n. 1, p. 3.

¹⁴⁵ *Ibid.*, 12 de setembro de 1872. Ano I, n. 2, p. 1.

tolerasse por amor da dignidade da Ordem; o resto esperava-se do resultado da eleição. Então foi presenciado, e juramos sob nossa fé maçônica, que indivíduos *mortos, foragidos e incompetentes* foram levar lista por mãos de gente dos Beneditinos. Mais ainda: quarenta votantes desautorizados haviam sido encaixados na lista que fora sancionada antes (...). Era patente que os contrários haviam empregado meios indignos para chegar à eleição daquele *renunciado* que se *reapresentava*, mas com mais ostensivo furor (...). Protestamos, pois, unidos, firmes e convencidos, como um só homem. E inabalável o nosso protesto e a nossa opinião. Não aceitamos aquela viciada eleição de 4 de setembro; não a aceitamos, porque é nula e porque fora revoltosamente preparada para lançar por terra nossas íntimas convicções e profanar o Grande Oriente.¹⁴⁶ (grifos dos autores).

O período subsequente ao tumultuado processo eleitoral assinalou uma nítida concorrência entre as duas vertentes maçônicas, as quais, em última instância, faziam parte das disputas políticas inerentes à sociedade brasileira daquela época.

O grupo do visconde do Rio Branco, em suas intenções “apolíticas”, acusou os “Beneditinos” de “imprudentes”, posto que teriam levado para dentro das *lojas* as “paixões políticas do mundo profano”.¹⁴⁷ As desavenças ocorridas entre *irmãos* ao longo dos tempos receberam uma lúcida reflexão por parte do mais importante autor maçônico brasileiro:

Nas inúmeras guerras que tanto infelicitaram a humanidade, a solidariedade maçônica foi esquecida e homens que deveriam ser irmãos tornaram-se inimigos irreconciliáveis. Nas disputas pelo poder, os interesses particulares, muitas vezes, sobrepujam os gerais, a dano da coletividade maçônica e do princípio da fraternidade. As vaidades pessoais, as paixões de momento, os melindres têm cavado fossos quase intransponíveis entre homens que se deveriam amar como irmãos. Se a instituição maçônica, em sua doutrina – assim como muitos sistemas religiosos e filosóficos – é perfeita, os homens são apenas perfectíveis, ou seja, passíveis de aperfeiçoamento; é para isso que se tornam maçons. E aí está a grande meta, que é a beleza intrínseca da prática maçônica: aperfeiçoar o homem, polir a sua mente, o seu intelecto, para que ele alcance a maturidade e a lucidez espiritual que lhe permita vencer as paixões, amar o seu semelhante e o seu Irmão e fazer com que uma Lei Fundamental não se torne letra morta.¹⁴⁸

Apesar da multiplicidade de ideologias que surgiram no último terço do século XIX, muitas vezes seguindo em direções opostas, as maçonarias brasileiras, de modo geral, se mantiveram fiéis aos seus princípios básicos.

¹⁴⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 339-341.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 337-338.

¹⁴⁸ CASTELLANI, José. A Constituição de Anderson de 1723: texto básico. In: _____; RODRIGUES, op. cit., cap. 2, p. 50.

Na verdade, foram as suas especificidades, a exemplo do seu caráter iniciático e secreto, dos seus ritos e símbolos e do seu discurso iluminista, que forneceram uma concepção de organização em torno de um projeto comum: propagar as “luzes” no território brasileiro.

2.6 – O Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: jornal oficial da maçonaria brasileira – “Círculo maçônico dos Beneditinos” (1873-1874)

O *Grande Oriente dos Beneditinos* foi fundado por Joaquim Saldanha Marinho em dezembro de 1863, a partir de sete lojas rebeladas do *Grande Oriente do Brazil*.¹⁴⁹ Após nove anos de funcionamento, essa *Obediência* tornou público o seu órgão oficial de imprensa.

Seu formato era bastante semelhante ao de seu rival, visto que ambos gozavam das mesmas colunas e seções temáticas. É interessante observar, entretanto, que o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* continha índices remissivos para os principais assuntos abordados em suas páginas.

Devido à sua indisponibilidade na coletânea de microfimes da Fundação Biblioteca Nacional, não foi possível realizar a pesquisa histórica para o ano I (1872). Em seus anos subsequentes, o jornal teve periodicidade irregular, alternando entre edições bimestrais e quadrimestrais, à exceção do volume único de número 8 a 12, de agosto a dezembro de 1874, o qual levou cinco meses para ser publicado. Diante desse panorama, seus idealizadores ofereceram um pedido de desculpas aos seus leitores, assim enunciado:

Por circunstâncias de todo o ponto independentes da nossa vontade não foi possível publicar o Boletim, no ano que ora finda, com a desejada regularidade. Faremos quanto de nós depender para evitar durante o ano futuro a repetição de tais irregularidades.¹⁵⁰

O jornal estruturava-se em “folhetos in oitavo”, tendo paginação variável: em 1873 somou 877 páginas, valor que foi praticamente mantido no ano seguinte: 824. De modo análogo ao seu concorrente do “Lavrado”, suas folhas ofereciam uma enorme quantidade de matérias, a exemplo de textos de cunho político-doutrinários, cartas entre *lojas*,

¹⁴⁹ DURÃO, op. cit., p. 236.

¹⁵⁰ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto a dezembro de 1874. Ano III, n. 8 a 12, p. 823-824.

transcrições de outros jornais e notícias sobre as maçonarias no Brasil e no exterior. Na primeira página eram expostos os principais assuntos, com destaque para o editorial.

Uma de suas características foi a publicação integral dos debates parlamentares, contendo os discursos de maçons e os de seus opositores católicos, o que demandava um espaço considerável e fazia com que algumas dessas peças oratórias ocupassem várias edições sequenciais.

Depois de se desligar do *Grande Oriente do Lavradio*, Alexandrino Freire do Amaral ocupou, para todo o intervalo de tempo estudado, a redação do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, além de acumular o cargo de *grande secretário geral do Grande Oriente dos Beneditinos*.

Alexandrino Freire do Amaral — Natural do Rio de Janeiro, e filho de Bonifácio José Sérgio do Amaral e de dona Leopoldina Freire do Amaral, é doutor em medicina pela Faculdade da Corte, membro da Comissão Sanitária do 2º distrito do Engenho Velho; vereador da Câmara Municipal, membro efetivo do Supremo Conselho do Grande Oriente Unido do Brazil, etc. Escreveu: (...) — *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*. Rio de Janeiro, 1873-1877 (...). Foi o redator-chefe desta publicação.¹⁵¹

Em virtude da semelhança entre os boletins concorrentes, é razoável sugerir que esse *irmão* tenha sido um dos idealizadores da imprensa maçônica oficial brasileira. Ademais, Alexandrino Freire do Amaral encabeçou a direção intelectual de ambos os veículos autorizados das maçonarias, além de ter sido o “braço direito” dos seus *grão-mestres*.

No boletim “Beneditino”, afora o editorial, ele assinou as seções “*Bulletin pour L'étranger*”, “Noticiosa” e “Noticiário interno”, tendo sido também o responsável pela elaboração das atas e de toda a correspondência geral da ordem.

Em meados do século XIX, Alexandrino Freire do Amaral exerceu um papel significativo no processo de surgimento e consolidação dos boletins das maçonarias brasileiras.

Através da divulgação e da exaltação dos ideais maçônicos, verificamos que o seu pensamento foi permeado por um conjunto de idéias e valores comuns. Não foi por acaso,

¹⁵¹ SACRAMENTO BLAKE, op. cit., v. 1, p. 51-52. A primeira edição dessa obra (v. 1) é de 1883. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00295750#page/1/mode/1up>>. Acesso em: jan. 2012.

portanto, que o *Boletim do Grande Oriente do Brazil* (“Lavradio”) relacionou a sua irregular circulação com a “lamentável saída” do seu principal articulista.

Ocorrências complexas produziram irregularidades, que lastimamos, na publicação deste *Boletim* e às quais, estranho não é o ex-Grande Secretário, quando repentinamente abandonou o posto de honra e trabalho que lhe confiara o Grande Oriente do Brazil, ao Valle do Lavradio. Respeitamos as causas que atuaram no ânimo daquele infatigável ex-Grande Secretário para dar esse passo melancólico para nós.¹⁵²

Para angariar recursos em torno de seu mais novo boletim, Alexandrino Freire do Amaral voltou-se para os seus subscritores, solicitando, inclusive, as suas tão necessárias contribuições intelectuais para o sucesso do novo projeto jornalístico maçônico.

A redação do Boletim muito grata ficará aos irmãos secretários das lojas, assim como qualquer maçom, que lhe remeterem notas acerca dos trabalhos das suas respectivas oficinas, lhe comunicarem qualquer documento maçônico que mereça ser publicado, ou enviarem jornais que defendam ou combatam a ordem.¹⁵³

É oportuno salientar que tanto a redação quanto a tipografia tinham o mesmo endereço: “Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil. Rua dos Beneditinos, 22. Rio de Janeiro”. Durante o biênio de 1873-1874, esse endereço não sofreu alterações.¹⁵⁴

Não foi possível estabelecer se o boletim era comercializado em pontos de venda fixas. No entanto, em função da total ausência de anúncios comerciais, é plausível sugerir que sua fonte de financiamento fosse proveniente, principalmente, de sua taxa de assinatura, que deveria ser “paga em uma só prestação adiantada”.¹⁵⁵

Ainda no que se refere ao seu custeio, encontramos indícios de que essa empresa contava com doações de *irmãos*. Aliás, o seu preço só pôde ser determinado a partir de uma citação presente nas páginas do periódico *Santo Ofício*, veículo da imprensa que defendia a causa maçônica e fazia propaganda do boletim “Beneditino”. Vejamos:

¹⁵² *Boletim do Grande Oriente do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 378.

¹⁵³ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, fevereiro e março de 1873. Ano II, n. 2 e 3, p. 233.

¹⁵⁴ *Ibid.*

¹⁵⁵ *Ibid.*, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 524.

Todas as vezes que recebemos o Boletim não nos cansamos de dizer e ora repetimos: maçons! Assinai esta indispensável publicação, *cujo preço, comparativamente ao valor de seus artigos, é insignificante: 7\$000 apenas, por ano*. Se tendes em conta a Ordem; se guardas a pureza de vosso coração a fé dos sagrados juramentos que prestastes sob o *esquadro e o compasso*, postos no sétimo retábulo maçônico como emblemas da retidão e justeza de vossos desígnios e ações; se não olvidais o que deveis à Ordem e à vós mesmos, irmãos, prestai vossa coadjuvação e empenho com outros para que o *Boletim Official da Maçonaria do Brazil* se encontre em mão de todos os maçons. Não vos queremos lembrar o vosso dever de ajudardes as publicações úteis à Ordem, nem a indeclinável obrigação em que estais de vós instruídes, porque importa particularmente à vós e no interesse da arte real, que sejais instruídos.¹⁵⁶ (grifos nosso e do autor).

Não encontramos qualquer menção à tiragem do periódico, mas sua importância foi demonstrada pela recomendação às *oficinas* do Círculo para “dar execução às resoluções contidas no *Boletim*, independente de qualquer outra comunicação da grande secretaria geral da ordem”,¹⁵⁷ sendo o impresso enviado obrigatoriamente aos secretários de todas as lojas vinculadas ao *Grande Oriente dos Beneditinos*.

2.7 – Análise do conteúdo temático do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: jornal official da maçonaria brasileira – “Círculo maçônico dos Beneditinos” (1873-1874)*

Ao finalizarmos o estudo sobre o boletim do “Círculo do Lavradio”, tomamos conhecimento de sua versão sobre as contendas ocorridas no interior das maçonarias brasileiras, especialmente aquelas que se referiam às disputas para a escolha dos membros do *Grande Oriente Unido*, o qual seria erguido para unir os *irmãos* de toda a Corte imperial brasileira. Vamos conhecer agora a versão “Beneditina” sobre tais acontecimentos:

Não é mister grande contensão de espírito para reconhecer que o recente abalo da Ordem maçônica foi originado, antes de tudo pela vaidade de um Grão-mestre que não quis submeter-se à nova autoridade legitimamente eleita; e depois, por falsos e ridículos interesses de um pequeno grupo que aspirava o comando. Mas, como em todos os fenômenos é sempre possível corrigir ou anular as ações perturbadoras; assim também o abalo que desuniu momentaneamente o grande povo maçônico (...), há determinar a sua

¹⁵⁶ Ibid., p. 516-517.

¹⁵⁷ Ibid., janeiro a março de 1874. Ano III, n. 1 a 3, p. 138.

influência pelo completo reconhecimento do Grande Oriente Unido, primeiro e único regulador da maçonaria no Brasil.¹⁵⁸

Vimos que apesar do projeto maçônico de unidade não ter sido concretizado, os “Beneditinos” adotaram a denominação *Grande Oriente Unido do Brasil*. Se por um lado a história das maçonarias nas décadas de 1870-1880 foi marcada por inúmeras dissidências, por outro, foi possível observar um crescimento vertiginoso no número de suas *lojas*. Alexandre Mansur Barata explicou as razões dessa aparente contradição, estabelecendo, para tal duas causas:

Uma tem a ver com os aspectos organizacionais da maçonaria, já que a cisão da Ordem entre o Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente dos Beneditinos levou cada Obediência a incentivar a fundação do maior número possível de novas lojas para consolidar sua hegemonia sobre a comunidade maçônica. Outra ordem de questões tem a ver com a fragilidade institucional da Igreja Católica, decorrente do padroado e da heterodoxia do clero brasileiro, contrariamente ao que acontecia na Europa.¹⁵⁹

Reunir o maior número possível de maçons e obter legitimidade no cenário internacional era de suma importância para os anseios dos grupos maçônicos concorrentes. Por esta razão, foram freqüentes no *Boletim do Grande Oriente Unido* os informes de adesão à sua *Obediência*.

Mais duas oficinas vieram juntar-se as VINTE E TRÊS, CONSTITUINDO VINTE E CINCO as do Lavradio que aderem aos *socialistas e comunistas*. Daremos no seguinte número os seus títulos e documentos comprovativos do seu apoio ao único Corpo maçônico legalmente constituído no Brasil. Temos fé que o *Poder Central* dos insurgentes em breve pregará no deserto. Cerrem fileiras embora os esforçados campeões da desunião e da discórdia, recorram às injúrias, à calúnia, e à falsidade, apelem para os desprevenidos virem em auxílio de sua imprensa *caridosa* (...). A sua derrota será tanto mais inevitável, quanto é já inglória a vida que arrasta.¹⁶⁰ (grifos do autor).

Os *pedreiros livres* sob a autoridade do visconde do Rio Branco acusaram os seguidores de Joaquim Saldanha Marinho de “ultramontanos” e de “socialistas”. Não foi sem motivo, portanto, que o redator dos “Beneditinos” assumiu, ironicamente, o seu caráter “socialista-comunista”.

¹⁵⁸ Ibid., janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 5.

¹⁵⁹ BARATA, op. cit., p. 88.

¹⁶⁰ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 98-99.

A imputação do adjetivo ultramontano aos *irmãos* oponentes foi um expediente compartilhado entre os dois *Grandes Orientes*, segundo noticiou o próprio boletim.

A intervenção dos *maçons bons* em favor da intolerância jesuítica vai produzindo o efeito que dever-se-ia esperar, açulando contra os *maçons maus* grande número dos bispos desta terra, sectários decididos da seita de Loyola. A indiferença da administração do Estado diante dos atos praticados pelos bispos do Rio de Janeiro, do Pará e do Rio Grande do Sul, que a seu bel prazer sofismaram a Constituição do país, e a aliança entre os adeptos do romanismo e a *maçonaria ultramontana* com o fim de dividir a Ordem para destruir-lhe as forças e não contra-minar os planos tenebrosos da cruzada jesuítica, explicam suficientemente a ousadia do atentado que acaba de praticar o bispo de Pernambuco, firmado na impunidade dos atos anteriores dos seus colegas. Eis porque os órgãos ultramontanos dessa província apelidam de *maçons maus* os que trabalham com sacrifício, coragem e perseverança para consolidarem em todo o império a união maçônica, tão necessária para o extermínio desta peste moral, que corrompe os costumes e lisonjeia os vícios, o jesuitismo, com todo o seu cortejo de nefandos males. Os *maçons bons* pertencem ao grupo que se arroga o título de Oriente e, segundo as suas doutrinas, não pretendem *medir-se com tais campeões, mas simplesmente reconduzi-los a verdade, exortá-los*. E conseguiu em Pernambuco o almejado fim *a única publicação possível no mundo profano, o Boletim Oficial do intitulado Grande Oriente do Brasil!*¹⁶¹ (grifos nosso e do autor).

Mais do que um recurso a serviço da argumentação, o uso do termo *ultramontano* para qualificar maçons de *Obediências* opositoras, fazia parte de um universo conflituoso, no qual o setor romanizado da Igreja assumia, de forma gradual e progressiva, o posto de “inimigo número um” das instituições maçônicas.

Com o objetivo de vencer o adversário externo, a união de esforços era fundamental. Assim, um ponto comum verificado entre os boletins maçônicos dissidentes foi o ideal em relação à mulher.

Abordamos anteriormente a tendência ultramontana de voltar as suas ações para o gênero feminino, em uma clara tentativa de repor o seu prestígio e a sua capacidade de intervir na sociedade brasileira. Os maçons também se apropriavam dessa perspectiva, declarando que a instituição

(...) sendo a representante fiel das mais sublimes tradições, dos mais sagrados princípios, que regem e dominam a inteligência humana, não deve, no momento em que se levanta com tanto denodo para defender e libertar a consciência do homem contra os ataques do ultramontanismo, deixar de

¹⁶¹ Ibid., p. 8-9.

pugnar pelos direitos da mulher, e ser a primeira a dar-lhe entrada na oficina civilizadora, caminhando com ela para o verdadeiro Sinai da luz (...). É preciso, pois, para sermos coerentes com os imortais princípios promulgados pelo Supremo Mestre, chamarmos à mesa da comunhão divina a mulher, esta desterrada da luz, e repartirmos com ela a hóstia sagrada da civilização, e bebermos conjuntamente no mesmo cálice dourado o néctar delicioso da liberdade, que é o apanágio deste grandioso século, assombro dos futuros (...). Sim, caminhemos com a mulher, que a peregrinação ser-nos-á menos penosa, a luta da luz contra as trevas ultramontanas será mais terrível, é verdade; mas o seu triunfo será mais completo, a glória mais imperecível, e o seu ideal mais humanitário, mais divino. Até aqui temos andado em meio sol, em meia luz, em meia civilização; é preciso de ora avante andar em cheio, caminhar em pleno Zenith, e encarar face a face o sol deslumbrante da civilização. Que nos falta para lá chegarmos? Que devemos fazer? A resposta é fácil. É tomar a mulher pela mão e conduzi-la ao santuário da instrução primária, depois à secundária, depois à universitária: concentração de diversos raios da ciência humana.¹⁶²

Para que o “progresso” fosse atingido de forma plena e satisfatória, era vital instruir as mulheres. Outro aspecto comum entre as correntes maçônicas rivais diz respeito aos modelos civilizatórios de países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, nos quais as mulheres dominavam “desde a esfera mais abstrata da matemática até a medicina, por meio da qual está prestando os mais inapreciáveis serviços à humanidade”.¹⁶³

Concluindo sua apreciação sobre o importante papel desempenhado pelo gênero feminino, o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil* divulgou:

A maçonaria brasileira, convidando as senhoras para abrilhantarem as suas festas solenes, tem dado já um grande passo para a luz, fazendo desvanecer completamente essas idéias aterradoras e malignas que os astutos jesuítas muito de propósito lhes têm infiltrado no ânimo, para odiarem a todos que fazem parte desta sublime instituição (...). Ali têm elas [as mulheres] tido ocasião de ver com os seus próprios olhos, que através dos símbolos, que adornam nossos templos, o único mistério consiste em erguer um hino constante a Deus, ao progresso humano, à liberdade e à caridade, esta filha predileta de Jesus, que ali vê-la dia e noite pelos desgraçados que o pampeiro do infortúnio arrojara nas praias da miséria, da ignorância e da escravidão (...). É preciso, pois, fazer despertar a mulher deste longo adormecimento secular, chamá-la à vida do século pela instrução, torná-la confidente dos augustos princípios que iluminam o céu da ciência, da literatura, das artes, das indústrias, da economia doméstica e social, nomeá-la enfim, sacerdotisa da liberdade, da caridade e da fraternidade humana de que ela, já pelos sublimes impulsos de seu generoso coração, tão predisposta é a render-lhe o mais fervoroso culto.¹⁶⁴

¹⁶² Ibid., abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 150-151.

¹⁶³ Ibid., p. 152.

¹⁶⁴ Ibid., p. 152-153.

O combate ao “jesuitismo” foi muito mais impetuoso na folha “Beneditina”, especialmente em virtude do posicionamento anticlerical de seu *grão-mestre*. É oportuno recordar que o boletim do “Lavradio” havia publicado uma declaração pró-católica, na qual seus autores afirmaram professar o catolicismo. Esse texto teve repercussão internacional, tendo sido reproduzido no *Boletim do Grande Oriente Unido* o subsequente comentário feito pelo periódico francês *Monde Maçonnique*:

Não teríamos reproduzido esta declaração se ela fosse a expressão de uma opinião individual. Respeitamos bastante a liberdade de consciência para não perguntarmos ao secretário geral do Lavradio o modo como concilia a sua fé católica com a sua fé maçônica; porque é questão para ser debatida entre ele e o seu confessor. Mas ficamos surpreendidos de encontrar, em um órgão oficial da maçonaria, uma declaração obrigatória para todos os maçons desta jurisdição. É possível que todos, na verdade, sejam tão bons católicos, como bons maçons; mas na qualidade de maçons, não deveriam, segundo nos parece, publicar profissão de fé religiosa, nem tampouco irreligiosa. Existe, sabem todos os maçons, uma prescrição geral, absoluta, que proíbe expressamente aos membros de nossa instituição ingerir-se em questões religiosas. Esta prescrição é eminentemente racional; porque, sem ela, o que seria de liberdade de consciência, uma das pedras fundamentais de nosso edifício? Os maçons do Lavradio não pensaram, por certo, que manifestando esse espírito de exclusivismo, fecharam as portas de seus templos a todos os homens de boa fé que não são católicos.¹⁶⁵

Ainda que a crítica francesa aos membros do “Lavradio” tenha sido referendada pelo “Círculo dos Beneditinos”, é importante ponderar que as posições deste último foram muito mais politizadas, inclusive no que concerne às relações entre o Estado e a Igreja católica.

Os maçons do “Lavradio”, ao assumirem oficialmente a profissão da fé católica, pareciam seguir a orientação de seu *grão-mestre*, que “sem abandonar as idéias liberais, estava fortemente identificada com o regalismo”.¹⁶⁶

Em discurso no Senado – sessão de 17 de maio de 1873 – o visconde do Rio Branco demonstrou novamente a faceta do seu posicionamento político:

Sr. Presidente, eu entrei para a maçonaria há muitos anos, e nunca vi que ela se ocupasse com a religião nem com a política do Estado, foi sempre a meus olhos, pela experiência que tenho, uma associação destinada a socorrer os seus membros e a promover o aperfeiçoamento moral e intelectual do homem. Se ela faz pouco neste segundo empenho, se tem criado poucas

¹⁶⁵ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 249.

¹⁶⁶ BARATA, op. cit., p. 87-88.

escolas, os atos de beneficência são incontestáveis, muitas famílias recebem auxílio dessas sociedades (...). Seja-me (...) relevado o recordar que em outros tempos foi a maçonaria muito favorecida pelos papas; quando os maçons tinham o nome de pedreiros livres, gozaram de privilégios como corporações mecânicas ou de artistas, e a esses obreiros se devem os grandes monumentos do Cristianismo na Europa. Bonifácio IV, Nicolau III, Benedito XII protegeram os pedreiros livres, conferindo-lhes importantes privilégios. Depois que, no princípio do século XVIII, a maçonaria se converteu em associação filosófica e em alguns países tomou parte ativa na política do dia, desde então começou a perseguição contra ela (...). O caráter das sociedades maçônicas no Brasil e em toda a parte não é dogma, não é matéria de fé religiosa, é questão de fato, que está sob o pleno domínio da razão pública.¹⁶⁷

Os conflitos entre a Igreja católica e as maçonarias nesse período estavam ligados à “Questão Religiosa”, desencadeada por providências punitivas de bispos contra padres-maçons. O redator maçônico dos “Beneditinos” argumentou o seguinte sobre a posição de um dos bispos protagonistas desse episódio:

Não sendo da competência do bispo ingerir-se na administração das irmandades, que são corporações de organização mista, sujeitas no seu governo temporal ao juiz de capelas, referindo-se apenas as suas funções ao exercício espiritual ou ao modo como celebram elas o culto (...), [a ação do bispo] ultrapassou suas atribuições, provocando um conflito de jurisdição com o poder civil, tão digno de respeito, quanto o eclesiástico. Se ainda se atender que não há uma só irmandade na capital da província que não seja em sua quase totalidade composta de maçons, a expulsão destes contribuiria para o fechamento dos templos e o adormecimento dos cultos.¹⁶⁸

Inúmeros artigos, notas e comentários publicados no boletim apontaram para o “atraso” representado pela ação jesuítica no Brasil. Por conseguinte, a conexão intrínseca dos ultramontanos ou jesuítas à decadência autorizava a reação da ordem maçônica, entendida como verdadeira protetora do “progresso”, da cultura, da razão e da “civilização”. Em uma de suas edições, o jornal maçônico denunciou que

(...) continua o jesuitismo a flagelar as populações do norte do Brasil e sob o pretexto de aniquilar a nossa sublime ordem, vai trabalhando, com uma perseverança digna de melhor causa, para dominar todas as consciências, alterar a ordem pública e implantar no espírito das classes ignorantes o fanatismo, a subserviência e a superstição. Os detratores da maçonaria, rompendo com todas as idéias de progresso e ilustração, secundam e aplaudem o denodado bispo que travou com mais encarniçamento a luta

¹⁶⁷ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 354-357.

¹⁶⁸ *Ibid.*, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 12.

contra os nossos irmãos de Pernambuco. A atitude da população dessa província resistindo no terreno legal e com a mais nobre dignidade aos atentados do prelado de Olinda, longe de diminuir-lhe o fervor fanático, tem ao contrário [incentivado] a sua coragem. A interdição das irmandades que não se prestaram a expulsar do seu seio os maçons, a *proibição de sepultamento de pedreiros livres em terreno sagrado*, a imposição feita aos sacerdotes para que abjurem solenemente a Ordem a que pertencem, e a publicação de uma pastoral em linguagem imprópria de um bispo e que só respira ódio e vingança, são os principais atos de frei Vital posteriores aos que já noticiamos e que cada vez mais exacerbam os ânimos e excitam a indignação pública.¹⁶⁹ (grifos nosso).

Pelo exposto, vê-se que o clima de conflito se radicalizou, atingindo até mesmo os rituais fúnebres. A historiadora Cláudia Rodrigues estudou a interdição de sepultamentos aos protestantes em cemitérios públicos dos Oitocentos, e com base em dois casos emblemáticos – o do general José Inácio de Abreu e Lima, em Recife, e o do protestante David Sampson, na Corte –, a autora demonstrou que, mesmo fora do perímetro das igrejas, os cemitérios públicos dependiam da benção eclesiástica para funcionar.

Os terrenos dos cemitérios públicos haviam se tornado, na prática, uma extensão das necrópoles pertencentes aos templos católicos, sendo os enterros somente “autorizados mediante a apresentação de uma declaração paroquial de encomendação do cadáver. Não por acaso, o termo ‘sepultura eclesiástica’ continuou a ser utilizado”.¹⁷⁰

Não existia uma definição a respeito dos enterramentos dos “não católicos”, tendo muitos deles sido sepultados nos “cemitérios dos ingleses”.¹⁷¹ Na verdade, até a segunda metade do século XIX, o clero tolerava a realização de funerais acatólicos em cemitérios públicos. Contudo, a partir do contexto político imigracionista imperial e do advento do ultramontanismo, a questão passou a gerar tensões entre o Estado, a Igreja católica e a sociedade civil.

A defesa da causa protestante foi um dos argumentos utilizados pela hierarquia eclesiástica pernambucana para a interdição do sepultamento de Abreu e Lima no cemitério público de Recife, tendo sido o seu cadáver sepultado no Cemitério dos Ingleses, por opção dos familiares e amigos, ao

¹⁶⁹ Ibid., fevereiro e março de 1873. Ano II, n. 2 e 3, p. 110-111.

¹⁷⁰ RODRIGUES, Cláudia. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, PR, v. 13, n. 1, p. 24, verão de 2008.

¹⁷¹ Os “cemitérios dos ingleses” eram originalmente voltados para os britânicos, mas posteriormente passaram a receber também os cadáveres tanto dos protestantes de outras nacionalidades, como de outros estrangeiros, a exemplo dos judeus. Ibid.

invés de ser inumado do lado de fora da necrópole pública como havia determinado o bispo.¹⁷²

Quanto ao segundo caso, além de ser adepto do protestantismo, o não sepultamento em campo “santo católico” de David Sampson foi justificado com base em sua própria forma de falecimento, ou seja, no suicídio. De forma análoga ao ocorrido em Recife, o episódio provocou nos grupos liberais o acirramento pelo desejo de implantação da liberdade religiosa no Brasil.

O historiador David Gueiros Vieira argumentou que a necessidade de lutar contra o controle eclesiástico sobre uma série de atribuições civis uniu as maçonarias em torno da causa protestante.¹⁷³

A julgar pela multiplicação dos boatos acerca da proibição de oferecer enterramentos aos maçons, nos parece que ao defenderem a autonomia confessional, os *pedreiros livres* passaram a sofrer as mesmas interdições eclesiásticas impostas aos protestantes.

Uma demonstração altamente significativa para a Ordem maçônica se manifestou por parte da população, ao conduzirem os maçons do Recife no dia 18 de Janeiro ao cemitério público os restos mortais do irmão Rodrigo Pinto Moreira. Circulando o boato de que o bispo havia negado sepultura sagrada ao corpo do falecido maçom, imenso concurso de circunstâncias de todas as classes sociais comunicou à cerimônia um aspecto solene. O corpo da igreja estava repleto de povo, quando começou a solenidade fúnebre no templo da ordem terceira de S. Francisco. A população acompanhou o saimento até o cemitério, sendo tal a afluência que ainda na volta, que se fez na melhor ordem, se encontravam grupos numerosos que se dirigiam ao cemitério, atraídos pela notícia que se espalhara, mas que felizmente não foi realizada.¹⁷⁴

Embora o impedimento ao sepulcro não tenha se concretizado na história de Rodrigo Pinto Moreira, a percepção governamental dos riscos que o radicalismo católico oferecia aos seus projetos de imigração fez com que uma regra fosse estabelecida no Império brasileiro.

Assim, pela “Resolução de 20 de abril de 1870” foi permitida ao clero a realização das cerimônias fúnebres nos cemitérios públicos, desde que fosse reservado um espaço

¹⁷² Ibid., p. 29.

¹⁷³ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1980, passim.

¹⁷⁴ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 96.

para o enterro dos “não-católicos”.¹⁷⁵ Porém, as orientações do governo foram desrespeitadas em várias circunstâncias.

[Alguns] indícios de que não foi em todas as localidades que se efetivaram as determinações da Resolução de 1870 foram os novos casos de interdição de sepultamentos ocorridos em Queluz, na província de São Paulo, e no Maranhão, ambos em 1879. Muito embora se tratassem de casos, respectivamente, de pertença à maçonaria e de suicídio, o fato indica a inexistência de cemitérios para não católicos nestas localidades, mesmo dez anos depois do ocorrido com Abreu e Lima e David Sampson.¹⁷⁶

Em 1879, o deputado e maçom Joaquim Saldanha Marinho propôs a secularização efetiva dos cemitérios. Seu projeto foi aprovado, mas logo depois engavetado em função de uma intensa e longa campanha católica.¹⁷⁷ Como parte dessa “pressão”, *O Apostolo* publicou uma série de artigos defendendo o exclusivismo da “sagrada” sepultura eclesiástica.

De fato, somente após a separação entre o Estado e a Igreja católica, através do “Decreto nº 510 de 1890”, os funerais deixariam de ter uma jurisdição religiosa. Portanto, até o estabelecimento da República, os maçons vivenciaram situações de desrespeito, a exemplo das narradas abaixo pelo *Diário do Grão-Pará* sobre o funeral de Manuel Joaquim de Almeida.

O finado era maçom, disseram os da libré de Loyola, e por isso não foram ao seu enterro; mas quando precisavam de dinheiro para qualquer festividade religiosa, sabiam recorrer à sua bolsa. É revoltante o que se deu por ocasião do falecimento do Sr. Almeida. A família do falecido mandou pedir ao vigário da freguesia para dar os sinais do costume; o vigário recusou-se a isso, e não quis comparecer para acompanhar o cadáver ao cemitério, cujo capelão desapareceu para não encomendá-lo, deixando, entretanto, ordem ao coveiro para enterrá-lo imediatamente, assim que chegasse; (sem perda de tempo) foi isso que sucedeu, mas, felizmente, o corpo não ficou insepulto, e a sua alma, por certo, transpôs a eternidade, sem precisar para isso da assistência de um padre. Os padres, por si mesmos, vão se encarregando de inculcar no espírito do povo à descrença as coisas da religião, demonstrando a inutilidade que eles representam no desempenho de seu ministério.¹⁷⁸

¹⁷⁵ RODRIGUES, op. cit., p. 31.

¹⁷⁶ Ibid., p. 33-34.

¹⁷⁷ Ibid., p. 34.

¹⁷⁸ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 462.

Percebemos, em outras edições do boletim, que os vetos católicos em relação aos membros da ordem maçônica foram ampliados, principalmente em virtude da não concessão do benefício da confissão de morte aos seus moribundos.¹⁷⁹

A incansável “cruzada” ultramontana contra a maçonaria no século XIX é tributária de períodos históricos mais remotos, pois desde o seu nascimento há quase três séculos, a maçonaria *moderna* tem sido objeto de diversos boatos e escândalos. Alguns desses apontamentos são perturbadores, outros beiram ao absurdo, tais como: conspirar para dominar o mundo, incitar sangrentas revoluções, adorar o demônio e roubar os tesouros do rei Salomão para financiar as suas tramas diabólicas.

O caráter fechado da instituição maçônica tem sido um terreno fértil para o florescimento de muitas teorias de conspiração, fazendo com que o medo do desconhecido seja projetado sobre ela. Esse jogo conspiratório tem aberto o caminho para infinitas calúnias e perseguições, as quais aumentam as suspeitas sobre uma organização que se reúne em segredo e mantém o silêncio sobre as suas práticas.

A tese de que a ambição pelo poder é o verdadeiro cerne do credo maçônico, cujo sistema de símbolos significaria um embuste criado por Satanás para opor-se à Igreja católica, é uma das lendas mais divulgadas no mundo intelectual ocidental.

Na verdade, grande parte da literatura contrária aos maçons e suas instituições é herdeira dos textos de Leo Taxil, que apontou o seu talentoso brado literário para os *pedreiros livres* do mundo inteiro.

O autor se utilizou da imprensa e do recurso da polêmica para denunciar as supostas orgias sexuais, os assassinatos e os propalados rituais de adoração ao demônio, todos esses elementos ditos por ele maçônicos. Seus escritos deterioraram, em muitos aspectos, a imagem da fraternidade em meados do século XIX.

O francês Leo Taxil (de seu verdadeiro nome Gabriel J. Pagés), depois de ter estado anos num estabelecimento educacional jesuítico, tornou-se livre pensador e finalmente maçom. Porém, no ano de 1855 ele regressou publicamente à Igreja católica. Daí em diante publicou escritos antimaçônicos, em cujas considerações se entrevia uma correspondência com a densa atmosfera de fim de século que existia nos salões europeus. Colocou a circular a descrição do culto do diabo dos maçons, as missas negras e que se passava nas lojas de mulheres. O primeiro livro teve a habilidade de ter sido escrito segundo as diretrizes e idéias reconhecidas na

¹⁷⁹ Ibid., fevereiro e março de 1873. Ano II, n. 2 e 3, p. 211-213.

encíclica *Humanum Genus*, de Leão XIII, uma autêntica síntese doutrinal antimaçônica.¹⁸⁰

Outra acusação comum, que recaiu sobre a maçonaria, foi o complô judaico-maçônico de dominação mundial. Uma de suas versões mais difundidas sustenta que as maçonarias haviam se aliado ao judaísmo para promover a Revolução Francesa.

Destruindo a Igreja católica e solapando os governos monárquicos europeus, teria sido dado o primeiro passo para a ascensão judaica ao poder, que se completaria após a Revolução Socialista, igualmente engendrada pelos *pedreiros livres* para conquistar a simpatia do proletariado. Para a historiadora Françoise Jean de Oliveira Souza:

A maçonaria foi associada ao estereótipo do judeu traidor e obcecado pelo desejo de dominar o mundo. Dessa associação surgiu a crença de que a maçonaria era um instrumento dos judeus para se infiltrarem em vários países, segmentos sociais, instituições e até mesmo no interior da Igreja, onde o “chefe israelita” da franco-maçonaria seria conduzido ao papado.¹⁸¹

Enquanto organização pautada no segredo, a maçonaria absorveu os medos e as paranóias da vida comunitária, sendo a sua percepção conspiratória difícil de ser superada. Além do mais, as teorias de conspiração são possuidoras de uma sólida imunidade à verdade, posto que se encontram imersas nas profundezas do imaginário social.

Assim sendo, as relações entre católicos e maçons foram marcadas por inúmeras incompreensões. O sigilo era visto pela Igreja como um atentado à sua religião e aos seus dogmas, fazendo com que a maçonaria fosse olhada com desconfiança. Em discurso na Assembléia Geral – sessão de 28 de maio de 1873 – o deputado e católico José de Alencar criticou os aspectos míticos e a feição secreta da instituição maçônica:

O orador não é maçom e nem acredita que a sua voz tenha força para se fazer ouvir por tão poderosa associação, mas entende que ela devia acompanhar o espírito do progresso e tomar um aspecto mais conforme a sociedade moderna, deixando repousar como uma relíquia do passado a antiga instituição, que perdeu a sua razão de ser (...). Passando a uma

¹⁸⁰ SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo. A insustentável leveza das fronteiras: clero católico na maçonaria e a questão do anticlericalismo e do antimaçonismo em Portugal. *REHMLAC – Revista de Estudos históricos de la masonería latinoamericana y caribeña*, San José, v. 2, n. 2, p. 60, dez. 2010-abr. 2011. Disponível em: <<http://rehmlac.com/index/vol2n2>>. Acesso em: jan. 2012.

¹⁸¹ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Segredos e mentiras. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, set. 2007. Seção: Artigos. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/segredos-e-mentiras>>. Acesso em: jan. 2012.

questão política de administração (...) as lojas maçônicas são verdadeiras sociedades secretas e como tais não podem, não devem existir em um país constitucional, onde o cidadão deve viver no pleno domínio da liberdade (...). A maçonaria tal como tem existido não pode continuar; é necessário que abra o seu templo à publicidade e que funcione perante a opinião (...). Quem pode afirmar que de um momento para outro esta associação, que hoje se destina unicamente à caridade e à beneficência, não se tornará um instrumento poderoso de uma idéia política? E não se está mostrando um instrumento poderoso de oposição à igreja do Estado? Sem dúvida. O orador não diz que todos os maçons participem da reação violenta que vai se manifestando; mas o que é verdade é que essa associação preparada, fortalecida por longos anos de existência, pelas suas tradições, não pode deixar de ser alavanca para aluir a igreja do Estado, que ele defende, não só porque está consagrada na Constituição, como também porque é sua convicção.¹⁸²

Sobre essa questão, no decorrer da sessão de 19 de maio de 1873, o senador visconde de Souza Franco ponderou:

Diz-se (...) que Jesus Cristo proibiu as sociedades secretas. Será verdade? As nossas leis as autorizam; a lei de 20 de outubro de 1823, que revogou a de 1818, está ainda em vigor; elas estão muito legalmente estabelecidas, sem dúvida porque os nossos legisladores não acreditavam na veracidade da proibição divina, e que nem a Igreja acredita ou prova a existência da congregação jesuíta, a mais secreta de quantas associações conhecemos. Quem não sabe, porém, que a maçonaria não é sociedade secreta entre nós no rigor do termo? A designação não é bem aplicada, ao menos em rigor a sociedades maçônicas no Império. Sociedade secreta é aquela cujo chefe, cujas autoridades, cujas doutrinas são também secretas; e a sociedade maçônica não está neste caso entre nós. Seu chefe é conhecido, são conhecidos os outros membros oficiais, seus atos são sabidos, publicados até em Boletins.¹⁸³

A despeito de toda a polêmica envolvendo o mistério maçônico, o historiador José Antonio Ferrer Benimeli sustenta a idéia de que o verdadeiro segredo “consistia simplesmente na interpretação alegórica das cerimônias rituais e nelas não havia nada de nocivo ou prejudicial”. Ademais, “a interpretação exaltava a busca da verdade, a prática da virtude e o exercício da fraternidade”.¹⁸⁴

Durante a “Questão dos Bispos”, a maçonaria abriu as portas de seus templos para o público *profano*, através da organização de conferências públicas. Além de significar uma tentativa de aproximação com a sociedade, esses eventos faziam parte da estratégia

¹⁸² *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 395-396.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 371-372.

¹⁸⁴ BENIMELI, José Antonio Ferrer. *Arquivos secretos do Vaticano e a franco-maçonaria*. São Paulo: Madras, 2007, p. 58.

maçônica de combate aos setores ultraconservadores da Igreja católica, a exemplo dos bispos romanizadores. Os temas abordados pela palestras foram os seguintes:

- 1 – Em 12 de maio – Orador o nosso irmão Conselheiro Dr. José Liberato Barroso. Tema: *O espírito do Cristianismo*.
- 2 – Em 23 de maio – Orador o nosso irmão Dr. Joaquim Nabuco. Tema: *A invasão ultramontana*.
- 3 – Em 30 de maio – Orador o nosso irmão Dr. Luiz de Oliveira Bello. Tema: *A igreja perante a história*.
- 4 – Em 6 de junho – Orador o nosso irmão Dr. Thomaz Alves Júnior. Tema: *A separação da igreja e do estado*.
- 5 – Em 18 de junho – Orador o nosso irmão Dr. Pedro Meirelles. Tema: *Formação e decadência da igreja: a verdade sobre os jesuítas*.
- 6 – Em 27 de junho – Orador o nosso irmão Dr. J. A. Pinto Júnior. Tema: *Igreja católica e o jesuitismo*.¹⁸⁵ (grifos do autor).

A partir da impressão e da difusão desses discursos, os maçons objetivavam revelar as “atividades ocultas” dos jesuítas, visto que inúmeros textos aludiram às suas “influências malignas” no corpo social: “O fanatismo clerical põe tudo em jogo para realizar os seus sinistros intentos”.¹⁸⁶

No entendimento do periódico maçônico, a “Companhia de Jesus” era uma organização composta de “falsários, de flibusteiros, uma verdadeira associação de estelionatários”,¹⁸⁷ cuja mais infame atividade prendia-se à infiltração nas *lojas* – local ideal para a sementeira do caos e da discórdia.

O poder jesuítico, tramando nas trevas por não ter força e coragem para lutar em face com o adversário nobre e leal, calculou que a união maçônica era prenúncio certo de sua destruição. De mãos dadas à política, introduziu-se sorrateiramente no interior dos templos maçônicos e depois de estabelecer a divisão entre os *maçons bons* e os *maçons maus*, saiu da obscuridade para proclamar *urbi et orbi* a sua independência das leis que regem o país, e desenvolver uma audácia inqualificável na prática de atentados contra a liberdade civil, por um sistema de propaganda habilmente combinado para exercer sobre as consciências a prepotência e o despotismo.¹⁸⁸ (grifos do autor).

Os responsáveis pelo boletim acreditavam que os ataques dirigidos à maçonaria eram parte de uma estratégia ultramontana para transformá-la em “bode expiatório” de todos os males existentes na sociedade. Em discurso na Assembléia Geral Legislativa –

¹⁸⁵ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 425.

¹⁸⁶ *Ibid.*, fevereiro e março de 1873. Ano II, n. 2 e 3, p. 111.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 187.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 117.

sessão de 8 de maio de 1873 – o maçom L. A. Vieira da Silva criticou as ações dos radicais católicos:

O programa ultramontano é hoje muito conhecido. A maçonaria é um pretexto. Ninguém se ilude mais a respeito das tendências ultramontanas e do plano concertado e assentado entre os discípulos do colégio romano. A luta aberta pelos bispos é essencialmente política (...), é a luta pelo poder político do Papa; é, portanto, a invasão, a usurpação do poder temporal pelo espiritual, é a sujeição do Estado pela Igreja.¹⁸⁹

Ao incluir a instituição maçônica como parte de um jogo, cujo objetivo final era a recuperação do poder político da Igreja, os “soldados do papado” escolheram com perfeição os seus alvos dissimuladores.

Nesse sentido, Françoise Jean de Oliveira Souza indicou que o temor que o catolicismo nutria pela ordem dos *pedreiros livres* refletia a sua própria insegurança perante o “estabelecimento da sociedade burguesa, que trazia consigo novas estruturas sociais, valores e formas de organização política as quais a Igreja já não conseguia impor sua influência com a mesma intensidade de antes”.¹⁹⁰

Os maçons souberam retribuir o conjunto de construções imaginárias negativas que receberam do movimento jesuítico, visto que se esforçaram para dividir o mundo em uma guerra maniqueísta, na qual a luta entre o “bem” e o “mal” era representada, em última instância, pelo respectivo antagonismo entre a maçonaria e o jesuitismo.

Em todos os tempos são as duas associações inimigas implacáveis e irreconciliáveis. Apóstolos do absolutismo, pretenderam sempre os jesuítas avassalar o mundo e subordiná-los às suas idéias: os maçons pregam a liberdade e a civilização. Os jesuítas atraindo a confiança dos governantes são os seus principais inimigos, porque aspiram o governo para si e senhores do poder, trabalham e conseguem por fim convertê-los em seus instrumentos. Os maçons respeitam as leis do país em que vivem e são amigos de todos os governos, contanto que promulguem leis que sejam expressão da vontade dos povos governados.¹⁹¹

A ênfase na intolerância ultramontana fez com que uma visão negativa da alta hierarquia católica fosse construída na imprensa maçônica. Seus membros foram definidos

¹⁸⁹ Ibid., abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 346.

¹⁹⁰ SOUZA, op. cit.

¹⁹¹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 17-18.

como ávidos angariadores de recursos financeiros e aproveitadores da ingenuidade do povo brasileiro.

No mês de maio próximo passado, os jesuítas pregaram durante quinze dias na cidade da Constituição em S. Paulo. Acompanhavam a estes mercadores da religião para cima de três mil pessoas, sendo a maior parte mulheres descalças e com os cabelos soltos, trazendo amarrado um lenço em forma de véu sobre a cabeça. O fanatismo chegou a tal ponto de desespero nas pessoas ignorantes, que chegavam a beijar a terra aonde estes missionários pisavam. O negócio, como sempre, chegou a alta escala, venderam a troco (como dizem) rosários, bentinhos, imagens, relíquias, água benta, e orações para tirar almas do purgatório; confessavam a muitas pessoas, e por último levantaram defronte da igreja uma cruz de pão pintada de vermelho, e como esta apanhasse o sereno a noite, tendo ficado úmida, eles disseram que se tinha dado um milagre, que a cruz estava vertendo em sangue, e houve muitas pessoas que, acreditando nisso, enxugavam com lenços a mesma, a fim de terem em seu poder o sangue milagroso. As pessoas sensatas do lugar julgaram prudente calarem-se, a fim de não serem vítimas do fanatismo supersticioso. Pelo mesmo tempo passava por ali um vendedor de livros evangélicos, e só por este crime, os santos varões, requisitaram das autoridades do lugar a prisão do mesmo; felizmente estas não se prestaram a tal arbitrariedade, *mas nem assim a vítima foi dispensada de ver lavrar-se o auto da fé sobre a sua propriedade; foram queimados os livros, e lançadas as cinzas no ar.*¹⁹² (grifos nosso).

O principal ingrediente encontrado no episódio acima relatado foi, uma vez mais, a intolerância de alguns membros da Igreja católica que, protegendo-se sob o título de religião oficial, se colocaram na posição de tutelares da fé da nação brasileira. Por esta razão, a difusão de textos protestantes no país foi dificultada pela ação do clero, que não aceitava a concorrência com missionários de outros credos religiosos. De acordo com Cláudia Rodrigues:

A versão da Bíblia traduzida para o português e distribuída pelas sociedades bíblicas era falsa, devido a algumas mudanças nos cabeçalhos dos textos e dos capítulos. A Igreja chegou a exigir que a Coroa pusesse fim à sua distribuição e a todo tipo de propaganda protestante, ao ponto de o vigário capitular da Sé de Olinda enviar carta circular a todos os párocos do bispado dando-lhes a incumbência, juntamente com as autoridades civis, de confiscarem e destruírem todas as bíblias protestantes distribuídas. Ordem que foi seguida por vários padres e chefes de polícia nas cidades do interior de Pernambuco, suscitando ações antiprotestantes.¹⁹³

¹⁹² Ibid., abril a junho de 1873. Ano II, n.4 a 6, p. 492-493.

¹⁹³ RODRIGUES, op. cit., p. 29.

Com o objetivo de atacar os membros do ultramontanismo, os redatores maçônicos iniciaram a (re)publicação de uma série de denúncias a respeito de atos condenáveis que relacionavam os sacerdotes a crimes de sedução, estupro e até assassinato. Vejamos:

Morticínio do Frade. Fato.

No Frade *um padre sanguinário*, vigário João Baptista Alves Maia, ardendo em volúpia, vendo que lhe fugia a presa, sobre a qual pairavam suas danadas intenções, manda praticar a medonha carnificina de que todo o país é sabedor.¹⁹⁴ (grifos nosso).

*Padre Maia e padre Machado são dois nomes sinistros, que simbolizam a perversidade em sua quintessência, dois monstros, que representam a concupiscência e a ferocidade, dois assassinos vulgares, duas glórias, enfim, da infeliz administração episcopal do Sr. D. Luiz Antonio dos Santos! Quando aqui chegou a notícia do morticínio do Frade, constamos que S. Ex. Revm. dissera muito cheio de si: - ainda bem que padre Maia não é <<meu filho>>! E como recebeu agora o Sr. D. Luiz a notícia desse horroroso acontecimento? O padre Machado é bem filho de S. Ex. Revm., pois não fazem dois anos que deixou o seminário, recebeu ordens sacras e logo em seguida foi nomeado coadjutor de uma freguesia importante! Ah! Deus como é justo! Dentro de pouco tempo teve S. Ex. Revm. o desengano fatal! Parece que a Providência encarrega-se da missão de vingar-nos!*¹⁹⁵ (grifos nosso).

Essas notícias foram originalmente publicadas pelo jornal *A Fraternidade*, de Jaguaribe-Mirim, Fortaleza, onde os padres envolvidos nos delitos sofreram um verdadeiro processo de demonização.

É interessante observar que, motivados por um sentimento de vingança, os autores do texto se regozijaram dos deploráveis acontecimentos, o que contrariava a própria ética maçônica propalada em seus boletins oficiais. Posteriormente, novas acusações foram veiculadas na imprensa maçônica:

Segundo se refere *A Fraternidade*, do Ceará, o padre Ignacio Ferreira do Bonfim, homem de péssimos costumes, residente na povoação da Venda, tem ali cometido atos da maior depravação. Ainda no dia 6 de Janeiro, indo este indigno sacerdote celebrar missa na povoação de Missão Nova, procurou seduzir a mulher de um pobre rapaz que os surpreendeu; fugindo aquele e sendo a mulher horivelmente maltratada pelo marido. Para estes *santos varões* é que não há nem ao menos a pena da *ex-informata conscientia*.¹⁹⁶ (grifos do autor).

¹⁹⁴ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro a março de 1874. Ano III, n. 1 a 3, p. 120.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 120-121.

¹⁹⁶ *Ibid.*, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 460.

Lê-se no *Liberal Vitoriense*: Em dias do mês findo, desaparecera da povoação do Gravatá, onde se achava exercendo o lugar de coadjutor, um jesuíta ali enviado pelo Sr. D. Vital, conduzindo duas pobres meninas. Uma delas fora tomada em caminho pelo desgraçado pai, e a outra se ignora o destino que teve.¹⁹⁷ (grifos do autor).

A constante repetição desse tipo de conteúdo informativo deu margem para que fossem abertas as portas do desvario, sem o temor da inverosimilhança, explorando e pondo a descoberto as dimensões da credulidade popular. Ao invocar a capacidade mobilizadora do mito antijesuítico, as maçonarias fizeram uso do mesmo artifício outrora utilizado contra elas.

A premissa básica envolvida nessa guerra jornalística era motivo de preocupação, pois introduzia no imaginário social a suposição de que pelo simples fato de um indivíduo ser maçom ou jesuíta, ele seria capaz de cometer barbaridades e atrocidades de todas as ordens.

Em função desse clima de confronto, maçonaria e ultramontanismo mergulharam em um “jogo de espelhos marcado pelo comércio propagandístico dos estereótipos (...) produzindo uma dança de demônios, em que cada lado tenta representar demoniacamente o adversário com as cores mais terríveis”.¹⁹⁸ Dentro dessa lógica, não seria fora de propósito supor que as disputas entre as duas instituições fossem capazes de ultrapassar os limites da razão, conforme o informe abaixo.

Efeitos da propaganda jesuítica. – Na noite de 19 de maio, em Mamanguape, um grupo de capangas, capitaneado pelo irmão do vigário, invadiu a cidade e alarmou toda a pacífica população. O seu fim era atacar a casa em que funciona a loja *União e Beneficência*. Como, porém, a acharam fechada, começaram a gritar pelas ruas e encontrando ainda aberta uma farmácia invadiram-na e ali espancaram o nosso irmão J. J. Pereira de Almeida. Foram depois em busca do velho maçom J. Pires Licate, que com o auxílio de um amigo pôde defender-se vitoriosamente da sanha dos sicários. O fanatismo alvar deve estar satisfeito com estes e outros fatos idênticos. São ensaios para uma noite de S. Bartolomeu.¹⁹⁹

O historiador Luiz Eugênio Vésicio estudou os embates entre a Igreja católica e as maçonarias a partir de uma “micro-história” de violência. Em 1899, no município de Silveira Martins (RS), o padre local, o italiano Antônio Sório, teria sido atacado em uma

¹⁹⁷ Ibid., p. 470.

¹⁹⁸ SANTOS; FRANCO, op. cit., p. 63-64.

¹⁹⁹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 491.

estrada da região por homens encapuzados no momento em que regressava a cavalo para a sua igreja.

O religioso teve os seus testículos esmagados, morrendo três dias depois em decorrência do agravamento de seus ferimentos. Testemunhas revelaram que o reverendo havia apenas caído de seu cavalo, o que explicaria a ausência de um processo criminal.

Sua morte, entretanto, gerou polêmicas e especulações. A tradição oral sustenta a tese de que o reverendo não era um bom exemplo de conduta moral, já que ele teria se envolvido com inúmeras mulheres, tendo “desonrado” uma delas.

Assim, motivados pelo ódio e pela vingança, os familiares da donzela teriam castrado e, como consequência, assassinado o padre. Em versão totalmente oposta, historiadores católicos da região descreveram Antônio Sório como um homem “santo”, que havia sido vítima de um crime brutal cometido pelos membros da maçonaria de Silveira Martins, versão endossada oficialmente pela Igreja católica.

Partindo da investigação desse misterioso evento, Luiz Eugênio Vécio montou um panorama da maçonaria no Rio Grande do Sul entre o final do século XIX e início do século XX. O autor esmiuçou as tensões entre os maçons e os ultramontanos daquela região e percebeu que “passados cem anos, em Silveira Martins, os habitantes sustentam ainda a versão de que a Maçonaria conspirou e assassinou o padre”.²⁰⁰

O argumento católico acabou prevalecendo no interior Sul do país, fato não tão incomum em outras regiões, posto que até os dias de hoje muitos brasileiros apontam a instituição maçônica como uma associação macabra e conspiradora.

Voltando para o final do século XIX, as opiniões a respeito da prisão dos bispos envolvidos na “Questão Religiosa” refletiam a necessidade de reformas mais radicais na política religiosa do Império, cuja concepção se inseria na perspectiva liberal de que a autonomia de consciência era incompatível com o regime de Padroado.

Acatando e aplaudindo a sentença do supremo tribunal de justiça com a qual foram salvaguardados os direitos da soberania nacional, cumpre, entretanto, reconhecer que o processo dos bispos é de todo ponto ineficaz para a solução definitiva da contenda. Presos ou não, os bispos, ou por si ou pelos seus prepostos, continuam essa nefanda propaganda que cada vez torna mais instante e imprescindível a separação da igreja do Estado.²⁰¹

²⁰⁰ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: maçonaria e Igreja católica no Rio Grande do Sul 1893-1928*. Santa Maria: editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001, p. 283.

²⁰¹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 434-435.

Os maçons se utilizavam dos meios disponíveis para combater as práticas jesuíticas:

Cônsua de que o seu primeiro dever é amparar a virtude, continuará a trabalhar para afugentar os ardilosos jesuítas que hipocritamente se intrometem no seio da família brasileira; e graças a sua constante e insistente dedicação, se tem criado desde os centros mais populosos até aos mais remotos confins do país novos núcleos de resistência a fim de que ninguém sucumba vítima dos erros e da prepotência clerical, nem falte a luz com que deve o homem reconhecer os seus sagrados direitos.²⁰²

O trecho acima é bastante ilustrativo quanto aos planos maçônicos e suas estratégias de intervenção na vida pública para resistir aos setores romanizadores da Igreja. Mais adiante foi publicada a seguinte informação:

O elemento que procurou o prelado para desmoralizar a maçonaria e proteger os seus apaziguados jesuítas foi de certo o mais desastrado possível. O povo em vez de lançar-se contra os maçons, colocou-se ao seu lado, fazendo justiça àqueles que ele viu sempre (...) dedicar-se à construção dos templos e à celebração das pompas festivas com o devido brilhantismo.²⁰³

Além de argumentar que financiava as irmandades e os cultos católicos, empregando recursos próprios para a celebração de festas religiosas, o boletim assegurou que o público se posicionou ao lado das maçonarias no contexto da “Questão Episcopomaçônica”. Naquela ocasião, a partir da ênfase em seu caráter beneficente, o veículo maçônico procurou se defender dos ataques oriundos de seus adversários.

Confiando plenamente que a prática das boas ações dará o último golpe nos que preferem viver tecendo mesquinhos enredos (...), esforça-se a maçonaria (...) por mitigar os sofrimentos dos necessitados; e a fundação das escolas e a criação do monte-pio maçônico em breve colocarão esta grande instituição ao nível das mais úteis que podem honrar os destinos da humanidade (...). Quando tão fascinantes horizontes animam as esperanças de nossa sociedade, pode-se e deve-se ter como certo que todos os maçons de coração hão de concorrer para esta grandiosa propaganda; e pouco a pouco cedendo a injustificáveis escrúpulos auxiliarão o (...) trabalho do progresso, que a um tempo dá a luz ao filho e preserva a família da penúria, que forma o cidadão pela instrução e eleva a família por um certo grau de independência.²⁰⁴

A filantropia refletia os valores maçônicos e os seus princípios básicos: amor fraternal, verdade e assistência mútua. Na direção contrária à de suas posturas morais

²⁰² Ibid., janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 3-4.

²⁰³ Ibid., p. 14.

²⁰⁴ Ibid., p. 4-5.

estavam os seus principais inimigos: a ignorância, o fanatismo e a tirania, tendo o movimento ultramontano incorporado essas características.

Ligada ao Antigo Regime, a Igreja católica não aceitava o modelo de sociedade imaginado pelos livres pensadores, a qual escapava ao seu domínio eclesiástico. A maçonaria, ao contrário, atuava enquanto uma instância reivindicadora de reformas, a exemplo da liberdade religiosa e do casamento civil, colocando-se como cumpridora de uma missão internacional: a propagação dos valores iluministas. Nesse sentido, o editorial de 21 de junho de 1873 foi emblemático:

O combate que a maçonaria deve sustentar é todo pacífico, limita-se a defender e propagar o princípio da liberdade, a máxima da tolerância, o exemplo da caridade. *Cumpra-lhe por meio da imprensa, da tribuna e da escola*, inculcar no ânimo do povo que a liberdade de consciência é uma lei essencialmente divina, e que se alguém há que a negue, basta-lhe consultar a sua própria consciência para saber que é livre. A maçonaria deve pregar a tolerância das crenças, mais do que a tolerância, o respeito, porque ela não é uma igreja nem uma seita: é uma sociedade, a mais elevada e pura de todas, é certo, mas é apenas uma sociedade. Todos os homens podem fazer parte dela qualquer que seja a sua religião. Ela é intolerante para com uma classe de homens, se tal classe existe: a dos ateus; mas ainda assim não os persegue, limita-se a não os aceitar (...). Além destas doutrinas gerais que a maçonaria deve propagar, há medidas e leis que ela folgaria de ver adotadas pelo poder civil, e as quais lhe cumpre expor e reclamar pelos meios que a civilização e a legalidade lhe oferecem: a pena e a palavra. Tais são, entre outras, o casamento civil, o registro civil e a separação da igreja e do Estado, nada mais são do que corolários da liberdade de consciência e da tolerância das crenças. Justo é, portanto, que todos os seus membros, qualquer que seja a religião que professem, achem na sociedade civil igualdade de garantias. Pedindo estas reformas, a maçonaria obedece ao bom senso e à razão. Quando todas essas doutrinas estiverem consagradas na lei, radicadas no espírito do povo, então a maçonaria pode depor as armas e ficar simplesmente alerta. Já então não será fácil o triunfo do governo teocrático. Cada planta nasce no terreno que lhe é próprio. É isto o que devemos ter em vista; é isto o que todos os maçons hão de realizar mais tarde ou mais cedo *com a só arma da opinião*.²⁰⁵ (grifos nosso).

Os maçons, como se vê, atribuíram um importante significado ao papel desempenhado pela imprensa,²⁰⁶ já que a utilizavam como um dos instrumentos capazes de executar o projeto de formação de uma *opinião* favorável à sua causa.

²⁰⁵ Ibid., abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 250-251.

²⁰⁶ Na edição de n. 8 a 12, agosto a dezembro de 1874, ano III, a imprensa foi definida como um “moderno fórum popular”, p. 790.

Em diversas outras passagens foram mencionadas as noções de “espírito público”, “sentimento público” e “opinião pública”. No texto “Jesuitismo em Pernambuco”, por exemplo, ao narrarem um episódio da “Questão Religiosa”, os redatores concluíram que

(...) o lamentável atentado do bispo de Pernambuco demonstrou a necessidade e vantagem das conferências populares, em ordem a influírem poderosamente no ânimo do povo para que ele pugne por seus direitos, sem esquecer-se de seus deveres. A reunião popular pernambucana foi, como vimos, um acontecimento grandioso e solene. Apesar de vivamente excitada a *opinião pública*, a tranqüilidade não foi sequer por um momento alterada e a população soube conservar-se na verdadeira atitude em que devia colocar-se.²⁰⁷ (grifos nosso).

De forma análoga, na edição de número 1, dentro da seção Noticiosa, observamos as seguintes informações:

Acabamos de receber notícias de Pernambuco, que nos apressamos de transmitir aos leitores. O *sentimento público* se revoltava contra a cega obstinação de frei Vital, o qual, se não tinha levantado o interdito da igreja de Nossa Senhora da Soledade, também não continuava a proceder do mesmo modo em relação às outras igrejas. As suas ordens eram menos severas, mas tinham o seu lado de ridículo.²⁰⁸ (grifos nosso).

A promoção de conferências fazia parte da ação pedagógica de convencimento dos perigos que os jesuítas representavam para a sociedade. Visando à formação de uma *opinião pública* favorável à causa maçônica, essas atividades se transformaram em um mecanismo adequado para a discussão de assuntos que estavam em debate nos outros *espaços públicos* da Corte imperial brasileira.

O historiador Marco Morel abordou a imprensa, os atores políticos e as redes de sociabilidades no Rio de Janeiro imperial (1820-1840), definindo três aplicações complementares para a utilização da concepção de *espaço público*:

[Diz respeito à] cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores e que não se confunde com o Estado; [à] esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de

²⁰⁷ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 16.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 95.

agentes históricos diversificados; e [a]os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas.²⁰⁹

Assim sendo, é razoável sugerir que por intermédio dos *meetings* realizados em seus templos, as maçonarias buscavam angariar apoio popular para o combate aos “abusos do clero ultramontano”. Além disso, seus periódicos se tornaram instrumentos eficazes para a divulgação de suas idéias em prol do “progresso” e da “civilização”. Apesar de secreta, a ordem maçônica se inseria e contribuía para a expansão dos *espaços públicos* no Rio de Janeiro da década de 1870.

Em relação à *opinião pública*, apesar de sua duvidosa materialidade no âmbito do campo histórico, o conceito foi recentemente reavaliado pelo historiador Keith M. Baker.²¹⁰ Para traçar o caminho percorrido desde a simples noção de “opinião”, até a sua invenção política às vésperas da Revolução Francesa, quando passou a ser designado enquanto *opinião pública*, o autor investigou as concepções presentes tanto nos enciclopedistas, quanto em algumas personalidades filosóficas e políticas, a exemplo de Jean-Jacques Rousseau, Jacques Peuchet e Jacques Necker.

No 11º volume da *Enciclopédia*, publicado em 1765, observou-se a distinção tradicional entre o conhecimento racional e a “opinião”, esta última dotada de dúvidas e incertezas. A mesma concepção estava presente no *Compêndio de sabedoria convencional*, compilado em 1735 por marquês de Saint Aubin. Contudo, na *Enciclopédia metódica*, publicada em 1789, algumas significativas alterações ocorreram, a exemplo do desaparecimento do verbete original e da transferência de sua nova forma para a seção Política, quando passou a ser denominada *opinião pública*.

Keith M. Baker argumentou que para entender essa transformação foi necessário reconhecer a importância de uma profunda modificação ocorrida no seio da cultura política francesa em meados do século XVIII. Desde o período das guerras de religião, a contenção de distúrbios provocados por conflitos religiosos fora estabelecida como papel do poder absolutista.

²⁰⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 18.

²¹⁰ BAKER, Keith Michael. Public opinion as political invention. In: _____. *Inventing the French Revolution. Essays on the french political culture in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 167-199.

No entanto, em 1750, a monarquia francesa via-se incapaz de exercer essa função, posto que em meio à crise da recusa dos sacramentos aos dissidentes jansenistas, deu-se a emergência de uma crescente política de contestação à autoridade absolutista.²¹¹

Dando continuidade à sua interpretação, o autor demonstrou que o significado da expressão *opinião pública* sofreu uma considerável elaboração entre a sua aparição no *Primeiro discurso* de Rousseau (1750) e o início da Revolução Francesa.

No pensamento de Rousseau, o conceito era visto muito mais como uma expressão de sentimentos coletivos do que como categoria política. A partir da década de 1770-1780, o termo passou a receber uma conotação fortemente política.²¹² Para ilustrar esse novo significado, foram retomadas as interpretações de duas personalidades francesas: Jacques Necker e Jacques Peuchet.

Jacques Necker foi figura de destaque no Antigo Regime francês. Sua atuação como diretor-geral das finanças de Luís XVI pode ser considerada decisiva para o desenvolvimento de uma *opinião pública* na França, visto que através dela foi aberta uma brecha no forte esquema de controle das informações francesas.

A publicação do *Compte rendu* (1781), ou “Prestação de contas”, foi por si só um acontecimento, pois pela primeira vez na história da França o orçamento financeiro da Coroa foi tornado público. Três mil exemplares do livro com as contas do governo absolutista esgotaram-se no primeiro dia de sua publicação.

O aspecto mais importante desse fato foi o reconhecimento de uma nova força em política – a *opinião pública* – que se politizava em meio à crise financeira da monarquia. Iniciava-se, portanto, uma transferência de soberania: a legitimidade do poder real deslocava-se para o “Tribunal da Opinião Pública”.²¹³

Essa caracterização foi ampliada por Jacques Peuchet em sua *Enciclopédia metódica*, que ofereceu uma releitura fascinante dos princípios do absolutismo dentro de uma ampla discussão acerca das relações entre razão e autoridade, em uma sociedade cada vez mais racionalizada.

A tese de Keith M. Baker é de que, tomadas em conjunto, as visões do ministro e do teórico franceses produziram – em termos relativamente sistemáticos – a noção de uma *opinião pública* articuladora de um novo espaço político, cuja legitimidade e autoridade

²¹¹ Cf. BAKER, op. cit., p. 169.

²¹² Ibid., p. 187.

²¹³ Ibid., p. 194.

escapavam do controle da Coroa. Sua análise enfatizou a *opinião pública* como uma invenção política, atribuindo a mesma uma função muito mais política do que sociológica.

Assim, embora problemático para a abordagem do periodismo no contexto histórico brasileiro do século XIX, o conceito de *opinião pública* esteve muito presente nos impressos maçônicos, os quais o invocavam em busca de uma legitimidade perante a sociedade oitocentista.

De acordo com o historiador Humberto Fernandes Machado, “uma das características da imprensa (...) é seu dever de persuasão pela propaganda de idéias e programas, através do qual exerce verdadeira ascendência sobre a opinião pública”.²¹⁴

Em conclusão a este capítulo, podemos destacar que a despeito de sua *autocompreensão* apolítica, as maçonarias brasileiras assumiram, no decorrer da década de 1870, sentidos políticos indiretos ou diretos, com variações e vertentes mais moderadas ou mais radicais, conforme a singularidade de suas relações com os poderes políticos e religiosos do Império.

A atração que essas instituições causaram, sobretudo nos grupos letrados, pode ser explicada, em boa medida, em função de suas ligações com o movimento de propagação das “luzes”, ou seja, com o iluminismo, com o liberalismo e com os valores de “civilização” e “progresso” burgueses que as elites brasileiras desejavam para o país.

A pesquisa sobre o periodismo maçônico oficial da segunda metade do século XIX revelou o grau de influência que a imprensa exercia sobre os debates que sacudiram a sociedade brasileira naquela época. Por fim, indicamos a atuação maçônica na arena política enquanto um dos grupos intelectuais dotados de poderosos instrumentos de controle ideológico: os seus boletins oficiais.

²¹⁴ MACHADO, op. cit., p. 32.

CAPÍTULO 3 – LEITORES EM CENA: ASPECTOS DO PERIODISMO MAÇÔNICO OITOCENTISTA

“Chega mais perto e contempla as palavras”.
Carlos Drummond de Andrade

3.1 – Escrita e leitura na Corte imperial brasileira: periodismo e sociedade analfabeta

Para a abordagem histórica a respeito do periodismo maçônico oitocentista, devemos levar em consideração algumas questões relacionadas às condições de leitura no Brasil do século XIX. Ao observar os dados censitários sobre o nível de analfabetismo¹ na década de 1870, verificamos, à primeira vista, um empecilho para a leitura dos textos que foram publicados naquela época. Vejamos:

Índice de analfabetismo no Brasil em 1872	
Entre os escravos	99,9%
População livre	80,0%
Somente mulheres	86,0%
Fonte: CARVALHO, José Murilo de. <i>Cidadania no Brasil: o longo caminho</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FAUSTO, Boris. <i>História do Brasil</i> . 8ed. São Paulo: Edusp, 2000	

Vê-se, pelo quadro acima, que a sociedade brasileira era iletrada, uma característica que não era exclusiva do país. Nossa antiga metrópole, por exemplo, apresentava uma alta porcentagem de analfabetos para o mesmo intervalo de tempo estudado (82,4% em 1872).² No entanto, como apontou a pesquisadora Alessandra El far, “livros e mais livros eram vistos pelas ruas, casas, lojas, gabinetes de leitura e bibliotecas, configurando um objeto de consumo da sociedade oitocentista portuguesa”.³

Fato semelhante pôde ser observado do outro lado do Atlântico, especialmente na região da Corte imperial brasileira, onde cada vez mais a posse de livros passou a conferir

¹ O conceito de analfabetismo foi estabelecido a partir de um critério censitário, isto é, com base na declaração de incapacidade de ler e escrever. Cf. FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), v. 23, n. 81, p. 32, dez. 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13930.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

² EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 51.

³ Ibid.

um *status* diferenciado aos grupos médios urbanos.⁴ No decorrer dos Oitocentos, ampliou-se de forma significativa o número de livreiros e editores de periódicos em nossa sociedade.⁵

Assim, “o livro deixava de ser exclusividade de um público seletivo e endinheirado para atender também a uma significativa massa consumidora e alfabetizada que aumentava todo ano no cotidiano da cidade”.⁶ Além disso, deve ser acrescentado também que “o livro popular, em função de seu baixo preço, poderia circular em meio a leitores de diferentes condições econômicas e sociais”.⁷

Dentro desse panorama, livros e jornais guardavam entre si uma relação de reciprocidade. Alessandra El far verificou que muitos livreiros de sucesso não se limitaram à vendagem de livros, tendo investido também em trabalhos de edição e impressão de jornais em fins do século XIX.⁸ Segundo Marco Morel:

Havia relação estreita dos livros com os jornais periódicos, até porque ambos podem ser definidos como imprensa, num sentido ampliado. Os jornais (também vendidos nas livrarias) custavam entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas – o que os tornava muito mais acessíveis que os livros. E era comum, na época, impressos desse tipo transcreverem (e traduzirem, quando era o caso) longos trechos de livros, tornando-se, assim, veículos de disseminação. O jornal realizava também divulgação (e reinterpretação, com frequência) dos livros nos anos de 1820 e 1830, antes de se expandir a publicação de volumes em folhetins nos periódicos. Ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros, poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa periódica.⁹

Os anúncios de livros, publicados por livrarias e livreiros em periódicos de grande circulação, faziam parte de um novo repertório cultural. A historiadora Tânia Bessone da Cruz Ferreira assinalou que o percentual desse tipo de propaganda atingiu o nível mais elevado durante a década de 1870,¹⁰ quando o periodismo se constituiu em um importante meio de divulgação de obras literárias.

⁴ Cf. FERREIRA, Tânia Maria T. Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 82.

⁵ PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no Oitocentos brasileiro*. Ilhéus: EDITUS, 2002, p. 29-59.

⁶ EL FAR, op. cit., p. 72.

⁷ Ibid., p. 74.

⁸ Ibid., p. 34.

⁹ MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37.

¹⁰ FERREIRA, op. cit., p. 89.

Para Maria Manuela Tavares Ribeiro, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra:

Os avanços da técnica contribuíram para que a imprensa se tornasse um veículo de expressão mais rápido e espontâneo. Assim, o jornal e a revista, isto é, a imprensa periódica, divulgaria muitos dos temas até então reservados essencialmente à cultura livresca. O livro e a imprensa periódica coexistiram, porém, mais no sentido da complementaridade do que num propósito de exclusivismo.¹¹

Dois importantes fatores contribuíram para o aumento da circulação de livros e jornais na Corte imperial brasileira. O primeiro diz respeito ao fato de que durante a década de 1870, as livrarias dobraram de número em relação aos dez anos anteriores.¹²

Além disso, o município neutro dispunha de um número significativo de bibliotecas, “que ampliavam seus acervos através de aquisição de novas obras”.¹³ Por esta razão, é necessário chamar atenção para as especificidades dessa região, pois conforme Tânia Bessone da Cruz Ferreira ressaltou:

Ao longo do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro assumiu de forma hegemônica o papel de capital cultural, além de centro de decisões econômicas e político-administrativas (...). O hábito de freqüentar livrarias incorporou-se ao cotidiano dos segmentos mais instruídos da sociedade, contribuindo para a formação de núcleos de sociabilidade em torno de debates sobre questões de interesse político ou temas corriqueiros, que muitas vezes seguiam nos serões noturnos ou saraus, sobretudo na metade do século. A freqüência constante a esses estabelecimentos comerciais fez crescer os laços de relacionamento social entre os que tinham identidade de interesses.¹⁴

Em 1808, em meio às invasões napoleônicas, a família real portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro, ocasionando diversas modificações no seio da sociedade colonial. Posteriormente, no recém-nascido Império brasileiro, a cidade continuou sendo o principal centro político-administrativo, posição que permaneceu consolidada para além da proclamação da República.

¹¹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras do século XIX. *Revista Margem* (PUC/SP), São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 11, p. 210-211, jun. 2000.

¹² FERREIRA, op. cit., p. 81.

¹³ *Ibid.*, p. 98.

¹⁴ *Ibid.*, p. 85.

Assim, Alessandra El far argumentou que a Corte imperial brasileira deve ser analisada levando-se em conta as suas características específicas:

Sob diversos aspectos, a realidade da cidade do Rio de Janeiro em muito se diferenciava da das demais, devendo ser analisada separadamente. O percentual de pessoas alfabetizadas na capital federal subiu de 35,2%, em 1872, para 50,8%, em 1890 (...). Isso significa que, diferentemente do restante do país, onde aproximadamente 80% das pessoas não sabiam ler, no Rio, a partir de 1890, mais da metade da população seria considerada leitora em potencial.¹⁵

A despeito da precariedade do setor educacional daquele período, os intelectuais visavam “civilizar” a população brasileira por intermédio de ações que facilitassem o acesso à leitura. Ainda de acordo com Tânia Bessone da Cruz Ferreira:

O círculo de leitores, que poderia parecer minúsculo à primeira vista, ampliou-se. Isso ficou nítido pelos números relativos à utilização de bibliotecas públicas, pelo volume de anúncios de livros nos jornais – sobretudo a partir da década de 1870 – e pelas menções em fontes literárias, que destacavam a presença do livro na vida cotidiana de homens e mulheres, nas casas e nas ruas.¹⁶

O segundo fator explicativo para o aumento da circulação de impressos e para o crescimento do público leitor está relacionado à proliferação de algumas instituições que ofereciam o livre acesso aos livros e jornais, a exemplo das bibliotecas de empréstimo, dos gabinetes de leitura e dos clubes de livros.

Esses locais devem ser considerados como pontos de sociabilidade nata, visto que se caracterizavam pela difusão das mais diversas culturas impressas, pois “a leitura coletiva de jornais, como a discussão política, ocorria nos clubes, nos cafés, espaços masculinos por excelência”.¹⁷

Com isso, chamamos atenção para as estreitas relações estabelecidas entre as culturas orais e escritas naquele contexto. No livro *As conseqüências do letramento*, Jack Goody e Ian Watt analisaram as diferenças existentes entre os modos de pensar dos membros das sociedades letradas e não-letradas, dando ênfase às conseqüências da ação de ensinar a ler e escrever para as civilizações que dela dispõem. Contudo, os autores ressaltaram a importância da cultura oral no mundo ocidental:

¹⁵ EL FAR, op. cit., p.70-71.

¹⁶ FERREIRA, op. cit., p. 86.

¹⁷ RIBEIRO, op. cit., p. 199.

Nós temos de considerar o fato de que, em nossa civilização, a escrita é claramente um acréscimo e não uma alternativa, para a transmissão oral. Até mesmo em nossa cultura *buch und lesen*, em que a leitura e a escrita são supervalorizadas, práticas educativas e uma grande variedade de outras atividades, dentro e fora da família, dependem da fala: e a relação entre a escrita e as tradições orais deve ser considerada como um problema principal em culturas ocidentais.¹⁸ (grifos dos autores).

Estudioso da história dos livros e da leitura, Roger Chartier criticou a oposição entre as formas orais da cultura e os textos escritos ou impressos, argumentando que essa divisão ocasionou uma fragmentação entre as abordagens da antropologia histórica e da história cultural clássica.

Em seu entendimento, o antagonismo entre as formas orais e textuais não é suficiente para explicar a realidade social européia entre os séculos XVI e XVIII, quando os meios de comunicação e as múltiplas práticas culturais se sobrepuseram.¹⁹

Para o historiador francês, os textos escritos ou impressos estão inseridos no âmago da cultura dos analfabetos, visto que numerosos leitores só os apreendiam através da mediação de uma voz que os lia permanentemente (pela imagem).

Mesmo leitores considerados pouco letrados liam de alguma forma, gerando um verdadeiro impacto do escrito impresso sobre os protocolos de uma cultura ainda muito marcada pelas influências orais, gestuais e iconográficas.

Roger Chartier observou também que os textos destinados ao público considerado popular encobriam, com frequência, fórmulas ou temas que eram os mesmos da cultura de conto e da recitação, o que caracterizaria a herança da oralidade no texto.²⁰

No Brasil foi possível perceber a sobreposição entre as culturas escritas e as tradições orais. Ao estudar a imprensa na época da Independência, a historiadora Isabel Lustosa demonstrou que a guerra dos jornalistas levou “para a forma impressa elementos da oralidade no que tinha de mais popular e coloquial”.²¹

Na verdade, segundo a pesquisadora Patrícia Pina, durante o século XIX os brasileiros não eliminaram a oralidade de seu cotidiano cultural:

¹⁸ GOODY, Jack; WATT, Ian. *As conseqüências do letramento*. Trad. Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Editora Paulistana, 2006, p. 77.

¹⁹ CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In. HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 232.

²⁰ Id., *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, p. 11-31.

²¹ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 16.

Aqui, escrita e oral partilharam a cultura. O olho não lia a palavra, mas *lia* imagens e *ouvia* as vozes que, alternativamente, conduziam o impresso, permitindo que a leitura ficasse na interseção visual/auditivo e contactando diretamente o universo oralizado do leitor.²² (grifos da autora).

Com efeito, devemos considerar as práticas de leituras coletivas realizadas nos espaços públicos, nas residências, sociedades e igrejas, visto que os impressos eram lidos em voz alta, o que aumentava significativamente o seu público receptor.

No filme *Minhas tardes com Margueritte*, dirigido por Jean Becker (França, 2010), Germain (Gérard Depardieu) é um homem iletrado e solitário, que faz amizade com Margueritte (Gisèle Casadesus), uma senhora apaixonada pela literatura.

Ao praticar a modalidade de leitura em voz alta, a simpática idosa fez com que as páginas de um livro fossem abertas para Germain, marcando o seu reencontro com o universo das letras, o qual estava perdido nas memórias de sua infância. Em uma das partes mais emblemáticas do enredo, presenciamos o seguinte diálogo entre as duas personagens:

- Margueritte: Nós lemos “A Peste” em dez dias, exceto algumas passagens.
- Germain: Você leu!
- Margueritte: Não! não ache isso, Germain. Você também é um excelente leitor. *Ler também é escutar.*
- Germain: Escutar?
- Margueritte: Sim, veja as crianças, por exemplo. Para ensiná-las a ler, se lê em voz alta. Se lerem bem, elas escutam e pedem mais.

Apesar de retratar um episódio cinematográfico francês, essa cena poderia representar a sociedade brasileira de meados do século XIX, época em que já era possível observar, nas palavras de Antonio Candido – estudioso da literatura brasileira e estrangeira – uma “tradição de auditório”, que fazia com que fossem produzidas obras mais para serem ouvidas do que para serem lidas. Dentro dessa lógica, constituiu-se,

(...) dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo, no escritor, certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou a timbre de boa literatura e prejudicou entre nós a formação dum estilo realmente escrito para ser lido. A grande maioria dos

²² PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. *Labirintos* – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses (NEP), Feira de Santana, BA, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, n. 8, p. 2, 2º semestre de 2010. Disponível em: <http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/02_2010.htm>. Acesso em: dez. 2011.

nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som da sua voz brotar a cada passo por entre as linhas.²³

O autor sublinhou a influência do componente oral na cultura nacional, a qual produziu reflexos permanentes em nossa literatura, “daí a voga da oratória, da melodia verbal, da imagem colorida”.²⁴

Nesse sentido, analisando o papel exercido pela imprensa no regime representativo instaurado no Brasil na década de 1820, a historiadora Tássia Nunes demonstrou que o quantitativo elevado de analfabetos não impedia que os redatores se comunicassem com a massa iletrada.

A autora tomou os trabalhos de Arnaldo Contier e Nelson Werneck Sodré como base de argumentação. O primeiro percebeu a existência de uma interação entre a cultura escrita e a oralidade. Já o segundo, relatando a prisão do gazeteiro Borges da Fonseca – em razão de sua liderança na revolta republicana de Recife em 1849 –, apontou que o cronista Figueira de Melo resumiu a personalidade daquele “agitador” da seguinte forma:

Enfarinhado nas doutrinas inexequíveis de escritores demagógicos, desde Rousseau até Cabet, que tinha por oráculos; pertinaz sobremodo em sustentá-las pela imprensa e pela palavra entre as classes baixas da sociedade, únicas que, por sua ignorância, podiam recebê-las sem contradição e a quem falava sempre em estilo rasteiro e apaixonado.²⁵

Desse modo, Tássia Nunes, acertadamente, concluiu que “se Borges da Fonseca era capaz de propagar suas idéias às classes baixas por meio da imprensa e da palavra era porque ambas as práticas ainda se encontravam interligadas”.²⁶ A autora voltou a relativizar o problema do analfabetismo para a leitura do Brasil no século XIX em sua dissertação de mestrado, afirmando o seguinte:

Como na Câmara dos Deputados, o Senado discute o potencial subversivo da imprensa sem considerar o analfabetismo e relaciona-o intimamente com possíveis rebeliões contra o governo, ou catástrofes políticas ainda maiores; dessa forma, toda a legislação contra o abuso da liberdade mostra-se marcada pelo medo de ver derrubadas as instituições representativas que se erguiam; e isso valia tanto para os absolutistas interessados em retornar ao

²³ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2006, p. 91.

²⁴ *Ibid.*, p. 98.

²⁵ Apud NUNES, Tássia Toffoli. *A imprensa do Império e sua influência nos debates parlamentares*. Disponível em: <<http://chacombolachas.wordpress.com/2007/04/26/projeto-a-imprensa-do-imperio-e-sua-influencia-nos-debates-parlamentares/>>. Acesso em: mai. 2011.

²⁶ *Ibid.*

Antigo Regime quanto para aqueles que reivindicavam bases políticas mais democráticas. Essa preocupação expressa de maneira tão enfática e praticamente unânime, sugere que a imprensa constituía-se como meio efetivo de mobilização e agitação política à época, inclusive das camadas sociais mais baixas.²⁷

Por essa passagem, vê-se que, embora a penetração da imprensa no meio social fosse limitada, em função do elevado percentual de iletrados na sociedade, o governo temia a influência do jornalismo. Essa percepção dialoga com a nossa interpretação de que mesmo aquelas pessoas que não sabiam decifrar os códigos lingüísticos, *liam* de alguma maneira.

A historiadora Giselle Martins Venâncio identificou os principais livros que eram lidos em Fortaleza na segunda metade do século XIX, partindo de um estudo realizado em inventários de livreiros e no registro de leitores da biblioteca pública da cidade.

Assim, “os leitores, afinal, liam o que queriam, apesar de todo o esforço contrário daqueles que queriam educar a população. E os romances estavam entre suas leituras preferidas”.²⁸

De fato, circulava naquele tempo a idéia de que era possível educar e “civilizar” o povo por intermédio da indicação de uma “boa leitura”. Mas os textos sofrem as influências do seu público leitor, existindo, por conseguinte, uma relação de reciprocidade entre os leitores e os impressos, o que indica uma prevalecente via de mão dupla.

Quanto à relação entre o analfabetismo e a leitura no Brasil oitocentista, a autora chamou atenção para a existência de uma expressão oral característica daquele período:

A trama das experiências da população é um pouco mais complexa e (...) a leitura é uma prática social mais ampla do que os exíguos espaços do mundo intelectual podem sugerir. Exercício do olhar, mas também do conversar e do ouvir, a leitura deve ser investigada nas suas múltiplas formas e nos mais diversos espaços, incluindo até mesmo lugares pouco prováveis como tabernas da periferia onde bêbados e desocupados se reúnem para, entre outras coisas, ouvir e ler romances.²⁹

²⁷ Id. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 91.

²⁸ VENÂNCIO, Giselle Martins. Romances que o povo lê: a leitura ficcional nos espaços públicos e privados de Fortaleza na segunda metade do século XIX. *Revista Leitura – Teoria & Prática* (ALB), Campinas, SP, ano XXIV, v. 1, n. 47, p. 26, set. 2006.

²⁹ Ibid.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o historiador Humberto Fernandes Machado abordou a atuação da imprensa na Corte imperial brasileira. Dando especial atenção à presença da questão abolicionista nos jornais, o autor concluiu ser possível a aplicação da

(...) expressão “ganhou as ruas” aos jornais da cidade do Rio de Janeiro no final dos anos setenta. Além dos vendedores ambulantes, constituídos por “(...) rapazinhos italianos, negros e mulatos, que nos deixam quase surdos com a sua gritaria (...)” oferecendo os diversos periódicos, surgiram também pontos de venda, como quiosques, que os distribuíam juntamente com livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, pequenas miudezas, café e refrescos. Nesses locais, por onde circulavam as notícias e as “últimas novidades”, era comum a leitura dos textos em voz alta. Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos e vistos do que lidos. A “leitura de ouvido” fazia com que as idéias abolicionistas fossem difundidas mesmo a analfabetos. As pessoas começavam a tomar maior contato com as notícias através da publicidade efetuada pelos próprios jornaleiros, interessados nas vendas.³⁰

No século XIX, os periódicos se transformaram em verdadeiros palanques para a divulgação dos projetos das elites, visto que a imprensa havia se tornado um instrumento que agia sobre praticamente todos os setores sociais.

Os historiadores Mariana Monteiro de Barros e Marco Morel explicaram que os jornais tinham preços acessíveis, posto que, em teoria, até um escravo de ganho, cujo pagamento diário girava em torno de 80 réis, “poderia comprar um jornal periódico, muito embora bastante raros àquela altura fossem os trabalhadores negros alfabetizados, como é prudente assinalar”.³¹

Dentro dessa lógica, chamamos atenção para a importância da imprensa maçônica em meados do século XIX:

É uma época marcada pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos, dando à escrita impressa uma crescente importância, apesar de ainda diminuta em relação ao total da população. A alfabetização era escassa, mas o rótulo de elitismo para a imprensa que surgia deve ser visto com cautela (...). Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. E a leitura (...) não se limitava a uma atitude individual ou privada, mas possuía contornos

³⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 50, jul.-set. 2010. Disponível em: <www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb2010numero0448.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

³¹ BARROS, Mariana Monteiro de; MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003, p. 93-94.

coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor ou maçônico.³²

Portanto, ainda que substancial, o analfabetismo não deve ser considerado um obstáculo intransponível para o acesso aos textos que circulavam no Rio de Janeiro imperial. Além disso:

Os jornais se constituíram nos principais veículos de comunicação com o grande público. Apesar das baixas taxas de escolaridade e alfabetização, já se mostravam em fins do século XIX capazes de atingir, com sua influência, os mais diversos grupos sociais – fato explicado por hábitos como a leitura em voz alta e pela rápida difusão oral daquilo que era publicado.³³

A despeito de todas as dificuldades, os periódicos agiam como agentes de transformações sociais, já que não se limitavam a noticiar fatos e acontecimentos da vida cotidiana. Ao contrário, no século XIX, os jornais se tornaram divulgadores tanto de *opiniões públicas* geradoras de expectativas, quanto de conhecimentos diversos.

Enquanto suporte de informação e cultura [o jornal] pôde suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras.³⁴

No que diz respeito à eficácia da difusão do periodismo maçônico, é prudente considerar a especificidade do seu público leitor, afinal, afora os seus inimigos, especialmente os católicos de orientação ultramontana, os seus principais interlocutores eram os próprios *iniciados* na ordem, conforme abordaremos no tópico a seguir.

³² MOREL, Marco. Independência: um espaço para a nação. In: _____; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, cap. 3, p. 114-115.

³³ CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. In: _____; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005, p.16.

³⁴ PINA, Patrícia Kátia da Costa; JÚNIOR, Nelson. Machado de Assis e o jornal no Oitocentos brasileiro: a crônica como instrumento de construção imaginária e empírica do leitor. *Revista Línguas e Letras – Publicação Semestral do Curso de Letras e da Pós-Graduação em Letras, Linguagem e Sociedade do Centro de Educação, Comunicação e Artes da UNIOESTE, Cascavel, PR, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE*, v. 9, n. 17, p. 140, 2º semestre de 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/2069>>. Acesso em: dez. 2011.

3.2 – Imprensa maçônica: uma “comunidade interpretativa”

Nossos indícios apontam que o periodismo maçônico atingiu um amplo público leitor, a exemplo dos intelectuais liberais, protestantes e uma parte considerável do clero. Com efeito, encontramos nas folhas maçônicas a expectativa de que os seus textos também pudessem ser lidos pelos *profanos*. Vejamos, por exemplo, um artigo proveniente do “Círculo do Lavradio” a respeito da receptividade do seu jornal:

Utilidade do *Boletim* – Agradecendo a animação que a imprensa prodigalizou ao *Boletim* por ocasião do seu aparecimento na arena literária e o benigno acolhimento que lhe tem prestado grande número de maçons e até mesmo de profanos, a Comissão de redação procurará tornar-se merecedora dessa confiança, elevando esta publicação ao maior grau de importância, já trabalhando para que a Instituição maçônica tire dela o maior proveito, já envidando esforços para que ainda os que não pertencem à grande família reconheçam a injustiça de arguições que se dirigem à Maçonaria.³⁵ (grifos nosso).

Partindo do pressuposto de que o periódico circulou fora das *lojas*, inferimos que o mesmo alcançou não apenas o público interno, mas também leitores externos à maçonaria. Esse fato pode ser observado na própria noção de *espaço público* com a qual esses impressos foram erguidos:

O *Boletim*, única publicação maçônica possível no mundo profano, trilhando a senda da verdade e empenhando-se na propaganda da sublimidade da Ordem, provará quanto toma a peito uma causa, a que irrefletidas dissidências não podem e nem poderão jamais prejudicar. Saudando nossos leitores, chamamos a sua atenção e auxílio para estas páginas, lembrando-lhes mandarem à redação, para ser publicado, todo e qualquer fato que diga respeito ao nosso magno empenho.³⁶ (grifos nosso).

Na verdade, o mundo *profano* era o ambiente adequado para promover a “propaganda da sublimidade da Ordem”, que nesse caso era dirigida ao público de fora da sociedade secreta. Em outra passagem do boletim supracitado, o redator explicou as razões para a alteração da linguagem na seção “*Bulletin pour L’etrangér*”:

Contendo este *Boletim* uma seção sob o título *Bulletin pour L’etrangér* julgamos conveniente publicar igualmente em português essa seção. É

³⁵ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1872. Ano I, n. 2, p. 45.

³⁶ *Ibid.*, agosto e setembro de 1872. Ano I, n. 9 e 10, p. 378.

universal o idioma francês, mas tanto percorre este *Boletim*, são tantos os que lêem que talvez a alguém que não conhece o francês cause embaraço. Além disso, *acresce a razão que não escrevemos só para os ilustrados, e sim para todos.*³⁷ (grifos nosso e do autor).

Ainda que o termo “ilustrado” possa ser aplicado tanto para tratar de *profanos*, quanto para se referir a *irmãos*, o articulista enfatizou a grande quantidade de leitores que o jornal supostamente possuía.

Ademais, pode-se argumentar que os *pedreiros livres* faziam parte de uma elite intelectual que via a França como um modelo civilizatório. Logo, não seria fora de propósito supor que a publicação do boletim inteiramente em língua portuguesa tenha sido pensada levando-se em consideração os legentes que estivessem deslocados do universo maçônico.

O clero ultramontano foi outro importante interlocutor do periodismo maçônico oitocentista, já que foram publicados inúmeros textos contendo calorosos debates com essa vertente católica. Um espaço considerável das páginas do *Boletim do Grande Oriente do Brazil* foi dedicado à luta contra o veículo de imprensa da Igreja romanizada na Corte imperial brasileira, conforme veremos a seguir.

UMA RESPOSTA A PROPÓSITO – Uma folha que infelizmente tomou o título de *Apóstolo*, como tomaria outro qualquer, e que se publica no Rio de Janeiro, à Rua Nova do Ouvidor, por isso que vive acerca da rua do Ouvidor que é a passagem das *novidades, dos despropósitos, das calúnias e das injúrias*, de que uma cidade populosa se alimenta diariamente, deu há dias a notícia *magnífica e estupenda*, de que: no edifício do Grande Oriente há uma tipografia montada – à custa do governo – para a impressão do *Boletim* e outros folhetos. O escritor desta moxinifada está convencido de que é isto simplesmente uma asneira; mas lá foi encaixando a noticiinha, porque lhe fazia conta dá-la. Caluniar! Caluniar! Que grande consolo não é para os pequenos espíritos cujas armas nulas nada conseguem, nada valem, nada significam. Se deu essa notícia para que o seu *grande público* a lesse, nós damos esta, aliás autorizada e verdadeira, para que o nosso *público sensato e cristão* possa ainda desta vez avaliar o como ultramontanos ousados fazem guerra de modo vil. *O Apóstolo* se não sabe, deve saber, que os nossos Grandes Círculos dispensam auxílios do mundo profano, que deles não carecem e nunca carecerão. *O Apóstolo*, jornal que se diz religioso, deveria ser mais respeitador do Governo Imperial, que é o governo de seu país, e nunca lançar à sua conta despropósitos deste jaez, e que revelam ausência de senso comum. Para escrever os jornais não basta só ser-se um pouco inteligente ou um pouco vivo, precisa ter juízo e critério, a menos que

³⁷ *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, novembro de 1874. Ano III, n. 11, p. 502.

estas excelentes qualidades não estejam proscritas pelo ultramontanismo ou mesmo por ele ignoradas. Para escrever jornais não basta, enfim, ter essas qualidades morais, precisa-se, sobretudo, ser cortês e discreto. Acusar grosseiramente, lançar apóstrofes brutais a corporações respeitáveis, é ser-se vilão (...). *O Apóstolo* fica sabendo que maçônico é o que lhe dizemos, punido-lhe as asperezas de sua linguagem e a rudeza de seus vocábulos; e se lhe não bastar a presente advertência, nós temos, neste *Boletim*, campo vasto maçônico onde entrincheirá-lo e castigar-lhe as malevolências e as grosserias.³⁸ (grifos do autor).

É interessante notar alguns aspectos presentes nesta citação. Em primeiro lugar, o boletimista fez referência ao seu público leitor, o qual seria “sensato e cristão”. No segundo capítulo vimos que os membros do “Círculo do Lavradio” assumiram publicamente a profissão do catolicismo, o que nos leva a presumir que o seu impresso tenha gozado de uma boa aceitação nos círculos católicos mais “liberais”.

Quanto aos setores romanizadores da Igreja, não resta dúvida de que os seus sacerdotes tiveram acesso aos boletins maçônicos, afinal travaram com estes uma vigorosa discussão na imprensa.

Em segundo lugar, identificamos um aviso ameaçador que foi direcionado ao *Apóstolo*: “se lhe não bastar a presente advertência, nós temos, neste *Boletim*, campo vasto maçônico onde entrincheirá-lo e castigar-lhe as malevolências e as grosserias.”

De fato, o diálogo com esse periódico foi muito recorrente e quase sempre marcado por polêmicas e acusações mútuas, as quais devem ser compreendidas dentro do contexto da “Questão Religiosa”. Em outra matéria, o conflito entre maçons e católicos ganhou uma nova dimensão:

A MAÇONARIA E O “APÓSTOLO”.

Com o título de *Apóstolo* publica-se nesta Corte uma gazeta, que se diz consagrada aos interesses da religião, sob os auspícios do bispo diocesano. Não compreendendo o espírito cristão, que inspira homens o amor universal, a gazeta episcopal se há convertido em órgão da intolerância, que nos gera o fanatismo. Dominado pelos preconceitos da seita ultramontana, *O Apóstolo* presume discutir, quando apenas maneja a injúria, o apodo e a virulência de linguagem. O raciocínio é plácido e calmo; convence, e não irrita. No último *Boletim* escrevemos um artigo sobre a Maçonaria e o nosso episcopado; procuramos esclarecer e acertar, e só neste intuito discutimos. *O Apóstolo*, animado do rancor, que se inspira na desconfiança das causas más, não tenta a persuasão; investe com a injúria. Assim as mimosas expressões: - papel triste e ridículo, indigesto artigo, dislates, despropósitos e hidra do Lavradio, são os concludentes argumentos, com que nos refuta o gracioso escritor do *Apóstolo*. A ele deixamos o não disputado triunfo nesse campo: *injuriis*

³⁸ *Ibid.*, dezembro de 1873. Ano II, n. 12, p. 898-899.

vincere turpe est. Nas páginas do *Apóstolo* nem os mortos são poupados. Se trata de um príncipe ou de um frade, embora já cobertos do venerando pó jazigo dos finados, nem por isso varia o tom da resposta: aquele é lascivo e sensual, este é orgulhoso e depravado.³⁹ (grifos do autor).

Foi nesse cenário de incompreensões e radicalismos que surgiram pequenos jornais com plataformas antijesuíticas. Embora marcados pela efemeridade, esses “intrépidos romeiros do progresso” se notabilizaram em virtude de suas lutas pela causa maçônica. No Rio de Janeiro destacaram-se *A Família*, *O Mundo Maçônico*, *O Pelicano* e *A Aurora Escocesa*. A esse respeito, publicou o boletim do “Lavradio”:

IMPrensa MAÇÔNICA.

O aumento progressivo dos periódicos maçônicos fiéis intérpretes dos sacrosantos princípios da nossa Sublime Ordem é uma prova evidentíssima de que a seita ultramontana com todas as suas diatribes e os seus contendores, personificados no *Apostolo*, na *Tribuna Católica*, na *Boa-Nova* e em outros, nada tem podido alcançar. Debalde esbravejam estes propugnadores da mentira e da hipocrisia, mordam-se, muito embora, enraiveçam-se, nada lhes aproveitará. Melhor seria que a vida em ócio *santo* consumissem. Desejam argumentar, façam-no, mas seja sua linguagem decente e condigna de homens que se dizem Ministros de um Deus, todo amor e caridade. Não insultem. Vejam: a linguagem dos periódicos maçônicos é sim enérgica, mas confessem que é própria de homens civilizados e não de energúmenos. Leiam: o intrépido *Ganganelli* esse incansável lidador, o qual ainda que de Círculo diferente, não pode de sorte alguma deixar de ser mencionado. Verdade é que defende doutrinas com algumas das quais não concordamos, todavia, é inegável e fora de toda a dúvida e contestação que tem prestado com seus eruditos artigos valiosos serviços à nossa Sublime Instituição. Leia a *Família Maçônica* e *A Fraternidade*, apreciem essa linguagem conveniente e digam-nos: Vedes aí o menor insulto? Emprega-se sim, a lógica, mas despreza-se o insulto. Narram-se fatos, comentam-se, mas não calunia-se. De um a outro ponto do Império gemem os prelos, publicam-se jornais maçônicos e neles denodados campeões do progresso e da liberdade apresentam-se cheios de vida e força a pugnar pelo justo e pelo honesto. No Ceará o jornal *Fraternidade*, cujos colaboradores se dizem combatentes não de hoje, mas sim de 1831. Em Porto Alegre o jornal *Maçom*, no Pará *O Pelicano*, no Recife *A Verdade* e outros muitos que incessantemente profligam a mentira e a hipocrisia. É finalmente geral o pronunciamento de toda a imprensa maçônica, o povo vive no maior descontentamento e com razão revolta-se contra a incerteza e a dúvida que há a respeito das questões religiosas. Os maçons vítimas prediletas de Pio IX e de seus satélites, devem empregar todos os seus esforços coroados de feliz êxito e a Maçonaria ovante e garbosa hasteará bem alto o seu pendão, ela nada mais quer senão o cumprimento de sua divisa.⁴⁰ (grifos do autor).

³⁹ Ibid., fevereiro de 1873. Ano II, n. 2, p. 105.

⁴⁰ Ibid., outubro de 1874. Ano III, n. 10, p. 416-417.

A personagem “Ganganelli” citada no texto anterior foi, na realidade, o pseudônimo utilizado por Joaquim Saldanha Marinho, *grão-mestre do Grande Oriente dos Beneditinos*, para a divulgação de textos na chamada “grande imprensa”.⁴¹

Segundo o historiador Alexandre Mansur Barata, toda a série de artigos desse autor “em combate ao ultramontanismo (...) foi publicada, em princípio, no *Jornal do Comércio*, o que evidenciava o interesse em atingir igualmente o público externo”.⁴²

Assim, tanto por intermédio da transferência de elogios quanto pelas críticas intransigentes, é certo que o intercâmbio entre os jornalistas maçônicos, católicos e liberais foi intenso e duradouro durante a década de 1870.

A seguir, reunimos uma pequena amostra dos jornais que foram assunto no *Boletim do Grande Oriente do Brasil* entre os anos de 1872 e 1874, o que permite uma visão global da difusão dos escritos maçônicos no século XIX.

Remessa e recepção de periódicos (“Lavradio”)	
Jornal	Localidade
<i>A Boa Nova</i>	Belém
<i>A Família</i>	Rio de Janeiro
<i>A Fraternidade</i>	Jaguaribe-mirim-CE
<i>Aurora Escocesa</i>	Rio de Janeiro
<i>A Verdade</i>	Pernambuco
<i>Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil</i>	Rio de Janeiro
<i>Boletim Oficial del Oriente de España</i>	Espanha
<i>Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido</i>	Portugal
<i>Chaine d’ Union</i>	Paris
<i>Daily-News</i>	Inglaterra
<i>Diário das Alagoas</i>	Alagoas
<i>Espírito Humanitário</i>	Espanha
<i>Freemason</i>	Londres
<i>Free-mason’s Monthly Magazine from Boston</i>	Estados Unidos
<i>Jornal do Comércio de Lisboa</i>	Portugal
<i>Journal du Pérou</i>	Peru

⁴¹ Joaquim Saldanha Marinho, “em grande parte dos seus escritos em que atacava a Igreja, adotou o pseudônimo ‘Ganganelli’, talvez em homenagem ao cardeal Giovanni Lorenzo Vicenzo Antonio Ganganelli, papa Clemente XIV (1769-1774), prelado de grande cultura e espírito humanitário e conciliador, que ficou célebre por ter extinguido a Companhia de Jesus – Ordem dos jesuítas – em todo o mundo, por decreto papal de 21 de julho de 1773”. DURÃO, João Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil - 1720-1882*. São Paulo: Madras, 2008, p. 236.

⁴² BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp – Centro de Memória da Unicamp, 1999, p. 137.

<i>La Ehaine d'Union</i>	França
<i>La Vérité</i>	Suíça
<i>Monde Maçonnique</i>	França
<i>Mossoroense</i>	Mossoró-RN
<i>O Apóstolo</i>	Rio de Janeiro
<i>O Diário de Santos</i>	Santos-SP
<i>O Independente</i>	*
<i>O Maçom</i>	Porto Alegre
<i>O Pelicano</i>	Rio de Janeiro
<i>Pedra Branca</i>	Espanha
<i>Tribuna Católica</i>	*
<i>Virginies</i>	Inglaterra
<i>Zirkel</i>	Viena

Fonte: *Boletim do Grande Oriente do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, 1872-1874

* Não foi possível estabelecer o local de origem.

Notamos que boa parte dos periódicos citados era ligada aos grupos maçônicos, o que nos leva a crer que o diálogo entre esses impressos objetivavam, para além de um fim propagandístico, a construção da legitimidade de seus *Orientes* perante as *lojas* brasileiras, à elite profana e às autoridades maçônicas internacionais.

O debate entre os *Grandes Orientes* dissidentes, diga-se de passagem, foi veemente, sendo os seus desentendimentos constantemente publicados em ambos os boletins concorrentes. Em relação a esses eventos, sobram acusações até mesmo para outros órgãos de imprensa.

O jornal “A Reforma” – Há tempos este jornal se encarrega da defesa do redator do *boletim assim chamado Grande Oriente Unido*, mas de tal forma o faz que somos obrigados a lamentá-lo. Estamos no país das incompetências e das pequenas covardias abrigadas no *folhetim* dos jornais. Embirrou o jornal *A Reforma* com o nosso francês e o denomina *macarrônico*; e nós, por nosso lado, embirramos solenemente com o seu português à maneira de pasta. A indolência do dito jornal o leva a copiar trechos alheios com o fim de... de... de encher as suas colunas, e nada mais. E esse jornal passa ali por jocoso, por gracioso! Há gosto para tudo, e há gente para todos os gêneros de jornalismo. Um conselho lhe damos: desça de seus ataques de mau gosto à individualidade que o provoca, e não cometa a injustiça de dar a estes artigos uma paternidade que eles não têm, e verá que há de achar no seu caminho quem lhe vergue os assomos de uma ousadia estudada e paga.⁴³ (grifos do autor).

⁴³ *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1873. Ano II, n. 2, p. 161.

É curioso perceber que os ataques diziam respeito até mesmo ao estilo no qual os textos eram escritos pelos seus redatores. As razões mais profundas da cisão, entretanto, receberam um cuidado especial, pois foram compiladas em uma coluna fixa e exclusiva, a seção “Histórica”.

A Maçonaria Unida do Brasil.

Escrevendo algumas linhas sobre a maçonaria unida do Brasil, não é nosso intento responder a um acervo de injúrias e calúnias que em um folheto, que se intitula órgão oficial da maçonaria do Brasil, pertencente ao pseudo Grande Oriente Unido, foi atirado aos maçons do Lavradio. Sé é uma verdade incontestada que o homem que aspira os foros de decente e civilizado deve respeitar a consciência de outrem; e, ainda quando ofendido em seu amor-próprio, usar de uma linguagem conveniente e comedida, procuraremos não desviarmo-nos desse preceito, por mais convencidos que estejamos de que nesse procedimento não seremos imitados por nossos antagonistas. Não temos também em mente, nesta ocasião, escrever a história de nossa instituição. Pouco nos importa saber se ela procede dos mistérios do Egito e da Grécia, dos filósofos da Índia, da fundação do templo de Salomão, ou se da ordem dos templários e da sociedade dos Rosa-Cruzes. O que é inquestionável é que, assim como no Brasil, em todos outros países, a maçonaria tem passado por fases de verdadeira prosperidade e de lamentável decadência.⁴⁴

De forma análoga, pelo lado dos “Benedictinos” verificamos a presença de um persistente debate entre as correntes maçônicas opositoras. As polêmicas giravam em torno da legitimidade dos seus *Poderes centrais*, bem como sobre a postura dos seus dirigentes.

É incrível que uma corporação que se diz maçônica possa sem protesto algum continuar a ser dirigida por um grupo de maçons, cuja leviandade (para não darmos denominação mais acertada), se torne tão notável que contribui poderosamente para que no espírito de alguns de seus companheiros se manifeste um sentimento de lástima e de arrependimento de haverem transposto os umbrais de um edifício maçônico, onde se avilta a dignidade alheia e não se hesita atirar um labéu infamante sobre indivíduos respeitados e considerados na sociedade profana. Ali a dedicação é traduzida por baixaza, a independência por despeito, a nobreza d’alma por servilismo, a abnegação por cálculo e até a honestidade por malversação (...). Merecem todo o acatamento alguns maçons daquele Oriente, cujo caráter somos os primeiros a respeitar, mas que ignoram os atos dos membros do afamado Diretório, e nem lêem as suas engenhosas produções.⁴⁵

Mesmo com todas as discordâncias, as maçonarias brasileiras se encontravam diante de um inimigo externo comum: o jesuitismo. Desse modo, a imprensa, inclusive a

⁴⁴ Ibid., novembro e dezembro de 1872. Ano I, n. 12, p. 466.

⁴⁵ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro de 1873. Ano II, n. 1, p. 85.

profana, se transformou em um veículo condutor de escritos “apócrifos” contra religiosos ultramontanos, os quais motivaram uma troca mútua de acusações entre os maçons.

O grande secretário do Oriente ressuscitado sabe perfeitamente que nunca usamos do anônimo, senão para combatermos a seu lado contra a intolerância ultramontana em artigos que mereciam a sua aprovação e muitas vezes elogios. Erra, pois *oficialmente* e de caso pensado quem no *Bulletin por l'étranger* pretende ridicularizar um antigo companheiro, dando-lhe a paternidade de miseráveis pasquins que aparecem na imprensa profana.⁴⁶ (grifos do autor).

Por outro lado, o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil* enfatizou a enorme repercussão que os artigos de seu *grão-mestre*, Joaquim Saldanha Marinho, parecem ter alcançado na sociedade brasileira e nos círculos maçônicos ao redor do mundo. Vejamos:

Ganganelli. – A respeito dos artigos que com este pseudônimo têm sido transcritos no *Jornal do Comércio* por quase toda a imprensa periódica do Império, faz as seguintes declarações o n. 26 da *Verdade*: Não conhecemos atualmente na imprensa do país escritos que mais prendam a atenção pelo brilho da frase, vigor de idéias e interesse do momento que os que, sob o título *A igreja e o Estado* tem aparecido com esse pseudônimo no *Jornal do Comércio* do Rio, e a imprensa do Império quase em peso apressa-se logo a reproduzir.⁴⁷ (grifos do autor).

A Igreja e o Estado. – Continuamos a reproduzir os artigos com que a imprensa tem aplaudido a publicação sob aquele título, devida à pena do nosso grão-mestre, que adotou o pseudônimo de *Ganganelli*. O *Novo Mundo*, periódico publicado em New-York, diz a este respeito o seguinte: *Ganganelli* colecionou em um belo volume de 560 páginas a primeira série dos poderosos artigos que nestes últimos meses tem estado publicando no *Jornal do Comércio*, do Rio. Este livro do Sr. J. SALDANHA MARINHO há de marcar uma época gloriosa no Brasil e o fervoroso acolhimento que tiveram os artigos é a mais cabal resposta que se pode dar aos nossos pessimistas. O Sr. SALDANHA MARINHO não adiantou só um minuto (como diz) o tempo, que há de vir, da perfeita liberdade religiosa: ele adianta um século. O seu livro para sempre há de ficar consignado como um dos esforços mais nobres que jamais brasileiro empreendeu em prol da felicidade de sua pátria (...). Folgamos que o Sr. SALDANHA MARINHO tenha começado uma segunda série de artigos no mesmo jornal.⁴⁸ (grifos do autor).

Dando notícia dos artigos de *Ganganelli*, reunidos em um volume, assim se pronuncia a *Gazeta de Campinas*: O nome do Dr. Joaquim Saldanha Marinho era já um título de respeito e apreço entre os de mais popularidade

⁴⁶ *Ibid.*, p. 89.

⁴⁷ *Ibid.*, julho a setembro de 1873. Ano II, n. 7 a 9, p. 687.

⁴⁸ *Ibid.*, janeiro a março de 1874. Ano III, n. 1 a 3, p. 93.

no país pelos seus longos serviços à causa pública, e especificamente aos verdadeiros princípios do progresso e da civilização. Hoje acrescenta ele mais um motivo à brilhante consideração de que goza. Os artigos por ele insertos nas colunas do *Jornal do Comércio* sob a epígrafe a *Igreja e o Estado* e firmados com o pseudônimo de *Ganganelli*, cheios de tanta verdade e erudição, como de calor cívico, depurado nas chamas do entranhado patriotismo, artigos que conseguiram calar no âmago da opinião sempre amortecida em uma terra, como esta, onde a indiferença pelas coisas do interesse coletivo sufoca pela raiz o voto da consciência popular; esses escritos, dizemos, vêm de ser enfeixados em livro para corresponderem por modo mais duradouro do que a folha volante da imprensa periódica, ao consenso unânime dos homens, em cuja alma não se fecharam ainda os estímulos da razão esclarecida.⁴⁹ (grifos do autor).

Inúmeros outros comentários em relação à “Ganganelli” foram (re)publicados no impresso “Beneditino”, onde sobressaíram as postagens dos títulos *Chaîne d’ Union* (Paris), *Jornal do Iniciado* (Coimbra), *O Maçom* (Porto Alegre), *A Fraternidade* (Fortaleza) e *O Mossoroense* (Mossoró), que assim encerrou o assunto: “desde que no país se controverte a questão político-religiosa, ainda não apareceu na imprensa lidador, que, como ele [Ganganelli], dela se ocupasse com mais proficiência e ilustração”.⁵⁰

Essas transcrições ocuparam um espaço físico considerável no periódico e refletiram, sobremaneira, o calor das controvérsias em torno da “Questão Episcopomaçônica”.

Além disso, foi publicada uma gama imensa de notícias, as quais haviam sido impressas originalmente em outras folhas maçônicas e liberais de todo o Império, conforme a passagem retirada d’*A Reforma*:

Os bispos querem desacreditar a imprensa. Está isso no programa do *Syllabus*, porque a imprensa é uma arma de progresso, e um instrumento de liberdade. O melhor meio de desacreditar a imprensa é abusar dela. Lendo-se a coleção de folhas clericais sente-se horror ante o luminoso invento de Guttemberg! Aqui é *O Apóstolo* a proferir obscenidades, desafiando o que tem de mais imundo e asqueroso a gíria dos mercados; ali a *Boa Nova* concitando o povo à revolta, dando o grito de *mata-português*, insultando o lar doméstico, chamando de *Virgens do Puro Amor* a uma associação caridosa, composta de senhoras da melhor sociedade paraense; em Pernambuco é *A União*, desacreditando a civilização (...) com torpes inventos de jesuítas e até vilipendiando a Santa Sé, dando como averiguada a compra, por 2,000:000\$000, da carta de Antonelli; na Bahia a *Crônica Religiosa* (...), em Minas *O Bom Ladrão*, tão parvo na denominação, como nas doutrinas que prega, pede em altos brados o obscurantismo, e vota às gemônias aqueles que promovem o casamento civil, o ensino leigo, e outras

⁴⁹ *Ibid.*, p. 94.

⁵⁰ *Ibid.*, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 392-395.

medidas úteis! Todos esses periódicos são dirigidos por padres, e todos trazem no frontispício a declaração de que são publicados sob os auspícios dos respectivos prelados! Pois esses bispos acham decente o que sai impresso em tão torpes gazetas? Não se desculpem dizendo, que são levados a excessos por provocação dos adversários. A imprensa que veste batina tem obrigação de ser mansa e limpa de coração (...). As últimas arrieiradas (sic) do *Apóstolo* obrigam-nos a este protesto. O Sr. D. Pedro de Lacerda pode ser bastante *simples* para achar florido o estilo, sem senso e sem gramática, usado em sua folha; deve, porém ser bastante atilado para perceber onde a decência é ofendida, onde o pudor público é afrontado. Mais missas e menos (...) *Apóstolos*.⁵¹ (grifos do autor).

Pelo exposto, observa-se que a imprensa clerical foi um importante interlocutor do veículo maçônico oriundo do “Vale dos Beneditinos”. Igualmente, percebemos o retorno da crítica direcionada ao estilo de redação de alguns escritores.

Em seu artigo “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”, o historiador Robert Darnton refletiu sobre a sua experiência passada como repórter policial no jornal *The New York Times*.

No que diz respeito ao público leitor dos seus textos, o autor ponderou que os jornalistas escrevem principalmente para os seus “grupos de referência”, isto é, para os seus próprios colegas de profissão, editores, repórteres de outros periódicos, além de suas fontes e os seus círculos pessoais de sociabilidade. Assim, “o noticiário corre em circuitos fechados: é escrito sobre e para as mesmas pessoas, e às vezes em código privado”.⁵²

Os redatores escrevem centrados em suas experiências e encontram-se mais preocupados com os seus pares do que com os leitores que adquirem os impressos. Dentro dessa lógica, devemos chamar atenção para as relações de permuta e o permanente diálogo firmado entre as redações dos mais diversos periódicos maçônicos, liberais e ultramontanos. Na seção “Expediente e Avisos” encontramos o informe abaixo:

Recebemos e agradecemos os seguintes jornais: *A Província* (Recife); *O Tribuna do Povo* (Macaé); *Eco do Sul* (Rio Grande); *Diário de Pelotas*; *Rio Grandense* (Porto Alegre); *Regeneração* e *O Conservador* (Santa Catarina); *Crônica Religiosa* (Bahia); *O Mossoroense*; *Monitor do Norte* (Diamantina); *A Estrela d'Oeste* (S. João do Rio Claro); *O Liberal* (Maceió); *Gazeta Comercial* (Sorocaba); *Diário do Maranhão*; *O Liberal do Pará*; *Colombo* (Campanha); *O Mineiro* (Pouso Alegre); *Correio de Cantagallo*; *O Maçom*; *A Fraternidade*; *Labarum*; *Família Maçônica*; *O Santo Ofício*. Retribuímos

⁵¹ Ibid., janeiro a março de 1874. Ano III, n. 1 a 3, p. 94-95.

⁵² DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 83.

estas ofertas enviando o nosso *Boletim* às ilustres redações.⁵³ (grifos do autor).

Esse tipo de informação foi encontrado na maior parte das edições estudadas, sendo variáveis os títulos recebidos. Aliás, a remessa de um jornal ultramontano como a *Crônica Religiosa* (Bahia) à redação do boletim pode, à primeira vista, parecer um fato fora do comum.

Devemos ressaltar, entretanto, que a comunicação entre os meios jornalísticos maçônicos e católicos era quase obrigatória na década de 1870, especialmente em virtude do paroxismo inerente à “Questão dos Bispos”. Outrossim, os anúncios “indiretos” de outros órgãos de imprensa foram habituais no boletim “Beneditino”.

O Mosquito – Este seminário ilustrado, que se publica nesta capital, e que se há tornado notável a todos os respeito, tem-se consagrado ultimamente à causa da maçonaria, que é a causa da justiça e da liberdade. A espontaneidade deste apoio, visto que nem todos os redatores-proprietários, nem o habilíssimo desenhista pertencem à instituição maçônica, é credora do reconhecimento de todos os nossos irmãos.⁵⁴ (grifos do autor).

O Maçom – Começou a publicar-se no 1º de Janeiro em Porto Alegre, *O Maçom*, órgão da maçonaria e propriedade das lojas *Progresso da Humanidade, Luz e Ordem, e Tolerância*. Escrito com talento e consciência, *O Maçom* há de prestar serviços à causa da humanidade, à qual é consagrado.⁵⁵ (grifos do autor).

O conjunto de jornais que foram recebidos ou que tiveram artigos transcritos no *Boletim do Grande Oriente Unido do Brazil* encontra-se listado a seguir.

Remessa e recepção de periódicos (“Beneditinos”)	
Jornal	Localidade
<i>A Boa Nova</i>	Belém
<i>Acácia</i>	Montevideu
<i>A Estrela d’Oeste</i>	São João do Rio Claro-SP
<i>A Família</i>	Rio de Janeiro
<i>A Família Maçônica</i>	Rio de Janeiro
<i>A Família Universal</i>	Pernambuco
<i>A Fraternidade</i>	Jaguaribe-mirim/Fortaleza-CE
<i>A Gazeta Comercial</i>	Sorocaba-SP

⁵³ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, agosto a dezembro de 1874. Ano III, n. 8 a 12, p. 824.

⁵⁴ *Ibid.*, fevereiro e março de 1873. Ano II, n. 2 e 3, p. 208.

⁵⁵ *Ibid.*, janeiro a março de 1874. Ano III, n. 1 a 3, p. 130-131.

<i>A Locomotiva</i>	Maceió
<i>A Luz</i>	Rio Grande do Norte
<i>A Província</i>	Recife
<i>A Reforma</i>	Rio de Janeiro
<i>A Regeneração</i>	Santa Catarina
<i>A União</i>	Pernambuco
<i>Aurora Escocesa</i>	Rio de Janeiro
<i>A Verdade</i>	Pernambuco
<i>Baixo Amazonas</i>	Amazonas
<i>Bauhutte</i>	Berlim
<i>Bem Público</i>	Portugal
<i>Boletim da loja Tolerância</i>	Porto Alegre
<i>Boletim da Ordem do Gram-Ducado</i>	Luxemburgo
<i>Boletim do Grande Oriente da Bélgica</i>	Bélgica
<i>Boletim do Grande Oriente de França</i>	França
<i>Boletim do Grande Oriente do Brazil</i>	Rio de Janeiro
<i>Boletim do Grande Oriente dos Países Baixos</i>	Holanda
<i>Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido</i>	Portugal
<i>Chainé d' Union</i>	Paris
<i>Colombo</i>	Campanha-MG
<i>Correio Paulistano</i>	São Paulo
<i>Crônica Religiosa</i>	Bahia
<i>Daily-News</i>	Inglaterra
<i>Diário da Bahia</i>	Bahia
<i>Diário de Bagé</i>	Bagé-RS
<i>Diário de Pelotas</i>	Pelotas-RS
<i>Diário de Pernambuco</i>	Pernambuco
<i>Diário do Maranhão</i>	Maranhão
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	Rio de Janeiro
<i>Eco do Sul</i>	Rio Grande do Sul
<i>El Espirito Humanitario, Ecco de la Masóneria Simbolica</i>	Madri
<i>Farol</i>	Juiz de Fora
<i>Folhas do Ceará</i>	Ceará
<i>Freemason</i>	Estados Unidos
<i>Freimaurer-Zeitung</i>	Alemanha
<i>Gazeta de Campinas</i>	Campinas
<i>Hajnal</i>	Roma
<i>Jornal das Alagoas</i>	Alagoas
<i>Jornal do Comércio</i>	Rio de Janeiro
<i>Jornal do Iniciado</i>	Coimbra
<i>Jornal do Recife</i>	Recife
<i>Labarum</i>	Rio de Janeiro
<i>La Colmena Masónica</i>	Uruguai
<i>La Revue de Belgique</i>	Bélgica
<i>La Vérité</i>	Suíça

<i>Leipzig</i>	Áustria
<i>Le Patriote Savoisien</i>	França
<i>Liberal Victoriense</i>	*
<i>London Freemason</i>	Londres
<i>Masonic Magazine</i>	Londres
<i>Memfi Risorta</i>	Egito
<i>Mistria</i>	Romênia
<i>Monde Maçonniqne</i>	França
<i>Monitor do Norte</i>	Diamantina-MG
<i>O Apóstolo</i>	Rio de Janeiro
<i>O Bom Ladrão</i>	Minas Gerais
<i>O Conservador</i>	Santa Catarina
<i>O Correio do Cantagalo</i>	Porto Alegre
<i>O Dezenove</i>	*
<i>O Diário do Grão-Pará</i>	Pará
<i>O Excomungado</i>	*
<i>O Ituano</i>	Itu-São Paulo
<i>O Jesuíta</i>	*
<i>O Liberal</i>	Maceió
<i>O Liberal do Pará</i>	Pará
<i>O Maçom</i>	Porto Alegre
<i>O Mineiro</i>	Pouso Alegre-MG
<i>O Mosquito</i>	Rio de Janeiro
<i>O Mossoroense</i>	Mossoró-RN
<i>O Mundo Maçônico</i>	Rio de Janeiro
<i>O Novo Mundo</i>	Nova Iorque
<i>O Paulista</i>	São Paulo
<i>O Pelicano</i>	Pará
<i>O Pelicano</i>	Rio de Janeiro
<i>Opinião Conservadora</i>	Piauí
<i>O Prelado</i>	Ceará
<i>O Rio-Grandense</i>	Rio Grande do Sul
<i>O Santo Ofício</i>	Belém
<i>O Tradicionalista</i>	Bogotá
<i>O Tribuno do Povo</i>	Macaé-RJ
<i>Pindamonhangabense</i>	Pindamonhangaba-SP
<i>Revista Masónica Americana da Argentina</i>	Argentina
<i>The Masonic Record of Western India</i>	Bombaim
<i>Tribuna Católica</i>	*
<i>Turim La Discussione</i>	Turim
<i>Union Maçonniqne Suisse</i>	Suíça
<i>Univers</i>	Paris

Fonte: *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil: jornal oficial da maçonaria brasileira, 1873-1874*

* Não foi possível estabelecer o local de origem.

Pelo número de periódicos nacionais e estrangeiros arrolados, podemos supor que as folhas maçônicas da Corte imperial brasileira atravessaram os oceanos, chegando a longínquos países.

Nesse sentido, é fundamental perceber de que forma esses impressos foram recebidos pelos seus colegas estrangeiros. Vejamos, por exemplo, o que foi publicado pelo jornal alemão *Zirkel* sobre o assunto:

O Grande Oriente Unido do Brazil publica no quarto trimestre do seu Jornal Official, do ano passado, a relação integral das 122 lojas e 68 capítulos de sua jurisdição. Esta publicação é excelentemente redigida e muito rica em assuntos maçônicos. Além das notícias circunstanciadas e originais sobre a maçonaria no país, contém ainda uma clara exposição de ocorrências maçônicas valiosas e interessantes de todo o mundo. – Um longo artigo, de duas páginas, é dedicado à loja Humanitas e às suas aspirações, o que autoriza a esperança de que o Grande Oriente Unido do Brazil travará relações com a Grande União Maçônica (Gross-Verein) Humanitas, como fizeram o Grande Oriente da Itália e da República Dominicana. – O Jornal Official ainda contém algumas curiosas informações sobre a posição assumida pelos bispos brasileiros contra o Estado e extrai de periódicos profanos, publicados no Brasil, trechos muito positivos acerca da influência dos jesuítas nas escolas e principalmente nos internatos das meninas.⁵⁶

Outros redatores estrangeiros fizeram publicar apreciações e felicitações ao boletim do “Vale dos Beneditinos”, indicando a ampla circulação das idéias no universo maçônico. Foi esse, por exemplo, o caso do *Boletim do Grande Oriente dos Países Baixos*:

Brazil. – Finalizamos a nossa última revista concernente à maçonaria nesse império, formulando o desejo de recebermos brevemente um novo número do *Boletim Official*. Temos à vista o fascículo de outubro a dezembro de 1873. Mais uma vez vem esta publicação repleta de notícias da guerra dos bispos contra a Ordem maçônica. A luta ainda continua com veemência, mas não tanto no terreno maçônico, como no político, conforme observa com muito critério a redação do *Boletim*.⁵⁷ (grifos do autor).

O *Boletim do Grande Oriente Unido* atuava como um divulgador de fatos e acontecimentos relativos à maçonaria brasileira. Essa importante difusão também ocorreu no interior do Império brasileiro. Em meados de 1874, *O Santo Ofício*, de Belém do Pará, fez propaganda do periódico “Beneditino”:

⁵⁶ Ibid., abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 267.

⁵⁷ Ibid., agosto a dezembro de 1874. Ano III, n. 8 a 12, p. 653.

Assinai o *Boletim*, e tereis a toda hora um amigo leal, um mestre que ensina sem vos enfadar. Oxalá este nosso apelo encontre eco na consciência de nossos irmãos. O *Boletim* está confiado a uma circunspecta redação de que é chefe o muito ilustre irmão Dr. Alexandrino Freire do Amaral, que por seus merecimentos reais reconhecidos e valiosíssimos serviços prestados constantemente à Ordem, mereceu ser escolhido grande secretário do santo império do Brasil. Não fecharemos esta notícia sem que agradeçamos com sumo reconhecimento à ilustre redação do *Boletim Oficial* o imenso favor de mencionar em seu primeiro artigo de honra, entre outros periódicos, que *têm prestado importantes serviços à Ordem*, na sua frase, o nosso *Santo Ofício*; e na seção de notícias o belo louvor e fraternal aperto de mão que envia ao nosso colega D. William Miller pelas defesas feitas à Ordem na imprensa. Podemos assegurar que o nosso colega, redator-chefe, tomou as palavras animadoras das sumidades maçônicas que redigem o *Boletim* e seu aperto de mão, que ora retribui, como poderosíssimo incentivo para prosseguir com denodo, franqueza e desinteresse na defesa da causa justa, na cruzada santa da maçonaria contra os apóstolos do erro, do fanatismo e da revolta, infestos à verdade, à liberdade e à civilização.⁵⁸ (grifos do autor).

Por intermédio da interação com outras publicações, os boletins maçônicos oficiais ampliaram os seus raios de atuação. Na verdade, as longas transcrições oriundas de outros jornais parecem ter funcionado como estratégia de publicação, especialmente porque muitas das matérias reimpressas abordaram as polêmicas com os órgãos da Igreja romanizada, conforme noticiado a seguir:

Monitor do Norte – É este o título de um periódico que começou a publicar-se em Diamantina. Segundo se vê do artigo inicial destina-se esta folha a combater o jesuitismo e a pugnar pela causa da civilização e da liberdade.⁵⁹

Em vista do que foi exposto até este ponto de nosso trabalho, é correto apontar que, a despeito de sua atuação como propagandista das maçonarias no mundo *profano*, o periodismo maçônico estava muito mais voltado para o seu próprio público interno.

O caráter oficial de suas folhas, que estipulava as resoluções e as deliberações que deveriam ser cumpridas pelas *lojas* e *oficinas*, as obrigatoriedades das assinaturas para os membros dos *Grandes Orientes* e o uso de linguagem específica atestam a formação de uma *comunidade interpretativa*.

Esse conceito foi elaborado por Stanley Fish – um importante teórico literário e acadêmico estadunidense – para definir grupos sociais que compartilham os mesmos

⁵⁸ *Ibid.*, abril a julho de 1874. Ano III, n. 4 a 7, p. 516-517.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 411.

valores e ideais, estabelecendo, desse modo, normas e estratégias de interpretação de textos, as quais variam de acordo com os seus conjuntos de crenças.⁶⁰

Para o autor, “a comunicação ocorre somente dentro de um tal sistema (ou contexto, ou situação, ou comunidade interpretativa)”, sendo que “a compreensão conseguida por duas ou mais pessoas é específica a esse sistema e determinada unicamente dentro dos seus limites”.⁶¹

Portanto, deve-se considerar a inscrição do texto em suas dimensões temporais e espaciais. Os enunciados não devem ser compreendidos enquanto entidades fixas e estáveis, já que “não existem significados determinados e que a estabilidade do texto é uma ilusão”.⁶²

As *comunidades interpretativas* são grupos de leitores que partilham das mesmas formas de sentir e interpretar os textos, cujos significados são construídos a partir dos seus usos por cada uma das comunidades que os lêem em seus contextos específicos.

Essa concepção de leitura como prática social foi retomada por Roger Chartier em seu texto “O mundo como representação”:

O essencial é (...) compreender como os mesmos textos — sob formas impressas possivelmente diferentes — podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos (...). A leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência: é por em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores, a cada uma dessas “interpretative communities” de que fala Stanley Fish.⁶³

Além disso, Roger Chartier ressaltou que a leitura resulta de tensões estabelecidas entre dois conjuntos de fatores. O primeiro diz respeito àqueles relacionados aos leitores e às comunidades de leitura nas quais estão inseridos. O segundo está relacionado aos textos e às suas materialidades.⁶⁴

⁶⁰ FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press, 1980.

⁶¹ HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio. Tradução de FISH, Stanley. *Is there a text in this class? Alfa: Revista de Lingüística*, São Paulo, v. 36, p. 192, 1992. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3919/3600>>. Acesso em: jan. 2012.

⁶² *Ibid.*, p. 199.

⁶³ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Campinas: Unicamp, v. 5, n. 11, p. 181, abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: jan. 2012.

⁶⁴ Id. Do livro à leitura. In: _____ (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

No caso das maçonarias, os seus valores comuns eram veiculados principalmente na imprensa maçônica, meio de informação em que os *irmãos* foram divulgadores e receptores de uma cultura elitista, que era dirigida à própria elite intelectual e aos seus pares institucionais.

Ainda que os grupos maçônicos tenham sofrido dissensões internas, eles compartilhavam o discurso que valorizava o caráter beneficente e as posturas éticas e morais de suas associações.

Nos boletins maçônicos oficiais, a preocupação com a difusão das “luzes”, com o progresso da ciência, bem como com a expansão do conhecimento científico e filosófico foi recorrente. O periodismo maçônico foi instalado e voltado para um grupo social restrito e específico. Ao tratar dos objetivos de seu jornal, o “Círculo do Lavradio” indicou o seguinte:

Regularizar o socorro aos irmãos desgraçados, saber conhecer a mendicidade maçônica, formar um montepio para as viúvas e órfãos, são deveres que compete ao Grande Oriente do Brasil cumprir, assim como ao *Boletim* propagar essa necessidade, *franqueando as suas páginas a todos os que nesse sentido dirigem a opinião do povo maçônico*. Criando uma folha oficial, o Grande Oriente teve em mira aperfeiçoar a nossa instituição, produzindo uma fonte fecunda em benefícios para o estudo, a comparação de opiniões, a discussão e a difusão da inteligência.⁶⁵ (grifos nosso).

Apesar de mencionar genericamente a “discussão e a difusão da inteligência”, o redator enfatizou a abertura de suas páginas à “opinião do povo maçônico”. Em outra edição do mesmo periódico, ao explicar os objetivos da seção “Revista Estrangeira”, o articulista deixou nítido a que público este se direcionava:

Desejando cumprir sempre uma das mais interessantes seções do programa do *Boletim*, para que nossos leitores conheçam as tendências da Ordem em diversos países e o seu sucessivo desenvolvimento, continuamos a extrair, quer da correspondência oficial, que não podemos publicar em sua íntegra, quer dos principais jornais maçônicos, *as notícias mais importantes, que forem de alguma utilidade aos maçons do círculo*. Resumindo o conteúdo das matérias de cada número do *Boletim* na parte destinada ao estrangeiro, tem sido também o nosso principal fim encurtarmos as distâncias que nos separam dos corpos da Europa e da América e sustentarmos a reputação do Círculo do Lavradio em toda a parte do mundo civilizado, para que a maçonaria do Brasil seja devidamente respeitada.⁶⁶ (grifos nosso).

⁶⁵ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1871. Ano I, n. 1, p. 11.

⁶⁶ *Ibid.*, abril de 1872. Ano I, n. 5, p. 172.

Igualmente, o *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, em um emblemático comunicado, identificou os membros da maçonaria, em especial os *irmãos* do seu próprio “Círculo Beneditino”, como os seus principais leitores:

O *Boletim Official*, sem ter proporções para guiar a opinião e esclarecer as massas, não deixou no entretanto de desempenhar o seu mandato, *fazendo conhecer aos maçons, seus principais leitores*, a grave missão que a força das circunstâncias lhes impunha, e os deveres que tinham a cumprir (...). Expondo nesta resenha os esforços que há empregado o *Boletim Official* para realizar os seus desígnios, não tem a redação outro fim senão obter a cooperação intelectual, moral e material de todos os nossos irmãos para sustentáculo da imprensa maçônica, em cuja existência se acha empenhado o prestígio da maçonaria brasileira. Atenta a dificuldade da empresa, foi sacrificada às vezes a regularidade na publicação do *Boletim*, falta esta justificada, aliás, pela necessidade de não interromper-se o fio dos acontecimentos que se precipitavam, e cujo desfecho nem sempre podia ser previsto. Ela será por certo sanada doravante pelo auxílio valioso dos nossos irmãos, que, como dignos e dedicados colaboradores, depositarão no *Boletim* seus pensamentos e doutrinas, ilustrando as suas páginas e obscurecendo a insuficiência da redação. Temos ainda muitas pérolas a colher no futuro, um campo vasto e brilhante a percorrer: tornar cada vez mais sólida a associação, pelo respeito às leis que a regem, e pela execução fiel de seus preceitos, e indicar aos transviados o caminho da verdadeira glória, aquele que deve seguir desassombrado o espírito do progresso e da civilização (...). Lisonjeia-se, portanto, a redação com a fagueira esperança de que todos os maçons acolherão no corrente ano ainda com mais benignidade o *Boletim Official* e apreciarão devidamente os esforços do Grande Oriente Unido, convencidos que esta publicação é essencialmente necessária para o engrandecimento da Ordem no Brasil.⁶⁷ (grifos nosso e do autor).

Além da produção de seus próprios boletins, as correntes maçônicas da Corte imperial brasileira marcaram presença em diversos espaços jornalísticos ao redor do Império. De acordo com Alexandre Mansur Barata,

Começando com Hipólito da Costa e Gonçalves Ledo, no início do século XIX, vários foram os maçons que fizeram da imprensa uma verdadeira tribuna em defesa das idéias maçônicas. Pode-se destacar: Henrique Valladares, Alexandrino do Amaral, C. Brancante, Luiz Correa de Azevedo, Luiz Antonio Pinto Mendes, Mário Behring, todos redatores do *Boletim do Grande Oriente do Brasil*; Quintino Bocaiúva, Venâncio de Oliveira Aires; João Franklin da Silveira Távora; Ubaldino do Amaral Fontoura; entre outros.⁶⁸

⁶⁷ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, janeiro a março de 1874. Ano III, n. 1 a 3, p. 6-8.

⁶⁸ BARATA, loc. cit.

Podemos argumentar, portanto, que a imprensa – enquanto um espaço de atuação de importantes dirigentes maçons – foi um dos principais centros das atividades intelectuais maçônicas na segunda metade do século XIX, tendo esse meio de informação sido muito valorizado em seus periódicos.

A imprensa livre é a sentinela que está atalaia junto à arca santa da liberdade, dos direitos e da felicidade do país, e, pois, guardar o silêncio à aproximação do inimigo que procura destruir o depósito sagrado confiado à vigilância dessa sentinela, é cometer a mais infame das ações, é trair os seus deveres para tornar-se cúmplice da ruína social.⁶⁹

Em conclusão, é oportuno indicar que o principal objetivo deste capítulo foi situar o periodismo maçônico enquanto uma das mais importantes práticas culturais, políticas e sociais do Império brasileiro na década de 1870. Traçar os diálogos entre os boletins e os seus principais interlocutores e pensar a respeito de suas práticas de leitura, foram alguns aspectos elementares para a melhor compreensão do propalado processo de “difusão das luzes”.

Os textos maçônicos foram publicados visando veicular um sentido ideológico, que correspondia às suas maneiras de ler o mundo. As apreensões desses significados dependeram da inserção de seus leitores em uma mesma *comunidade interpretativa*, na qual, através do compartilhamento de um conjunto de crenças e valores, eles pudessem ser capazes de atribuir atos interpretativos particulares.

Contudo, devemos ponderar que o olhar do pesquisador deve levar em conta o “consumo” desses escritos, visto ser fundamental verificar a forma pela qual as idéias foram usadas, assimiladas e apropriadas em seus contextos históricos específicos. Para Roger Chartier, “o ato de ler não pode anular-se no próprio texto, assim como as significações não podem também ser aniquiladas mediante significados impostos. A aceitação de mensagens e modelos sempre opera através de ajustes e combinações”.⁷⁰

Nesse sentido, o estudo das práticas de leitura do periodismo maçônico oitocentista é vasto e inesgotável, sendo ainda um campo de pesquisa totalmente aberto e marcado pelo “paradoxo fundador de toda a história da leitura, que deve postular a liberdade de uma prática da qual só podemos capturar as determinações”.⁷¹

⁶⁹ *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil*: jornal oficial da maçonaria brasileira, Rio de Janeiro, abril a junho de 1873. Ano II, n. 4 a 6, p. 426.

⁷⁰ CHARTIER, op. cit., 1992, p. 234.

⁷¹ Id. Comunidades de leitores. In: _____. Op. cit., 1994, p. 27.

CONCLUSÃO

O presente trabalho sustentou a tese de que a maçonaria não deve ser entendida como uma entidade monolítica, já que a mesma sofreu inúmeros processos de dissensões desde os seus primórdios. No entanto, por intermédio de sua ação na imprensa, especialmente na luta contra os adversários da “civilização” e do “progresso”, a ordem construiu uma identidade e um estatuto social próprios.

A *autocompreensão* maçônica, bem como sua representação simbólica junto ao imaginário social – enquanto uma sociedade envolta em mistérios e segredos –, instituíram uma noção coletiva de senso comum, que se por um lado funcionou como um atrativo, por outro, serviu como elemento de desconfiança tanto para os leigos quanto para os opositores religiosos da ordem.

Nesse contexto, o periodismo se transformou em um verdadeiro agente de divulgação do ideário maçônico. Atentos a essa especificidade, os maçons criaram mecanismos diversos para atingir os demais setores da sociedade que não dispunham do acesso direto aos seus impressos.

A realização de palestras e encontros comunitários nos templos, nos quais os dirigentes maçônicos divulgavam aos *profanos* a face caridosa e humanitária de sua instituição, é um exemplo ilustrativo das atividades que foram praticadas no interior da sociedade para atrair adeptos à causa maçônica.

Visando o atendimento às diferentes demandas sociais, os *irmãos* estabeleceram discursos com características próprias, a exemplo dos dedicados aos pobres e analfabetos, quase sempre mediados por ações filantrópicas.

A abertura de suas suntuosas *lojas* para os “não maçons”, especialmente quando da promoção de festas de caráter cívico, agia como um reforço para a já propalada idéia de prestígio que a associação transmitia ao assegurar aos seus membros um sólido conjunto de benefícios materiais.

De acordo com a historiadora Eliane Lúcia Colussi:

A maçonaria se empenhou em angariar simpatias para sua causa anticlerical (...) por meio de práticas assistencialistas. Assim, ações filantrópicas sistemáticas, construção de casas de saúde e de asilos e orfanatos, campanhas de caridade em períodos de epidemias e de secas ou enchentes,

bem como alguma inserção no campo do ensino popular foram as estratégias mais importantes.¹

O embate com o clero romanizador se configurou enquanto um dos aspectos mais marcantes da atuação maçônica na segunda metade do século XIX, sendo um dos pontos mais abordados em nossa pesquisa.

Nesse sentido, revelamos a intolerância e a insensatez tanto de grupos maçônicos quanto de católicos ultramontanos, os quais fizeram uso de vários recursos para fabricar uma representação negativa em relação aos diferentes, fundando na imprensa oficial de cada um dos grupos uma tendência de perseguição sistemática aos elementos antagônicos.

Na verdade, refletir sobre atitudes de intolerância em relação aos diferentes é fundamental para “rever nossas posições e o que como indivíduos e cidadãos é possível realizar para a construção de um mundo e uma sociedade mais comprometida com a defesa dos indivíduos e grupos não iguais”.²

Estudando os periódicos maçônicos e o seu principal interlocutor ultramontano, foi possível verificar a formação, a consolidação e a radicalização das idéias em conflito. A partir da elaboração de um inventário temático, as questões norteadoras desses embates foram parcialmente expostas, dando uma amostra das polêmicas surgidas em torno da denominada “Questão Religiosa” (1872-1875).

Durante o episódio supracitado, a estratégia maçônica foi unificada, visto que para ambos os públicos, isto é, tanto para os seus pares quanto para os excluídos do universo letrado, os *irmãos* se colocaram como agentes construtores de duas representações simbólicas distintas, a saber: a imagem de sua própria instituição *versus* a imagem da Igreja católica de orientação ultramontana.

No que diz respeito a esta última, percebemos a difusão de uma enorme quantidade de notícias que visava estabelecer uma visão negativa do clero brasileiro. Foram incontáveis os informes de assassinatos, estupros e outros comportamentos imorais, supostamente praticados por autoridades católicas, que foram publicados nos boletins maçônicos oficiais.

¹ COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998a, p. 307.

² SILVA, Augusto Acioy Paz. *Pedreiros do mal: maçonaria x Igreja católica em Pernambuco (1900-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba/CCHLA, João Pessoa, 2007, p. 119.

Com efeito, várias edições dos jornais maçônicos denunciaram os interesses materiais e políticos dos “soldados do papado”, ou seja, dos jesuítas, os quais eram, em última análise, apontados como os porta-vozes do fanatismo e do atraso nacional. Não foi sem motivo, portanto, que os principais inimigos maçônicos no período oitocentista foram os membros da “Companhia de Jesus”.

Quanto à citada *autocompreensão* maçônica – a representação que a maçonaria construía de si mesma –, notamos que os seus afiliados fizeram uso de estratégias diferenciadas para divulgá-la.

Contudo, nos dois modelos existentes de maçonarias no país (Círculo do “Lavradio” e Círculo “Beneditino”), os objetivos giraram em torno de uma plataforma política comum: a divulgação da ação filantrópica e a defesa do “progresso”, da ciência, da difusão do conhecimento científico e filosófico, como qualidades indispensáveis para “civilizar” e “modernizar” a nação.

Em conclusão a este trabalho, chamamos atenção para a importância da imprensa enquanto um espaço privilegiado de disseminação de projetos de sociedade, de conflitos e de vertentes políticas e religiosas. Ressaltamos também o uso do periodismo como um verdadeiro agente de “pressão” por mudanças sociais, e sua ação em um *espaço público* moderno por excelência.

Dentro dessa lógica, os insultos trocados entre maçons e ultramontanos reforçavam a intolerância entre suas instituições no decorrer do século XIX. A imprensa, um dos principais pólos das atividades intelectuais daquela sociedade, refletia essas divergências e contradições, as quais marcaram as relações entre esses importantes grupos sociais brasileiros.

Os ideais impressos nos periódicos maçônicos e católicos circulavam por todo o território nacional podendo, até mesmo, ultrapassar os limites de nossas fronteiras. A produção intelectual oriunda das maçonarias brasileiras expressava os princípios liberais e iluministas em contraposição ao pensamento conservador difundido pelos órgãos de imprensa católica, identificados pelos *irmãos* com o obscurantismo e com o “atraso” civilizatório verificado no Brasil.

As principais bandeiras desfraldadas pelos maçons apresentavam a recorrente idéia de uma sociedade laica e a imperiosa defesa das “liberdades”, especialmente à liberdade religiosa.

Esses pressupostos, que em todos os momentos estiveram presentes nas edições dos boletins ligados aos dois *Grandes Orientes*, se transformaram em “profissão de fé” para que os maçons-jornalistas divulgassem as suas convicções e os seus desejos em prol de um Brasil soberano e “igualitário”. Conforme demonstrou o historiador Humberto Fernandes Machado, os

(...) intelectuais que atuaram na imprensa, durante o Império, (...) acreditavam que estavam dando sua contribuição para mudar os destinos do país. Uma espécie de consciência de que suas ações poderiam ajudar a alterar as relações sociais da sociedade brasileira, mesmo diante do universo pequeno de leitores.³

³ MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 171, n. 448, p. 57, jul.-set. 2010. Disponível em: <www.ihgb.org.br/trf_arq.php?r=rihgb2010numero0448.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

- *A FAMÍLIA*: jornal dos interesses maçônicos. (1872). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos, localização 2-416, 03, 05 [1-17].
- *BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL*: jornal oficial da maçonaria brasileira. (1871-1874). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos, localização: PR-SOR 03745 [1-13].
- *BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL*: jornal oficial da maçonaria brasileira. (1872-1874). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos, localização: PR-SOR 03950 [1-5].
- *CARTA Exortae in ista*. Promulgada em 29 de abril de 1876. Disponível em: <<http://www.fsspx-brasil.com.br/Page%2006-7-Exortae-in-ista.htm>>. Acesso em: dez. 2011.
- *CONSTITUIÇÃO da Maçonaria brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido do Brazil, 1873. Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Obras Raras, localização: 34, 20, 10.
- *ENCÍCLICA Dall'alto dell'Apostolico Seggio*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_18901015_apostolico-seggio_po.html>. Acesso em: dez. 2011.
- *ENCÍCLICA Humanum Genus*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_18840420_humanum-genus_po.html>. Acesso em: dez. 2011.
- *ENCÍCLICA Quanta Cura*. Promulgada em 8 de dezembro de 1864. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura&lang=bra>>. Acesso em: dez. 2011.
- *ENCÍCLICA Rerum Novarum*. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: dez. 2011.
- NABUCO, Joaquim. *A Invasão Ultramontana* – (discurso pronunciado no Grande Oriente Unido do Brazil). Rio de Janeiro: Typographia Franco-Americana, 1873. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01206600#page/1/mode/1up>>. Acesso em: dez. 2011.

- _____. *O Partido Ultramontano* (suas invasões, seus órgãos e seu futuro). Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1873. (Impresso com autorização da Biblioteca Nacional).
- *O APÓSTOLO*: periódico religioso, moral e doutrinário consagrado aos interesses da religião e da sociedade. (1872-1874). Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional – Seção de Periódicos, localização PR-SOR 00830 [1-19].

Bibliografia

- ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- AGULHON, Maurice. *Pénitents et francs-maçons de l'ancienne Provence: essai sur la sociabilité méridionale*. 3ed. Paris: Fayard, 1984.
- ALTOÉ, Valeriano. *O altar e o trono: um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos entre Igreja e Estado 1840/1889*. 1993. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- ASLAN, Nicola. *Grande dicionário enciclopédico da maçonaria e simbologia*. Londrina: Ed. maçônica a Trolha, 2000.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.
- _____. Maçonaria: história e historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez.1996-fev.1997.
- AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática, 1978.
- BAKER, Keith Michael. *Inventing the French Revolution*. Essays on the french political culture in the eighteenth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BARATA, Alexandre Mansur. A maçonaria e a ilustração brasileira. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul.-out. 1994.
- _____. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp – Centro de Memória da Unicamp, 1999.
- _____. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910)*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

- _____. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência* (Brasil, 1790-1822). 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- _____. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. São Paulo-Juiz de Fora: Annablume-EDUFJF-FAPESP, 2006.
- BARROS, Roque S. Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio, Edusp, 1986.
- BENIMELI, José Antonio Ferrer. *Arquivos secretos do Vaticano e a franco-maçonaria*. São Paulo: Madras, 2007.
- _____.; CAPRILE, G; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BEOZZO, José Oscar. *História geral da igreja na América Latina: história da igreja no Brasil*. Petrópolis: Ed. Vozes, Edições Paulinas, 1992. Tomo II/2.
- BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. (Orgs.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BROTTTO, Renata Batista. *Médicos e padres: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2009.
- BROWN, Dan. *O código da Vinci*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2012.
- _____. *O símbolo perdido*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2012.
- CALHOUN, Craig (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Massachussetes: The Mit Press, 1997.
- CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário maçônico*. 3ed. São Paulo: Madras, 2010.
- _____. *Introdução à maçonaria*. História Universal. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972.
- CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. *Revista Eletrônica Cadernos de História* - Publicação do Corpo Discente do DEHIS/UFOP, Ouro Preto, MG, ano II, n. 1, mar. 2007.

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2006.
- CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- CASTELLANI, José. *A ação secreta da maçonaria na política mundial*. 2ed. revisada. São Paulo: Landmark, 2007.
- _____. *A maçonaria e o movimento republicano brasileiro*. São Paulo: Traço Editora, 1989.
- _____.; RODRIGUES, Raimundo. *Análise da Constituição de Anderson*. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1995.
- _____. *As origens históricas da mística maçonaria*. São Paulo: Landmark, 2003.
- _____. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. Brasília: Gráfica do Grande Oriente do Brasil, 1993.
- _____.; CARVALHO, William Almeida de. *História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil*. São Paulo: Madras, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, Campinas: Unicamp, v. 5, n. 11, abr. 1991.
- _____ (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria brasileira no século XIX*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.
- _____. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998b.

- _____. *Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998a.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DIAS, Graça da Silva; DIAS, José Sebastião da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Lisboa: Inst. Nac. de Investigação Científica, v. 1, 1980.
- DURÃO, João Ferreira. *Pequena história da maçonaria no Brasil - 1720-1882*. São Paulo: Madras, 2008.
- EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), v. 23, n. 81, dez. 2002.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ/DP&A editora, 2006.
- _____. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Bibliotecas, imprensa e censura*. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?in_foid=456&sid=62&tpl=printerview. Acesso em: dez. 2011.
- _____. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge, Massachusetts/London, England: Harvard University Press, 1980.

- FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GALANTE, Raquel de Souza. O punhal da fé: as idéias políticas, jurídicas e religiosas em torno do casamento civil no Segundo Reinado. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ: USOS DO PASSADO, 12. 2006, Niterói. *Anais do XII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ: usos do passado*. Niterói, 2006.
Disponível em:
<<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Raquel%20de%20Souza%20Galante.pdf>>. Acesso em: dez. 2011.
- GOMES, Edgar da Silva. *A separação Estado-igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao marechal Deodoro da Fonseca*. 2006. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, 2006.
- GONÇALVES, Thiago Werneck. O hábito e o avental: a Igreja católica e a maçonaria na “Questão Religiosa” (1872-1875). In: SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, 5. SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA: POLÍTICA E CULTURA & POLÍTICA E SOCIEDADE, 2. 2010. Rio de Janeiro. *Anais da V Semana de História Política - II Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p. 750-758.
- _____. O periodismo maçônico oitocentista da Corte imperial brasileira: notas de pesquisa. In: *REHMLAC* – Revista de estudios históricos de la masonería latinoamericana y caribeña, San José, v. 3, n. 1, p. 142-156, mai.-nov. 2011.
- GOODMAN, Dena. Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the Old Regime. *History and Theory*, Middletown: Wesleyan University, n. 1, p. 1-20, 1992.
- GOODY, Jack; WATT, Ian. *As conseqüências do letramento*. Trad. Waldemar Ferreira Netto. São Paulo: Editora Paulistana, 2006.
- GUARIZA, Nadia Maria. *As guardiãs do lar: a valorização materna no discurso ultramontano*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere. An inquiry into a category of bourgeois society*. Massachusetts: The Mit Press, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História geral da civilização brasileira: Brasil Monárquico-declínio e queda do império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HOYOS-ANDRADE, Rafael Eugenio. Tradução de FISH, Stanley. Is there a text in this class? *Alfa: Revista de Lingüística*, São Paulo, v. 36, 1992.
- HUNT, Lynn (Org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JACOB, Margaret C. *Living the Enlightenment: freemasonry and politics in eighteenth-century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.
- KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil: orientação para católicos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1956.
- _____. *Igreja e maçonaria: conciliação possível?* Petrópolis: Ed. Vozes, 1992.
- _____. *O ser do padre*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.
- LEADBEATER, C. W. *Pequena história da maçonaria*. São Paulo: Ed. Pensamento, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís: biografia*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- LEONÍDIO, Adalmir. Carbonários, maçons, positivistas e a questão social no Brasil na virada do século XIX. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, MG, v. 5, n. 3, p. 1-18, jul.-ago.-set. 2008.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- LUSTOSA, Isabel. A influência das sociedades secretas na política. In: BIBLIOTECA FAZENDO HISTÓRIA, 2011, Rio de Janeiro: Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional. *Palestra Sociedades Secretas: mais mentiras do que mistérios*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <<http://revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/a-influencia-das-sociedades-secretas-na-politica-brasileira>>. Acesso em: dez. 2011.
- _____. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

- MACHADO, Humberto Fernandes. A atuação da imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, jul.-set. 2010.
- MACNULTY, W. Kirki. *A maçonaria: símbolos, segredos, significado*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARIN, Jérri Roberto. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, SC, n. 30, 2001.
- MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- _____; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- _____. Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçônicas da primeira metade do século XIX. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-22, 2001.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. São Paulo: Topbooks, v. II, 1998.
- NEDER, Gizlene; BARCELOS, Ana Paula Barcelos. Intelectuais, circulação de idéias e apropriação cultural. Anotações para uma discussão metodológica. *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan-jun. 2009.
- _____; CERQUEIRA, Gabriel Souza. Sentir e julgar: a psicologia histórica das criminalizações e punições. *Revista EPOS – Genealogias, Subjetivações e Violências*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, out. 2010. Disponível em: <<http://revistaepos.org/arquivos/02/gizlenegabriel.pdf>>. Acesso em: fev. 2012.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____; _____. Idéias jurídicas e pensamento político no Brasil entre dois catolicismos: ultramontanismo *versus* catolicismo ilustrado. In: ENCONTRO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DO DIREITO, 2. Agosto de 2006, Niterói. *Anais do II Encontro do Instituto Brasileiro de História do Direito*, Niterói, Agosto de 2006.

- NEDER, Gizlene (Org.). *História e direito: jogos de encontros e transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2007.
- _____. *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2000.
- _____. O Daguerreotipista e os direitos: debate sobre os direitos civis de estrangeiros residentes no Brasil em meados do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 168, 2007.
- NEVES, Frederico de Castro; SOUZA, Simone de (Org.). *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2005.
- NUNES, Tassia Toffoli. *A imprensa do Império e sua influência nos debates parlamentares*. Disponível em: <<http://chacombolachas.wordpress.com/2007/04/26/projeto-a-imprensa-do-império-e-sua-influência-nos-debates-parlamentares/>>. Acesso em: dez. 2011.
- _____. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2ed. Recife: Editora Massangana- Fundação Joaquim Nabuco, 1982.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no Oitocentos brasileiro*. Ilhéus: EDITUS, 2002.
- _____. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. *Labirintos* – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses (NEP), Feira de Santana, BA, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, n. 8, 2º semestre de 2010.
- _____.; JÚNIOR, Nelson. Machado de Assis e o jornal no Oitocentos brasileiro: a crônica como instrumento de construção imaginária e empírica do leitor. *Revista Línguas e Letras* – publicação semestral do curso de Letras e da Pós-Graduação em Letras: linguagem e sociedade do Centro de Educação, Comunicação e Artes da UNIOESTE, Cascavel, PR, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, v. 9, n. 17, 2º semestre de 2008.
- PINHEIRO, Alceste. O Apóstolo, ano I: a autocompreensão de um jornal católico do século XIX. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 14. 2009, Rio de Janeiro. *Anais do XIV Congresso de*

Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Rio de Janeiro: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009.

- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- POSSAMAI, Paulo César. Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945). *Revista de História*, FFLCH-USP, São Paulo, n. 141, 1999. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/paulo/artigos_pdfs/REVISTA%20DE%20HIST>. Acesso em: dez. 2011.
- RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia (Coords.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. I, 2001.
- REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- *REVISTA O Globo*. Rio de Janeiro, ano 5, n. 221, out. 2008.
- *REVISTA História em Foco – Sociedades Secretas*. São Paulo, ano 1, n. 1, 2009.
- *REVISTA História Viva*. São Paulo, ano 2, n. 24, 2005.
- *REVISTA História Viva*. São Paulo, ano 6, n. 71, 2009.
- *REVISTA Super Interessante*. São Paulo, edição 217, ano 19, n. 9, set. 2005.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos. *Pauta Geral – Revista de jornalismo*, Florianópolis, SC, v. 1, n. 9, p. 17-32, 2007.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras do século XIX. In: *Revista Margem* (PUC/SP), São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 11, jun. 2000.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S.A. IMESP, 1988.
- RODRIGUES, Cláudia. Aspectos teóricos e metodológicos para uma análise do processo de secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ: HISTÓRIA E RELIGIÃO, 8. 1998,

Vassouras. *Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ: história e religião*. Vassouras, 1998.

- _____. Sepulturas e sepultamentos de protestantes como uma questão de cidadania na crise do Império (1869-1889). *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, PR, v.13, n. 1, verão de 2008.
- RODRIGUES, José Honório. SENADO FEDERAL. *Atas do Conselho de Estado: Terceiro Conselho de Estado 1875-1880*. Brasília, 1973. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS10-Terceiro_Conselho_de_Estado_1875-1880.pdf>. Acesso em: dez. 2011.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: igreja contra o Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro (GB): Edição do Conselho Federal de Cultura, 1970, v. 1-5. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00295750#page/1/mode/1up>>. Acesso em: dez. 2011.
- SALOMÃO, Hutfala. *Igreja católica e maçonaria: as causas do conflito*. Londrina: Editora maçônica A Trolha, 1998.
- SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo. A insustentável leveza das fronteiras: clero católico na maçonaria e a questão do anticlericalismo e do antimacônica em Portugal. *REHMLAC – Revista de estudos históricos de la masonería latinoamericana y caribeña*, San José, v. 2, n. 2, dez. 2010-abr. 2011.
- SANTOS, P. F. Igreja, Estado e o direito de padroado nas Minas setecentistas através das cartas pastorais. *Revista Eletrônica Cadernos de História - Publicação do Corpo Discente do DEHIS/UFOP*, Ouro Preto, MG, v. 2, p. 1-14, 2006.
- SILVA, Augusto Acioly Paz. *Pedreiros do mal: maçonaria x Igreja católica em Pernambuco (1900-1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba/CCHLA, João Pessoa, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Segredos e Mentiras. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, set. 2007. Seção: Artigos. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/segredos-e-mentiras>>. Acesso em: dez. 2011.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- STEVENSON, David. *As origens da maçonaria: o século da Escócia (1590-1710)*. São Paulo: Madras, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Romances que o povo lê: a leitura ficcional nos espaços públicos e privados de Fortaleza na segunda metade do século XIX. *Revista Leitura – Teoria & Prática (ALB)*, Campinas, SP, ano XXIV, v. 1, n. 47, set. 2006.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do padre Sório: maçonaria e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria (RS): editoraufsm; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- VOLVELLE, Michel (Org.). *França revolucionária (1789-1799)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- WERNET, Augustin. *A igreja paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.

ANEXOS

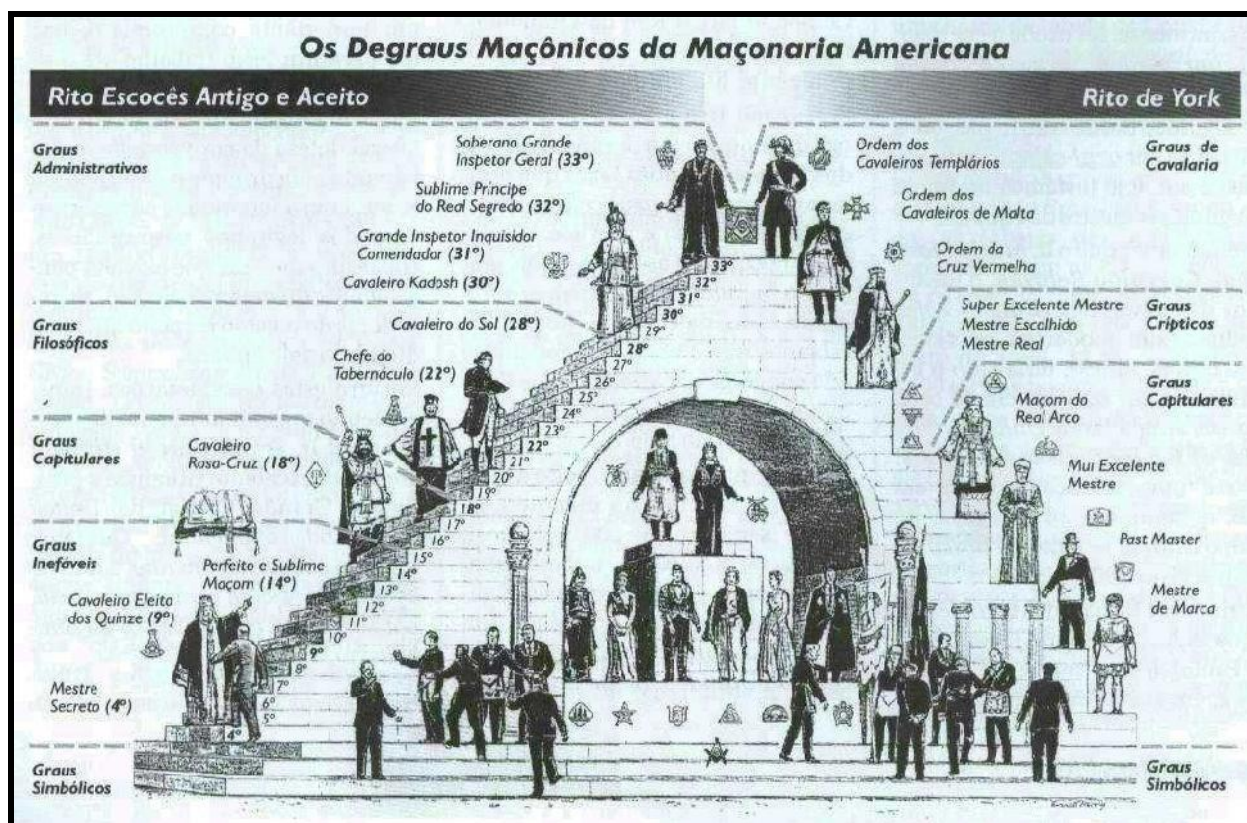


Figura 1 – Os graus maçônicos do Rito Escocês Antigo e Aceito
Fonte: internet



Figura 2 – Capa do livro *Le Diable au XIXe siècle* (“O Diabo no Século XIX”, 1892), escrito pelo “Dr. Bataille” (na verdade Leo Taxil, um dos maiores provedores de boatos antimacônicos no século XIX)

Fonte: internet

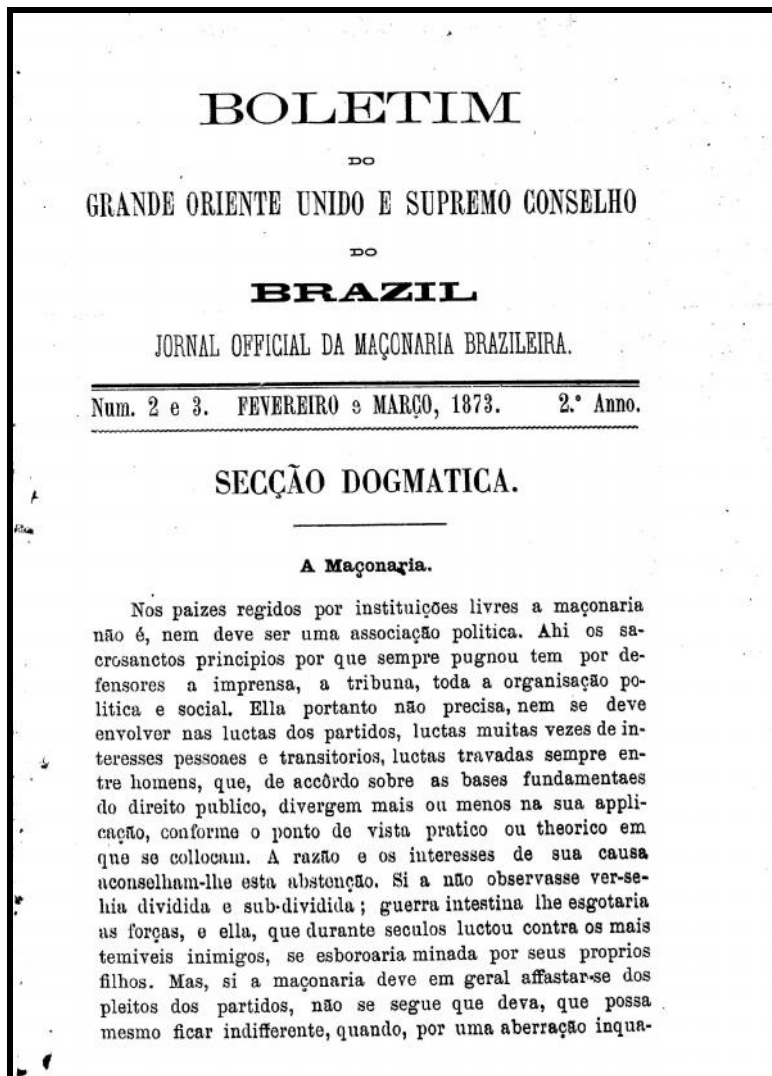


Figura 3 – Editorial do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Ano II, edição de fevereiro e março de 1873
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

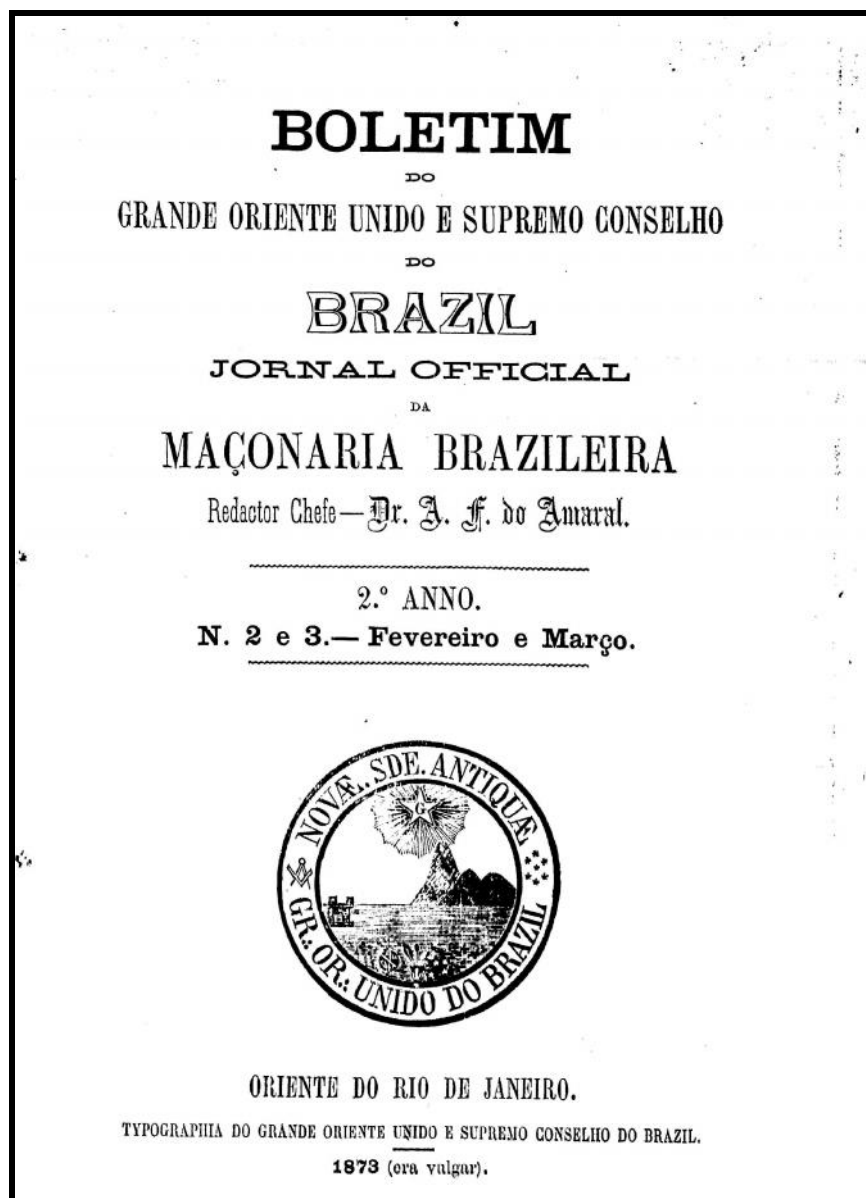


Figura 4 – Capa do *Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*, Ano II, edição de fevereiro e março de 1873

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional